

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LUCIANA MARA FINGER

*As inscrições da morte em adolescentes com histórico infracional numa
perspectiva psicanalítica*

Maringá
2020

LUCIANA MARA FINGER

As inscrições da morte em adolescentes com histórico infracional numa
perspectiva psicanalítica

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Estadual de
Maringá, como requisito parcial para obtenção
do título de Doutora em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e
Historicidade.

Linha de Pesquisa: Psicanálise e Civilização.

Orientador: Prof. Dr. Paulo José da Costa.

Maringá
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

F497i Finger, Luciana Mara
As inscrições da morte em adolescentes com histórico infracional numa perspectiva psicanalítica / Luciana Mara Finger. -- Maringá, PR, 2021.
222 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo José da Costa.
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2021.

1. Psicanálise. 2. Morte - Aspectos psicológicos. 3. Sujeito (Psicologia). 4. Adolescentes. 5. Medidas socioeducativas. I. Costa, Paulo José da, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

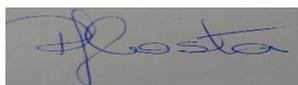
CDD 23.ed. 150.195

LUCIANA MARA FINGER

As inscrições da morte em adolescentes com histórico infracional numa perspectiva
psicanalítica

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de
Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

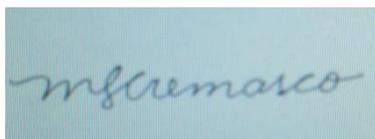
BANCA EXAMINADORA



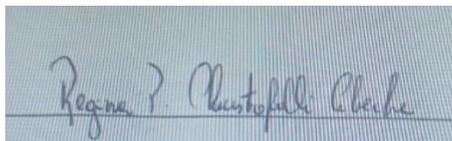
Prof. Dr. Paulo José da Costa
PPI/ Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof.^a Dr.^a Aline Sanches
PPI/ Universidade Estadual de Maringá



Prof.^a Dr.^a Maria Virgínia Filomena Cremasco
PPGPSI/Universidade Federal do Paraná



Prof.^a Dr.^a Regina Perez Christofolli Abeche
PPI/ Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Wilson de Albuquerque Cavalcanti Franco
Universidade Mogi das Cruzes - SP

DEDICATÓRIA

*Ao meu filho, Enzo Ryujin,
a quem meu amor
não se cansa de se inscrever.*

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Paulo José da Costa, que sustentou a continuidade desta jornada e auxiliou no desenvolvimento da pesquisa, obrigada pelo acolhimento, pela generosidade em compartilhar comigo suas experiências acadêmicas e pela cuidadosa orientação, que sinalizou os caminhos a serem percorridos, ao mesmo tempo em que permitiu a autoria no processo de escrita.

Aos professores Dra. Aline Sanches, Dra. Maria Virgínia Cremasco, Dra. Regina Perez Christofolli Abeche e Dr. Wilson de Albuquerque Cavalcanti Franco, que aceitaram gentilmente o convite para participar dessa banca, agradeço pelas preciosas orientações na qualificação, que contribuíram de forma inestimável para o desenvolvimento desta pesquisa.

À equipe do Programa Municipal de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, pelo aceite em participar deste estudo e por disponibilizar seu espaço, documentações, tempo e sinergia. Sem o apoio desta equipe, a pesquisa não seria possível.

Ao Marcelo dos Santos, pela alegria contagiante, pelo amor abnegado, pelas noites de luar e pelos dias de labuta. Seu companheirismo foi fundamental para percorrer este caminho.

À minha mãe Noeli Maria Finger, por ofertar o ambiente propício para a emergência da invenção criativa, tão necessária para este tempo de elaboração da pesquisa.

Ao amigo Ricardo Riffert, cuja companhia ressignificou os momentos de inibição na escrita. Em nome dele, agradeço a todos aqueles que, de algum modo, sustentaram as minhas angústias no decorrer desse trabalho.

Aos amigos Carolina Rubia Marini e Uilson Fortunato, que compartilharam comigo suas escutas frente ao que, a priori, parecia irrepresentável.

Aos colegas, docentes e demais servidores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pelos aprendizados durante as disciplinas cursadas e pelo auxílio nas demandas que surgiram durante esta trajetória.

À Juliany Souza dos Santos, amiga que compartilha das mesmas trincheiras frente à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. A quem devo também estender meus agradecimentos por propiciar o tempo necessário para que este trabalho fosse produzido. Em nome dela, agradeço aos profissionais do meu convívio, que são fontes de inspiração para a luta por dias mais justos àqueles que hoje estão na margem da sociedade.

Aos adolescentes entrevistados, pela generosidade e pela confiança em partilhar suas biografias. Estes que inscreveram em mim um novo tempo para o exercício da psicanálise e permitiram ascender ao desejo de manter viva a memória daqueles que ainda são marcados

pelo crivo cruel de uma sociedade desigual.

Ao meu filho Enzo Ryujin Finger Nakamura, cuja existência ressignificou o meu viver, tornando-me mais sensível às duras realidades e mais atenta ao outro.

Brinquedo Assassino

*Toda criança sonha em ser feliz
Jogada no mundão, do crime um aprendiz
Cheiro de morte espalhado no ar
Papai Noel de preto veio me buscar*

*Deus ilumine o paraíso da criança
Mesmo seus problemas vêm do jardim de infância
Mesmo se a polícia não matasse fosse um bem
Mesmo se um pastor no psico rouba alguém
Porque a vida sempre ofereceu pra mim a morte
A morte me chamou pra brindar, me oferecendo a
sorte
Nunca ninguém me deu um ponto positivo
Quando fui roubar me chamaram de agressivo*

*Brinquedo assassino não sai da minha mente
Era de ferro, com doze balas no pente
Brinquedo assassino não sai da minha mente
E o fim de ano foi melhor pra muita gente*

*Vi a Hebe, a Xuxa internadas num asilo
Pelé loiro na Europa
Pedindo exílio
Parecia pesadelo sangue eu vomitava
Gelou o corpo todo e eu quase não escutava*

*No grito da tiazinha socorro eu tava morto
Senti a mão quente dela no meu rosto
Não sei, será que no céu eu vou viver com os órfãos
Ou vão rasgar meu peito num hospital e vender meus
órgãos*

*Antes a cavalo, quatro rodas é o futuro
Eu também ia matar
Me deitaram cheio de furos
Lembrei na hora dos conselhos dos meus pais
Falavam não vai, eu queria mais*

[...]

*Brinquedo assassino não sai da minha mente
Era de ferro, com doze balas no pente
Brinquedo assassino não sai da minha mente
E o fim de ano foi melhor pra muita gente*

(A FAMÍLIA)

Finger, Luciana M. (2020). *As inscrições da morte em adolescentes com histórico infracional numa perspectiva psicanalítica*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, Brasil.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as inscrições da morte nas trajetórias de adolescentes com histórico infracional, residentes em áreas de alta incidência de homicídios por arma de fogo no estado do Paraná. Trata-se de uma pesquisa psicanalítica, situando-se como psicanálise em extensão. Ou seja, tanto a base teórica desta investigação quanto a proposta metodológica procedem da psicanálise, desde a forma de interação com os sujeitos da pesquisa até o modo de análise dos seus discursos, não sendo resultado de um trabalho clínico tradicional. As etapas da pesquisa foram delineadas para direcionar o horizonte elaborativo, mas se retroalimentaram e se constituíram em um percurso dinâmico. O foco literário foi os clássicos da psicanálise aliados aos demais estudos indexados nas bases de dados *SciElo*, *PePsic*, *BVS*, *Lilacs*, *Psique*, *Psiquweb*, *PEP Web*. A escolha dos territórios decorreu dos dados do Mapa da Violência de 2015, no qual foram elencadas sete municipalidades paranaenses entre os 100 municípios mais violentos do país, sendo um deles o local da coleta de dados. As fichas cadastrais do programa municipal foram consultadas para a realização da triagem dos participantes da pesquisa, segundo os critérios de inclusão no estudo. Após a redação das histórias de vida e o encadeamento das impressões da pesquisadora frente às entrevistas, produzimos análises de cada caso, de modo a abarcar a proposição da pesquisa. Já numa segunda parte analítica, elencamos quatro assuntos para sistematizar algumas diferenças e semelhanças entre as narrativas. Os resultados obtidos tramitaram em torno das especificidades das narrativas, admitindo-se que estas foram produzidas, em um dado tempo e espaço, pela interlocução com a pesquisadora. Em última instância, as análises possivelmente desvelaram o desamparo, aquilo que resta mediante o encontro malgrado com o outro.

Palavras-chave: Morte. Adolescente. Sujeito. Psicanálise.

Finger, Luciana M. (2020). *A psychoanalytic perspective about the inscriptions of death in teenagers with infracional history*. Thesis (PhD). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, Brasil.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the inscriptions of death in the trajectories of adolescents with a history of infraction, living in areas of high incidence of homicides by firearm in the state of Paraná. This is a psychoanalytic research, situated as psychoanalysis in extension. That is, both the theoretical basis of this investigation and the methodological proposal come from psychoanalysis, from the form of interaction with the research subjects to the mode of analysis of their discourses, but it is not the result of a traditional clinical work. The stages of the research were designed to direct the elaborative horizon, but they fed back and constituted a dynamic path. The literary focus was the classics of psychoanalysis combined with the other studies indexed in the databases *SciElo*, *PePsic*, *VHL*, *Lilacs*, *Psyche*, *Psiquweb*, *PEP Web*. The choice of territories was based on data from the 2015 Map of Violence, in which seven municipalities from Paraná were listed among the 100 most violent municipalities in the country, one of which was the site of data collection. The registration forms of the municipal program were consulted for the screening of the research participants, according to the inclusion criteria in the study. After writing life stories and the chain of the researcher's impressions in front of the interviews, we produced analyses of each case, in order to cover the research proposal. In a second analytical part, we listed four subjects to systematize some differences and similarities between the narratives. The results obtained revolved around the specificities of the narratives, assuming that they were produced in a given time and space, through dialogue with the researcher. Ultimately, the analyses possibly revealed helplessness, what remains through the failed encounter with the other.

Keywords: Death. Teenager. Subject. Psychoanalysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	<i>Acquired Immunodeficiency Syndrome</i>
CCH	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
COPEP	Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
GTA	<i>Grand Theft Auto</i>
IGBE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA	Liberdade Assistida
LSD	<i>Lysergsäurediethylamid</i>
MSE	Medida Socioeducativa em Meio Aberto
PEP WEB	<i>Psychoanalytic Eletronic Publishing</i>
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
SIM	Sistema de Informação de Mortalidade
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O SUJEITO NAS TRILHAS DA MORTE: OS (DES)CAMINHOS DO VIR-A-SER	310
1.1 O Sujeito e a Morte.....	343
1.1.1 A morte aparece em cena: a tensão entre as pulsões.....	498
1.1.2 O (a)morte-cimento do Inconsciente	575
1.2 O Homicídio Primordial e o Surgimento da Civilização.....	62
1.2.1 Os enlaces entre o mito freudiano da civilização e a realidade psíquica.....	676
2 O ADOLESCER	71
2.1 Entre o Brincar e o Adolescer: Sobre os Devires na Atualidade	79
2.2 A adolescência em Ato	90
2.3 O Homicídio Nosso de Cada Dia: As Subjetivações de Adolescentes Que Convivem Com a Morte e a Violência	98100
3 A PSICANÁLISE E O DIREITO: ENTRE O (IM)POSSÍVEL DIÁLOGO ATÉ O DIÁLOGO DO (IM)POSSÍVEL	1130
3.1 As Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.....	117
4 UMA LEITURA PSICANALÍTICA SOBRE AS NARRATIVAS DO ADOLESCER: A MORTE PARA RENASCER.....	1252
4.1 Os(as) Adolescentes e suas Histórias de Vida.....	1274
4.1.1 O relato de J.....	1274
4.1.1.1 <i>Marie, o sepultamento dos mortos e o desolamento de uma terra.....</i>	<i>13329</i>
4.1.1.2 <i>A análise das inscrições da morte na trajetória de J.</i>	<i>1352</i>
4.1.2 O relato de H.	136
4.1.2.1 <i>Oxóssi, o guerreiro que perdeu o arco e as impressões sobre as entrevistas com H.</i>	<i>143</i>
4.1.2.2 <i>A análise das inscrições da morte na trajetória de H.</i>	<i>145</i>

4.1.3	O relato de M.....	151
4.1.3.1	<i>A sobrevivente Alceste: algumas impressões da narrativa de M.....</i>	<i>162</i>
4.1.3.2	<i>A análise das inscrições da morte na trajetória de M.....</i>	<i>164</i>
4.2	A Análise das Marcas da Morte Nas Trajetórias de Vida Dos(as) Adolescentes Entrevistados: O Que as Histórias nos Contaram?	17269
4.2.1	O real da morte e suas vicissitudes nas histórias de vida dos adolescentes entrevistados	1atos 70
4.2.2	Atos infracionais e a inscrição mortífera	1751
4.2.3	Há enunciação mortífera no abuso de drogas?	1773
4.2.4	Sobre o brincar como função para o devir no mundo.....	1796
5	À GUIA DE CONCLUSÃO.....	182
	REFERÊNCIAS	189
	ANEXO.....	216
	ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Adolescentes.....	216
	ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais	218
	ANEXO C – Roteiro de Apoio - Entrevistas	220

INTRODUÇÃO

No embalar do rap “Brinquedo assassino”, do grupo *A Família*, utilizada no prólogo deste trabalho, situa-se o enigma inicial desta pesquisa, pela qual se pretende analisar as inscrições da morte em adolescentes autores de atos infracionais, residentes em áreas de alta incidência de homicídios no estado do Paraná. Esta problemática entrelaça a indagação sobre em que medida o tema da morte marca simbolicamente seus devires como sujeitos. Pelo entendimento de que o ato de nomear carrega um mais além da própria simbologia, optamos por trazer um elemento da cultura juvenil marcada pelo signo da infracionalidade e da morte. Com isso, o ensejo foi de minimamente sinalizar ao leitor sobre a condução adotada neste percurso, no qual a centralidade está nas narrativas dos/as adolescentes sobre suas histórias de vida, sob o sustentáculo do arcabouço psicanalítico.

Mediante a música apresentada, é possível também se interrogar quanto aos limites do polo negativo do brincar que, em uma primeira vista, pode trazer a música em questão. Pela intersecção dos conceitos winnicottianos do brincar e da formação do eu, objetivamos tangenciar de que maneira o lúdico aparece ou não nas histórias de vida apresentadas, sob os seus aspectos de invenção criativa em ambientes onde o investimento libidinal pode ser escasso ou mesmo onde a morte violenta, como acontecimento social tornou-se uma experiência reiterada. Há que pensar também que o brinquedo assassino não apenas se inscreve nas vias do homicídio ou do poder da arma, mas onde a pulsão mortífera se faz imprescindível para a vida em alteridade, ao se haver com os vazios e os limites da própria existência.

De modo algum, esta opção se distancia do que preconiza a psicanálise. Pelo contrário, ela vai ao encontro de seu aspecto ético, no que se refere à primazia da verdade dos sujeitos. Não aquela factual, condizente à lógica consciente, mas a da dimensão psíquica, que lhe confere um nome e atribui lugar no mundo. Nessa perspectiva, deu-se a escolha pela música em questão, na tratativa de demarcar a importância das experiências singulares de adolescentes e dos seus modos de convívio nas narrativas sobre a morte. Nessa trajetória, reconhecemos que o sentido atribuído nas análises advém da interação entre pesquisadora e sujeitos participantes da pesquisa. E é a partir desse interjogo que, de acordo com Rezende (2000), a psicanálise se diferencia das ciências formais, uma vez que a verdade é costurada por um “consenso simbólico” (p. 20), diferenciando-se da evidência produzida de forma unilateral. Essa consonância simbólica também remete aos conceitos que amparam esse

estudo. No amplo espectro da teoria psicanalítica, as escolhas conceituais e de autores trazidos foram daqueles que propõem um diálogo com as especificidades socioeconômicas, políticas, históricas e culturais. Portanto, compreendemos que as definições não são estanques e unilineares, mas contextuais, dialógicas e, por vezes, partem de escolas psicanalíticas com diferenças epistemológicas entre si.

Antes, é preciso sinalizar que adolescentes com histórico infracional são aqueles que do ponto de vista penal cometeram contravenções e, quando sentenciados, devem cumprir medidas socioeducativas, seja as de meio aberto (liberdade assistida, prestação de serviço à comunidade), seja as de restrição ou privação de liberdade (semiliberdade e internação). Estes jovens¹ são muitas vezes conhecidos como marginais, trombadinhas, os ditos “fora-da-lei”. Campista (2004) se apropria do termo utilizado pelo senso comum para demonstrar a falha simbólica do laço social, forjada pela carência de limites, que situam os sujeitos na alteridade. Para a autora, é possível também relacionar a expressão “fora-da-lei” (Campista, 2004, p. 121) à etimologia da palavra delinquência, do verbo em latim *delinquere*, que denota exterioridade, afastar-se de algo ou pessoa. Nessa mesma linha argumentativa, Rassial (1999) destaca que a prática infracional pode se inscrever em um fora-de-lugar, quando comparado às necessidades de engajamento do mundo capitalista. Este sistema opera um formato de lei que carece de elementos simbólicos para referenciar os laços sociais e sustenta as vias de identificação pela lógica do consumo. Portanto, esses jovens encontram-se desamparados pelo sistema social majoritário. Ruffino (2005) sustenta que essa fragilização dos laços sociais deve-se ao declínio do simbolismo da lei, a qual conduz à ausência da castração dos desejos mais primevos, hostis e ambíguos. O resultado disso é uma massa sem filiação que, em virtude do não reconhecimento dos interditos, torna a exacerbação do individualismo um meio de sobrevivência, ao mesmo tempo em que gera uma coletividade homogênea pelas vias do consumo, tomando a mercadoria como elemento de identificação.

Na corrida da sustentação subjetiva, por meio do consumo, operada sob o registro do “quem pode mais, chora menos” e no princípio da satisfação plena e imediata, o impacto para a adolescência pobre apresenta-se mais intensificada. Essa (ir)racionalidade capitalista conduz para um limbo, pela falta de bens de consumo, que assegurariam sua entrada e posição de

¹ No âmbito jurídico, a adolescência refere-se à faixa etária compreendida entre os 12 e 18 anos de idade (Lei nº 8.069 de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente). A recente Lei nº 12.852 de 2013, conhecida como o Estatuto da Juventude, define o jovem como a pessoa entre 15 e 29 anos de idade. Neste trabalho, optamos por usar as terminologias como sinônimas.

indivíduo no mundo. Nessa trama social, Melman (2000) afirma que o capitalismo é permeado por aspectos fetichistas, no sentido de priorizar as vias mercadológicas de constituição subjetiva. A satisfação do desejo dá-se por intermédio de objetos de valor mercantil ou de difícil acesso às camadas populares. Nessa interação, o indivíduo busca contornar o vazio constituinte, em uma tentativa de gozo pleno. O homem se torna aquilo que ele possui e, na negação do que lhe falta simbolicamente, padece de sua singularidade.

Nessa cena societária, Sales (2007), embasada nos estudos foucaultianos sobre a presença da dominação nos discursos dos saberes científicos, jurídicos, religiosos e das mais diversas gamas institucionais, pondera sobre as nuances do olhar, no que se refere à formação subjetiva dos adolescentes em conflito com a lei. Pelos emaranhados da vigilância midiática, a criminalidade torna-se um dos únicos caminhos possíveis para os jovens se fazerem vistos. O que a autora chama de “visibilidade perversa” (p.105), pois a plateia extrai do sujeito sua história, seu contexto familiar e seus modos de convivência, para personificá-lo como a própria violência. Se por um lado a violência está nos olhos de quem vê, Birman (2007), ao discutir o mal-estar na atualidade, compreende que o fenômeno da violência toma corpo na trama social pela ausência de recursos para o exercício da alteridade, pois há um enfraquecimento das perspectivas dialógicas, o que leva os indivíduos a buscar o gozo solitário e perverso, aquele que já não compreende o outro como um igual, mas como um objeto.

Por intermédio dessas breves considerações, pode-se argumentar que os atos de adolescentes com histórico infracional possuem significações das mais variadas, um dos exemplos se constitui como apelo à inscrição em um mundo que os situa à margem, por não possuir uma mercadoria suficientemente “digna” para se identificar. E, tendo em vista a compreensão psicanalítica acerca da porosidade entre o psiquismo e o mundo, o questionamento que salta aos olhos direciona-se para a análise dos caminhos pelos quais a sociedade tem contribuído para a mortificação destes jovens. Seja a morte pela via simbólica, quando a eles é negada a possibilidade de subjetivação em uma sociedade que privilegia o consumo como elemento identificatório, seja o real da finitude da vida que a juventude brasileira presentifica cotidianamente. Do “cheiro de morte espalhado no ar”, como os versos da música – epígrafe deste trabalho – não deixa esquecer, os estudos estatísticos denunciam níveis epidêmicos de homicídios no Brasil. No “Mapa da violência: mortes matadas por armas de fogo” (Waiselfisz, 2015a), foram expostos os índices de mortes por armas de fogo entre os anos de 1980 a 2012. Na população total, o crescimento de mortes por armas de fogo foi de

198,8%; entre os jovens de 15 a 29 anos, o aumento foi de 272,6% no mesmo período. Já na faixa etária compreendida entre os 16 e 17 anos, a elevação foi de 640,9% entre os anos de 1980 e 2012 (Waiselfisz, 2015b). No ano de 2014, a taxa de homicídios da população de 15 a 29 anos representa 60% dos vitimados por arma de fogo. Entre os jovens, a AIDS, que já foi considerada uma epidemia, foi responsável por 1.618 óbitos; já as armas de fogo mataram 22.694, isto é, 15 vezes mais. Há que considerar também que, no mesmo ano, as vítimas por arma de fogo no Brasil foram maiores do que aquelas notificadas em chacinas acontecidas na Palestina, Iraque e Bélgica (Waiselfisz, 2016). Em 2016, foram registrados 62.517 homicídios, 30 (trinta) vezes mais que na Europa (Cerqueira et al., 2018). Ao se ponderar que a Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece como nível de epidemia 10% para cada 100 mil habitantes, nosso país vive índices alarmantes.

Waiselfisz (2015b), baseado nas fontes do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) da Secretaria de Vigilância em Saúde e do IBGE, elencou os 100 municípios brasileiros com as maiores taxas de mortes de adolescentes entre os anos de 2011 e 2013, sete municipalidades paranaenses estão dentre as listadas. Cascavel ocupa a 38ª posição, Foz do Iguaçu (62ª), Pinhais (65ª), Araucária (66ª), Londrina (79ª), São José dos Pinhais (88ª) e Colombo (90ª). Em estudo específico acerca dos homicídios por arma de fogo, a capital paranaense aparece em 15º lugar no ordenamento das taxas de óbitos da população juvenil. A taxa de vitimização dos jovens por armas de fogo no estado é 5 vezes maior do que na população acima de 29 anos.

No que se refere ao perfil dos jovens vítimas por armas de fogo², Waiselfisz (2015b) demonstra que a maioria possui defasagem escolar quanto à idade em relação à série, é do sexo masculino (93%), sendo que os negros morrem três vezes mais. De acordo com o autor, estes dados revelam a natureza do esquecimento da sociedade ou, ainda, a “epidemia da indiferença” (Roque, citado por Waiselfisz, 2015b, p. 68), pela qual as mortes violentas são naturalizadas e, em alguns casos, compreendidas como ações necessárias para expurgar da sociedade os ditos marginais, trombadinhas e delinquentes. Essa concepção tem raízes profundas nas teorias eugenistas que, com o apelo no evolucionismo, elencam os sujeitos, as raças e as classes, para compor um suposto tecido social aprimorado. Teorias que foram

² Atualmente, inexistem estudos consolidados sobre os perfis de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, no âmbito nacional ou mesmo do Estado do Paraná. Há apenas alguns circunscritos a determinadas cidades, ou estudos referentes às medidas de privação de liberdade (internação) e de restrição de liberdade (semiliberdade).

utilizadas pela Alemanha nazista para justificar a perseguição e o genocídio de judeus, ciganos e daqueles que não correspondiam ao ideal de superioridade da raça ariana. E, apesar do assombro que o nazismo ainda causa, os resquícios da eugenia na atualidade não são poucos e aparecem em algumas práticas de saúde mental, nos discursos pedagógicos, médicos e comunicativos (Boarini & Yamamoto, 2004).

Ao se destacar os eleitos, outros tantos permanecem periféricos. Para Birman (2007) e Cunha e Feltran (2013) há uma amplitude discursiva em torno do conceito de periferia, que não apenas denota um território à margem, distante do centro ou mesmo de moradias autoconstruídas, mas circunscreve uma pluralidade de sentidos políticos, econômicos, religiosos, sociais e culturais, sendo que notadamente tem sido permeada pela acusação da violência, criminalidade e drogadicção. É desse modo que Adão (2017) compreende as periferias brasileiras, como territórios atravessados pela “necropolítica” (p. 51), nos quais historicamente se concentrou o povo negro escravizado, devido à segregação social e arquitetônica das cidades após abolição e onde a morte faz parte de um projeto anunciado para o exercício do poder sobre a população considerada como uma ameaça.

Embora não seja esta a pretensão da presente pesquisa, a de uma análise factual da morte na conjuntura societária, tal como se vê nos estudos etnográficos, estatísticos e sociológicos, há o intuito de demonstrar a relevância de um trabalho voltado à análise das inscrições da morte em adolescentes com histórico infracional, residentes em áreas de alta incidência de homicídios. Este estudo é também forjado pelas reflexões de Birman (2007), quanto à necessidade da psicanálise estar mais atenta “aos novos cenários de horror do sofrimento subjetivo” (p. 18), os quais se inscrevem em um corpo que sofre em uma dada realidade social, econômica e histórica. É, portanto, como uma tentativa de amplificar a escuta das histórias de vida desses garotos e garotas, de seus modos de convivência, contribuindo para reflexões psicanalíticas alinhadas às mazelas da sociedade brasileira e paranaense, que esta investigação se justifica. Também se ampara pela possibilidade de subsidiar a prática da pesquisadora na política da assistência social, mais especificamente, ao acompanhamento interdisciplinar de adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias.

O fato da proposição desta pesquisa estar delimitada aos jovens residentes em áreas de alta incidência de homicídios não se constituiu aleatoriamente. A suposição é de que as relações, os costumes e as regras de convivência podem ser modificados pela tenacidade das vivências mortíferas, até como uma maneira de sobreviver a esse ambiente hostil, onde mais se mata e se morre. Uma vinheta ilustrativa da prática profissional que exemplifica a hipótese

mencionada, refere-se a uma cantiga de roda ouvida no Complexo do Alemão, situado na cidade do Rio de Janeiro, por ocasião de uma visita técnica a projetos sociais. Nesta oportunidade, ao transitar pelas ruelas do local, ouviu-se um grupo de cinco crianças que cantava e dançava a seguinte música: “bandido que mata, também dança” (*sic*). Este célere exemplo sinaliza a extensão da presença mortificante da violência na vida de crianças e adolescentes dessas localidades. A morte tornou-se tema de uma cantiga de roda infantil, assunto tão trivial quanto o ato de dançar e, a despeito de sua presença, ainda é possível brincar, dançar, cantar e se divertir. Ou seja, algo do lúdico, da criatividade e do prazer que regula a vida psíquica se fez presente, tal como a possibilidade inventiva de um rap, mesmo que seja para falar da morte violenta que atravessa seus corpos juvenis. Esse tensionamento entre aparentes polos opostos nos fez questão.

Na exaustiva descrição sobre o testemunho de Eichmann e suas atividades nazistas, tais como a deportação de judeus para os campos de extermínio, Arendt (1963/2014) observa uma subjetividade doutrinada por um regime totalitário, que em muitos momentos incapacitou, distorceu as possibilidades de ponderação e banalizou o mal. Esse testemunho permite a autora observar conteúdos que não foram contemplados no processo judicial do nazista, tais como o questionamento sobre as atividades das lideranças judaicas que entregaram o próprio povo ao genocídio. Em uma analogia à pesquisa que aqui se propõe, a hipótese que preliminarmente se argumenta é a banalização da morte na sociedade brasileira. A morte daqueles que são considerados as “ervas daninhas”, que carregam historicamente os males e as razões do nosso fracasso. São os ditos sujeitos periféricos, órfãos de uma sociedade pautada na lógica consumista excludente. A infância pobre que não tem o tênis ou a roupa da moda e, portanto, não possui qualidades suficientes para convocar a atenção. Embora se configure em maneiras de inscrições no mundo, há um campo instável para tal ação. É por esse viés que Athayde, Bill e Soares (2005) compreendem que as crianças e os adolescentes invisíveis à lógica societária podem recorrer à prática de atos violentos, como uma maneira de convocar o reconhecimento e pleitear sua subjetividade, trata-se de tornar-se visto pelo horror praticado.

Nas discussões sobre a inconsciência como construção social, Marcondes Filho (1992) percorre os processos de identificação e de entrada no mundo social, para subsidiar a concepção de que mesmo as instâncias psíquicas, a libido, os sintomas e as funções cognitivas, tais como a memória, emergem na materialidade cotidiana, cultural e midiática das estruturas societárias, sendo estimuladas por essas concretudes. Na amortização diária da

violência realizada pelos meios comunicativos, há uma espécie de estimulação de psiquismos sensíveis. Assim, não é a visão das mortes no vídeo que tornam os indivíduos violentos, mas “uma estrutura psíquica refratária a toda e qualquer ameaça que o mantém vivo e desencadeia, sem colocar questões morais ou de consciência, sua violência social” (p. 28).

Para Kehl (2015), a influência da mídia televisiva sobre a subjetividade contemporânea funciona como espelho, pelo qual os indivíduos idealizam e se identificam. Já a produção em larga escala dos meios comunicativos industrializa e massifica os valores, as crenças e as linguagens. As subjetividades tornaram-se objetificadas pelo empobrecimento dos modos de sociabilidade. Para ser “único” e amado, faz-se necessário semelhar-se aos demais, produzir-se em série. De acordo com Ruffino (2000), estamos diante de um funcionamento social marcado pelo declínio de elementos sociais capazes de operar a lei simbólica da castração, o que gera peculiaridades nas relações interpessoais e, por conseguinte, na forma de subjetivação dos jovens. Ruffino (2005) argumenta que as consequências da contemporaneidade intensificaram o vazio identitário, levando o jovem a empreender seu reconhecimento na *polis* pelas vias do ser e do valer. Os espaços urbanos são utilizados como forma de reconhecimento, de tornar-se visto e ouvido. A utilização de uma unicidade estética busca demonstrar ao outro uma imagem do que se pressupõe ser a sua identidade.

Nessa atuação, a mídia parece cumprir a função de ofertar ao jovem a plateia para o espetáculo acontecer, garantir a visibilidade social (Ruffino, 2005). Essa busca por visibilidade é o argumento de Sales (2007) frente à análise de duas rebeliões nas FEBEMs de São Paulo, instituição atualmente denominada de Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), e do episódio do sequestro do ônibus 174, no Rio de Janeiro, em 12 de junho de 2000, o que fomentou a criação do conceito “invisibilidade perversa”. Para a autora, a sociedade capitalista anula os jovens da periferia, que são invisíveis aos olhos do consumismo e apenas adquirem a visibilidade nos noticiários policiais. Deste modo, pelos atos infracionais os adolescentes tornam-se vistos de uma maneira perversa, pois esta parece ser a sua única via de inscrição no mundo. Personificam, assim, a própria violência. O que configura essas cenas é a supervalorização das violências perpetradas, em detrimentos das diversas dimensões dos adolescentes, suas histórias de vida. A esses cenários de horror foram perfiladas maneiras peculiares de vestimentas, de marcas no corpo, de linguagens ou mesmo de certas musicalidades predominantes da juventude, que deve ser temida.

Ao se considerar a coletividade dentre os adolescentes autores de atos infracionais, Abramovay et al. (2010) apoiam-se nos conceitos de antropólogos e sociólogos diversos sobre o fenômeno das gangues como uma imagem forjada pela contemporaneidade, que possuem características peculiares a depender das localidades em que se inscrevem. Para os autores, este formato peculiar de sociabilidade entre jovens está mais vinculado à sociedade que marginaliza a juventude do que propriamente a uma característica da adolescência, até porque se identifica nas gangues estadunidenses, por exemplo, suas vinculações com a esfera financeira, que atravessa os limites de uma só fase do desenvolvimento humano. Dessa forma, para pensar na constituição de subjetividades e da sociabilidade desses jovens, faz-se necessário considerar que nas periferias, desde muito cedo, eles são rotulados e sobrevivem atravessados, apesar dos clichês, dos estereótipos de pobres e/ou de assassinos.

Diante dessas perspectivas teóricas, a hipótese é de que as inscrições da morte nas experiências singulares de adolescentes autores de atos infracionais, residentes em áreas de alta incidência de homicídios, passem por marcadores da violência e do horror traumático, que se tornam vias de inscrição psíquica no mundo. Essas trajetórias mortíferas parecem ser balizadas pela pulsão de morte, desprendida das pulsões de conservação da vida. Às voltas da música que nomeia este estudo, questionamo-nos: brinquedos assassinos ou brinquedos assassinados?

Com o intuito de analisar as inscrições de morte nas trajetórias de vida dos participantes deste estudo, de maneira a travar uma discussão sobre as influências dessas nos seus processos de subjetivação, a presente pesquisa será disposta em quatro capítulos.

Assim, no primeiro capítulo, discorreremos sobre a morte como fator constituinte do psiquismo e quais conceitos psicanalíticos poderiam sustentar tal hipótese. E, a partir disso, a dialética entre a finitude da vida e o nascimento da civilização e do sujeito pelo viés psicanalítico. As perguntas norteadoras direcionaram-se em torno do enlace entre os conceitos da obra freudiana – a exemplo do narcisismo, das pulsões, do complexo de castração e do totemismo – com a temática da morte. O aparente paradoxo “morrer para nascer”, revelou as tensões entre as pulsões de vida e de morte e colocou frente a frente com as marcas das mortes simbólicas que inauguram o vazio constitucional, posicionam o sujeito na ordem do desejo e, portanto, o fundam, ao mesmo tempo em que a morte é simbolicamente negada, ao nível da inconsciência. Salutar a compreensão de que o trabalho da análise psicanalítica reside justamente nesse algo que foge ao eu e que ao mesmo tempo o inaugura. No caso em questão, a morte como marca constituinte do psiquismo.

No segundo capítulo, abordamos o adolecer como um conjunto de vivências, atos em constante relação com a sociedade. O pertencimento a uma comunidade remete, mais do que à transição de uma faixa etária, à renúncia da completude da infância, marcada pelo luto dos pais e do corpo infantil, pelo encontro com responsabilidades sobre si e sobre o mundo. Isso inundado pela complexidade das moratórias exigidas pela cultura. Também discutimos a passagem ao ato na adolescência, diferenciando-a do *acting out*, este último como um enunciado subjetivo que remete ao sujeito do desejo, enquanto o primeiro está relacionado com a impulsividade que carece de simbolização (Pontalis, 1982/2004). Essas diferenciações entre o ato (*acting out*) e o agir (passagem ao ato) foram essenciais para a discussão das subjetivações em localidades hostis. A pretensão não foi de responder sobre as razões simbólicas pelas quais um sujeito comete um homicídio, pois a ética da psicanálise nos impõe o estudo das singularidades de cada sujeito para tais análises (Birman, 2007), mas de tangenciar teoricamente a formação social dos adolescentes que vivenciam cotidianamente a morte, no que se refere aos processos identificatórios. Diante da ânsia identitária em um contexto social que limita o enlace, no qual a presença mortífera do supereu não é simbolizada, o assassinato pode se configurar como um *acting out* que dá nome ao adolescente. O brinquedo assassino de que nos fala a música.

No terceiro capítulo, apresentamos a interface entre psicanálise e o direito. Foram traçadas as possíveis relações e dissonâncias entre as duas narrativas. A discussão entre o sujeito jurídico, aquele dotado de consciência, de direitos e deveres, e o sujeito da psicanálise, que se inaugura a partir do vazio constitucional e do que o extrapola, conduz para o entendimento acerca dos (im)possíveis diálogos epistemológicos. Se por um lado admitimos seus contrassensos dialógicos, por outro vislumbramos intercessões, uma vez que, tal como o sujeito psicanalítico, o do direito também se constitui no campo da linguagem. Para Dunley (2011), a poética trágica da Antiguidade é uma raiz comum das duas disciplinas, pois as intempéries do herói grego perpassam por princípios que são caros ao direito, a própria noção de justiça passou a ser delineada e a tênue linha entre a liberdade individual e a unicidade do coletivo apresentou-se como pano de fundo para a elaboração dos pressupostos democráticos.

No campo das técnicas, Freud (1906/2015a) já apontava caminhos e limitações para o uso da abordagem psicanalítica nos interrogatórios criminais. Diante dessas elucubrações no segundo item desse capítulo, apresentou-se brevemente as medidas socioeducativas, como são executadas, bem como uma rápida digressão crítica sobre as formas alternativas de intervenções nesse campo, tais como a arte e a música, na busca por superar os modelos de

formação educativa tradicional. Essas vias serão apresentadas pelo parentesco com a poética trágica grega, que é considerada origem comum da psicanálise e do direito.

No quarto capítulo, realizaremos as análises do material coletado: as reflexões diante das narrativas de três adolescentes entrevistados(as). Cada seção foi dedicada à transliteração das entrevistas, seguida das impressões da entrevistadora em cada caso e finalizando com as análises. No segundo tópico, exporemos uma condução analítica sobre as inscrições da morte nas trajetórias de vida dos(as) adolescentes participantes, pontuando o que se repete nas narrativas e o que as distancia, retomando o objetivo e em que nível a morte estaria presentificada nessas trajetórias. De maneira análoga a uma paleta de cores, na qual algumas nuances nem sempre parecem evidentes, o que apresentaremos, no material coletado, abriu caminho para pensar a morte no mais além de um fato biológico, como elemento de inscrição simbólica.

Com a presente pesquisa não se pretende exaurir o assunto, mas apresentar como se desenham as marcas simbólicas da morte e como essas podem ser elementos para pensar a constituição do sujeito adolescente, quando este se encontra cotidianamente atravessado pela finitude biológica nos formatos mais violentos. Trata-se, portanto, de tecer considerações a partir de conceitos e temáticas já delineados, tanto por Freud como por outros pensadores, na busca por um novo, por uma elaboração que possa incitar espaços para a discussão da morte no mais além do seu aspecto terrificante, destruidor ou de ausência.

Tendo em vista a perspectiva metodológica e os rumos dos debates sobre fazer ciência em psicanálise, Figueiredo e Minerbo (2006) delineiam algumas considerações sobre as modalidades de pesquisa em psicanálise e a pesquisa com o método psicanalítico. A semelhança entre essas duas categorias está no direcionamento teórico-conceitual, seja por meio de uma sistematização histórica de conceitos psicanalíticos, seja por intermédio da epistemologia psicanalítica para realizar as análises que os estudos requerem. Em ambas as formas metodológicas, há o entendimento sobre a interação entre o objeto de estudo e o pesquisador, de tal modo que o pesquisador também se transforma nessa interface, assim como os participantes e a própria teoria. Em termos de diferenças, a pesquisa em psicanálise, *grosso modo*, direciona-se aos estudos que estão circunscritos à prática clínica e, segundo os autores, requerem um “psicanalista atuante” (p. 259). Já a presente proposição investigativa enquadra-se na modalidade de pesquisa com o método psicanalítico, cujos objetos de estudo podem ser os processos socioculturais e/ou subjetivos, que não necessariamente partem de

uma situação da clínica tradicional, mas que são analisados a partir da abordagem psicanalítica.

Uma contribuição importante para os estudos dos processos sociais e subjetivos ancora-se sobre o conceito de “dialética negativa”, concebida por Adorno (1966, citado por Pucci, 2012), que abarca a necessidade de fazer trabalhar a tensão entre o objeto a ser conhecido e a experiência filosófica, a fim de que a teoria não se esvazie em si mesma, tornando-se, assim, não conceitual por não se aproximar do objeto a ser conhecido. Rosa e Domingues (2010), ao discorrerem sobre a pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos, ensinam que, mesmo em uma pesquisa psicanalítica de cunho teórico, a análise dos textos remete à situação transferencial. Há, nessa situação, uma relação entre o pesquisador e os textos estudados e toda a gama de afetos envolvidos, tais como resistências, pontos cegos, sobressalência de alguns dados em detrimentos de outros e, portanto, há nessa interface a marca de um discurso, a do sujeito pesquisador em relação à teoria a que se dedica. Isto não significa pleitear a falta do rigor científico, mas localizar a posição daquele que faz pesquisa em psicanálise, em que se pressupõe um lugar de não neutralidade, de postura passiva/ativa, tanto para acolher o conteúdo, quanto para produzir uma escrita que traz uma autoria.

Esse é um dos contrassensos que leva Rezende (2000) a denominar a psicanálise de ciência pós-paradigmática, pois ela subverte os modelos estanques das ciências naturais em termos epistemológicos e de métodos, sem deixar de ser ciência, ao manter os requisitos da técnica (transferência, interpretação e outros) aliados aos seus pressupostos teóricos. Assim, o sujeito do inconsciente e as particularidades da díade analista e analisando fazem emergir uma abundância de efeitos para a ciência da psicanálise. Dito em outras palavras, a paleta de cores pode ser a mesma (teoria e prática), mas as pinturas dela resultantes são dos mais diversos coloridos (verdades da experiência analítica).

Nesse ínterim, Rezende (2000) pondera sobre os questionamentos acerca da crise da psicanálise como ciência; mesmo Freud (1917/2017d) salientou que o material clínico, ao demonstrar a existência do inconsciente e ferir narcisicamente o homem, gerava críticas e resistências tanto no público em geral quanto na comunidade científica. Ao demonstrar o paradoxo da psicanálise, o autor argumenta:

A psicanálise questiona a Universidade e, por esse motivo, quase foi dela excluída, com a alegação de que não era científica. Hoje, não mais, pois já se começa a reconhecer que, se não é científica como as outras ciências, a psicanálise pode, no entanto, sê-lo ao seu modo, como ciência pós-paradigmática, indo além dos paradigmas que usa e transforma. (Rezende, 2000, p. 20).

Se pensarmos de forma análoga à temática deste estudo, de certa maneira, a morte simbólica da psicanálise como ciência natural, sua exclusão dos ditames padronizados, viabilizou o seu reconhecimento enquanto uma ciência peculiar que, segundo Figueiredo (1989/1998), carrega sua originalidade por ao mesmo tempo derivar de várias fontes de conhecimento, tais como a biologia, filosofia, sociologia, dentre outras; sem se esvaír em um ecletismo vazio.

Diante desses pressupostos, considerou-se o dinamismo presente entre o método, seus instrumentos e etapas em interação com a visão de mundo, a manifestação do fenômeno em estudo, a dialética entre dados, teorias e a experiência subjetiva da pesquisadora. Desse modo, as etapas descritas a seguir foram predelineadas de maneira didática e como uma diretriz de condução, mas não se constituíram como processos estanques e lineares.

Na primeira fase da pesquisa, em um estudo teórico preliminar, foram elencados os materiais teóricos que abarcam o tema e a sua problematização, à luz da teoria psicanalítica. Os escritos freudianos foram privilegiados e também se recorreu a outros pensadores da psicanálise para subsidiar a discussão, no que tange ao entrelaçamento de acepções e conceitos nem sempre tão evidenciados à primeira vista, buscando com isso trazer à tona, na medida do possível, a variedade de discussão no campo psicanalítico em torno das temáticas abordadas neste trabalho. Dessa forma, foram pesquisados livros, artigos, teses e dissertações em bases de dados eletrônicas: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciElo), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), *Psychoanalytic Electronic Publishing* (PEP Web), Base Psique, PsiqWeb, cujas palavras-chave ou temas centrais fossem a morte, as pulsões³, os lutos e as expressões correlatas nas literaturas psicanalíticas.

O estudo teórico foi baseado na proposta de Severino (2000), quanto às análises textual, temática e interpretativa. A análise textual configura-se na leitura global da literatura, trata-se mais de um primeiro encontro com o texto e com o autor que o redigiu. Pela análise temática, a proposta é refazer a linha de raciocínio do autor, evidenciar e esquematizar

³ Em algumas traduções das obras de Freud, tais como a da Editora Autêntica, utiliza-se pulsão para representar o termo *trieb* em alemão; em outras, como a da Companhia das Letras, usa-se instinto e impulso para o mesmo termo. Quanto aos formatos de tradução, os autores psicanalíticos não são unânimes, Laplanche (1985) e Lacan (1964/1996) posicionam-se pelo entendimento de que os termos instinto e pulsão não são sinônimos e possuem significados divergentes, devido ao uso discriminado de cada termo por Freud.

sequencialmente as ideias expostas. Na análise interpretativa, o autor destaca a importância de contextualizar as especificidades culturais, históricas, filosóficas e epistemológicas, que estão implícitas nos textos, e propõe que o pesquisador realize neste momento o diálogo entre os diferentes autores lidos. Essa sequência analítica do referencial teórico preliminar permitiu estabelecer as relações conceituais, buscar as diferenças e semelhanças entre os textos, identificar os elementos essenciais e acessórios, bem como outras temáticas que surgiram no trabalho de campo. O que resultou em um ensaio teórico, que foi submetido para apreciação do corpo editorial de uma revista científica na área da psicanálise e estudos interdisciplinares em setembro de 2018.

Passando para uma próxima etapa, uma fase de reconhecimento, foram avaliadas as informações acerca dos territórios paranaenses com maiores índices de violência praticada por adolescentes e aqueles com alta incidência de homicídios por armas de fogo em relação ao território nacional. Esses dados foram obtidos a partir dos Mapas da Violência publicados em 2015 e 2016 (Waiselfisz, 2015a, 2015b, 2016) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em 2018 (Cerqueira et al., 2018). Além disso, foi considerada a viabilidade da pesquisadora em realizar o estudo nos municípios pré-selecionados, segundo os critérios de distância da localidade e aceite do Programa Social.

Após a seleção do município e das localidades que constituem o universo desta pesquisa, o projeto inicial foi reformulado para atender as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS. A submissão ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – COPEP, da Universidade Estadual de Maringá, ocorreu no mês de junho de 2017 e a aprovação no mês de março de 2018. Por questões éticas, optamos por omitir o nome do município que realizou o aceite da pesquisa.

Para a composição da amostra, com a disponibilização das fichas cadastrais dos/as adolescentes atendidos/as pelo Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) do município selecionado, foi realizada uma primeira triagem dos participantes da pesquisa. Essa seleção foi realizada para identificar aqueles que atenderiam aos critérios da pesquisa: reincidência em atos infracionais, residente no município há pelo menos três anos, possuir idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos. Tais parâmetros para a seleção foram definidos com o intuito de entrevistar adolescentes mais envolvidos em práticas infracionais, que morassem a algum tempo na mesma localidade com altos índices de homicídios e, portanto, mais inseridos na dinâmica comunitária, considerando também o

critério do Estatuto da Criança e do Adolescente quanto à idade mínima para aplicabilidade de medidas socioeducativas (12 anos).

Em geral, a história de vida (instrumento de pesquisa que será delineado na sequência) é de caso único e parte-se desse caso para a generalização. Na pesquisa em questão, foram selecionados cinco adolescentes, a partir das fichas cadastrais. Eles foram contatados via ligação telefônica pela coordenadora do Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, com o intuito de explicar rapidamente a pesquisa e para verificar o prévio interesse dos(as) adolescentes. Na sequência, foi agendado um primeiro contato com a pesquisadora no programa, com o intuito de explicar os objetivos do estudo (conhecer as histórias de vida dos adolescentes), as razões pelo convite se direcionar a ele (critérios), a garantia de sigilo no que se refere à preservação da identidade e pontuando sobre a liberdade de escolha em aceitar ou não participar, bem como de desistir a qualquer tempo. Também procedemos a leitura do TCLE e foram salientados os seguintes aspectos: periodicidade das entrevistas, possíveis desconfortos com as sessões, diferença entre a pesquisa e o cumprimento da medida, período pré-determinado para início e término dos trabalhos e a divergência de um acompanhamento psicoterápico.

Após o contato inicial, em um dos casos foi agendada uma entrevista domiciliar, a fim de explicar os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos responsáveis. Em dois, a entrevista com os responsáveis foi realizada no programa, já que os participantes estavam acompanhados. É válido destacar que, dos cinco adolescentes triados, dois não compareceram no dia agendado para o contato inicial.

Uma vez que três adolescentes e seus responsáveis aceitaram participar do estudo, por meio da assinatura dos TCLEs, e tendo preenchido os critérios de inclusão, foram realizadas as entrevistas com roteiro de apoio (Anexo C), em dia e horário convenientes para os participantes. As entrevistas tiveram duração mínima de 60 e máxima de 90 minutos. Em conformidade com os pareceres da banca de qualificação, optamos por não ampliar o número de participantes, pois consideramos que o material coletado foi o suficiente para desenvolver as análises propostas por este estudo.

A quinta etapa constituiu-se em procedimentos de obtenção das informações, no que se refere à temática da morte, partindo de uma escuta psicanaliticamente orientada, atentando-se também para o que há de latente. Essa fase é coerente com o formato de pesquisa qualitativa por possuir natureza processual, enfatizar as significações dos sujeitos com o

contexto cultural e por reconhecer o papel representado pelo pesquisador na elaboração das informações.

As entrevistas de cunho narrativo e autobiográficas, denominadas “histórias de vida”, psicanaliticamente orientadas quanto ao tema da morte, foram uns dos instrumentos utilizados por esta pesquisa. A escolha por essa técnica de coleta de dados baseia-se na concepção da centralidade da narrativa no pensamento, compreendendo-se que a identidade humana é uma construção imaginária por intermédio da narrativa, pela qual o indivíduo delinea suas experiências e interações sociais. Ela é de cunho autobiográfico, porque se incentivou o discurso livre da história de vida, atribuindo destaque à singularidade das experiências narradas. De acordo com Zigueib Neto (2005), a história de vida permite encadear as experiências subjetivas vividas pelo sujeito e os processos sociais. Trata-se, então, de determinar o eixo das experiências de vida, para que se possa, no testemunho do participante, obter a singularidade e o encadeamento de sua experiência de vida, a fim de contextualizar o trajeto existencial e as condições materiais de existência, no momento particular da realidade histórica e social vivenciadas. Portanto, essa técnica transita pelas particularidades do sujeito, capta as significações do vivido e, conseqüentemente, as suas representações sociais e experiências, tecendo assim, os componentes coletivos das situações vividas. Ora, verifica-se aí a consonância com os objetivos pretendidos por esta pesquisa, uma vez que se trata de compreender o estatuto da morte na existência singular de adolescentes autores de atos infracionais.

Deve-se destacar também que o sucesso desse instrumento se dá, principalmente, pelo vínculo estabelecido entre pesquisadora e entrevistado, para se estabelecer uma relação de confiança e respeito que sustente a verbalização de suas trajetórias de vida. Nesse sentido, destaca-se que, a princípio, foi planejada a gravação das entrevistas em áudio, para posterior transcrição. Contudo, em contato com a coordenadora do programa, levantamos a possibilidade de emergência de conteúdos persecutórios, uma vez que os(as) adolescentes estão em cumprimento de uma sentença judicial, o que poderia gerar desconfiânças quanto à utilização dos áudios. Assim, optamos por realizar anotações logo após o término das entrevistas para manter as narrativas o mais semelhante possível de como elas ocorreram.

Foi utilizado um roteiro de apoio para obtenção de dados, como condição de escolaridade, ocupação, renda familiar, religião, estado civil, constelação familiar, mudanças (econômicas, culturais, migrações), que porventura não apareceram nas narrativas espontaneamente. Esses dados foram relevantes para se conhecer as diversas posições e

interações sociais dos adolescentes, no sentido de avaliá-las quanto à influência, ou não, das concepções de morte nos processos de subjetivação adolescente da amostra, bem como para a análise das configurações dos laços simbólicos entre seus pares e em que nível a morte está presentificada nessas relações.

Com relação à análise do material, coletado por intermédio de entrevistas, vale destacar que os dados foram trabalhados com todo rigor ético, não se fazendo referência aos nomes dos atendidos e responsáveis e tampouco usando dados que possam identificá-los de alguma forma. De acordo com Tinoco (2007), por meio da história de vida é possível abranger dois aspectos de interpretação complementares: o primeiro centra-se no sujeito e suas particularidades, o segundo envolve a análise de regras sociais de determinadas culturas.

Para o delineamento das análises, realizamos a transliteração das entrevistas, com a apresentação de algumas vinhetas literais das falas dos (as) participantes. Ao final de cada caso descrito, foram acrescentadas as impressões da pesquisadora durante a coleta do material e no decorrer da escrita, que se aproximassem tanto da experiência contratransferencial, quanto das histórias de vida dos(as) adolescentes. Nesse tópico, optamos por recorrer às figuras mitológicas ou personagens de expressões artísticas para nomear as histórias, como uma tentativa de atribuir alguns sentidos já no relato dessas biografias. Com essa vinculação com protagonistas ficcionais, objetivamos lançar preliminarmente algumas relações simbólicas com o enredo das entrevistas, que foram construídas na díade pesquisadora e adolescentes. Ao considerar esses enlaces transferenciais, concordamos com a sustentação de Zimerman (2008) que, em suas observações sobre o pensamento bioniano, discorre sobre a perspectiva singular das vivências psicanalíticas, as quais podem ser percebidas e interpretadas de diversas formas. Do mesmo modo, a escolha do enredo ficcional para cada história de vida não foi aleatória. Trata-se de uma ressignificação das histórias dos adolescentes, advinda da relação transferencial-contratransferencial, pela qual o “terceiro intersubjetivo” (Ogden, 2013, p. 110) se constitui.

Ao estudar as proposições de diversos autores, tais como Bion, Ogden, Parsons e do casal Botella, Junqueira (2018) diferencia os conceitos de *enactment*, *rêverie* (do francês) e o de *reverie* (em inglês), para configurar algumas nuances que ocorrem na díade transferencial. O *enactment* constitui-se em atuações de conteúdos inconscientes, que dificultam a condução analítica, por envolverem também o analista em suas paralisações e silenciamentos. A *rêverie*, do francês, aproxima-se do vocábulo freudiano “*tagtraum*” (p. 120), que denota os sonhos diurnos. Por sua vez, a definição bioniana para *reverie*, do inglês, expressa a capacidade

imaginativa do psicanalista de encenar o mundo recalcado do analisando. Tal função analítica somente é possível quando o terceiro intersubjetivo se instaura, assim, “. . . o analista, em profunda conexão inconsciente com o paciente, propiciada pelos processos de identificação projetiva, elege (*cast*) personagens para encenar marcas do mundo interno do paciente” (Junqueira, 2018, p. 121). Diante dessa perspectiva conceitual, a eleição de contos literários e mitos, para representar as histórias de vida dos adolescentes, tem por objetivo aproximar-se do recurso de *reverie*, com a diferença de que essa função não acontecerá no *setting analítico*, mas sim para introduzir as análises dos casos aos leitores.

No que se convencionou nominar de segundo tempo das análises, entrelaçaremos alguns trechos significativos das histórias de vidas e sistematizaremos algumas semelhanças e diferenças entre os discursos, para compor um arranjo, a fim de abarcar a hipótese proposta por esta investigação.

A escrita remete ao terreno do insondável, mesmo que esteja alinhada à elaboração daquilo que se conheceu teoricamente e por intermédio das narrativas dos(as) adolescentes participantes da pesquisa. Tal como a emergência do sujeito psicanalítico, atrelada à tensão entre duplos, da descentralização e do determinismo, da vida e da morte, do consciente e do inconsciente, a composição gráfica requer um consenso do interjogo entre o saber e o desconhecido, além de implicar ao pesquisador as suas questões subjetivas. Além disso, é preciso sinalizar que a temática em si também é disparadora de resistências, angústias e paralisações. Em um plano ontológico, se falar da morte de outrem, de sua espécie, de qual finitude se fala, que também não seja a sua? E isso faz questão.

Em termos do estilo da escrita, faz-se necessário o destaque para o uso de trechos literários em algumas passagens no texto, como uma forma de ilustração de alguns raciocínios. Isso se deu considerando o debate instituído por Freud (1919/2017f) sobre o ensino da psicanálise nas universidades e a necessidade da abertura e do diálogo com outros campos do saber. Também por reconhecer a arte como uma das vias de aprendizagem, bem como de acesso às profundezas humanas. De acordo com Kon (2011), o próprio pai da psicanálise foi considerado um artista da ciência, sendo que em 1930 recebeu o prêmio Goethe de literatura, embora recusasse o status de escritor. Assim, compreende a *episteme* da psicanálise mais próxima da lógica da estética do que da ciência ortodoxa, em seu potencial de criação.

Diante dessas considerações sobre o método, é válido pontuar que não se pretende estabelecer um modelo paradigmático de descrição e de análise, mas preservar as riquezas das narrativas dos sujeitos participantes desta pesquisa. Consideramos que, dessa forma, se

vislumbra a dimensão ética da psicanálise, por comprometer-se com a realidade psíquica, no sentido da verdade dos sujeitos em questão. A partir do reconhecimento de tal realidade, portanto, é que se pode conceber a instância psíquica a que se deu o nome de inconsciente e, assim, inaugurou um modo pós-paradigmático de ciência: a psicanálise.

1 O SUJEITO NAS TRILHAS DA MORTE: OS (DES)CAMINHOS DO VIR-A-SER

Desde os primórdios até a atualidade, a temática da morte está nas reflexões em diferentes campos do saber, é representada nos espaços artísticos, venerada por religiões e ocupa lugar no imaginário da população, seja nas anedotas, seja nas cerimônias de luto, seja nos cotidianos.

Nas crenças religiosas, a morte presentifica-se nos ritos funerários (enterro, cremação, mumificação, máscara mortuária e maquiagens), nas iniciações, que simbolizam a morte para as coisas terrenas e o renascimento na religiosidade, e mesmo nas oferendas aos deuses, para obtenção de vitórias em guerras, farturas em colheitas ou para simbolizar uma data importante da crença. Embora muitas dessas práticas nórdicas, africanas e semitas tenham praticamente se extinguido, há resquícios de sacrifícios humanos e de animais como atos de martírio e purificação para se aproximar aos deuses. Para Cardita (2011), essas formas de lidar com a morte e os mortos, além de demonstrarem as concepções sobre a transcendência da vida, desvelam normativas e tradições mais amplas de uma cultura.

A reconhecida obra historiográfica de Ariès (1977/2017), que versa sobre as atitudes dos ocidentais frente à morte, demonstra que as modificações nos enterros, nos registros funerários e nos testamentos dos moribundos atestam, inclusive, sobre os modos de se compreender a família e as crianças. Na Antiguidade, até a primeira fase da Idade Média, existia uma familiaridade e indiferença com a própria morte, da qual não se esperava escapar. O falecimento de uma pessoa não simbolizava o fim, porque o coletivo mantinha-se vivo; era nessa conjuntura que os mortos eram temidos, enterrados no anonimato dos cemitérios das igrejas. A esses aspectos, o autor denomina de “morte domada” (p. 29) aquela que não aparecia sem antes sinalizar sua chegada. Por volta dos séculos XI e XII, em tênues modificações, a morte deixou a esfera da coletividade para demarcar o fim de cada indivíduo, tanto que morrer no próprio leito trazia a esperança de uma boa morte, uma vez que esta estava vinculada com as condutas do morto em vida, as quais o conduziam para o juízo final. Segundo o autor mencionado, essa mudança se deu pela maneira de se praticar a religiosidade dos povos, bem como pelas concepções racionais sobre a individualidade. Nessa época, o fim simbolizava “a morte de si mesmo” (p. 63). Dos séculos XIII até XVIII, os testamentos lavrados em cartório e nas igrejas exprimiam as vontades dos mortos quanto à cerimônia dedicada ao seu fim, seus dizeres quanto à vida e à transcendência, em um possível intuito de não ser esquecido pela sua comunidade e família. Após esse período, os testamentos passam a

ser mais concisos, sem profissões de fé, os mortos passam a ser enlutados pela sua família, que passou a ser instituída no contexto social. Na literatura, aparecem os contos macabros, como também os que romantizam a morte, em uma evidente ligação entre o amor e a morte. Esse contexto de relação com a finitude da vida, o autor chama de “morte do outro” (p. 64), que era lastimada com pesar profundo. De acordo com o autor, no século XIX, as simples inscrições das lápides parecem simbolizar a melancolia dos sobreviventes e, com a ocorrência das Guerras Mundiais, o processo de luto também passou a ser um ato de amor à pátria. Em meados do século XIX, ocorre a chamada “morte interdita” (p. 82), as clínicas de saúde passaram a ser os locais da morte, as visitas aos túmulos são cada vez mais raras e a morte perdeu seu amplo sentido, permanecendo encerrada às ciências. Desse período até a atualidade, a morte foi sucessivamente tomando lugar do indizível e da qual se evita pensar (Ariès, 1977/2017).

Como condição incontornável da vida, não é de se surpreender que a morte apareça no universo artístico, um dos meios comunicativos da espécie humana. A título de exemplificação, na literatura, Augusto dos Anjos, reconhecido como o poeta da morte pela recorrência da temática em sua obra, traz uma forma peculiar de abordá-la, com uma estética nua, remetendo à falência dos órgãos, da podridão da carne e paradoxalmente bela, uma vez que o enlace de suas palavras tem o poder de fascinar. Um dos 50 quadros mais famosos do mundo refere-se à vitória da extinção da vida na sociedade da Alta Renascença, trata-se da pintura de Pieter Bruegel, de 1562, intitulada “O triunfo da morte”. Ainda que estivessem em um período histórico denominado de época das luzes, de efervescência cultural e científica, as pessoas, sem distinção de classe, de idade e de afeto, não escaparam do imperativo mortífero, que estava permeado pela guerra, por pestes e todos os gêneros de doenças fatais. No campo musical, não é diferente, várias músicas foram consagradas aos mortos e ao morrer. Para citar algumas, “*When the tigers broke free*”, escrita por Roger Waters, do grupo Pink Floyd, dedicada ao pai que morreu durante a Segunda Guerra Mundial, quando o cantor tinha apenas 5 (cinco) meses de idade, canção que descreve uma morte jamais conhecida. “Funeral de um Lavrador”, composta por Chico Buarque, para a peça teatral de Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto, e “Canto para a minha morte”, de Raul Seixas e Paulo Coelho (1976), um belo tango que descreve a morte em sua faceta feminina, em uma nítida comparação com o ato de enamorar-se por uma única e bela mulher que estará à espera do cantor com um beijo. Esse tango parece se aproximar das inscrições schopenhauerianas

(1844/2000), quanto ao alívio proporcionado pela morte ao homem possuído por dores e agruras da vida.

No saber filosófico, muitos se dedicaram às reflexões sobre a vida e a morte. De Empédocles, passando por Agostinho de Hipona, Schopenhauer, Nietzsche, Sartre a Heidegger, para citar os mais conhecidos, a incansável dualidade entre a destruição e o nascimento foram estopins para a compreensão da existência, palavra do latim advinda da conjugação de duas: *ex* (fora) e *sistere* (estar), o que permite pensar que a ex-sistência traz à tona um não lugar, ou mesmo um estar fora de si por intermédio de um semblante, como descreve Lacan (1966/1998a) em seu ensino sobre o estádio do espelho. Schopenhauer (1844/2000) provavelmente foi o filósofo que mais se dedicou à temática. Para ele, a morte era o elemento motivador das reflexões existenciais, a própria inspiração da arte de filosofar. Na sua ontologia, a morte não ceifa as coisas, ela é a própria essência delas, pois a imortalidade permanece na vontade de vida, objetificada pelas espécies que permanecem vivas. Esse interjogo da vida, presente mesmo na morte, ofereceu subsídios para a aceção freudiana das pulsões em “Além do princípio do prazer” (1920/2017g), o que conduziu à complexização do par de “opostos instintos do Eu e instintos sexuais” (p. 224).

Já as pesquisas antropológicas dos povos primitivos constituíram o alicerce para o desenvolvimento de “Totem e Tabu” (1913/2016g). Para citar uma delas, as análises de Frazer sobre alguns ritos e restrições frente aos mortos e aos assassinatos, tais como guardar distância das viúvas, impedimento de realização de atividades cotidianas dos guerreiros homicidas, demonstram tanto o temor da morte quanto remetem à ideia da possibilidade de contágio. Essas observações conduziram Freud (1914/2017a) ao entendimento sobre a negação da morte como fato natural por parte do eu, o que o levou mais tarde, a definir a ideia de uma “imortalidade do eu” (p. 37) ao nível do inconsciente.

Esse breve retrato das diferentes trilhas da finitude da vida almeja demonstrar o amplo espaço que ela ocupa na vida humana. Nas nuances das concepções sobre a morte como fatalidade biológica, marcador cultural, dispositivo de comunicação, fascínio para alguns, inspiração para outros, o intuito neste tópico é discorrer sobre seus aspectos simbólicos circunscritos pelo pensamento psicanalítico e de que forma pode-se pensar o nascimento do sujeito e da civilização por intermédio deles. Trata-se, portanto, de abordar as mortes simbólicas que acompanham e deixam marcas nas pessoas no transcorrer da vida, perpassando também pelas atitudes perante a morte e como ela é representada no plano psíquico. Quais “caminhos” em que a finitude da vida baliza os limites das pulsões e inaugura

a entrada no mundo adulto e social e compõem o vir-a-ser, ao mesmo tempo em que traz as experiências de insatisfação ou, como denominaria Freud, de “mal-estar”, até uma gama de sintomas e angústias, “seus descaminhos”.

1.1 O sujeito e a morte

“O primeiro símbolo em que reconhecemos a humanidade em seus vestígios é a sepultura e a intermediação da morte se reconhece em qualquer relação em que o homem entra na vida de sua história”.
(Lacan, 1966/1998b, p. 320).

Como descrito nessa epígrafe, a morte é capaz de nomear o homem do ponto de vista ontológico, talvez porque ela seja o marcador do aniquilamento, impele-o para destruição do seu igual, traz em si o signo da destruição, do vazio, do caos, do limite existencial. Ao mesmo tempo em que paradoxalmente move o homem em sua potência de vida, estimula as mais belas criações artísticas, para as ciências, faz criar explicações para o mundo, para os fenômenos naturais, deixa-o cair no riso infundado de um *joker*⁴, assim suas marcas reverberam no psiquismo e é isso que será abordado nesse trajeto.

No que se refere ao aspecto simbólico da morte sob o prisma da psicanálise, a definição de inconsciente torna-se a primeira parada dessa travessia, por duas razões, pelas proximidades entre as duas tratativas e por este último contemplar a aceção do sujeito psicanalítico. O inconsciente é um dos conceitos que desloca a centralidade do eu por marcá-lo com elementos que estão fora do controle, ocultos à consciência e represados. Ora, a própria finitude da vida também guarda essas características, pois a humanidade, a despeito dos avanços da medicina, não adquiriu o poder de controle sobre ela e, de acordo com Freud (1915/2017c), a crença na própria morte não é apreensível, dado que ela parte do terreno da negação, já que ninguém conhece o seu aniquilamento. O segundo motivo para a discussão do inconsciente nessa proposição é porque o conceito remete à noção de sujeito, propriamente dita. Assim, o sujeito do qual se fala extrapola os limites corpóreos e da consciência de si, é aquele que escapa da certeza cartesiana, cambaleia em um ato falho, na distorção de um sonho,

⁴ Significa “brincalhão”. O termo em inglês é comumente usado para uma carta do baralho, o coringa, ela é neutra, pode ser usada como substituta de todas e traz a simbologia do tudo ou nada, da ambiguidade e dos opostos. No mundo do crime, é comum o uso da tatuagem do *joker* por aqueles que cometeram homicídios. Também é o arqui-inimigo do Batman, criado pelo escritor Bill Finger.

na gargalhada de uma anedota, no luto pela infância perdida, “não é senhor em sua própria casa” (Freud, 1917/2017d, p. 251).

Se o pai da psicanálise sinalizou tal axioma, é porque, desde os seus primeiros escritos, havia relacionado o sintoma conversivo histérico à repressão, que separava o afeto da sua respectiva ideia, a qual se habituou chamar de representação, mantendo o conteúdo sintomático distante da consciência, ocultado. É por esse mote que sentenciou outra frase também muito conhecida: “A teoria da repressão é o pilar em que repousa o edifício da psicanálise” (Freud 1914/2016i, p. 257). Compreendemos que esse edifício é o inconsciente, sem o qual a psicanálise sequer tem razão de existência. E ele se manifesta nos sintomas, mas também nos modos cotidianos da vida, nos sonhos, nos atos falhos e nos chistes. Tais manifestações começaram a ser esboçadas por Freud (1895/1996a) em alguns constructos sobre os processos neuronais no “Projeto para uma Psicologia Científica” (1895/1996a), mas que desenhou na “A Interpretação dos Sonhos” (1900/1996b), por diferenciar o sistema inconsciente do consciente por intermédio dos sonhos e dos estados de vigília e ampliou em “Sobre a psicopatologia da vida cotidiana” (1900/1996c), por trazê-los aos mais comuns atos da vida humana, como nas anedotas em um dia comum.

Para Freud (1900/1996b), durante o sono, as excitações psíquicas ficam mais livres para se ligar a conteúdos psíquicos mais profundos. De modo contrário, quando desperto, o aparelho psíquico busca esquivar-se de estímulos desprazerosos e, assim, reprisa tais conteúdos, que ainda permanecem em funcionamento no sistema inconsciente. Nesse processo, a memória dos estímulos precedentes tem desempenho preponderante na associação do aumento e da redução da força de excitações para o funcionamento psíquico, relacionando-os aos status de prazer e de desprazer.

Esses estímulos internos buscam uma via de descarga, seja ela no sonho, no sintoma, ou mesmo nos atos falhos e chistes, como descreve Freud (1900/1996c). O que não equivale a afirmação de que são inconscientes em sua essência, haja vista que, para atingir o nível da superfície, tornarem-se cognoscíveis, atravessam pela barreira da repressão e, portanto, sofrem deformação de conteúdo, podem se ligar a outros afetos e condensar aspectos que originalmente não possuíam essas mesmas interpelações. Esse formato descritivo do aparelho psíquico passou a ser conhecido como a primeira tópica freudiana, na qual a realidade

psíquica⁵ foi descrita pela memorização de representações reprimidas, que permaneciam em camadas mais profundas, pela censura de certos conteúdos e afetos, culminando inclusive no distanciamento entre uma ideia e seu afeto relacionado, o que levou Freud (1900/1996c) a configurar a realidade psíquica em sistemas consciente, pré-consciente e inconsciente.

A partir dessa conjuntura psíquica, na sua relação com a segunda tópica, Green (2004) destaca a pluridimensionalidade das experiências psicanalíticas. Dessa forma, argumenta a inexistência de total similitude entre os conceitos de eu e de sujeito, até porque lembra do caráter da suposição freudiana quanto ao aparelho psíquico estar dimensionado por instâncias. Há uma complexidade da noção de sujeito nas diversas escolas de psicanálise e é preciso sinalizar que tampouco há consenso entre elas. De acordo com o autor, o sujeito abrange uma gama mais ampliada de experiências, que ora se ligam entre si, ora se distanciam de marcas indizíveis das pulsões que remetem às díades afetivas, com a presença do terceiro, nas primeiras relações. O que condiz à própria noção do inconsciente como remissiva a um outro, que baliza as experiências e estímulos que moldarão. Essa mesma linha de raciocínio, balizada por um terceiro, é identificada por Coelho Junior (2015) e Ogden (2013), em que há a compreensão de que o sujeito da psicanálise nasce na díade analista-analisando, demarcada na elasticidade dialética entre consciência e inconsciência. Esses pares, demarcados pela terceiridade, conduzem a um processo perpétuo de subjetivação, que não alcança a integração plena e alude a uma interdependência sujeito-objeto, sem possibilidades de serem compreendidos de maneira isolada. Em Lacan (1966/1998a), a função ontológica do eu também é marcada por um terceiro, que é a própria imagem refletida no espelho, a qual já não é o eu, e sim um outro, o que leva o autor a enunciar o conhecimento primordial da humanidade como “paranoico” (p. 97).

Por esses constructos teóricos, é possível observar a descentralização do homem da consciência na psicanálise, distanciando-se das prerrogativas filosóficas positivistas. Contudo, de acordo com Chatelard (2007), Freud não escapa de algumas ideias de progressão nas representações do sistema inconsciente para a consciência, do *id* para o eu, do universo dual das pulsões. É dessa forma que, na realidade psíquica, parece conviver tanto o determinismo,

⁵ Segundo Laplanche e Pontalis (1982/2004), a narrativa freudiana sobre a realidade psíquica denota “aquilo que para o sujeito assume valor de realidade no seu psiquismo” (p. 426). É composta por fantasias e conteúdos inconscientes que sustentam a emergência de sintomas, inibições e angústias.

advindo das forças pulsionais e do reprimido, quanto o descentramento do eu consciente, por haver conteúdos formativos do sujeito alheios a ele (Birman, 2007; Rey-Flaud, 2002).

Importante destacar também que o conceito de sujeito não aparece na obra freudiana de maneira explícita, mas certamente a psicanálise foi atravessada pela tentativa de se compreender o vir-a-ser do indivíduo. As acepções para “*Ich*”, em “O Eu e o Id” (Freud, 1923/2011b), são emblemáticas para essa discussão. E se antes a obra freudiana de maior visibilidade no Brasil traduzia o termo para “ego”, apoiada na versão inglesa de Strachey e orientada por Ernest Jones (Souza, 2010), hoje a tradução mais aceita recorre ao uso do “eu”, baseada diretamente na obra alemã, por essa terminologia abranger o dinamismo presente no texto freudiano, que contemplou tanto um eu das experiências sensoriais quanto aquele da metapsicologia. Conotação que a palavra latina “ego” minimiza, pelo seu significado expressar mais o pronome da primeira pessoa do singular e menos essa dinâmica. É sabido que o próprio autor repelia o uso do termo ego nas traduções em língua inglesa, embora não tenha feito oposição direta.

A título de uma rápida exploração sobre essa temática, citamos posicionamentos de alguns autores psicanalíticos contemporâneos, Laplanche e Pontalis (1982/2004) não diferenciam os termos. Lacan (1966/1998a) faz uma distinção, equiparando o eu simbólico, *je*, ao sujeito da psicanálise, metapsicológico e distinguindo-o do eu imaginário, *moi*, que equivaleria ao *ego* do cogito cartesiano, descritivo. Já Winnicott (1958/2000b) parte da teorização freudiana, embora com distinções, para explorar as observações dos infantes, conceitua o verdadeiro *self*, o falso *self*, ego e o Eu sou, como formas ou processos de integração do eu, cada qual com suas devidas singularidades. Compreendemos que para ele, o ego não é o eu, pois este último representa uma unidade integrativa, que não encontra exata correspondência tanto no *ich* freudiano quanto no termo ego. Já o *self* remete à integridade do “eu”, engloba o ego e se constitui após um processo que está relacionado com um ambiente capaz de sustentar os sentimentos de amor-ódio, de tudo ou nada, e a dependência a caminho da autonomia, respeitando os diferentes níveis de maturação biológica e psíquica.

Por óbvio que as formulações de ambos os autores citados demandariam de um maior aprofundamento de suas obras, haja vista que esses conceitos aqui citados tiveram diferentes nuances no decorrer dos tempos. Contudo, o objetivo neste trabalho não está direcionado a esse tema, a intenção é somente demonstrar ao leitor as possíveis vias de compreensão do sujeito nas escolas psicanalíticas, bem como sinalizar a importância da questão. Tal relevância talvez seja justificada pelo rompimento que Freud (1921/2011a) realizou com a lógica

positivista cartesiana, quando desalojou o sujeito da consciência plena de si. Por esse viés, embora não tenha imprimido o conceito categoricamente, trouxe à tona uma nova categoria conceitual: o sujeito psicanalítico.

Conforme apontado antes, a introdução das instâncias psíquicas eu, *id* e supereu demarcaram a aceção de sujeito para a psicanálise. Para além disso, esse modo de explicação do funcionamento da psique, que ficou reconhecida como a segunda tópica freudiana, implicou em transformações no conceito do inconsciente⁶. Embora se identifique a obra freudiana de 1923 como uma referência dessa guinada teórica, é salutar o entendimento de que ela não aconteceu repentinamente e possui vinculações com os ensaios antecedentes.

Na definição do narcisismo primário, Freud (1914/2017a) descreve o investimento da libido voltado ao eu, traz à tona o caráter sexual em um amplo espectro de pulsões, inclusive nas primárias, que muitas vezes agem contra a sua vontade. Nesse trajeto, já se esboça o que posteriormente serão conhecidos como o eu⁷ e o *id*, no que tange às instâncias psíquicas, e também coteja os primórdios para uma reviravolta na teoria das pulsões, ao anunciar que o prazer é um “depositário mortal de uma (talvez) substância imortal” (p. 21). Na interface com o narcisismo, aparece também o objeto de identificação para o qual o indivíduo abandona parte do prazer voltado para o eu; e já nesse texto o eu ideal e o ideal do eu, embora definidos como sinônimos, são conceituados como um agente de identificação que assegura a satisfação narcísica, ao mesmo tempo em que vigia o eu. Freud (1914/2017a) sinaliza, nesse ensaio, a possibilidade de haver uma instância psíquica específica para eles, que advém da influência crítica dos pais, dos educadores e da opinião pública.

Os estudos referentes ao autoerotismo, ao narcisismo primário e secundário, bem como as relações objetais, conduzem Freud (1915/2017b) a uma reavaliação das descrições sobre o inconsciente, abarcadas em “A Interpretação dos Sonhos” (Freud, 1900/1996b) e em “Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana” (Freud, 1900/1996c). Nesses dois últimos textos, a definição para o inconsciente focalizava em descrições pormenorizadas de sua existência nos mais diversos momentos da vida cotidiana, com a demonstração de que possuíam um sentido para além do manifesto, quando eram analisadas, bem como nas especificações tópicas, ao localizar os conteúdos e afetos em sistemas (consciente, pré-consciente e inconsciente), a depender da ação da censura. Isso nos parece justo do ponto de vista da formação de uma nova ciência, teoria e abordagem, pela necessidade primeira de

⁶ Essas transformações serão descritas a seguir.

⁷ Matteo (2002) considera que os aspectos rudimentares do eu já se encontram presentes no “Projeto”, de 1895.

comprovação do inconsciente à comunidade científica e leiga, para assim atribuir legitimidade à própria psicanálise. Não é por acaso que Freud (1915/2017b) introduz o texto de 1915 com as comprovações que justificam a existência do inconsciente e suas manifestações.

Em linhas gerais, o que os diferencia das acepções sobre o inconsciente dos ensaios antecedentes é o destaque no registro econômico do funcionamento psíquico. As representações do conteúdo reprimido, embora desligadas do afeto correspondente pela ação da censura, podem estabelecer novas relações por meio de cadeias associativas de palavras. Desse modo, permanece vivo no inconsciente uma substância imortal, que é o representante pulsional do reprimido (Freud, 1914/2017a). As tensões pulsionais, não mais o reprimido isolado, passam a ser aspectos primordiais para análise dos sintomas, já que estão em pleno movimento de interligação e conflito. Isso, como apontado por Honda (2013), opera alterações na clínica psicanalítica.

A abordagem do aparelho psíquico, do ponto de vista econômico, adquire seu auge no texto freudiano de 1923. O eu configura-se como um receptor dos estímulos sensoriais advindos dos mundos externo e interno, nesse processo, constitui-se como uma projeção mental do corpo e também é receptáculo das múltiplas facetas pulsionais, principalmente dos seus objetos. Por conciliar as forças entre o *id* e o supereu, é considerado o polo pulsional organizador do psiquismo, tal mediação é viabilizada pela repressão proveniente do eu que ora pode ser consciente, ora inconsciente. Freud (1923/2011b) o descreveu como uma instância de diferentes facetas, uma vez que carrega consigo os objetos pulsionais, a repressão inconsciente, além de haver identificado em alguns sintomas neuróticos o sentimento de culpa e uma moral inconscientes, ao mesmo tempo em que se relaciona com o mundo pelas vias corpóreas e pela consciência. Nessas construções metapsicológicas, a concepção descritiva em sistemas psíquicos dos textos anteriores foi derogada. De todo modo, o descentramento do eu aparece mais uma vez e a fragmentação do psiquismo ainda é mantida, já que o eu não encontra vias de acesso para os conteúdos que lhe são próprios, por esses se encontrarem sob o efeito da repressão e, portanto, inconscientes.

Já a conceituação do *id* ocorre em 1923, partindo de uma releitura de Groddeck e de Nietzsche (Laplanche e Pontalis, 1982/2004), embora o próprio Freud (1923/2011b)⁸ tenha se esquivado de tal embasamento filosófico, justificando o seu distanciamento com a obra nietzschiana pela proximidade de suas ideias com as do filósofo, somente sinaliza a leitura de

⁸ Interessante notar que, em 1933, Freud (1933/2010c) confere a Nietzsche e a Groddeck o uso do vocábulo *Es*.

Schopenhauer com a menção, nesse texto, sobre a abrangência da sexualidade no mais além da união genital, remetendo ao autor essa concepção. O termo *Es*, cunhado por Freud (1923/2011b), advém da palavra latina e significa isso ou aquilo⁹, trazendo em si a ideia do estranho que nos habita. Nesse sentido, o *id* é considerado o polo pulsional, a instância psíquica mais próxima do inconsciente, em termos de suas características.

No que tange às pulsões, a introdução do texto remete às considerações de 1920, portanto, a segunda tópica do funcionamento psíquico está calcada no dualismo entre as pulsões de vida e as de morte¹⁰. Assim, parece lícito relacionar o *id* à pulsão de morte, aquilo que impõe ao sujeito as ações repetidas, inomináveis, por carecerem de representação simbólica. Para Freud (1933/2010c), o *id* é o império psíquico obscuro das paixões desenfreadas, por ser primitivo, desconhece o bem e o mal e apenas se manifesta ao mundo externo pela sua parte diferenciada, o eu. Nessa direção teórica, Rey-Flaud (2002), embasado na obra freudiana, afirma que o recalque originário produz esse estrangeiro no psiquismo, o qual remete a uma impossibilidade de nomeação do objeto primordial perdido e conduz à primeira desintegração do narcisismo.

Aqui se observa mais uma analogia com o simbolismo da morte, tal como se percebe na noção do inconsciente. O recalque originário traz a marca de uma perda irremediável, do primeiro objeto de amor-ódio, a princípio um objeto parcial duplo, porque, como assegura Rey-Flaud (2002), a mãe sacia o bebê com seu leite, mas não bloqueia a fonte geradora de desprazer. Em uma comparação com o mito bíblico, o homem e a mulher são expulsos do jardim do Éden, do amor primordial, e condenados à mortalidade do desejo, que não cessa de se repetir. É assim que, em seu aspecto limitador, o recalque originário possibilita ao indivíduo o vir-a-ser no mundo, por posicioná-lo na busca de novos objetos de amor, do mesmo jeito que a morte foi a musa da existência da filosofia (Schopenhauer, 1844/2000), fonte motriz para a criação de crenças religiosas de imortalidade, o incontornável que faz questão à ciência biológica, inspiração para letras, versos e pinturas.

É em torno dessa perda do objeto primordial, o *Das Ding*, traduzido por “A Coisa” (Freud, 1895/1996a), que resta dos primeiros objetos de percepção perdidos na infância, cujo resquício de memória impele à procura por novas buscas de objetos, que se adentra ao

⁹ A tradução utilizada optou pela terminologia latina pela estranheza que “isso” poderia causar e não mantém *Es*, do alemão, para evitar possíveis sobreposições com o vocábulo “ser”, da língua portuguesa (Souza, 2011). Quanto às questões dessa tradução, Freud (1921/2011a) assegura, em uma carta a Groddeck, sua indiferença quanto ao uso de um termo em detrimento de outro.

¹⁰ Essa temática será pormenorizada no tópico subsequente.

conceito de supereu, como exposto anteriormente, delineado na obra freudiana antes mesmo de 1923, quando introduziu o narcisismo em 1914, ao estabelecer paralelismos entre a realidade psíquica individual e a das massas em 1921, e no mito da ordem primeva em 1913, isso para citar alguns ensaios, porque não é o objetivo desta pesquisa localizar na extensão da obra freudiana todos os momentos em que a noção aparece¹¹, o que ocorre com diferentes nomeações.

O supereu é uma diferenciação do eu, herdeiro do Complexo de Édipo, fruto das primeiras identificações que, de acordo com Freud (1933/2010c), é a voz da tradição, uma vez que o supereu da criança se relaciona com os supereu dos pais. É fundamental para a filogenética da espécie, em termos do advento do sujeito na ordem social, e porque nele se encontra a faceta mais elevada da natureza humana (Freud, 1923/2011b). Trata-se da instância crítica, da moralidade, vinculada à censura e domesticação dos representantes pulsionais. Na sua faceta de rigidez, pode atuar como um agente opressor e cruel, que se impõe ao sujeito, tal como uma alucinação, que o obriga para a ação, o que trataremos em capítulo subsequente.

Há, nesse tema da metapsicologia freudiana, um importante elemento para a noção de sujeito, pois a identificação com os primeiros objetos pulsionais e sua posterior abnegação a favor do princípio de realidade formam a base para as trilhas da alteridade que compõem o vir-a-ser do sujeito, simultaneamente constituído e descentrado de si mesmo. Assim, o eu é descentrado de si mesmo tanto por ser dirigido pelas forças que desconhece e não controla, tanto porque sua constituição advém de um outro, da terceiridade, como posicionada no tópico anterior. Há, na corporeidade, as experiências de satisfação e também a marca de um limite, da lei simbólica. De acordo com Lacan (1978/1987), o supereu é instância da lei moral, o soberano que o eu mal compreende, mas que desempenha parcialmente seus desígnios. Em suas palavras: “Essa espécie de sombra, que é, ao mesmo tempo, rival, amo, senhor, por vezes escravo, separa-o essencialmente daquilo de que se trata, isto é, do reconhecimento do desejo” (Lacan, 1978/1987, p. 333). Na neurose obsessiva, ocorre o subjugo pleno a esse senhor, o mecanismo de defesa constitui-se pela amenização da agressividade e o eu desejante encontra-se mortificado. Por outro lado, na perversão, o simbolismo da lei é desdenhado e a mortificação do sujeito se dá, pois ele se torna escravo do prazer sem limites (Lacan, 1966/1998b).

¹¹ Em “As vozes do Supereu”, Marta Gerez-Ambertín (2003) realiza uma cartografia dos registros do supereu nas obras freudianas.

Interessante notar aqui os signos da morte do supereu, ora quando vivenciado de modo a tornar o eu seu servo, ora ao ser abnegado. Paradoxalmente, é essa mesma instância psíquica que insere o sujeito nas trilhas da cultura, mais uma vez se identifica a tênue linha demarcada entre a vida e a morte no vir-a-ser do sujeito psicanalítico que, tal como no romance *A Letra Escarlata* de Hawthorne (1850/2011), imprime no sujeito o grifo de sua letra, a da morte por não reconhecer seus pecados carnis ou do limite que o conduz à vida social.

Para discorrer sobre a lei e o limite implicados na constituição do supereu, é incontornável a passagem pela noção freudiana do Complexo de Édipo. Já nos relatos dos primeiros casos de histeria, a tríade afetuosa entre as crianças e seus pais aparece. A força da repressão desloca o reprimido do seu afeto e o converte no sintoma histérico. Freud e Breuer (1895/2016a) descrevem o amor apaixonado de Anna O. pelo seu pai, Elisabeth Von R. vê-se impossibilitada de se oferecer enquanto substituta do pai à mãe (Freud, 1895/2016a). Mais tarde, Freud (1910/2013c) apropria-se da peça *Édipo Rei*, de Sófocles (trad. 2009), para retratar o complexo familiar do desenvolvimento psíquico, que tende a ser recalcado da consciência. Nesse mito, o protagonista está fadado pelos deuses a assassinar seu genitor e desposar sua mãe, que, após ser revelado seu parentesco materno com o marido, adentra ao palácio e se mata. Com esse infortúnio, Édipo cega a si mesmo, auto inflige-se a penitência de sair do seu reino e viver como um andarilho juntamente com sua filha Antígona, após vivenciar algumas tristezas, depara-se com a morte, a qual é anunciada ao seu povo. Ao nível simbólico, o mito traz à tona a ambivalência de desejos amorosos e hostis que o infante vivencia em relação aos genitores, também evidencia a punição para aqueles que ousam atentar contra a lei.

Em uma analogia com o complexo familiar, Freud (1910/2013c) destaca o amor primordial direcionado à díade parental, o qual é incontornável, tendo em vista a imaturidade do bebê humano e as necessidades fisiológicas que lhe são acalentadas pelos genitores, gerando assim uma diminuição do desprazer interno. De forma sumária, há dois tipos que podem ocorrer simultaneamente, pela característica ambivalente do complexo, desejo de morte do rival do mesmo sexo e anseio sexual pelo sexo oposto. O segundo tipo apresenta-se inversamente, amor pelo genitor do mesmo sexo e hostilidade direcionado ao genitor de sexo oposto. O abandono do amor infantil pelas figuras paternas não se dá por acaso, relaciona-se à angústia de castração diante da descoberta da ausência do pênis nas meninas. Embora a dissolução do complexo de Édipo incida em caminhos diversos a depender dos sexos e das

posturas passiva/ativa das crianças, o que há em comum é que ela envolve uma série de lutos, tais como a perda do corpo infantil e a renúncia pelos pais heróis.

O menino vivencia a hostilidade com a figura paterna, mas também o trata como um objeto de identificação. Há ainda o amor voltado ao objeto materno, este desejo é renunciado quando o garoto observa que há uma diferença entre os sexos, assim, a castração passa a se tornar uma possibilidade real. Essa ambivalência de sentimentos está presente desde o início do desenvolvimento infantil, uma vez que o entendimento sobre a diferença entre os sexos acontece anos mais tarde. Nesse sentido, na psicanálise, compreende-se que a bissexualidade é originária, sendo a primeira forma de compreensão das características sexuais. *Grosso modo*, na menina, é justamente no momento que o menino desiste do seu amor pela mãe, em outras palavras, na descoberta que ela não possui um pênis, que a introduz no complexo edipiano. Sua inveja do falo a conduz para o desejo de ter um filho do pai, o que, no amor anaclítico, transformará na vontade de ter um filho do seu companheiro (Freud, 1924/2016n). Ocorre que esses interjogos edipianos nem sempre se configuram dessa maneira, pois estão intrinsecamente vinculados com a posição de masculinidade/ativa e feminilidade/passiva de ambos os sexos, que foram analisadas em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/2016c).

Além dessas noções, outros importantes fundamentos foram trazidos por Freud (1905/2016d) para a compreensão do desenvolvimento sexual infantil, que abrange vivências no mais além dos órgãos genitais. Seu estudo fornece subsídios para a etiologia das neuroses e, portanto, do vir-a-ser do indivíduo, no sentido psicanalítico. A partir da observação das crianças e de alguns traços da perversão, Freud (1905/2016c) delineou a passagem por cinco fases da organização psicosexual circunscritas na preponderância de determinadas zonas erógenas, partes do corpo que, ao serem estimuladas pelo circuito desprazer-prazer, são responsáveis por condensar os afetos e seus representantes psíquicos. Importante sinalizar ainda que esse circuito está engendrado nas relações objetais de cunho sádico (ativo) e masoquista (passivo), que serão ampliadas e rediscutidas nos textos posteriores, após as mudanças na teoria das pulsões e da observação do masoquismo originário¹².

¹² A princípio, a teoria freudiana apontava para o sadismo como uma tendência originária à destruição do outro. Com o conceito de narcisismo e a compreensão de que a sexualidade estava na gênese de todas as pulsões, Freud (1924/2016o) introduziu a acepção do masoquismo primário presente, nas fases primeiras do desenvolvimento, como uma tendência violenta empreendida contra si mesmo. Esta temática será pormenorizada em tópico posterior.

A primeira delas denominou de oral, pela preponderância da boca para o alcance de prazer. Na amamentação, a criança sacia sua fome e também vivencia a sensação prazerosa com o ato da sucção. A cavidade oral é estimulada pelo sugar do seio, no ato de contratação e de relaxamento. Nessa etapa, há um apego aos objetos capazes de estimular essa sensação e, devido à imaturidade biológica, o mundo do bebê está fusionado com esses objetos. Winnicott (1958/2000a) amplia a acepção freudiana diferenciando por etapas essa fase, primeiro, quando há o reconhecimento do prazer oral vinculado ao ato de sugar, comer ou morder, após da fantasia oral relacionada ao que come e ao que se joga para fora, no caso do vômito e, em seguida, da fantasia oral vinculada com o mundo interno do bebê e com a fonte de alimento, a mãe. Nessa etapa, a voracidade entra, mesmo que disfarçada e nem sempre rapidamente visível, na função de destruir aquilo que na fantasia oral pode vir a aniquilar seu corpo. Com essas observações pormenorizadas, o autor reforça que muitos sintomas nos bebês e até mesmo em adultos estão enraizados mais na oralidade do que nos conteúdos edípicos.

Já a distinção das nuances dessa fase, na obra freudiana, pode-se encontrar no próprio conceito de narcisismo e suas distinções. Freud (1914/2017a) denomina de autoerotismo, a vivência de obtenção de prazer pelo sugar, sem a presença do seio materno, uma vez que se observa o ato desvinculado da necessidade fisiológica da fome. Em uma interface com a segunda tópica do aparelho psíquico, pode-se afirmar que o eu ainda não está diferenciado do *id*. Após o retorno da catexia objetal para si, tem-se o narcisismo primário. Portanto, parece lícito sinalizar que, na obra freudiana, a diferença entre o autoerotismo e o narcisismo primário está nos componentes objetais da libido introjetada, no caso do narcisismo primário¹³.

Em Freud (1914/2017a), é apenas mais tarde que o amor objetal de ligação se vislumbra na volta da libido do narcisismo primário aos objetos e, em um movimento cíclico, tem-se a configuração do denominado narcisismo secundário. Nessas sucessivas introjeções, projeções e abandono de certos objetos, nos narcisismos primário e secundário, o eu aos poucos se diferencia do *id* e se configura como uma instância psíquica. De acordo com Lacan

¹³ Os autores não são unânimes quanto a esta acepção na teoria freudiana. Para Klein (1952/1991), essa noção é controversa na obra freudiana, pois embora apresente trechos que validam essa acepção, em outros há a constatação de que as relações objetais, no autoerotismo e no narcisismo primário, são existentes, como também já ocorrem antes desses estágios. Laplanche e Pontalis (1985/1990) também compreendem dessa maneira e destacam que, mesmo no autoerotismo, há uma relação objetal anterior. Segundo os autores, tal acepção está descrita em “Três ensaios sobre a sexualidade”, quando Freud (1905/2016c) aponta para a origem do prazer autoerótico, após a falta do objeto, embora, de acordo com Klein (1952/1991), Anna Freud tenha permanecido com o entendimento de que não existem essas relações nos períodos mencionados.

(1966/1998a), essa formação do eu está intrinsecamente relacionada com a representação imaginária do corpo, iniciada por volta dos 18 meses e observada nos momentos lúdicos de uma criança em frente ao espelho. Essa brincadeira parece demonstrar que na imagem refletida ela não vê a si, mas sim um outro bebê. Nesse sentido, o autor considera a formação do eu em um processo alienado a uma imagem, a qual perpassa pela ideia de um outro. Diante da constatação desse movimento em estágios tão primevos do desenvolvimento, também assegura que, em um plano ontológico, o conhecimento humano perpassa pela via paranoica, por remeter a um outro, ainda que seja a própria imagem refletida.

É dessa forma que o outro advém para o sujeito como apoio, exemplo e/ou opositor (Freud, 1921/2011a), marcando-o no seu desenvolvimento, no vir-a-ser. Pode-se questionar de que forma o outro se tornaria opositor na fase da amamentação. Winnicott (1964/1982) descreve que, mesmo na amamentação satisfatória, a fome pode ser assimilada pelo bebê como uma vivência avassaladora contra a própria vida. O seio materno torna-se representante dessa angústia mortal, sendo compreendido como um objeto opositor. No período do desmame¹⁴, é comum a criança sentir raiva, falta de apetite, tristeza e sono agitado, que são formas de lidar com o desfecho de uma união fusional.

Klein (1952/1991) destaca que, desde essas primeiras relações do bebê com sua mãe e posteriormente com o pai, os sentimentos de amor e ódio estão presentes de maneiras brutais, de tudo ou nada. Com eles e, tendo em vista a introjeção do mau seio capaz de aniquilar, sobrevém a culpa por supostamente haver destruído também o seio bom que alimenta. Trata-se de uma das características da posição depressiva, que atinge seu ápice por volta dos 6 (seis) meses após o nascimento. A partir dessas noções, observamos que a marca da morte no sujeito aparece desde o estágio mais primevo do desenvolvimento humano. A fome, por exemplo, conduz à angústia de um aniquilamento real, aliada a um sentimento de destruição do objeto, pela voracidade. A possibilidade da morte de si e do outro estão profundamente vinculadas. Se por um lado, na posição esquizo-paranóide¹⁵, não aparece a culpa pela destruição de um objeto total (a mãe com seus seios bom e mau), ainda assim a marca mortífera presentifica-se

¹⁴ A título de informação, para Lacan (1978/1981), o desmame é fator traumático para o psiquismo, que pode ser manifestado posteriormente nas anorexias, disfunções da alimentação e toxicomanias. O autor discorre que, diferente de outros animais mamíferos, nos quais o desmame ocorre por uma modificação fisiológica da função glandular, o fim da amamentação nos humanos tem interferências culturais e, muitas vezes, é interrompida antecipadamente.

¹⁵ Juntamente com a posição depressiva, a esquizo-paranóide compõe o processo do desenvolvimento psicosexual na teoria kleiniana. O intuito, neste trabalho, não é discorrer de forma pormenorizada esses conceitos, apenas manejá-los no que tangenciam a temática da morte.

na fantasia de um objeto parcial perseguidor, capaz de promover a completa destruição. Talvez seja por isso que, na vida adulta, a presença da morte de outrem esteja de algum modo relacionada com a morte de si mesmo.

Leclaire (1975/1977), fundamentado nos ensinamentos lacanianos, discorre sobre a primeira morte, aquela que se dá desde o nascimento e nos primeiros anos de vida. É preciso matar a realidade do bebê, conservada pela idealização dos pais, pelos seus sonhos esperançosos da chegada de uma criança maravilhosa. Essa majestade, que também se faz pela via tirânica, das intempéries dos choros inomináveis, das urgências de um recém-nascido. Paradoxalmente, há que se assassinar simbolicamente esse bebê, para que ele possa trilhar os caminhos do vir-a-ser. Diferente de Édipo que, mesmo diante da tragédia anunciada por um oráculo, sobrevive à primeira morte pela piedade de um servidor de Laio (seu pai), que, ao invés de matá-lo como era a ordem, o entrega a um pastor nômade.

No início da vida humana, o trajeto do alimento para o trato intestinal é involuntário, automático. Por volta do segundo e terceiro ano de idade, as sucessivas contratações para a evacuação passam a ser fontes de estimulação interna. Assim, o orifício anal e o canal da uretra tornam-se espaços privilegiados de estimulação prazerosa, juntamente com a dor. De acordo com Winnicott (1964/1982), assim que o bebê passa a sentir prazer na retenção da urina e das fezes, ele fará o controle pelo estímulo às localidades anal e uretral, e também como uma maneira de preservar a relação com a sua mãe. Quando a retenção ocorre com o destino de eroginização do corpo, identificam-se as pulsões autoeróticas e, quando suas metas estão direcionadas ao agrado da figura materna, já se percebe os movimentos de uma relação objetal, ainda que do tipo narcísica. Nesse sentido, Freud (1905/2016c) sinaliza que as fezes são compreendidas pelo bebê como parte do seu corpo, que ele usa para presentear sua genitora; reter como forma de obediência, mantendo-se limpo; ou expulsar, como uma maneira de destruir o objeto.

De acordo com Freud (1905/2016c), o complexo edípiano ocorre entre os 3 (três) e 5 (cinco) anos¹⁶, quando se observa, nas pulsões parciais, a preponderância do objeto fálico, representante do genital masculino. Na percepção infantil, não há dois órgãos genitais, a diferença entre os sexos está na presença X, na ausência de um falo. Segundo Julien (2004),

¹⁶ Para Klein (1952/1991), os conteúdos edípiacos já estão presentes nas fases anteriores, com a incorporação e expulsão de conteúdos objetais maternos, na dupla de sentimentos, amor e ódio, direcionados a ela, em situações de privação na amamentação, por exemplo. Assim também concebe a existência do supereu primitivo nas crianças pequenas, o qual não seria o herdeiro da dissolução edípica, dada a precocidade dessas vivências.

essa percepção de um único sexo, que é ausente em uns e presente em outros, aliada à imagem corporal, constituem a base para a vivência da angústia de castração. Nos casos típicos da dissolução do complexo de Édipo, é a possibilidade de desintegração corporal (como fantasia mais primitiva) que leva a recusa ao desejo incestuoso e ascensão do sujeito.

Para compreender a dinâmica da castração e como ela se articula com a formação do sujeito, na medida em que traz a marca simbólica da morte, consideramos fundamental discorrer sumariamente sobre a noção do Édipo no ensino lacaniano. Em uma releitura da obra freudiana, Lacan (1998/1999) propõe três tempos para o complexo de Édipo, que se circunscrevem em três polos: do supereu, da realidade e do ideal do eu. Esses também se relacionam com os três registros propostos pelo autor: imaginário, simbólico e real.

No primeiro tempo, denominado por Lacan (1998/1999) de fase fálica primitiva, a díade mãe-bebê sofre as influências da função paterna inscrita no mundo, pela via do discurso dos componentes culturais e da lei, nos quais os conteúdos fálicos estão em primazia. Aqui se observa o primeiro polo: do supereu, relacionado às regras do mundo, da moral e dos costumes. Contudo, o interdito do pai não se faz presente. A criança vivenciou o terceiro pelo reflexo no espelho e depois passou a se identificar naquela imagem. Ao se reconhecer e ainda fusionada com a mãe, ela se posiciona como objeto do desejo materno. Isso se dá na medida em que a mãe corresponde as suas demandas e se ausenta em determinados momentos, sendo para o bebê aquela que lhe confere vida. É possível identificar o lugar do bebê como objeto do desejo da mãe quando, por exemplo, ele entrega suas fezes como presente, ou quando aceita docilmente a separação do desmame. Ele se entrega enquanto falo, há um assujeitamento à figura materna.

O segundo tempo de Édipo é marcado pelo interdito do pai, que priva o acesso da criança à mãe e vice-versa. Há também o reconhecimento pela criança da subordinação da mãe à lei da castração, a genitora nem tudo pode e seu desejo é marcado pela falta. A relação entre os pais passa a ser notada e a criança percebe que não participa dela. O polo da realidade se inscreve na díade. Lacan (1998/1999) sinaliza que essa operação é realizada pela via da palavra e é o núcleo do Édipo, pois rompe com a identificação fusional da díade e o terror da castração passa a ser uma possibilidade, pela percepção da diferença de que a mãe e outros seres não possuem um falo.

A renúncia do menino, em ser o objeto fálico da mãe, dá-se pela via da identificação com a figura paterna, detentora do objeto que a mãe deseja. Aqui o polo do ideal do eu emerge. E, mais ainda, o pai advém como metáfora da lei que institui o vazio constitucional,

capaz de inaugurar o sujeito do desejo. Portanto, o pai real se inscreve no plano imaginário (na identificação) e no simbólico (como lei que interdita), tem-se aí o terceiro tempo de Édipo e o seu declínio. De acordo com Lacan (1998/1999), na menina essa etapa é mais simples, pois a anuência da castração impõe-se pelo marcador biológico. A feminilidade remete a uma identificação com a figura materna e é prova dessa aceitação.

A partir dessa noção edipiana revisitada, as funções paternas são compreendidas como metáforas, no sentido de abarcarem um algo a mais do que o real do genitor. Lacan (2005) a nomeou como “Nomes-do-Pai” (p. 58), um neologismo para abarcar as funções castradoras da autoridade e da moral, que são desempenhadas por uma ampla gama de figuras, que vão desde aquelas que cumprem a função paterna (pais, responsáveis legais, educadores, avôs, tios e irmãos) até as instituições disciplinares, tais como a igreja, a escola, a justiça e equipamentos públicos, que estabelecem operações simbólicas de corte na díade mãe-criança, inscrevendo o sujeito no mundo social, por intermédio da linguagem.

Embora seja uma forma didática e sumária de descrever a metáfora paterna, até porque ela não se dá em uma linearidade desenvolvimentista, mas é demarcada pelo real da maturidade biológica, pela imagem corporal e pelas operações simbólicas, essa acepção é interessante para pensar a temática deste estudo. Ao amplificar o signo da castração, no mais além da figura paterna, permite adentrar no simbolismo da morte, como interdição para os extravasamentos pulsionais e, portanto, como possibilitadora simbólica da emergência de vida, do sujeito do desejo. Para Mezan (1986/1987), o rito da circuncisão, no judaísmo, é um exemplo dessa engrenagem, a de evitar a tragédia imaginada da castração, que, no plano da fantasia, conduziria para o aniquilamento do menino. O nascimento de um bebê reedita os conflitos edipianos das três gerações, o ritual com a presença do pai e do avô permite ao jovem pai a expiação de suas culpas carnis, com a entrega do prepúcio do filho; ao mesmo tempo em que ameniza a agressividade geracional – parricida – do menino circuncidado, viabilizando a entrada dele no mundo social. É assim que o jovem perde parte do seu pênis, pode declinar dos primeiros objetos de amor, para se inscrever na linguagem e na cultura, em uma busca sem cessar, mas que promove vida, desses objetos perdidos.

Mediante o Édipo sobrepujado da fase fálica, uma pausa ocorre no desenvolvimento sexual, no que tange à erogeinização de partes fantasiadas do corpo, e a libido direciona-se para as atividades intelectuais. Esse período foi chamado por Freud (1905/2016c) de latência, fundamental para a inserção social da criança, e se concretiza pela sublimação das pulsões, que encontram outras vias de realização, como a ciência, as belas artes, os feitos tecnológicos.

Há que se considerar, no entanto, que toda satisfação obtida outrora não é suplantada, apenas sofre a ação da amnésia infantil. Com a puberdade, a libido volta para sua meta primeira, não sublimada: a sexualidade, agora com potência da maturação genital. Trazendo consigo todos os lutos típicos dessa fase: dos primeiros objetos de amor, do corpo infantil, das experiências de plenitude. Morte simbólicas necessárias para que o brinquedo da infância possa ser posto no armário e as trilhas da história do vir-a-ser possam ser percorridas.

1.1.1 A morte aparece em cena: a tensão entre as pulsões

Nesses caminhos sobre a aceitação do sujeito psicanalítico, como abordado antes, podemos estabelecer alguns paralelos com a morte, porque essa também se vincula à ideia de um determinismo, diante da fatalidade de todo ser vivente e de descentralização, pela impossibilidade de controlá-la, pois sempre será incognoscível a hora e a forma da partida. Tal como o sujeito psicanalítico, a morte também é balizada pela tensão de uma força oposta, mas que sem ela é incapaz de existir: a vida. Essas aproximações conduzem ao enigma sobre o ponto em que as trilhas do sujeito e da morte se entrecruzam. A poesia “Inscrição para um portão de cemitério”, de Mario Quintana, embora traga à tona a ideia da morte como finitude biológica, parece dar pistas sobre essa encruzilhada simbólica e elucidar a dualidade da temática que aqui se dispõe transcorrer. Nos versos do escritor:

Inscrição para um portão de cemitério
 Na mesma pedra se encontram,
 Conforme o povo traduz,
 Quando se nasce - uma estrela,
 Quando se morre - uma cruz.
 Mas quantos que aqui repousam
 Hão de emendar-nos assim:
 Ponham-me a cruz no princípio...
 E a luz da estrela no fim! (Quintana, 1989/2006, p. 864).

Esse poema permite refletir sobre duas forças opostas, que se antagonizam ao mesmo tempo em que caminham lado a lado. O simbolismo da cruz traz a ideia da vida como um martírio, enquanto a morte traz a possibilidade de se alcançar uma transcendência, a luz. Trata-se de uma guinada na noção da morte, pois essa aparece como mediada pela vida. Nas trilhas desses sumários versos, depara-se com a segunda parada imprescindível para a compreensão do vir-a-ser pela perspectiva psicanalítica: a teoria das pulsões.

Antes, faz-se necessário sinalizar que a proposição das pulsões por Freud esteve, desde o princípio, alinhada ao axioma do inconsciente, ou seja, foram conceitos que ampliaram a teoria, embora em alguns quesitos tenham sofrido certos ajustes. Conforme David-Ménard (2015), as características do reprimido, o dinamismo e a ambiguidade das forças psíquicas, no que se refere ao prazer e desprazer, além da observação de que nem todos os estímulos reconhecidos como prazerosos estavam relacionados a uma redução de tensão ao aparelho psíquico, como se observou nos sintomas conversivos histéricos, levaram o pai da psicanálise a ampliar o desenho psíquico da primeira tópica.

Segundo Honda (2013), as mudanças da configuração da ciência à época, relacionada à ruptura com o empirismo, como o único modo de obtenção da verdade, e inspirada na tradição da física e da matemática, foram imprescindíveis para a elaboração conceitual metapsicológica da segunda tópica, pois as maneiras indutivas foram acrescentadas como caminhos para elucidação dos fenômenos. Nas ponderações do supracitado autor, essa guinada, na metapsicologia freudiana, resultou em novos direcionamentos para a clínica, na mesma medida em que o fazer clínico também conduziu a novas elaborações teóricas. Em semelhante linha de raciocínio, Laplanche (1987/1992b) circunscreve a teoria na prática clínica, para que a conceito não seja mera especulação, vazio. Ao mesmo tempo, o autor critica a sobrevalorização do empirismo da clínica que abandona os preceitos conceituais. Por isso mesmo, não há como se compreender a psicanálise fora do seu fazer clínico, Freud (1905/2016b), já nos primórdios de seus escritos, sinalizava que a terapia com seus pacientes o compeliu à pesquisa e reformatação da sua teoria.

Na primeira tópica, o fazer psicanalítico voltava-se ao que era manifesto pelo analisando, por intermédio de suas associações livres, para descortinar o manto da censura e assim adentrar aos conteúdos inconscientes. Com a introdução da teoria das pulsões e a concepção econômica do aparelho psíquico, outras categorias conceituais foram abrangidas, o que acarretou na recondução sobre a análise e seus elementos, os quais deixaram de ser validados como o inconsciente bruto e passaram a ser compreendidos como construções em análise, produtos de deformações da repressão e da fantasia. Sendo assim, a realidade factual já não teria mais o *status* de verdade para o psiquismo, na acepção psicanalítica. Nesse sentido, a segunda tópica freudiana implicou na retomada do entendimento sobre a sedução, uma vez que a fantasia tomou lugar preponderante para o aparelho psíquico e sua constituição (Honda, 2013).

Com a observação e análise das neuroses de guerra, dos jogos infantis e de seus pacientes, Freud (1920/2017g) instituiu uma reviravolta na teoria das pulsões, principalmente com a introdução de um polo mortífero, em oposição ao de vida. Essa mudança teórica foi possível com a retomada das acepções, outrora realizadas, sobre os princípios do prazer e o da realidade no funcionamento da vida psíquica. Nesse ensaio, as fontes do desprazer são descritas em um maior grau de complexidade, não advêm apenas da imposição reguladora do princípio da realidade. A necessidade do funcionamento psíquico em manter a constância da energia entre os estímulos acarreta no trabalho de mediação do princípio do prazer, o que, por vezes, gera uma exacerbação do princípio da realidade. O conflito entre as pulsões, com a repressão de algumas, também gera sensações desprazerosas, pois ainda que encontrem vias substitutivas de satisfação momentâneas, elas conservam um montante de desprazer, pela ação da censura, que desvirtuou o caminho da satisfação direta. Em resumo, nota-se aqui o acréscimo de duas origens de desprazer, uma pela sobreposição do princípio da realidade e outra pelo deslocamento da libido pulsional para outra mais aceitável ao aparelho psíquico.

O aparente paradoxo do funcionamento econômico do psiquismo, no que tange ao princípio do prazer e suas consequências perceptivas de desprazer parecem se entrelaçar com os versos de Quintana (1989/2006): “Ponha-me a cruz no princípio . . . E a luz da estrela no fim” (p. 864), pois expressam a vida em seu aspecto de sofrimento, de desprazer, e a morte como a trilha para luz, pois traduziria, na redução do desprazer da vida, a cessão de todo estímulo, a estabilidade psíquica do nada. E é aí que se encontra o “para além” que Freud sinaliza nas reflexões desse ensaio, que culminam na controversa presença da pulsão de morte e da compulsão à repetição, principalmente nos sonhos traumáticos, no fascínio pelas tragédias no teatro e na transferência.

Com as repetições do reprimido, desconexas de suas fontes originárias e dos afetos sentidos, Freud (1920/2017g) compreende que, a despeito desse retorno estar vinculado com certa forma de prazer, pela descarga da energia libidinal, há algo que insiste em retornar ou não se fazer compreensível, além de simbolizar uma dor pela via dos sintomas. O que sinalizou um descolamento do princípio do prazer, propriamente dito. Isso, aliado à constatação das ciências biológicas frente à presença mortífera, mesmo nos organismos unicelulares, para os seus devidos desenvolvimentos e multiplicação da espécie. Assim como a vida, a morte também estaria envolvida nos processos de perpetuação dos espécimes. Ocorre que a busca pelo nulo irreconcilia-se, na mesma medida em que está unida, com a força de vida. No sentido atribuído por Quintana (1989/2006), em seus versos, a morte como o destino

daquele que vive, pela qual se busca a estrela, ou o nirvana, simbolizado pelo estímulo nulo, permanente e quiçá imortal, e a vida como a cruz que impele o ser às tensões entre os princípios do prazer e da realidade. Nos paradoxos das duas forças internas (vida e morte), como dois lados opostos de uma mesma moeda, Freud (1913/2016g) sinaliza o não reconhecimento pleno da finitude biológica, pois mesmo quando ela ocorre de forma natural, o entendimento inconsciente é de algo que assujeita o indivíduo, como uma força proveniente do ambiente externo, tal como na expressão “os maus desejos o mataram” (p. 104).

Ainda sobre o ensaio de 1920, há significativas mudanças e acréscimos sobre o entendimento das pulsões, que culminaram na demarcação de duas classes, as de vida e as de morte, substituindo as categorias outrora definidas, entre pulsões do eu, dotadas também de componentes mortíferos, e as pulsões sexuais, de conservação de vida, apresentada em “Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (1905/2016c). Pela acepção de narcisismo, Freud (1914/2017a) concebeu o aspecto da sexualidade inclusive nas pulsões do eu, por observar no estágio do narcisismo primário, a presença das pulsões do eu e das sexuais, de forma amalgamada. Essa elucubração levou à impossibilidade de manter a antiga diferenciação entre as pulsões do eu e as pulsões sexuais.

Vale indicar o destaque de Laplanche (1985), sobre a polêmica “pulsão de morte” na obra freudiana, ao que ele chamou de *Zwang* (p. 120), para explorar os seus entendimentos sobre a condução teórica da psicanálise. Essa terminologia no discurso freudiano remete aos atos repetitivos, próprios da pulsão, que são responsáveis pelos conflitos pulsionais por precederem da dúvida e, nessa via, fazem parte da formação psíquica. Para o autor, o conceito de pulsão de morte, tal como funciona o *zwang* na metapsicologia freudiana, irrompe no enunciado de Freud (1920/2017g) com status de uma hipótese, ainda que esteja vinculada a sustentações dos campos mitológicos, biológicos e da filosofia e desencadeia modificações conceituais em toda a teoria. Tal como o jogo do *fort da*¹⁷, observado no menino por Freud (1920/2017g), a pulsão de morte ora desaparece, embora isso não signifique sua inexistência de maneira implícita, ora reaparece no discurso freudiano (Raulet, 2002), sendo ele mesmo quem alerta o leitor para suas explorações teóricas:

¹⁷ Freud (1920/2017g), ao observar que seu neto de 18 meses de idade jogava um carretel e entoava os fonemas *fort* e *da*, analisou que essa experiência simbolizava a repetição de uma situação desagradável, a ausência materna. Mais do que isso, ao brincar, a criança detinha certo poder da presença-ausência e, de algum modo, encontrava alívio para o desprazer ocasionado pela partida da mãe.

O que se segue é especulação, às vezes especulação extremada, que cada um pode apreciar ou dispensar conforme a atitude que lhe for própria. E, além do mais, uma tentativa de explorar consequentemente uma ideia, por curiosidade de ver onde ela levará. (Freud, 1920/2017g, p. 184).

Há ainda, nesse texto, outras sinalizações quanto ao caráter preliminar dos estudos acerca do instinto de morte, embora destaque que ele nasceu da observação clínica da repetição, ainda atribui a ele uma natureza “quase mítica” (p. 226) e, com isso, em suas elucubrações, questiona-se sobre a publicação do ensaio. Termina por considerar que a ciência não deve ser estante e dogmática, aval que lhe permitiu reformular e ampliar sua teoria. O conceito adentra os caminhos do sadomasoquismo, quando este se encontra deslocado e se volta ao próprio eu; perpassa por definições biológicas dos seres unicelulares para analisar se o impulso de morte presentifica-se ou não nos primórdios da vida, tal como a tendência à reprodução.

Para Laplanche (1985), a expressão literária e teórica mais livre de Freud, em “Além do Princípio do Prazer”, demarca a densidade do estudo implicado neste ensaio, por estabelecer diferentes conexões, tais como as expostas acima, mas conduziu a diferentes posicionamentos frente ao conceito de pulsão de morte dos autores psicanalíticos, desde a forclusão desta tópica até a utilização de parte da teoria, distante de suas bases filosóficas e biológicas. Já Chemama (1993/1995) compreende que o avanço freudiano com a introdução do conceito de pulsão de morte, bem como a de outros conceitos reformulados, conduziu os teóricos da psicanálise a novas conceituações e ampliações da teoria. A título de exemplificação, o autor compreende que a pulsão de morte, por remeter ao caos e ao irrepresentável, subsidiou o conceito lacaniano sobre o registro do real na estrutura psíquica.

Das relações da pulsão de morte com outros conceitos psicanalíticos, Laplanche (1985) destaca a interlocução com o sadismo/masoquismo como fundamental para os caminhos da teoria, tanto por redefinir a noção de sexualidade, quanto por reformular a própria teoria das pulsões. A princípio, a teoria freudiana apontava para o sadismo primário que, voltado ao exterior, não possuía caráter sexual. Após a introdução do narcisismo e a compreensão de que a sexualidade estava na gênese de todas as pulsões, Freud (1920/2017g) sinalizou a possibilidade do “masoquismo . . . primário” (p. 227), verificou que a violência empreendida contra si mesmo possui status de uma regressão a uma fase inicial do desenvolvimento, elucubrações que levaram ao entendimento de um impulso inicial para a morte, dotado de características sexuais muito aproximadas dos conceitos biológicos sobre a finitude da vida estar presente em todo ser, até mesmo naqueles unicelulares. Gutiérrez-Terrazas (2002)

compreende que as explicações dos campos pulsionais, pelas vias dos princípios biológicos, demonstram a busca freudiana em explorar as origens dessas forças, em um esforço de validar a psicanálise como ciência, e também estava vinculada à formação acadêmica de Freud.

Fato é que a acepção biologicista da pulsão não encerrou em si mesma, pois com o objetivo de melhor explicá-la, Freud (1920/2017g) também enveredou pelas trilhas filosóficas platônicas, para buscar as considerações acerca do desejo humano em retornar a um estado de vida anterior pautado em Eros (uma vez que o mito de Aristófanes relata a busca pela alma gêmea com o fim de se tornar um único ser, tal como o era antes da divisão dos sexos) ou mesmo as incursões em Schopenhauer (1844/2000), cujo conceito de Vontade, como algo inerente a todo ser, conhecida apenas em parte por intermédio das percepções corporais e sendo regido por ela, aproxima-se em alguns aspectos da pulsão de morte cunhada por Freud (1920/2017g), pois esta última também é compreendida como intrínseca, como determinante psíquico, sendo desconhecida pelo sujeito, em outras palavras, inconsciente. Ambos os conceitos foram compreendidos como uma força que direciona ao inanimado, ao fim absoluto, ao mesmo tempo que mantém a imortalidade da coisa em si.

Por esses caminhos explicativos, aparentemente paradoxais, a reelaboração da teoria das pulsões culminou para o jogo de forças entre Eros, que simboliza a manutenção da vida, e Tânatos, a qual tende para o desligamento e o fim das tensões internas, o que não significa o desejo de morrer em si, mas sim o estado de inanição (Campos, 2013; Rey-Flaud, 2002). A fusão dessas forças, por vezes conflituosas, garante a vida psíquica e a integridade do sujeito, enquanto que o deslocamento da pulsão de morte pode gerar os impulsos agressivos contra o eu, na forma de masoquismo, ou contra o objeto, nas vias do sadismo ou da violência. Essa gerência solitária e sorrateira de Tânatos também foi descrita em outros textos freudianos, como “O inquietante” (Freud, 1919/2017e) e “O problema econômico do masoquismo” (Freud, 1924/2016o), nos quais o polo mortífero encontra-se amalgamado com o prazer. Mas é no texto “Mal-estar na civilização” (Freud, 1930/2010b) que ele trabalhará sem reservas a função disruptiva da pulsão de morte, principalmente nas manifestações do campo social. Avanço do meticuloso observador da cultura que, em “Além do princípio do prazer” (Freud, 1920/2017g), julgava que “os instintos de morte parecem realizar seu trabalho discretamente” (p. 238).

Sob esses aspectos que a teoria das pulsões traz subsídios para pensar o sujeito psicanalítico, mesmo que o discurso freudiano não tenha formalizado tal definição. Se, de um lado, a disposição para o inanimado caracterizado pela pulsão de morte conduz o sujeito ao

fim psíquico, é na intersecção desse com a pulsão de vida que, de acordo com Gutiérrez-Terrazas (2002), há um nivelamento entre as forças de tendências desprazerosas e aquelas que conduziriam ao estado nulo. O que se vislumbra entre as tendências de vida e de morte é uma relação de duelo e de certa reconciliação para assim forjar a dimensão psíquica.

O peso da impossibilidade de autossuficiência, pela “coisa” sem nome que pressiona o homem, seria a cruz a ser carregada durante a vida, da qual fala Quintana?

Pode-se asseverar, ainda, que haja cruz, há vida. Até mesmo parece ser essa a via da promessa cristã para a eternidade: “Se alguém quer vir após mim, renegue-se a si mesmo, tome cada dia sua cruz e siga-me” (Lucas, 2006, p. 1359). Essas elucubrações conduzem às análises de Green (1988), no que se refere à incumbência da pulsão de morte. Para o autor, essa via pulsional objetiva instaurar a negatividade, por intermédio da inscrição dos limites entre a libido e os objetos (já que esses são sempre incapazes de satisfazer plenamente o *id*). Ou seja, instaurar a falta que, embora possa ser angustiante, é agente da estabilidade psíquica. Quando essa pulsão falha, anula-se os investimentos nas relações objetais, uma sombra do eu se interpõe, como forma de satisfação pulsional e o polo pulsional mortífero deixa de estar a serviço de Eros, instalando o que ele denomina de narcisismo negativo ou de morte.

Assim, parece haver uma linha tênue entre a função de negatividade da pulsão de morte e suas possíveis falhas, quando se interpõe o narcisismo de morte e a relação objetal é anulada por um simulacro do eu. Isso conduz o pensamento para uma imagem metafórica de áleas de narcisos, como um caminho muito estreito cercado dessas plantas, e que podem estrangular a passagem de transeuntes. Não foi por acaso que essas flores foram assim denominadas, geralmente crescem nas beiras dos rios, com os caules levemente inclinados para baixo, em uma perfeita associação com o mito grego de Narciso que, diante da contemplação de sua imagem refletida no riacho e da rejeição ao mundo externo, acabou por se afogar e se transformar em uma flor.

É pelas sendas do conceito de narcisismo negativo que Monteiro (2012) analisa a ações dos ditos “homens-bomba”, como uma plena rejeição da libido narcísica, devido à influência de um ideal de eu absolutista, que requer a purificação de toda e qualquer satisfação. Nesses casos, a via de prazer objetal também se encontra obtusa. Para a autora, os atos suicidas constituem uma resposta ao narcisismo negativo; tida como a real proximidade entre o extermínio biológico e psíquico. O triunfo – da flor – da morte!

Se, por um lado, o percurso até aqui trilhado conduziu à compreensão de que a morte, como metáfora da noção de castração, inaugura o sujeito descentrado de si, movido por forças

que desconhece, há também que se considerar os descaminhos da pulsão de morte, quando esta interrompe as barreiras de censura e, no desligamento da pulsão de vida, direciona-se para um “estado de indiferenciação” (Rey-Flaud, 2002), o lugar do inanimado. Tenório (2016) destaca que a refuta do vazio, após o recalque originário, leva à mortificação do sujeito, as vias do delírio sobrepõem-se e os quadros psicóticos podem tomar forma, ou mesmo o que nos expõe Rey-Flaud (2002): a agressividade ao outro manifesta nas guerras, no racismo e na violência em geral. Aqui se desvelam os sentidos dos (des)caminhos: a mesma morte simbólica que pode ascender o sujeito pelas vias da representação da palavra, é ela quem o mata, quando excluída de significação.

No mais, além de um fato biológico, na vida psíquica, a morte entra em cena com a sinalização sobre a necessidade de renúncia aos primeiros objetos de amor. Trata-se de uma perda irreconciliável, uma vez que essas figuras possibilitaram a sobrevivência mediante a prematuridade do bebê. As primeiras sensações prazerosas, de simbiose oceânica com o mundo devem ser abdicadas sob a ameaça de perda de parte essencial ao narcisismo: o falo. Os caminhos mortíferos, na vida do psiquismo, parecem estreitar um sujeito movido por forças que desconhece e quando, mesmo diante da falta constitucional, consegue simbolizar com recursos diversos, seja por intermédio das artes, de um ato de rebeldia contra a cultura hegemônica alienante, das ciências ou da reconciliação com o sofrimento. É nesse aspecto que aqui intitulamos que a morte encena a vida, quando se é possível transitar pelas sendas do mortífero (como marcador de castração e de limite), para renunciar aos primeiros objetos de amor e ascender aos processos motores da vida, como a linguagem e a alteridade, por exemplo.

Se, por outro lado, a morte cede a si mesma, desligando-se de recursos unificadores, a agressividade emerge das mais diversas maneiras, seja contra o próprio eu, seja contra o outro, na forma das guerras, da violência e do horror ao diferente. Com a carência de representação do vazio constitucional, o outro se torna apenas um objeto e não se instala a alteridade. Esses são os (des)caminhos apontados da morte para o psiquismo. O apagar das luzes, sem o fechar das cortinas advindas dos lados opostos do palco.

O termo “em cena”, utilizado no título desta seção para remeter à metáfora de uma peça teatral, teve por objetivo explicitar a via mortífera no registro de uma representação, de uma tradução. Assim, compreendemos que a morte encena a vida, na medida em que simbolicamente representa a ceifa promotora do vazio constitucional, capaz de atribuir vida psíquica ao sujeito e à coletividade calcada nos laços fraternais. Nessa peça, o fechar das

cortinas representa o par de opostos, pulsões de vida e de morte, quando unidos, constroem os caminhos de nomeação e de constituição do sujeito na alteridade. A analogia com o teatro significa também um modo de admitir outros trajetos teóricos e discursivos para a temática abordada. É esse novo que se espera encontrar nas narrativas dos participantes deste trabalho, no sentido de inaugural, pois remete à singularidade de cada um, manifestada pelos seus corpos e dizeres, na cena das entrevistas.

1.1.2 O (a)morte-cimento do Inconsciente

“O que é primitivo na alma é imperecível no mais pleno sentido”.
(Freud, 1915/2017c, p. 226).

Entre os dilemas da vida e da morte na interface com a psicanálise, Laplanche (1987/1992c) descreve que, no percurso de modificação dessas categorias do cotidiano para a esfera psicanalítica, algo de novo se institui, no mais além da vida e da morte factual. Dessa forma, questiona-se sobre em que medida pode-se falar de vida e morte na psicanálise, tal como ocorre nas crenças religiosas. Para o autor, a morte é analisada por dois aspectos, como pulsão de morte, aquela que se situa em uma esfera aquém das questões existenciais, que impele o sujeito ao inanimado, à constância do zero, uma “morte anterior à vida” (p. 55), pois inscreve a falta e, por assim o fazer, conduz o sujeito à vida psíquica. A outra qualidade da morte para a psicanálise que também se pretende discorrer aqui: aquela da qual a representação é negada no inconsciente e que, de acordo com Laplanche (1987/1992c), nada se consegue falar dos seus conteúdos, apenas tatear algumas explicações.

Na tentativa de resgatar o debate sobre a representação da morte para o psiquismo, na medida em que se inscreve pela recusa inconsciente da finitude da vida, o que aqui se denominou de amortecimento, por estar dotado da via da negação, parece lícito discorrer sobre a fantasia e os morfismos para Laplanche (1987/1992c). De antemão, admite-se que tais assuntos requerem um aprofundamento que não é o intuito aqui, basta a compreensão do que serve de base para o entendimento do terreno do simbólico, do que nem sempre aparece tão evidenciado. À primeira vista, pode-se questionar sobre a possibilidade de negação da morte, pois a capacidade de pensar sobre si, sobre o outro e o mundo permite aos indivíduos conhecer a fatalidade dos destinos de todo e qualquer organismo vivo, diferentemente dos animais que não possuem essa racionalização aguçada. Contudo, Freud (1915/2017c) é enfático em sinalizar que a própria morte é negada pelo inconsciente, sendo a imortalidade um

desejo dos mais primevos, aqueles que remetem ao mais profundo da alma, como pontuado no preâmbulo desse tópico. Tais estatutos são notados nas ações das crianças que ameaçam de morte umas às outras, como expressão de hostilidade e agressividade ao diferente; nas atitudes dos povos primevos frente aos assassinatos, que eram tidos como justos, enquanto a própria morte não era vista como natural; nas piadas sobre a morte, que em seus formatos lúdicos pretendem negar a seriedade da finitude; nos enlaces amorosos como uma reação à angústia da morte.

É preciso sinalizar que o campo psicanalítico não é unânime, no que tange ao conceito de fantasias; mesmo na obra freudiana, elas tiveram algumas reconduções. *Grosso modo*, as fantasias remetem ao campo do inconsciente, da imaginação, do pensamento, da realidade psíquica em si, e estão vinculadas às simbolizações de afetos e representações. Por isso, estão intrinsecamente relacionadas à memória. É uma forma de rememoração de uma realidade, seja de um ato de sedução, o qual Freud sinaliza abandonar, seja vinculado a um ato do próprio indivíduo, tal como as fantasias vinculadas à masturbação. Laplanche e Pontalis (1985/1990) destacam que, embora na obra freudiana apareça algumas alterações na delimitação das origens da fantasia, principalmente com a reformulação da teoria da sedução, ela nem sempre foi levada até as últimas consequências, mesmo em textos ulteriores. Isso porque, mesmo após o suposto abandono freudiano sobre sua neurótica, no que tange à cena de sedução proveniente de um adulto perverso, as funções parentais sedutoras aparecem nos atos mais corriqueiros, como a mãe que canta para o bebê ninar ou quando realiza a troca de uma fralda, tocando em sua pele. Em relação à pretensa busca das causas para as patologias psíquicas, Freud (1912/2016e) considera infrutífera, para a psicanálise, a determinação de elementos interiores, em oposição aos exteriores. Para o autor, existem uma gama de possibilidades casuísticas, as quais se circunscrevem nas histórias singulares dos indivíduos.

Mais do que isso, é preciso existir uma sexualidade infantil para que a fantasia, em seu aspecto simbólico, possa advir como objeto da psicanálise. A definição de fantasias originárias situa-se no mais além de um evento real ou fictício de cada indivíduo, elas se interpõem pela história evolutiva da espécie humana e tem sua constituição no que há de mais primitivo. De acordo com Laplanche e Pontalis (1985/1990) e Chemama (1993/1995), as temáticas dessas fantasias remetem às origens de si, da sexualidade, da assimetria entre os sexos e possuem relação com a cena primária (percepção do ato sexual parental), com a castração, com a linguagem pré-existente ao indivíduo, seja nos discursos parentais, da gênese familiar, ou mesmo, da sociedade. Nesse aspecto, possuem analogia com os mitos, já que se

constituem como uma forma de explicação do mundo. Pela ação da clivagem, os conteúdos das fantasias originárias encontram-se profundamente recalçados e, como exposto antes, remetem ao fantasma do objeto primordial perdido, o qual institui a falta, o vazio constitucional, e constituem as fantasias posteriores, sendo o motor do funcionamento psíquico.

Na esteira das fantasias, o conceito laplancheano para os morfismos constitui-se, pois simbolizam o deslocamento das representações psíquicas, que acarretam em uma mutação dos afetos e representações tidas *a priori*. Tal como nos antropomorfismos, Laplanche (1987/1992c) descreve a possibilidade de existência dos mecânicos-morfismos da vida psíquica, manifestados nos sonhos e nos sintomas. Isso quer dizer que o inconsciente não pode ser acessado no seu estado puro, pois só se revela metamorfoseado¹⁸, ele está sempre no nível de como-um, do qual se aproxima, mas não se agarra. É para denotar essa impossibilidade de abordar o inconsciente, tal como ele é, que se empregou o termo “amortecimento” no título deste tópico, em analogia ao princípio físico de uma energia mecânica dissipada sobre outra forma (térmica, por exemplo) e que, a depender do grau de excitação, determina o tempo e a força das vibrações.

A utilização do termo no formato cindido, morte-cimento, conota a aceção da morte como um cimento do inconsciente, quando essa, na sua faceta de inscrição do corte que estabelece o vazio, funciona como motor do funcionamento psíquico. Ou, como Laplanche (1987/1992c) argumentou, a possibilidade de um tanatomorfismo da psique, no sentido de ser inaugurada pelas trilhas da morte. Birman (2007) posiciona-se em semelhante linha de raciocínio, argumenta que nos primeiros textos freudianos, a realidade psíquica pautava-se nos princípios do “vitalismo” (p. 42) e, após a recondução da segunda tópica e da introdução da pulsão de morte, o “mortalismo” (p. 42) fundamentou a narrativa da psicanálise, na sua condição de algo irrepresentável ao nível do inconsciente, instaurou a finitude e, por conseguinte, a experiência do desamparo, como pressuposto para as trilhas do vir-a-ser.

Há que se considerar o outro lado dessa mesma moeda, pois se a morte é o motor da vida, ela também impõe seu gosto amargo por barrar a imaginária onipotência do eu. Ao analisar a interdição do assassinato, nos povos adeptos ao totemismo, Freud (1913/2016g) apresenta uma série de rituais e preceitos relacionados a esse tabu. A restrição quanto a matar

¹⁸ Neste sentido, o autor contesta o aforismo lacaniano sobre o inconsciente ser estruturado pela linguagem, para ele, o “inconsciente é um como-uma-linguagem, não estruturado” (p. 58), ou seja, ele já é falseado, no sentido de ser deformado pela linguagem.

o animal totêmico fora de épocas festivas era considerado um crime contra a ancestralidade do clã. Quando um inimigo era morto, guardava-se luto por ele, além de serem iniciados os ritos de purificação após o cometimento de um homicídio, os combatentes deveriam guardar distâncias para não trazer doenças, impurezas ou mesmo a morte para os membros do clã. É de conhecimento também as tribos que se alimentam de partes dos corpos de seus oponentes, como forma de tragar suas forças. Os ritos se estendiam aos mortos do grupo, havia a limitação quanto ao toque nos mortos, as restrições alimentares e de afazeres aos parentes de pessoas mortas, as esposas deveriam permanecer isoladas da tribo quando seu companheiro falecia. Diante dessas advertências, referentes ao assassinato e aos mortos, Freud (1913/2016g) discorre sobre o temor da própria morte, relacionada à culpa pelo assassinato primordial¹⁹, o que se estende ao animal totêmico e para a compreensão inconsciente de que não há morte natural, todas proferiam de um homicídio, mesmo que advindos das fantasias e dos desejos.

Esse enunciado, acerca do desejo encoberto de morte, direcionado ao outro, como imbricado à culpa, aparece reiteradas vezes no discurso freudiano. Todos os sujeitos lutam diariamente contra os anseios de morte endereçados àqueles que impedem à satisfação narcísica, pode-se identificar isso em algumas expressões jocosas do cotidiano, tais como o “Vá pro inferno” e “Que a morte o leve” (Freud, 1915/2017c, p. 213), em “Considerações atuais sobre a guerra e a morte”. O neurótico carrega a culpa de um homicídio, que apenas desejou em seu íntimo, em “A instrução judicial e a psicanálise” (1906/2015a). Na identificação mortificada com o objeto que operou alguma falta, seja por via da morte factual, do abandono ou da injúria, nos casos de melancolia que, diferente dos processos do luto, carregam a regressão para os estágios primevos do narcisismo. A culpa é identificada nas autorrecriações da melancolia, nos casos de neurose obsessiva, no qual o corpo é tomado pela culpabilidade de um movimento sádico imaginário direcionado ao objeto (Freud, 1917/2016k). Na ideação suicida de uma jovem enamorada por outra, que é traduzida por Freud (1920/2016m) como ancorada na autopunição pelo desejo de morte inconsciente dirigida aos seus pais, sendo esse um dos elementos para a análise do caso. Há os criminosos que, atravessados pelo fulminante sentimento de culpa, perseguem o castigo nos atos pelo viés das violações, em “Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica” (Freud, 1916/2015). Na análise de Dostoiévski – mais especificamente de seus ataques epiléticos, de sua controversa submissão à moral cristã, do parricídio no romance “Os irmãos Karamazov”,

¹⁹ Que será discutido em tópico subsequente.

que muito se assemelha à morte factual do pai do escritor – há também a compreensão de Freud (1928/2015f) sobre as tentativas do escritor em aplacar a culpa pela ânsia de morte dirigida ao pai.

Para Freud (1928/2015f), Dostoiévski, além de ser avassalado pela terrível culpa decorrente do desejo mortífero, tinha um potencial psíquico para o crime que foi sublimado pelas vias da produção artística e em sua capacidade de amar. Nesse ínterim, a compreensão freudiana é de que as artes são capazes de promover uma reconciliação simbólica com a finitude da vida, mesmo que parcialmente. Uma forma de refúgio de sobrevivência na figura dos heróis e de assegurar a própria imortalidade (Freud, 1915/2017c). Há também a imortalização do eu na figura dos filhos, os quais garantem simbolicamente a perpetuação dos ideais narcísicos em um novo corpo (Freud, 1914/2017a).

Outra maneira de garantir a eternidade diz respeito às concepções religiosas. De acordo com Freud (1927/2010a), a fatalidade dos acasos biológicos e da natureza são tão cruéis para o eu²⁰, que as criações do divino foram inventadas. Elas possuem aspectos infantis e geralmente estão relacionadas à substituição das figuras parentais protetivas. Basta uma rápida leitura nos mitos gregos, nórdicos, egípcios e das religiões em geral para perceber a recorrência da morte relacionada com a culpa originária da civilização e do sujeito. No hinduísmo, o deus Shiva possibilita a vida, pois carrega em si a dualidade do nascimento e da morte; Kali sua companheira é a deusa da morte e considerada a mãe do universo. Em um mito chinês, denominado Pan Ku, a criação emergiu do vazio primordial, a partir de um grande ovo que lá passou a se desenvolver, ao acordar e se partir em dois instaurou a dualidade; de sua morte, nasceram o Sol e a Lua. Na mitologia grega de Hesíodo, o deus Caos simboliza a destruição, a separação, ele dá início à vida por intermédio das diversas cisões. Seu filho Eros possui características opostas: a da união, capaz de organizar o universo e as unidades.

Nas descrições sobre a morte no campo social, Kovács (2005) elenca três formatos de posturas frente à morte, a de negação, que confina os doentes terminais em hospitais como um evitamento, para fazer esquecer a fatalidade da vida; a de humanização que, pelos caminhos da chamada boa morte, da eutanásia e de procedimentos variados, acalenta a dor de quem partirá e de seus entes; e, por fim, aquela que é midiaticizada, em um espetáculo de vulgarização da vida. Para Campos (2013), pautado no aforismo freudiano, a finitude da

²⁰ Inclusive a finitude da vida é considerada por Freud (1917/2017d) como uma das três feridas narcísicas impetradas pelo conhecimento científico à humanidade.

própria vida pode ser fonte de sofrimento para o indivíduo e, por carecer de elaboração no psiquismo, torna-se objeto fetiche de sedução que atrai cada vez maiores plateias. De acordo com Ogden (2013), há uma linha tênue entre a manutenção da saúde mental e a vivência real da própria morte. Na fantasia, o distanciamento da visão da morte traz a ideia e a sensação de eternidade, de onipotência e de negação da dor inevitável da vida. O autor aprofunda essa via de análise e conclui que todo sofrimento psíquico vincula-se a uma maneira de negação da morte, o que paradoxalmente implica em uma “limitação da capacidade de estar vivo” (p. 33). Assim sendo, a clínica psicanalítica deve confluir no mais além da redução de sintomas e reinscrever a experiência de se sentir vivo. Diante desse horizonte clínico, o enigma, que nos faz questão, é o que fazem esses adolescentes, com tantas inscrições de morte em suas vidas, sentirem-se vivos?

Ogden (2013) descreve vários formatos de limitação da vida que observou na clínica. A desvitalização expressa na angústia de uma paciente ativa na vida social, com muitos afazeres, mas que na transferência relatava uma dificuldade de compreensão sobre o que, de fato, lhe afligia, embora se mostrasse bastante aberta a falar sobre si. Nesse caso, a contratransferência refletia uma ausência de vida pelos desejos reiterados do analista em dissimular uma doença para evitar o atendimento, bem como no ato de aferir a pulsação durante as sessões. A análise desses movimentos contratransferenciais revelou a fantasia inconsciente de adoecimento, diante da falta de vitalidade da análise, e foram cruciais para a compreensão da aflição da paciente em carecer de sentimentos humanos, tais como a tristeza pela morte de um filho.

Ou mesmo a falta de vitalidade manifesta em um paciente de seu supervisionando que, ao ter conhecimento prévio da psicanálise, respondia nas sessões de maneira padronizada e repetitiva, sem dar espaço para a criatividade. Durante uma sessão, o analisando permaneceu silencioso por alguns minutos, o que despertou no analista o devaneio sobre as férias de natal, no Havaí, de seu supervisor e deduziu o quanto seria bizarra a troca de presentes natalinos nesse local. Após esse relato do analista, Ogden (2013) interpretou o ceticismo do supervisionando quanto às funções da espontaneidade em análise e estava forçosamente tentando parecer criativo, de forma a imitar o autor. A partir dessa interpretação, foi possível compreender a postura do analisando, que procurava vias de se sentir vivo, por intermédio da imitação do que ele mesmo achava ser uma boa análise.

Já no caso de sintomas perversos, Ogden (2013) destaca a importância do manejo das ocorrências transferenciais, mais do que a via interpretativa dos desejos, das fantasias e dos

mecanismos defensivos presentes nas práticas sexuais do analisando. Diante dessas condições, analisa que a perversão remete à “experiência nuclear da morte psíquica” (Ogden, 2013, p. 72), pois o relato dos atos sexuais perversos, em sua recusa do limite e da supervalorização de um poder pleno, é uma maneira falseada de se apresentar vivo. Trata-se de um sujeito ilusório, sustentado pela negação da castração. Baseado nos estudos freudianos, Julien (2004) afirma que, com isso, também se renega a diferença entre os sexos e o fetiche é o caminho para a atribuição do objeto fálico à mãe. Segundo Birman (2007), a mesma psicodinâmica se observa nas toxicomanias, quando o indivíduo entrega seu corpo em um gozo masoquista, como objeto substituto da falta fálica materna. Interessante salientar que, para Ogden (2013), os traços perversos estão presentificados nas experiências analíticas em geral, em maior ou menor grau de frequência e de intensidade. Essas marcas são identificadas nas transferências que obtusam as relações objetais, na exacerbação do prazer sexual causado pelas sessões, em uma evidente resistência que busca lograr o tratamento.

Esses casos, relatados por Ogden (2013), trazem à tona os aspectos mortíferos presentes nas diferentes sintomatologias. E, sobretudo, permitem a reflexão do lugar do psicanalista na díade transferencial. Mais do que priorizar o conhecimento das organizações psíquicas e do manejo da interpretação, o autor convoca a pensar sobre as percepções físicas, os pensamentos e os devaneios do analista durante as sessões. Isso parece ser crucial para a emergência dos conflitos psíquicos inconscientes envolvidos na constituição dos sujeitos e de suas verdades. Nos devires em análise, Birman (2007) adentra na compreensão da morte nos ideais do analista, ao que ele chama de “pequenos assassinatos” (p. 46) dos ideais individuais do analista. De modo algum, isso significa uma subserviência à teoria como um dogma incontestável, mas enquanto posição a ser ocupada em uma análise, na abstenção de seus paradigmas narcísicos e de onipotência, como forma de possibilitar a ascensão das singularidades, tanto do paciente quanto do analista.

Nessas trilhas psicanalíticas do (a)morte-cimento do inconsciente, a pretensão foi de percorrer o interjogo linguístico proposto pelo termo. Em seu aspecto cindido, como navalha que corta algumas facetas da morte, estão presentificadas nos conteúdos mais primevos do psiquismo, simbolizada pelo fantasma do primeiro objeto perdido, pela via da castração, como corte que inscreve o sujeito na realidade psíquica: “a morte-como-cimento”. E, na medida em que instaura o limite, permanece negado o seu “amortecimento” no inconsciente, por ferir o narcisismo pleno e onipotente. Nos imperativos da finitude, em seu modo mais trágico: a guerra, Freud (1915/2017c) se pôs a reavaliar os institutos primevos e as ações humanas

mediante a morte. Os conflitos armados colocaram em xeque a dita moralidade civilizatória, pautada na fraternidade e no amor, e também revelaram que os indivíduos são geridos por impulsos grotescos, como a destruição e o aniquilamento do outro. Tais forças permanecem reprimidas no âmago do inconsciente e manifestam-se, sobretudo, nas diversas ações humanas enredadas pelo sentimento de culpa, que vão desde a beatificação dos mortos, perpassando pelo luto e pela melancolia, até os assassinatos em série e o suicídio. Diante desses quadros mortíferos, Freud (1915/2017c) argumenta que a reflexão sobre a morte e o morrer está mais próxima da verdade humana nua e crua. Nesses imbricados caminhos, podemos também visualizar a função da morte para o psiquismo e para a organização societária no ensaio “Totem e Tabu”, no qual Freud (1913/2016g) traça um paralelismo entre o desenvolvimento psicosssexual humano e a história da civilização. É o que veremos a seguir.

1.2 O homicídio primordial e o surgimento da civilização

Nas sendas profundas da morte para a realidade psíquica, Freud (1915/2017c) elabora alguns raciocínios sobre as atividades do homem primitivo, isso porque identificara, na vida cotidiana – tais como as ações mediante a morte – e nos seus pacientes, vestígios que testemunhavam os achados de algumas pesquisas etnográficas e antropológicas. O ensaio “Totem e tabu” (Freud, 1913/2016g), como o próprio autor introduz, é uma tentativa de explicação da gênese da sociedade, por intermédio de análises das origens da religião (totem) e das normativas (tabu). É considerada, por Fuks, Basualdo e Braunstein (2013), como uma das obras de maior importância, pelo seu alcance ampliado para outras áreas além da clínica, pelo seu status literário e pelo seu impacto metapsicológico.

Na complexidade do mito freudiano, encontram-se os enlaces entre os vestígios da psicologia infantil e da origem da sociedade, em uma pretensão metapsicológica de Freud (1913/2016g) de contribuir com os estudos do campo social e da psicanálise, principalmente ao demonstrar outros métodos de análise da psique humana. É certo também que a profundidade dessa obra está na análise de estudos etnográficos sobre a gênese das interdições presentes em algumas tribos que ainda mantêm os costumes de épocas longínquas e a sua continuidade na sociedade. O autor interroga-se sobre as interligações desses interditos e o totemismo, bem como sobre as repercussões desses para a vida coletiva, a origem das religiões e da moral civilizatória.

Já de início, Freud (1913/2016g) destaca o laborioso trabalho de reconstrução dos costumes dos povos primevos, principalmente no que se refere ao totemismo, pelo difícil acesso a essa configuração societária, restando apenas resquícios nas crenças religiosas e em algumas tribos. O autor argumenta, nesse ensaio e nos ulteriores²¹, que a origem da civilização foi marcada pelo assassinato da figura paterna primordial. Um crime tão imperioso que instaurou a interdição do assassinato nas normativas e nos mandamentos religiosos, tais como o quinto mandamento da tradição judaico-cristã “Não matarás” (Freud, 1915/2017c, p. 241). A observação da reincidência dessa restrição, nas diversas sociedades, levou o autor a ponderar sobre a necessidade de contenção dos desejos mortíferos inconscientes. Até porque não há lei para aquilo que nunca foi desejado ou executado. E, ao contrário da tese rousseauriana sobre a natureza boa do homem vilipendiada pelos processos civilizatórios, Freud (1915/2017c) constata o âmago da destrutividade nos homens e na sociedade, a qual foi demarcada por uma sequência histórica de assassinatos.

Para abordar as origens civilizatórias, após um exaustivo exame sobre as condutas frente à morte nos primeiros coletivos humanos, sobre os formatos dos clãs tribais e suas regras de vedação ao incesto e ao homicídio, Freud (1913/2016g) forja o mito da horda primeva. É ele que será descrito neste tópico, bem como suas vicissitudes na organização societária, para na sequência balizar as correlações com a realidade psíquica.

A narrativa mítica descreve o primeiro agrupamento humano composto por um pai tirano e seus filhos a ele alienados. Esse despotismo impedia os filhos de qualquer ação autônoma, o único a estabelecer regras e possuir o direito sexual sobre as mulheres do clã era o pai. Essa configuração comunitária primeva teve sua sustentação nas elucubrações darwinistas e nos achados de Atkinson (citado por Freud, 1913/2016g) sobre as formas organizativas de bandos de animais, como as dos gados e as dos cavalos não domesticados. Com o plantio da terra, gradativamente os filhos passaram a reconhecer suas funções na manutenção da tribo. Freud (1913/2016g) também argumenta que esse manejo, em certa medida, liberava as energias incestuosas. O mesmo se encontra nas crenças das divindades maternas vinculadas à natureza que mantinham relações sexuais com os filhos, esses últimos geralmente tinham um destino cruel por haverem cometido tais atos, a morte precoce ou uma severa punição. Assim, o autor interpreta que essas antigas explicações sobre o mundo, além

²¹ A título de exemplificação, a temática sobre a organização societária reaparece em “Considerações atuais sobre a guerra e a morte”, de 1915, em “Psicologia das massas e análise do eu”, em 1921, em “O eu e o id”, de 1923, em “Futuro de uma ilusão”, de 1927, em “O Mal-estar na civilização”, de 1930, apenas para citar alguns.

de se constituírem em uma via sublimatória dos desejos de possuir a mãe, amenizavam a culpa dos filhos pela fatalidade imposta aos heróis. No passar dos tempos, a desigualdade entre os filhos e a figura paterna gerou tamanho desconforto e sensação de injustiça que os descendentes planejaram juntos a destituição do poder despótico, pelo assassinato do tirano.

Após a execução do parricídio, o pai é devorado em um banquete, tal acepção foi concebida a partir da observação da prática do canibalismo tribal, quando depois do cometimento dos assassinatos, o clã se alimentava dos restos mortais dos inimigos. Havia também em épocas festivas o sacrifício do animal sagrado aos clãs, como uma entrega às divindades, sendo esses os únicos momentos em que se admitia a execução do animal totem. Para Freud (1913/2016g), esses métodos vinculavam-se à necessidade de introjeção dos aspectos benéficos do animal totêmico, dos inimigos e, por conseguinte, do pai tirano. A percepção de que o pai do clã proporcionava as condições para a vida dos membros e mantinha a união entre os filhos, por apelar a rivalidade entre eles, instaura a culpa pelo parricídio. É nesse sentido que o banquete possui dupla função, a de introjetar os elementos bons e a de expiar a culpa pelo homicídio praticado. Elementos dessa cena são verificados pelo autor nos ritos eucarísticos atuais, quando o sangue crístico é rememorado e expia os pecados dos fiéis, bem como também é observada em rituais árabes e semitas que instigam a união pelo ato de comer. O banquete totêmico eleva o pai morto ao simbolismo do pai, expresso nas leis que mantém os irmãos unidos e evitam a emergência de outro tirano entre os filhos.

Na medida em que o pai simbólico regula as relações fraternais pelas regras sociais, Freud (1913/2016g) sugere que o totemismo é substituído pelo patriarcado. O animal totem não tem mais o status sacralizado, torna-se o substituto da figura paterna. Assim também os ritos de sacrifício tanto de animais quanto de humanos permanecem com uma de suas características anteriores: a consagração aos deuses para obter benfeitorias e reconciliar-se com eles. Aos poucos esses rituais de canibalismo são substituídos por outros mais aceitáveis socialmente, como a utilização de bebidas que simbolizam o sangue derramado. Desse modo, a herança filogenética da civilização é arranjada por uma “dívida de sangue” (Freud, 1915/2017c, p. 240). As religiões posteriores são traçadas por esse estatuto e a servidão aos seus preceitos é mantida pelo sentimento de culpa relacionado ao assassinato primordial. Além disso, os dogmas são compreendidos, por Freud (1927/2010a), como formas falseadas de explicação do mundo e dos fenômenos que acometem a humanidade, tal como a finitude biológica. Já para sustentar as relações civilizatórias, é preciso um grau de renúncia aos

impulsos mais primevos de destrutividade por parte de seus membros. Por essas trilhas, a morte aparece como elemento crucial para a organização societária, pois seus imperativos encontram-se presentes desde as origens das leis e das crenças religiosas até suas manutenções.

Ademais, de acordo com Seligmann-Silva (2010), nem mesmo o fundador da psicanálise ficou à mercê dos imperiosos devires da morte, pois, quando tomado pelo câncer, pela proximidade da finitude biológica e pelos terríveis resultados do nazismo, engendrou caminhos mais pessimistas para a civilização e reposicionou a personificação da morte, na figura mitológica de Tântatos, como uma das forças motrizes dos indivíduos e da cultura. É pelas vias das renúncias a esses impulsos que Freud (1930/2010b) desenvolve a noção de mal-estar na cultura, que não somente consegue tirar a humanidade de seu desamparo constitucional, tendo em vista a perda dos primeiros objetos de amor; como ainda infringe sofrimento, já que os ideais fraternos simbolizados no banquete totêmico não foram alcançados. Basta identificar que a ciência não foi capaz de aplacar as forças da natureza e as necessidades humanas, tais como a fome; as guerras feriram as idealizações sobre o caráter amoroso das relações sociais e nem todas as pessoas tem acesso aos meios de sublimação do mal-estar, como a arte e o conhecimento. Nesse sentido, Freud (1930/2010b) argumenta que o objetivo da vida humana, a felicidade, não foi atingido na cultura. E embora o autor não sinalize o desfecho da caminhada civilizatória, Enriquez (1990), a partir de uma releitura dessa obra freudiana, assegura que, na atualidade, Eros está sobreposto por Tântatos e os impulsos mortíferos estão no cerne do processo societário. Esses são identificados nos ataques à natureza, na destruição mútua entre os homens, na incapacidade de mediação entre o supereu coletivo e nas exigências pulsionais de cada indivíduo.

1.2.1 Os enlaces entre o mito freudiano da civilização e a realidade psíquica

No percurso das forças pulsionais, que remetem inevitavelmente ao esbarro da morte, Freud (1913/2016g), embora considerasse a divisão dos instintos em sexuais e do eu (categorias posteriormente revisitadas pelo autor), traça um paralelismo entre o desenvolvimento psicosexual humano e a história da civilização. Lacan (1994/1995) recupera o trajeto mitológico enunciado em “Totem e Tabu”, para assinalar a ideia do resgate do lugar do pai, aquele primeiro que forja a possibilidade da vida em civilização, pela união de seus filhos para destituí-lo. Este genitor primitivo está morto, sua tirania causou revolta e

ele foi assassinado pelos próprios filhos, ao mesmo tempo em que continua vivo simbolicamente, preservado nas normas, de forma a sustentar o laço social entre os irmãos. Segundo o autor, o parricídio tem justamente a função de preservar esse pai, ao presentificá-lo nos interditos; em suas palavras:

A essência do principal drama introduzido por Freud repousa sob uma noção estritamente mítica, na medida em que ela é a própria categorização de uma forma do impossível, até mesmo do impensável, a saber a eternização de um só pai na origem, cujas características consistem em ter sido morto. E por que, senão para conservá-lo? Chamo a atenção de vocês, de passagem, para o fato de que em francês, e em algumas outras línguas, entre as quais o alemão, *tuer*, matar, vem do latim, *tutare*, que quer dizer conservar. (Lacan, 1994/1995, p. 215).

Contudo, o assassinato por si só não garante a manutenção do “pai mítico” (Lacan, 1994/1995, p. 215), por ser a imortalidade da ordem do impossível, é necessário que ele seja elevado ao nível do sagrado e se atualize por meio das proibições impostas no e pelo coletivo. Essas imposições não surgiram do acaso, o vislumbre da tirania do pai internalizada em si mesmos, fez com os filhos optassem por negá-la, para construir um mundo pautado na vida fraternal. França Neto (2012) argumenta que a eternidade paterna se dá, pois ela é objetificada e toma forma nas leis. Nessa operação, algo de fundamental se perde para sempre: a figura do pai, o que causa a falta que garante a força motriz das ações civilizatórias. Esse pacto primordial é reeditado na história de cada um; remete aos caminhos edipianos, nos quais a dupla de sentimentos amor e ódio para com a figura paterna é, de certo modo, suplantada pela culpa, tanto por haver desejado a figura materna, que origina o horror ao incesto, quanto pelo ódio dirigido ao pai que levou ao seu assassinato. Os dois tabus considerados, por Freud (1913/2016g), como fundamentais para a sociedade e que se revelam intimamente relacionados à figura paterna mortificada, para assim ascender como intocável, o totem.

Por totem, denomina-se o animal ou a planta que representa uma determinada tribo, ele constitui-se como uma proteção ao coletivo, é hereditário, sagrado e, por tal razão, não pode ser consumido pelos indivíduos, a menos em ocasiões especiais. Freud (1913/2016g) sinaliza ser o totem o substituto protetivo do pai tirano e, pelos banquetes, há a lembrança do seu assassinato, uma forma de lidar com o arrependimento pelo ato homicida, ao mesmo tempo em que se celebra a sua sacralização.

Pela investigação de monumentos, ritos e lendas tribais, Freud (1913/2016g) inferiu que o totemismo foi uma etapa originária das instituições religiosas. Fuks, Basualdo e Braunstein (2013) argumentam que o parricídio, no mito freudiano, representa o recalque

condizente à saída simbólica da tríade familiar, do conflito edipiano. Essa operação institui o sujeito faltante, aquele que declina dos primeiros objetos de amor, para se constituir na linguagem e no social, na eterna busca desses objetos perdidos. Ancorado nas concepções schopenhauerianas e freudianas, Mohr (2018) sustenta que a morte é a fonte para a existência da religião, da filosofia e da ciência, sem ela o engenho da vida sequer funcionaria, pois a condenação seria a inércia da eternidade. Mais uma vez a morte aparece nas elucubrações sobre o nascimento do totem, constituindo-se como um dos alicerces da civilização, da filosofia, das crenças religiosas e do sujeito.

O aparente paradoxo entre a extinção biológica e a emergência do ser e de suas instituições sociais torna-se desanuviado ao pensar a morte como marca da ceifa, pela qual todo vivente está fadado a experimentar, aquela que diz respeito à abnegação do amor primevo direcionado às figuras parentais, ao mesmo tempo em que o lança ao campo obscuro dos desejos pelos objetos secundários, sendo assim capaz de perpetuar a espécie e de se instaurar como sujeito na cultura. Os versos de Cruz e Souza, em “A ideia do infinito”, endereçados a uma atriz de 10 anos, que viaja com um grupo de teatro, parecem exemplificar essa trajetória de ruptura. O que chama a atenção é a destinatária desse poema, uma garota na entrada da adolescência, bem como a biografia do autor que se revela repleta de episódios de perdas (morte de seus pais, esposa e filhos) e a vivência do racismo (impedido de assumir o cargo de promotoria em seu estado e sem espaço no mundo literário, a despeito de sua genialidade). Com essas abreviadas considerações, deparamos com estes versos:

Quais precursoras
do mais ingente e mago dos assombros,
do orbe imenso nos calcáreos ombros,
rola um dilúvio, um grande mar de estrelas
que lançam chispas cambiantes, belas!...
Há um estranho amalgamar de cousas
como os segredos funerais das lousas
ou o rebentar de artérias
– Ou o esgarçar de brumas,
negras, cinéreas
– Ou o referver de espumas,
nas longas praias
alvinitentes, mádidas, sem raias.
Do brônzeo espaço,
das fibras d'aço
como que desloca-se um pedaço
que vai ruir com trépido sarcasmo
nas obumbradas regiões do pasmo...
– O Invisível
gema uma música, lânguida, saudosa,

que vai sumir-se na entranha silenciosa
do impassível!
– O Imutável
– O Insondável
Lá vão cair no seio do incriado.
(Cruz e Souza, 1882/n.d., pp. 1-2).

No viés da sustentação freudiana, em “O Moisés, de Michelangelo” (Freud, 1914/2015e), sobre a arte e sua inclinação de extrapolar os limites da intelectualidade, possibilitando o resgate de afetos, a emergência de fantasias e pulsões é que se propõe algumas analogias com o enredo psicanalítico. Precursor do simbolismo no Brasil, o Dante Negro, como fora nomeado Cruz e Souza em referência à Dante Alighieri, opta pelo uso não convencional da linguagem em suas poesias, como forma de impugnar a realidade imposta. Na citação acima, reconhece-se o uso da metáfora para capturar em palavra o peso do sofrimento da vida “do orbe imenso nos calcáreos dos ombros” (p. 1), na qual o eu lírico realiza uma busca dilacerante “ou o rebentar das artérias, ou o esgarçar de brumas” (p. 1), que culmina para a ironia do encontro com algo incapturável, imutável e eterno. Esse trecho da poesia, que integra a obra intitulada “A poesia interminável”, evoca o conceito freudiano para *Das Ding* – A Coisa – o inominável, que estranhamente resta dos primeiros objetos de satisfação perdidos na infância, cujo traço de memória compele à busca por novas possibilidades de satisfação e, portanto, conduz o ser humano ao mundo social, posicionando-o em relação ao outro.

É nesse aspecto que se pode pensar no Nome-do-Pai, cunhado por Lacan (2005), como a metáfora que está para além do pai enquanto um totem, mistificado, que aparece em Freud no ensaio Totem e Tabu. O Nome-do-Pai, pela sua função de atribuir um nome próprio pela via cerceadora, é aquele que estabelece o nascimento do desejo, ao mesmo tempo em que faz emergir o sujeito.

Do paralelismo entre a psicologia individual e a dos povos, os últimos versos, desse trecho da poesia, parecem se aproximar do pai sacralizado do mito freudiano da horda primeva. Nele a figura paterna tirana é substituída pelo sagrado e intocável totem, uma forma de reconciliação, diga-se de passagem, ambivalente pelo ato homicida dos filhos. Na poesia, embora não haja menção a um objeto que pudesse simbolizar o totem, vislumbramos o encontro assombroso com o inabalável, aquele da ordem do um, da lei, santificado e por tal razão, o protótipo abstrato que remete à consagração do pai primordial. Nos braços do sagrado, Cruz e Souza (1882/n.d.) conduzirá o leitor para o âmago do inanimado, “Lá vão cair

no seio do incriado” (p. 2), essa também parece ser uma das veredas percorridas pelas forças pulsionais, a tendência nula. Birman (2007) fundamenta ser essa uma das características da pulsão de morte, por ser irrepresentável em termos objetivos, posiciona o sujeito no desamparo, o qual sem possibilidade de tamponamento instaura a marca da falta na experiência psíquica e a constitui.

No diálogo com a mitologia grega, retornamos ao jogo das forças pulsionais da morte e da vida. Parece lícito sustentar que a emergência da civilização e do sujeito não é possível quando essas forças se encontram isoladas. Nesse sentido, Raulet (2002) reforça a ideia da necessidade do serviço de Tântos a Eros e sustenta que sucumbir a todas as renúncias impostas pela cultura conduziria para a vitória da morte. Para ele, as normas civilizatórias não somente forjam os laços sociais, mas também são dotadas de aspectos destrutivos das pulsões mortíferas. Esse último tipo de normas pode direcionar os sujeitos à uma alienação funesta. Partindo de uma temática diferente, Didier-Weill (1998) aborda sobre as vicissitudes soturnas da presença singular da força pulsional da morte, no que diz respeito à nomeação simbólica. De acordo com o autor, desligada da pulsão de vida sequer restaria a possibilidade de nomeação do vazio constitucional, apenas a presença cruel da finitude, a morte psíquica. É dessa forma que o “estranho amalgamar das cousas” (Cruz e Souza, 1882/n.d., p. 2) – morte e vida; separação e junção – parece ofertar condições para situar o sujeito em relação ao outro. Ao mesmo tempo em que dispõe sobre o motor da sociedade para a manutenção de laços entre os iguais e menos déspotas. A civilização nasceu de um homicídio, a ele deve o surgimento de suas instituições. Em contrapartida, sem a dualidade das forças e a ação de Eros, sucumbiria para as vias do incriado.

A civilização e suas instituições não possuem características antagônicas à constituição do sujeito, como se supõe à primeira vista. A concepção freudiana sobre as religiões serem formas expressivas do imaginário das culturas e possuir correlação com o desenvolvimento psicosexual dos indivíduos já estava presente em 1910 (Freud, 1910/2013b). Alguns mitos, lendas e superstições tem profunda relação com a sexualidade e o assassinato primordial, pelas vias do rechaço da morte, sendo capaz de causar temor e abrir a ferida narcísica de um ser faltante e impotente diante do seu destino. Para se estabelecer o projeto de uma coletividade, também foi preciso renunciar ao monopólio do desejo. No mito freudiano, esse poder centraliza-se no pai primordial, que detinha a posse sobre todas as fêmeas do clã. Por meio do parricídio e da sacralização do pai com o totem, os filhos garantiram o estabelecimento de uma comunidade fraternal, dotada de regras que impediam a emergência

de um novo déspota e pelas três interdições fundamentais: o tabu do incesto, reprimindo o desejo de possuir a mãe, o do parricídio frente aos movimentos edipianos hostis e o do canibalismo, repressão à pulsão destrutiva direcionada ao outro. Ocorre que, com o sangue derramado, não há remédio passível de pleno apaziguamento.

2 O ADOLESCER

A trajetória, até aqui percorrida, remete às especificidades das interlocuções presentes no mito freudiano da horda primeva em relação ao processo da adolescência. O parricídio em muito se parece com a necessária renúncia aos objetos de amor da infância, e a união fraternal para a manutenção da coletividade invoca a busca entre pares de adolescentes, que se unem por afinidades diversas, em um evidente trabalho de identificação e substituição das figuras parentais, como forma de advir como sujeitos na ordem social. Outras duas aproximações podem ser notadas no deslocamento da meta da pulsão, identificado pelo abandono das figuras paternas para os amigos, e na saída da atuação onipotente da infância infantil sobre o mundo. Na horda primeva, a culpa vivenciada pelo assassinato do pai faz com que os filhos santifiquem o pai morto por intermédio do totem e, posteriormente, da figura divina. Essa divinização do Pai parece estar presente nos grupos juvenis que projetam em uma ideia, ou mesmo em um líder, o atributo fálico que dá coesão para o grupo (Finger & Cremasco, 2012).

Se é possível encontrar proximidades entre o funcionamento psíquico e os arranjos das primeiras organizações societárias, como discorre Freud (1913/2016g), há que se considerar também as especificidades. A maioria das pesquisas direcionadas à infância e à adolescência concorda que essas fases nem sempre se configuraram da mesma maneira, pois estas estão relacionadas aos contextos sociais, econômicos e culturais (Ariès, 1973/1986; Bock, 2004; Dolto, 1988/2004). Portanto, assim como a adolescência não é a mesma no decorrer dos tempos, é possível identificar diferenciados desenhos dessa fase entre as culturas de um mesmo tempo.

Ariès (1973/1986) descreve que a infância, na Idade Média, era relativamente curta, se comparada com as demarcações modernas. Logo que houvesse uma pequena transformação corporal, a criança era considerada um jovem adulto. A adolescência não era circunscrita. A partir do século XVIII, as mudanças escolares aliadas à necessidade de maior cuidado dos infantes que morriam com frequência, sem muita mobilização societária, levaram às demarcações etárias. Contudo, o autor alerta para a dificuldade de se estabelecer um marco exato para tal ocorrência. Justifica a não linearidade da história e aponta para as sociedades celibatárias, nas quais havia delimitações entre a infância e a juventude. Outra observação, nesse sentido, é de que em Roma, até o século IV, as crianças eram representadas nos seus próprios túmulos e nos de seus pais, entre V e VI, estas inscrições e representações do rosto

desapareceram. Quando voltaram, em torno dos séculos XI e XII, as sepulturas eram individuais e já não se encontrava nos cemitérios as urnas infantis. Diante dessas concepções e de seus achados sobre a delimitação da adolescência em livros filosóficos da Idade Média²², das manifestações sociais, religiosas, políticas e econômicas, Levisky (2004) argumenta que cada período cultural da sociedade desenhou contornos diferenciados para as representações da infância e da adolescência. Desse modo, sinaliza que, nos dias atuais, a adolescência é localizada nas transformações fisiológicas e corporais da puberdade.

É necessário destacar que, embora Freud não tenha utilizado o termo adolescência, sua representação da puberdade contemplava as transformações biológicas, pelo viés da maturação genital que, por sua vez, se interpõe como possibilidade de realização dos desejos edipianos (Lacadée, 2012). Em suas análises das literaturas sobre a juventude, Dolto (1988/2004) sinaliza que a terminologia “adolescente” possivelmente tenha sido empregada pela primeira vez por Victor Hugo, no romance “Os trabalhadores do mar”, de 1866. Também aponta que Rousseau, em 1762, denominou essa fase como um “segundo nascimento” (Rousseau citado por Dolto, 1998/2004, p. 42) e que, nos romances alemães de iniciação, já apareciam inventários sobre os aspectos referentes às mudanças ocorridas após a puberdade, que reiteravam os valores da amizade, do trânsito entre a homossexualidade e a heterossexualidade não realizadas pela cópula e dos jovens serem intolerantes à mentira. Para a autora, a entrada no mundo sexual e do amor era autorizada pela sociedade por intermédio das iniciações.

Assim, para Dolto (1988/2004) e Gutierrez (2014), uma das principais características que se modificou no decorrer dos tempos foram os ritos de passagem. Se nos povos primevos, a despeito da não demarcação de uma fase transitória entre a infância e o mundo adulto, essa ritualística estava presente como ocasiões concretas, que simbolizavam a renúncia aos desejos incestuosos e a entrada no mundo social com novas relações afetivas, atualmente existem apenas rudimentos desses rituais. Segundo Gutierrez (2014), a importância simbólica dessas cerimônias era a de trazer em ato, o que dificilmente o sujeito consegue demarcar em sua realidade psíquica. Assim, argumenta que, além da sociedade não mais possibilitar manejos coletivos para a entrada no laço social, ela reforça as narrativas negativas acerca da adolescência. Tais discursos são identificados na própria terminologia “adolescer”, que possui o mesmo fonema do termo “adoecer” (p. 24) nas características de rebeldia e descontrole,

²² O autor exemplifica com o texto “Confissões” de Santo Agostinho.

atribuídas pelo senso comum, e até na ciência, que naturalizou algumas características da fase, vinculando-as ao amadurecimento cerebral e hormonal.

A psicologia não ficou à mercê desse discurso universalizante. Gutierrez (2014) cita a indevida apropriação do conceito de “síndrome normal de adolescência” (p.25), apresentado por Knobel (1970/1981), destacando que, embora não fosse a pretensão do autor, acarretou na descrição de sintomas típicos relacionados às consequências dos lutos dessa fase, em detrimento das singularidades de cada sujeito. Para a autora, “a adolescência e muitos de seus fenômenos seriam a revelação desse sujeito que escapa dos ideais da ciência e do capitalismo” (Gutierrez, 2014, p. 32). Semelhante crítica encontramos nos estudos de Bock (2004), o qual, além da problemática da universalização sobre a adolescência, reprova o abstracionismo da psicologia em lidar com os jovens. Em vista disso, argumenta sobre a necessidade do campo *psi* entender a fase como uma “construção social” (p. 39), que interfere nas formas de subjetivação do adolecer.

Embora essas ponderações sejam importantes para a compreensão sobre a adolescência em suas diversas manifestações, entendemos que os apontamentos de Knobel (1970/1981) auxiliam a balizar alguns direcionamentos das análises que aqui se propõe. O autor descreve alguns aspectos próprios da fase: o imperativo das racionalizações, a procura pela própria identidade que se reflete na disposição grupal, desenvolvimento genital, alterações das percepções temporais em determinadas circunstâncias, conflitos sobre as crenças religiosas, contradições comportamentais, atitude social opositora e exigente, excessivas mudanças de temperamento. Além disso, Aberastury (1970/1981a) e Knobel (1970/1981) sinalizam a ocorrência de “3 lutos fundamentais” (p. 5) nessa fase: da dupla parental, da corporeidade, (principalmente do caráter bissexual) e das características identificatórias da infância, todos esses precisam ser revisitados com parâmetros externos à díade familiar. Assassínatos simbólicos imprescindíveis para a renúncia da completude da infância e a inscrição no mundo adulto. É possível identificar, nos escritos freudianos, o embasamento das análises dos autores acima mencionados frente ao que ele chamou de puberdade, para apresentar algumas características e fatores de adoecimento neurótico, presentes no tempo em que a maturação sexual confere a possibilidade de realização das fantasias incestuosas.

Diante de um instigante caso de neurose obsessiva, Freud (1909/2013a) interpreta as ideias compulsivas enraizadas no desejo de morte do genitor, que reprovava as atividades sexuais infantis do paciente, sendo que a prática masturbatória havia cessado durante a

puberdade e apenas retomada aos 21 anos, após a morte do pai. Tais desejos mortíferos foram atualizados diante do prazer vivenciado em sua primeira prática sexual. Ao contrário do que pensam os pacientes, Freud (1909/2013a) argumenta que a masturbação na puberdade não é a única origem das neuroses, sendo ela o retorno de atividades masturbatórias infantis, vinculadas com as fantasias e descargas libidinais da época em que ocorrem, entre os 3 e 5 anos. Nessa conjuntura, o autor sinaliza estar na sexualidade infantil as raízes para as neuroses ulteriores.

Essas acepções foram minuciosamente trabalhadas em “Três ensaios”, no qual Freud (1905/2016c) sustenta a compreensão de que a puberdade é um período conclusivo da constituição sexual, no qual são necessários rearranjos psíquicos, mediante a maturação genital que torna o incesto uma possibilidade real. A ameaça da castração leva o afastamento da libido direcionada aos pais da infância para a entrada nas novas relações objetais. Como exposto em capítulo anterior, essa ulterior relação é demarcada pelo fantasma dos primeiros objetos pulsionais, *Das Ding*, a Coisa que resta institui o vazio, impulsiona o sujeito na alteridade, como também está no âmago das formações sintomáticas. Para tanto, faz-se necessário uma força maior para abdicar da completude da infância. É nesse sentido que a castração se constitui no mais além de uma perda imaginária de um órgão, remete ao simbolismo do próprio aniquilamento.

Essa imposição castradora demanda uma vigorosa ação psíquica. É nesse sentido que Levisky (1998) destaca a dor do adolecer, que deve sair de um mundo minimamente organizado para adentrar em um outro desconhecido, que se impõe para ser revelado. Diante desse universo a ser desvendado, Blos (1962/1985) compreende que a realidade se interpõe ao adolescente como uma ameaça, essa seria uma das condições para a ocorrência de sentimentos ambivalentes e confusionais, que muitas vezes remetem o indivíduo ao retraimento social. Dolto (1988/2004) assegura que o ato de amar outra pessoa implica na morte do narcisismo e na entrada do mundo adulto. Diante da insegurança desse novo e incerto universo, a autora destaca que muitos jovens optam pelo deslocamento imaginário dessa morte, seja pelas drogas, capazes de manter ilusoriamente a completude egóica, seja pelas vias do suicídio, como forma de não fazer essa escolha. Ou, como sinaliza Freud (1920/2016m), de matar o objeto pelo qual o indivíduo se identificou. E não foi por acaso que Freud (1905/2016d) notou a irrupção de diversas psicopatologias nessa fase, haja vista a reedição de conflitos edipianos infantis presentes no período da puberdade.

Em uma carta endereçada a um colega de medicina, Freud (1907/2015b) comenta sobre a recusa dos pais em conversar sobre a sexualidade com as crianças e adolescentes. Ele considera a repressão sexual produto da hipocrisia adulta e social ou mesmo do esquecimento sobre essas atividades nas próprias infâncias. Nessa linha argumentativa, Dolto (1988/2004) compreende a adolescência como uma “fase de mutação” (p. 14), que remete à morte da criança e o nascimento em outro mundo que requer novas responsabilidades e autonomia. Como em todas as mudanças cruciais no desenvolvimento, a autora assegura a necessidade dos adolescentes receberem sustentação dos adultos para lidarem com seus sentimentos de impotência e com a angústia do novo.

De acordo com Dolto (1988/2004), essa sustentação dos adultos está nas ações mais do que nas palavras, pois a adolescência constitui-se na capacidade cognitiva de discernir entre a realidade e a vida imaginativa; sendo assim, essa etapa requisita concretude nas relações. Levisky (1998) também assinala a maturação intelectual dos jovens, que os possibilita abstrair, criar probabilidades e correlacionar, vinculada com o meio externo. Haja vista que a ocorrência de excessiva descarga dos mecanismos defensivos frente à identificação conduzem à uma fragilidade egóica e alteram as funções cognitivas e as vivências sociais. Diante disso, o autor destaca que as capacidades intelectuais são atingidas quando o ambiente emocional garante a mediação entre as defesas mais primevas. Em suas palavras:

A experiência emocional vivida no desenrolar desse processo, quando incorporada à personalidade, fertiliza a expansão do ser e do conhecer. Abre as portas para a vida criativa, não só ligada ao sensorial, mas estimulada por este no encontro com o não-sensorial, expandindo assim a capacidade de sentir, de pensar, de optar e de agir. (Levisky, 1998, p. 91).

Nessa interação entre realidades externa e psíquica, Levisky (1998) circunscreve a identificação do adolescente que, por sua vez, está profundamente relacionada à primeira organização do psiquismo, com destaque à rememoração da fase fálica²³, com o complexo edipiano em seu auge. Esse entendimento pauta-se na acepção freudiana sobre a característica primitiva da identificação, relacionada com o ato de introjetar os objetos, sendo essa a primeira forma de assimilação do mundo e a identificação, uma maneira de vivenciar o vínculo libidinal com o outro.

²³ Com a puberdade, a libido volta-se para a sexualidade fálica, agora, com potência da maturação genital. A fase fálica foi trabalhada no item 2.1 As marcas da morte no sujeito.

De acordo com Chemama (1993/1995), desde o caso Dora, o conceito de identificação aparece em seu formato descritivo, na interpretação freudiana sobre as dores no estômago da paciente. Para o autor, nesse ensaio, já está delimitada uma diferença entre o movimento identificatório e a imitação. No texto sobre as pulsões, Freud (1915/2013a) analisa três duplos de opostos relacionados às atividades pulsionais, nas quais a introjeção tem função preponderante. A polaridade eu X não-eu (mundo externo), denominada pelo autor como “real” (p. 63), é intensa desde a tenra infância até na atividade intelectual e obriga o indivíduo a manter-se passivo ou ativo (segunda polaridade de cunho biológico) diante os objetos. Nesses caminhos, a introjeção está alinhada aos atos de incorporar ou devorar, sendo o elemento básico de apropriação das fontes de prazer para evitar a separação existente entre o eu (ainda em formação) e o mundo externo. Esse distanciamento não está bem delimitado no autoerotismo, período em que o eu se encontra purificado de prazer, na capacidade de satisfação de si mesmo e na expulsão de elementos desprazerosos, pela ação das pulsões de autopreservação²⁴. É com a percepção da realidade que a criança é compelida a eleger os objetos de prazer e de desprazer (terceira polaridade, de aspecto econômico). É dessa forma que a identificação com os objetos pulsionais e a realidade externa conduzem as delineações do sujeito, ao mesmo tempo constituído e descentrado de si mesmo pela alienação ao não-eu.

Mais tarde, Freud (1921/2011a) considera a identificação em três formatos diferenciados, sendo esses aspectos fundamentais para a compreensão do funcionamento psíquico, e da formação grupal e dos sintomas. Em sua primeira configuração, o elemento identificatório está relacionado com a formação do supereu, especificamente no sentido de ideal do eu²⁵. Nesse formato, a identificação se constitui como modelo a ser seguido e se dá na ambivalência entre o amor e o ódio direcionado às figuras parentais e, posteriormente, aos demais objetos, tais como os líderes de um grupo. Aqui a identificação se configura como o mais elementar das relações com os objetos. No segundo formato proposto pelo autor, a identificação está implicada nas formações dos sintomas em substituição do próprio eu. Há duas possibilidades de identificação com o objeto pulsional amado ou de identificação com o objeto hostilizado, devido à ação da culpa. É o que se nota nos casos em que o indivíduo não consegue se separar do sofrimento que lhe aflige, tornando-se o sintoma que lhe acomete. Ou,

²⁴ Como descrito no capítulo 2, essa denominação das pulsões foi reformulada em 1920.

²⁵ Este conceito foi descrito no tópico 2.1 do presente estudo. De acordo com Laplanche e Pontalis (1982/2004), na narrativa freudiana, o ideal do eu foi abordado sob diferentes perspectivas, ora como noção semelhante ao de supereu, ora como “uma formação intrapsíquica relativamente autônoma que serve de referência ao eu para apreciar suas realizações efetivas” (p. 222).

para aproximar do tema aqui proposto, quando nas narrativas, enquanto “coisas de adolescente” (Gutierra, 2014, p. 25), a rebeldia, ou a excessiva sexualidade, encontram-se fusionadas com a adolescência, tornando-se elementos de identificação. Já na terceira forma, o mecanismo identificatório é parcial, pois está vinculado a um determinado sintoma de outra pessoa que não necessariamente é objeto das pulsões. Nas palavras de Freud (1921/2011a), esse formato identificatório

desconsidera totalmente a relação objetal com a pessoa copiada. Se, por exemplo, uma das garotas de um pensionato recebe carta de alguém que ama secretamente, uma carta que lhe desperta o ciúme, e à qual ela reage com um ataque histérico, algumas de suas amigas que souberem do que se trata pegarão esse ataque, como dizemos, por via da infecção psíquica. O mecanismo é aquele da identificação baseada em querer ou poder colocar-se na mesma situação. As outras também gostariam de ter um amor secreto, e sob o influxo da consciência de culpa também aceitam o sofrimento que ele envolve. Seria incorreto afirmar que se apropriam do sintoma por compaixão. Pelo contrário, a compaixão surge somente a partir da identificação, e a prova disso é que tal infecção ou imitação acontece também em circunstâncias nas quais se supõe uma simpatia preexistente ainda menor do que é habitual entre amigas de um pensionato. Um Eu percebeu no outro uma analogia significativa em certo ponto — em nosso exemplo, na mesma disposição afetiva —, constrói-se uma identificação nesse ponto, e sob influência da situação patogênica essa identificação se desloca para o sintoma que o Eu produziu. A identificação através do sintoma vem a ser, desse modo, o indício de um local de coincidência dos dois Eus, que deve permanecer reprimido. (Freud, 1921/2011a, p. 49).

Pelas vias identificatórias, o outro também traça seus signos na inscrição do adolescer por intermédio dos investimentos libidinais. Nos descaminhos da plena satisfação pulsional, a cultura advém como realidade que interdita e, por assim se demarcar, institui o desamparo, como uma dívida simbólica ao outro que nunca será recompensada. Para Birman (2007), o sujeito transita entre duas polaridades, a narcísica marcada pela idealização do eu e pelo entendimento do outro como ameaça mortífera de desintegração; e a altruísta, interpelada pela função de ideal do eu, quando o outro é compreendido na vivência de um encontro possível. Salvaguardo as diferenças teóricas e dos contextos em que foram descritos, semelhante compreensão é observada sobre os movimentos da adolescência em direção ao mundo adulto. Aberastury (1970/1981a), ao conceber os sintomas da adolescência normal, destaca o fluxo ambivalente entre o vínculo simbiótico, similar ao do bebê, e a independência vivenciada pelo distanciamento do jovem, quando o mundo externo é tido como uma invasão à integridade do eu. Nesse ínterim, Aberastury (1970/1981b) descreve a hostilidade que o corpo social se interpõe no mundo adolescente, com discursos que tendem a apontar as suas problemáticas, justamente porque essa fase simboliza a perspectiva de alteração *do status quo*, então, adverte

sobre a necessidade de se analisar essa fase também pelo viés dos lutos dos familiares frente ao crescimento de seu bebê e dos posicionamentos da sociedade ao adolecer.

No que tange à análise dos elementos familiares implicados no adolecer, Dolto (1988/2004) aponta que um dos efeitos inibitórios do desenvolvimento se encontra na angústia dos pais frente ao novo jovem, o que, por vezes, ocasiona o prolongamento da fase e até uma adolescência interminável. A autora apropria-se do mito grego de Níobe e o assassinato de seus jovens filhos por Ártemis e Apolo, para discorrer sobre o temor e a inveja dos adultos frente aos encantos e aptidões dos adolescentes e interpreta que esses sentimentos geram um desejo inconsciente de morte à adolescência. A autora também destaca a carência de elementos referenciais para a juventude abandonar o abrigo da infância e entrar na fase adulta, pois não podem gerenciar sua vida financeira, a autorização ao amor é restrita, pois não lhes é autorizado a maternidade ou a paternidade nesse período.

Semelhante linha de análise observamos nos pronunciamentos de Melman (2000), que destaca o não reconhecimento da maturação genital e produtiva do adolescente por parte da sociedade, a qual ao mesmo tempo exige outras responsabilidades sociais. Essa contradição leva o adolescente a vivenciar um duplo luto: pela privação de sua infância e pela ausência de um espaço identitário na sociedade. Calligaris (2000a) utiliza-se da metáfora para explorar suas concepções sobre a inscrição da adolescência na cultura. Trata-se da hipótese de uma queda de uma aeronave em uma tribo desconhecida, onde os tripulantes passam a conviver e, após 12 (doze) anos de interação e aprendizados, lhes é informado pelos membros mais antigos que deverão aguardar o seu reconhecimento como membro do clã. Diante disso, o autor considera a moratória social injusta por não respeitar os conhecimentos já adquiridos e o amadurecimento juvenil. Contudo, enuncia que essa suspensão de certas responsabilidades imposta aos adolescentes advém de uma idealização cultural sobre a fase e não pela inveja dos adultos frente à adolescência, como argumenta Dolto (1988/2004). Para Calligaris (2000b), a formação grupal e a desobediência são formas de acolhimento para o jovem diante da falta de retificação social de sua existência.

O conceito de moratória social foi cunhado pela primeira vez por Erickson (1968/1976) e, embora criticado por Aberastury (1970/1981a) por não aprofundar os aspectos dos lutos da fase, adentra justamente nos elementos societários implicados na adolescência. Segundo Erickson (1968/1976), nessa etapa do desenvolvimento humano o indivíduo é requisitado de duas maneiras: a primeira de ordem biológica, no que tange à maturação genital, reprodutiva e intelectual; a segunda, de ordem social, referente às novas responsabilidades, escolhas

profissionais e amorosas para que possa se inscrever no mundo adulto. As reações diante dessas exigências são diversas, mas geralmente se observa a atitude opositora dos adolescentes entrelaçada com a apropriação de várias funções sociais. Após adquirir o autoconhecimento dessas funções, a formação identitária entra em uma moratória sancionada pela própria sociedade. Essa temática, entrelaçada com os apontamentos de Campista (2004) e de Rassial (1999)²⁶ sobre os adolescentes autores de atos infracionais, conduz à ponderação de que a moratória social, para aqueles que se encontram desamparados pelo sistema social capitalista, é ainda mais funesta. Sob esses aspectos, os atos infracionais por eles praticados parecem funcionar como um atestado para se adentrar ao mundo adulto, ainda que seja pelas vias da atuação que obtusa o devir do sujeito em suas diferentes dimensões, haja vista que acaba por enclausurar o adolescente em apenas uma nomeação: a do transgressor.

A partir desses conteúdos apresentados, e com o intuito de aprofundá-los, dividiremos este capítulo didaticamente em três partes. Na primeira, abordaremos o processo de transição ou, como diria Dolto (1988/2004), de mutação, da infância para a adolescência em relação ao contexto social atual. No segundo tópico dessa temática, os conceitos de *acting out* e passagem ao ato serão tangenciados para discutir o adolescer que se encontra à margem da lei, pela prática infracional. Já no terceiro item, trataremos a temática da morte factual em relação à adolescência. Para adentrar no universo simbólico da morte nas formas de subjetivação de adolescentes, que vivenciam cotidianamente o aniquilamento do outro, discutiremos também a polaridade amor e ódio nas vias libidinais de relação e nas de destruição do objeto.

2.1 Entre o brincar e o adolescer: sobre os devires na atualidade

“Drão!
O amor da gente
É como um grão
Uma semente de ilusão
Tem que morrer pra germinar
Plantar n’algum lugar
Ressuscitar no chão
Nossa semente (...).”
(Gilberto Gil, 1981).

²⁶ Estas elucubrações foram apresentadas na introdução deste trabalho.

Embora essa música composta por Gilberto Gil (1981) refere-se a sua separação com a terceira esposa, Sandra, apelidada por “Drão”, no contexto do presente trabalho, ela parece se encaixar bem com a passagem da infância para a adolescência, que envolve, sobretudo, o luto pelo corpo infantil e a morte simbólica dos velhos amores parentais, para assim desabrochar de outra maneira, pelas novas escolhas objetais. Mediante as constatações de Freud (1913/2016h) sobre a gênese da vida psíquica estar na infância, o que o levou a reiterar o ditado: “O menino é o pai do homem” (p. 353), e das assertivas de Dolto (1988/2004), quanto à necessária contiguidade dos estudos da adolescência com os da infância, a fim de se evitar as análises isoladas e alienantes da fase, propõe-se a temática deste tópico. Dentre as diversas características do funcionamento psíquico das crianças, foi enfatizado o universo lúdico, por duas razões: a primeira, pelas funções que desempenham no psiquismo infantil e nos estágios posteriores; a segunda, para abranger a metáfora utilizada no início do trabalho por meio da música “Brinquedo Assassino”, que pode oferecer elucidacões sobre a subjetivação de adolescentes nos contextos violentos.

Como dito antes, a própria noção de infância, tal qual se conhece hoje, tem seus primeiros desenhos na Idade Moderna (Ariès, 1973/1986; Dolto, 1988/2004). O excessivo índice de mortalidade infantil, aliado à constatação de que o nascimento é prematuro na espécie humana, levaram a uma remodelação dos cuidados destinados aos bebês. Desse modo, Calligaris (2000b) sinaliza que o amor e o cuidado endereçados às crianças não podem ser traduzidos por um estatuto biológico, como se pode pensar à primeira vista. O autor compreende que as alterações, quanto ao entendimento da morte, lançaram para a infância o simbolismo da esperança, um amparo diante do fim. No entanto, não são todos os infantes que se enquadram nessas expectativas narcísicas; alguns são entregues à própria sorte, ao limbo da indiferença dos adultos. Acepção correlata se verifica em Freud (1914/2017a), acerca do nascimento dos filhos, e não de qualquer criança, ser uma forma simbólica de manter a imortalidade.

Se, por um lado, a sociedade cultua a estética de uma infância imaculada e feliz, Corso (1998) sustenta que os trabalhos freudianos trouxeram outros olhares para essa época da vida, pela constatação da presença da sexualidade, desde os anos primevos, sendo essa perverso-polimorfa, e das vias do desejo nas crianças. Esse rompimento freudiano, frente às representações sociais da infância, é tão crucial que alguns autores a denominaram de uma invenção, não no sentido ilusório que essa palavra pode denotar, mas no aspecto de um achado até então negligenciado (Corso, 1998; Knijnik, 2013). Para Vorcaro (1997), os

empreendimentos freudianos pela infância não significaram apenas a delimitação de uma fase, como também implicaram na compreensão do que existe de infantil nos adultos, presentificado nas angústias, nos sonhos, nas criações, no adoecimento, nos chistes, nos fetiches e tantos outros.

Corso (1998) ainda argumenta que o descobrimento de uma infância sexualizada não foi plenamente acolhida por todos os psicanalistas, tais como Karl Abraham e Anna Freud, os quais ainda produziram teorias que tentaram resgatar o imaginário da infância bem-aventurada, cujas influências sexuais não fossem tão perturbadoras, ou mesmo que tais tendências pudessem ser educadas. Por outro lado, Vorcaro (1998) aponta que Anna Freud estava cumprindo um desejo do pai, quanto à aplicabilidade psicanalítica no campo pedagógico, e considera a teoria de Anna não como clínica psicanalítica de crianças, mas como uma “aplicação da psicanálise à criança” (p. 60), que introduziu os atores educativos como cooperadores da análise.

Nesse tema, Freud (1913/2016h) alertou sobre a problemática da educação em cercear determinadas atividades, pois identificou que a rigidez às atividades sexuais infantis eram um dos elementos originários da neurose. Assim, o autor brevemente sugere que a educação deveria permitir o escoamento das energias libidinais, deixando a sublimação operar o deslocamento para vias mais aceitas socialmente. Há um pormenor nessas considerações, pois, para Freud (1912/2016e), as raízes da neurose estão no movimento psíquico realizado para se adequar às proibições que represam as vias originárias de prazer. Em suas palavras:

Nesse caso, o indivíduo não adoece em consequência de uma alteração no mundo exterior, que colocou o impedimento no lugar da satisfação, mas em virtude de um esforço interior para encontrar na realidade a satisfação acessível. Ele adoece na tentativa de se adequar à realidade e de cumprir sua exigência real, o que o faz deparar-se com dificuldades internas insuperáveis. (Freud, 1912/2016e, p. 73).

Essa sutil observação freudiana, que remete à compreensão de uma contiguidade entre os mundos interno e externo, pode ser notada nos diferentes casos por ele conduzidos. A análise do temor infantil a cavalos, por exemplo, possibilitou a Freud (1913/2016g) reconhecer a correlação entre o animal totem e a figura paterna. A interpretação freudiana é de que a fobia de Hans estava relacionada com o temido pai cerceador de suas atividades masturbatórias, cujo grande genital poderia castrar, bem como ao desejo inconsciente de sua morte, por esse possuir sua mãe. Os terríveis cavalos, que podiam mordê-lo, o impediam de transitar pela cidade. Assim, a ambivalência dos sentimentos de amor e de hostilidade à figura

paterna operou o deslocamento para um substituto, mantendo certa reconciliação com seu genitor. Tais considerações encontram-se também no mito da horda primeva. Freud (1913/2016g) também estabeleceu outros paralelismos entre os povos primitivos e as crianças, tais como o apego ao nome, que foi compreendido em ambos, como uma maneira de filiação, seja à família, seja a um clã que se identifica pela unicidade do totem; ou mesmo entre as brincadeiras infantis, formas de satisfação prazerosa pelas vias imaginativas, e os rituais tribais, maneiras de representação do vivido por meio da imitação.

O simbolismo contido no brincar foi ampliado por Freud (1920/2017g), tendo em vista os princípios econômicos do eixo prazer-desprazer. O repetitivo jogo do *fort da*²⁷, observado no menino, conduziu para a compreensão de que as brincadeiras, além de serem fontes de prazer, eram formas de lidar com o afastamento da genitora. Pela atuação do desaparecimento do objeto, a criança tornara-se protagonista das circunstâncias. Aqui, o autor oferece duas vertentes de análise: a primeira, de que a repetição desprazerosa com o afastamento do brinquedo esperava sua posterior aparição, um desfecho prazeroso; e a segunda, de que esses movimentos repetitivos eram formas de atuar a agressividade frente à ausência da mãe.

Instigado pela arte poética, Freud (1908/2015d) realiza um percurso entre o brincar infantil, as fantasias e a criação artística na poesia. De antemão, ele estabelece a semelhança entre as brincadeiras e o poeta, que criam um universo repleto de afetividade, por meio das fantasias. O autor questiona-se sobre em que medida o fantasiar contrapõe-se à realidade e parece inclinar para o entendimento de que não são mundos opostos, mas sim suplentes um do outro. Seu enunciado de que “. . . toda fantasia individual é uma realização de desejo, uma correção da realidade insatisfatória” (p. 57), remete à possibilidade de unificação das três temporalidades (presente, passado e futuro), por meio das fantasias que são capazes de atualizar uma reminiscência infantil pela imaginação de uma suposta situação futura; como também conduz para as interlocuções com os sonhos. Desse modo, compreende que a vida anímica dos jovens e adultos, presentificada nos sonhos e nos devaneios diurnos, é substituída das brincadeiras abandonadas, não completamente renunciadas.

O interjogo entre o mundo interno e a realidade também foi analisado por Winnicott (1971/1975), por meio dos estudos sobre o brincar, contextualizado pelos fenômenos e objetos transicionais. A partir dessas vivências, o autor estabelece as delimitações e a contiguidade entre o prazer oral e as primeiras relações objetais. Os fenômenos transicionais são atribuídos

²⁷ Como explicitado no capítulo 2 deste trabalho.

às satisfações autoprazerosas do recém-nascido, nos atos de sucção da mão e dos dedos. Há, nessas ações, uma capacidade criativa rudimentar que, aos poucos, conduzem o bebê a fundar um vínculo primário com substitutos desse prazer, que são denominados de objetos transicionais. Essa eleição substitutiva por meio da posse de um brinquedo (ou de qualquer outra peça disponível ao bebê, como um lenço) e, mais tarde, do balbuciar repetitivo de uma palavra, demonstra os mecanismos projetivos envolvidos que se relacionam à introjeção de fontes de prazer.

Com essas análises, Winnicott (1971/1975) inaugura a concepção de uma terceira dimensão, a transicional, um espaço fronteiro entre o mundo externo e o interno, pelo qual o bebê opera seu desenvolvimento psíquico, por meio das defesas contra as angústias de separação da mãe ou mesmo pelo escoamento de sua agressividade e de seu afeto. Portanto, o objeto transicional não é um objeto interno, que pode ilusoriamente ser controlado pela criança, tal como o seio bom introjetado, e também não é externo, devido a sua representação para o bebê e porque sua posse permite certa influência sobre o objeto, diferente das ações da progenitora que escapam do seu domínio. Ocorre que, conforme salienta Winnicott (1971/1975), a posse desse objeto somente ocorre quando a mãe internalizada existe (objeto interno) e a mãe concreta (objeto externo) é suficientemente boa. Essa, por sua vez, é a figura capaz de realizar as adaptações gradativas do bebê imaturo à realidade, estabelecendo a confiança do bebê no mundo que o cerca. Para tanto, é necessário que, nos primeiros anos, essa figura possa manter a ilusão fusional da díade para, aos poucos, instaurar a desilusão pertinente ao processo separativo. Tal conceito parece ser muito próximo do expressado por Gil (1981), no trecho da música citada no início deste tópico, que compara o amor a uma “semente de ilusão”, que, além de necessitar morrer, requer um outro terreno para desabrochar. Do contrário, Winnicott (1971/1975) sustenta que a privação de uma dessas prerrogativas conduz à ausência de confiança no exterior, tornando-se um objeto perseguidor, capaz de causar o aniquilamento psíquico, pois não se está preparado com elementos para evitá-lo.

A dissolução desse apego transicional a um objeto não advém da repressão, mas da diminuição de seu valor à criança que passa a direcionar suas representações para todos os contextos mediadores das realidades internas e externas, tais como as relações interpessoais, a cultura, as criações artísticas, as anedotas, as crenças religiosas, até os fetiches, os roubos, os vícios e as compulsões. Por essas formulações, o autor postula que o seu entendimento sobre os fenômenos e objetos transicionais ultrapassou o patamar da mera compreensão dos

conteúdos das brincadeiras, empreendida por alguns psicanalistas²⁸. Ao instituir as análises pertinentes ao brincar propriamente dito, demonstrou suas repercussões na formação do eu (*self*) e nas demais etapas do desenvolvimento.

Dessa forma, o brincar é compreendido como o contexto potencial para aflorar a criatividade, a qual, para Winnicott (1971/1975), é mais ampliada daquela circunscrita nas artes, referindo-se à interação do sujeito com o mundo, com todas as intempéries que a realidade impõe. Trata-se do sentir-se vivo, a forma mais autêntica de expressão de si, o “Eu Sou” (p. 92) constituído por diferenciadas dimensões da personalidade, boas, más, egóicas, do verdadeiro e do falso eu. Salvaguardo as diferenças teóricas e epistemológicas no que tange à realidade pulsional e aos significantes dicotômicos, tais concepções sobre a autenticidade do “Eu sou” parecem remeter ao aforismo lacaniano sobre o sujeito do desejo. Aquele inscrito pelos vazios que o atravessam, em uma pretensa interação com a realidade externa (nunca plenamente aceita, segundo as constatações winnicottianas), que o posiciona nos lugares do não-eu, da alteridade.

Nesse campo, Bettelheim (1980/2001) pontua para o desserviço das estórias infantis, que ocultam o lado negativo da vida. Esse gênero literário não permite a identificação completa da criança, uma vez que ela sente e vivencia em seu âmago a destrutividade, as frustrações, as angústias e a raiva. Assim, no dito do autor, “faz a criança sentir-se um monstro a seus próprios olhos” (Bettelheim, 1980/2001, p. 17). Diante disso, ele propõe um resgate aos antigos contos de fadas que, antes de serem modificados, abarcavam tanto os aspectos bons quanto os maléficis, mesmo que em personagens diferentes, respeitando a polaridade presente na infância.

No que tange às teorias psicanalíticas, que polarizam a mãe boa em oposição a outra má, Dolto (1982/2013) é enfaticamente contrária. Para a autora, a mãe simplesmente é um ser humano como qualquer outro, suscetível à vida e que, sobretudo, se constitui naquilo que seu filho faz dela. Não que ela seja explícita na crítica do conceito winnicottiano de mãe suficientemente boa, mas o que a autora salienta é a relevância dessa polaridade ser tomada na relação, por intermédio da compreensão singular sobre o que é bom ou mau, sendo que essa dicotomia não pode ser dada *a priori*. De acordo com Dolto (1982/2013), o mais terrível para a criança, e que pode conduzir à sua morte psíquica, é a rejeição de suas origens, o

²⁸ Cabe apontar que as elaborações teóricas sobre os objetos transicionais forneceram subsídios para as formulações lacanianas sobre o objeto a, que considerava essa teoria winnicottiana como uma das principais produções do campo psicanalítico pós-Freud (Graña, 2012).

ocultamento da cena primária, pois retira suas razões de estar no mundo. O abandono, por mais funesto que seja, ou a negligência dos genitores, não levam o seu aniquilamento, mas como os demais adultos e as posteriores relações simbolizam essas lacunas. Para Figueiredo (2006), esse inominável do traumático pode vir a ser representado por meio da linguagem na díade analítica em interlocução com as vivências do(a) analisando(a), ou mesmo pelos “sonhos, os jogos e brincadeiras, as encenações dramáticas, os objetos transicionais, as narrativas etc.” (p. 133). O que amplia as possibilidades de interação do indivíduo consigo mesmo e com o mundo.

Nessas trilhas das diversas facetas da linguagem, como espaço que institui o sujeito, Vorcaro (1997) resgata os termos empregados e suas correspondentes etimologias para explorar o lugar da infância. Essa provém do latim (*in*)*fantis*, aquele que (não) fala, e *infantia*: sem eloquência. Na Espanha e Portugal, a palavra *infante* era usada aos descendentes dos reis, que não herdariam o domínio do reino. Não havia discernimento de idade para o seu uso. Diante dessa prerrogativa, a autora argumenta que a expressão simboliza mais uma qualidade faltante deficitária do que a referência a uma faixa etária. Semelhante significado se identifica nos seus derivados *infame* (aqueles não orientados, sem rumo, os confusos) e *infantaria* (os combatentes treinados para andar a pé, posição subalterna destinada aos que não eram nobres). Para a autora, esse lugar de carência representado nos termos admite a proximidade do aspecto infantil ao sujeito do inconsciente, aquele marcado pela falta que o inscreve no mundo.

A lista dos termos explorados por Vorcaro (1997) é longa, desde menino (latim *meninus*-pequeno), pupila (latim *pupillus*-que perdeu os pais e é tutelada, educanda), passando pelo radical grego *ped* (*paid*)²⁹ relativo à criança. Essa última palavra, por sua vez, deriva do latim *criare* (criar, dar à luz, transformar, nomear). Desse verbo também resultam outras terminologias, como criado, criação, criatura e crioulo. Para a autora, essas conotações atribuem ao termo criança como aquela que é inventada, inscrita pela ação criativa de outra pessoa e traz, sobretudo, o significado de singularidade, de existência única, ainda que advinda do outro e de algum modo assujeitada a ele, pela autoridade, educação ou descendência, quando conjugado com as simbolizações pertinentes ao vocábulo *infantis*. Os estudos etimológicos trazidos pela autora também possibilitam correlacionar com as

²⁹ Na consulta ao dicionário etimológico da língua portuguesa, de autoria de Antônio Geraldo da Cunha, *ped* é um elemento do latim científico *paedo*, o qual deriva do radical *paido* de origem grega, a mesma composição se aplica para as palavras formadas desse radical, como exemplo: pedagogia, pedante, pedatrotia, pediatria, pedófilo.

produções psicanalíticas de Winnicott (1971/1975) sobre o brincar, a criatividade e a criança, apresentadas anteriormente.

O desabrochar do grão da infância, atravessada pelo crescimento biológico e pelo interdito do incesto, impõe as sucessivas separações das figuras parentais, cindindo o que abrocha. Nesse germinar da primavera, quiçá a adolescência pode advir, tal como Perséfone³⁰, admirada por uns, invejada por outros pela sua beleza. Dolto (1988/2004) argumenta que a inveja de alguns adultos, frente à adolescência, enclausura o jovem em narrativas normalizantes, que não permitem desde o aflorar da sexualidade na relação afetiva real até sua livre expressão intelectual. Para ela, a sociedade ocidental não fornece subsídios para o jovem se separar dos pais, para que possam explorar sua criatividade, aprendizagem e obter gradualmente sua autonomia financeira.

Semelhante concepção é identificada nos estudos de Ruffino (2005), que discorre sobre o desamparo do jovem frente à instabilidade gerada pelos formatos societários específicos do Ocidente. O autor utiliza o conceito de hipermodernidade de Giddens (citado por Ruffino, 2005), para engendrar o funcionamento da sociedade atual. Diferente da modernidade, período em que ainda existiam locais onde a tradição era vigente, na hipermodernidade os valores do individualismo foram pulverizados. Pela transmissão das tradições, há uma narrativa central dos princípios originários e históricos daquele grupo, que geram um elo entre os seus membros e estimula o processo de identificação alocado nas funções sociais. Se, por um lado, a derrocada das tradições libertou o homem de alguns dogmas e, por conseguinte, da restrição às formas existenciais, por outro, conduziu ao enfraquecimento dos laços sociais pela ausência de um elemento social unificador, capaz de atribuir uma filiação ao grupo.

Nas análises sobre a constituição familiar nos diferentes tempos, Lacan (1978/1981) destaca o “declínio social da imago paterna” (p. 43) nas configurações das sociedades contemporâneas. Importante salientar que tal função constitui-se na tríade edipiana e, mais

³⁰ Pelo mito de Perséfone, os gregos explicavam as estações do ano. A deusa-moça era filha de Zeus e Demeter, admirada por muitos deuses pela sua beleza, também era odiada por Afrodite pela mesma razão. Perséfone foi raptada por Hades, que era apaixonado por ela. Sua mãe revoltada com o sequestro informa a Zeus que não voltaria a Olimpo para cumprir suas incumbências (fertilizar a terra), caso sua filha não fosse devolvida. Diante da terra árida e de um possível aniquilamento dos humanos e, por conseguinte, dos deuses, Zeus então solicitou a Hades que entregasse a deusa a sua mãe. Mas ele já havia enfeitado Perséfone com uma romã, para que ela se apaixonasse por ele. Assim os deuses fizeram um combinado: Perséfone passaria um período com a mãe, quando se tornava adolescente e trazia a primavera, e outro com Hades, quando se transformava em rainha do mundo dos mortos e trazia o outono/inverno para a terra (Ribeiro, 1999). Adaptado das fontes: <http://greciantiga.org/arquivo.asp?num=0198> e <https://www.infoescola.com/mitologia-grega/persefone/>.

tarde, no contexto social, quando o indivíduo é convocado a sublimar suas pulsões originárias e se inscrever na lei. Portanto, entende-se que, para a função paterna estar ausentada ou minimizada nos dias atuais, os outros elementos edípicos se sobrevivem. Para o autor, a sublimação da imago materna conduz aos ideais narcísicos, ao passo que a paterna introduz a repressão e posteriormente a sublimação. Nesse sentido, podemos dizer que ela insere o sujeito na alteridade.

Pautado por esse encandeamento triangular, típico da atualidade, Rassial (1999) considera o adolescer inserido em dinâmicas familiares, nas quais a função materna está exacerbada em detrimento da paterna, o que gera um amor materno absolutista, sem interditos e, por não instituir a falta, torna-se narcísico. Nesses casos, a interação do adolescente com o mundo externo será sentida como falha, por não possibilitar o encontro com substitutos à altura desse amor. Na interação do materno com a adolescência, Benhaim (2008) considera que a maternidade também se institui como uma “passagem” (p. 10), vinculada com as configurações estabelecidas na adolescência, que reeditam a cena infantil. Tanto para a mãe quanto para o filho, as situações as mudanças corporais conduzem a um trabalho psíquico: em uma para possibilitar o crescimento de um outro e na outra para se fazer crescer. A presença mortífera também é identificada nos dois estágios. Se no adolescer há a morte da infância, na maternidade há a inscrição da morte pelo nascimento do bebê, o que remete a uma culpa irrevogável a ser carregada pela mãe, que, ao parir, colocou um ser no registro da finitude biológica.

De acordo com Ruffino (2005), o cenário marcado pela fragilização da imago paterna, os imperativos biológicos da puberdade, com a maturação dos aparelhos reprodutivos que impelem o sujeito à busca de novas experiências amorosas, tornam a adolescência uma estranha experiência de inscrição no mundo. E para advir nesse contexto, o adolescente é convocado a lidar com três grandes questões: a identitária, frente à incerteza do mundo externo; a sexual, em direção a novos objetos afetivos; e a da filiação. Diante delas, o autor designa “três tempos lógicos³¹” (p. 9) para o adolescer: a estagnação perante a maturação genital e as requisições societárias, que se manifesta nas atitudes de isolamento; o agenciamento de nomeação de suas vivências à sociedade pelas vias das formações grupais,

³¹ O emprego dessa terminologia remete às concepções lacanianas, quanto aos três registros psíquicos: real, simbólico e imaginário, como também aos três tempos do Complexo de Édipo. Com isso, subliminarmente o autor posiciona o seu conceito de fases fora do tempo sequencial e linear. O que equivale dizer que essas etapas não necessariamente se manifestam de forma sequencial, podendo ocorrer simultaneamente ou não.

alternadas por períodos de retraimento; e a invenção de formas de reconhecimento para o outro e para si mesmo, o que, no contexto urbano ocidental, corresponde à obtenção de recursos financeiros suficientes para amparar suas aspirações.

Ocorre que, se aos adultos é suficiente possuir bens para demarcar seu espaço societário, ao adolescente também se faz necessário a operação de ser, de encontrar uma identidade. Nesse trabalho suplementar, a adolescência é convocada a realizar, os coletivos juvenis efetuam formas de visibilidade social, por vias estéticas específicas, que circunscrevem um perfil identitário, como no caso dos adolescentes envolvidos em práticas infracionais se autodenominarem e serem reconhecido como os *vida-loka* e tantos outros, como os emos, góticos, nerds, surfistas, hipsters. De acordo com o autor acima mencionado, ainda que estejam marcadas pela instabilidade dos recursos filiatórios, essas tribos juvenis configuram-se em uma espécie de subcultura, diferenciadas das normas hegemônicas de interação, mas que também as retroalimentam, modificando as conjunturas urbanas.

Por sua vez, Blos (1962/1985) aponta que os coletivos de adolescentes espelham os aspectos dominantes da cultura em que está inserido, haja vista que a adolescência é um processo de amadurecimento relacionado e incitado pelos atributos societários. O que equivale dizer que as manifestações da adolescência se diferenciam nas diversas culturas e tempos históricos. O autor exemplifica que, nas gangues de jovens americanos, predominam os ideais da sociedade americana, tais como a ânsia pela fama, o engajamento e a abstenção ao que lhe é estranho. Contudo, Blos (1962/1985) compreende que, diante da ocorrência biológica da puberdade, existem algumas respostas psíquicas que são centrais e se repetem nas diferentes, e até antagônicas, manifestações da adolescência.

Por essa acepção, o autor formula cinco estágios do processo do adolescer: “pré-adolescência” (p. 60), a “adolescência inicial” (p. 78), a “propriamente dita” (p. 91), a “final” (p. 131) e a “pós adolescência” (p. 150). Na pré-adolescência, não há inscrição de novos objetos pulsionais; no entanto, a energia libidinal encontra-se pulverizada, desde os pensamentos até as atividades dessexualizadas. A adolescência inicial é delimitada pela retirada da libido dos objetos parentais e as novas catexias são do tipo narcísicas, devido à mediação existente entre o eu e o ideal do eu. Se, por um lado, esse deslocamento da libido deixa o eu mais livre dos imperativos do supereu, por outro, ele está fragilizado pelo afastamento dos pais. Isso pode levar à manifestação de um descontrole perante as regras sociais, até à delinquência, bem como para uma intensificada evasão solitária do jovem (Blos, 1962/1985).

A adolescência propriamente dita é marcada pela ambivalência entre o abandono categórico do par parental edipiano e a reedição de fantasias de incesto. As defesas egóicas do tipo narcísicas advêm das intempéries do abandono da onipotência infantil, são responsáveis pela descatexia aos pais e sustentam a base da autonomia e do amor por si mesmo. Há, nessa fase, uma transição entre o narcisismo e a escolha objetal. Para o autor, os diários refletem essa linha intermediária, pois são simulacros das relações pessoais, tal como um amigo, ao qual se confia os seus segredos. Aos poucos os aspectos do eu são sedimentados e alguns são renegados, e a escolha de uma profissão está relacionada com a negação de algumas características do eu em detrimento de outros que começa a ocorrer nessa etapa (Blos, 1962/1985).

Na adolescência final, os restos dos primeiros amores da infância, que não foram absorvidos no amor objetal, são integrados ao eu. Torna-se um eu que unifica as instâncias psíquicas. Embora Blos (1962/1985) saliente sobre a impossibilidade de se completar todas as transformações vivenciadas mesmo na idade adulta, faz uma analogia com a aceção freudiana sobre a herança do complexo de Édipo e sinaliza que “O herdeiro da adolescência é o eu” (p. 139). Na pós-adolescência, os aspectos integrativos do eu são direcionados para o desempenho da vida social; e isso é alcançado pela capacidade de síntese do eu, que mantém a estabilização entre as sedimentações dos aspectos narcísicos.

Essa proposição de fases, estabelecida por Blos (1962/1985), não predispõe uma delimitação unilinear, pois o autor considera a existência simultânea de regressões e progressões em um mesmo período. Já Kalina (1986) compreende a adolescência como um período de intensas regressões a organizações pré-adolescentes (fetal, oral, anal, etc). Com o enfoque por ele dado aos adolescentes psicóticos, o autor pontua um movimento regressivo aos estágios fetais, que tem por finalidade recusar as vicissitudes do crescer, negando seu próprio corpo e os conflitos identitários, para se posicionar na escuridão da vida uterina. A dependência às drogas desvela essas regressões, pois no intuito de se alterar a realidade externa ameaçadora, o indivíduo coloca o seu próprio corpo em negação. Para o autor, o suicídio é o clímax dessa manifestação regressiva. Assim, posiciona-se que na adolescência há um “luto pela endogamia” (p. 20), que pode acarretar na atuação regressiva ao útero. Para Freud (1912/2016e), a preeminência da libido na puberdade pode ocasionar a sua retenção, seja pelas vias das limitações culturais, seja pela intensidade dessa energia causadora de um desequilíbrio interno e, desse modo, despontar o adoecimento neurótico. Em consonância a essa compreensão, Marty (2006) pondera o que há de traumático nas intensas transformações

da puberdade, que são compreendidas como externas ao sujeito, quando a nova corporeidade é um forasteiro ao eu e ameaça a sua integridade. De acordo com esse autor, esses aspectos podem ser identificados na sintomática das neuroses de guerra. Na esteira dos diagnósticos de psicose e de psicopatia na adolescência, Rassial (1999) e Bernardino (2004) sustentam que, em sua maioria, são precipitados. Tendo em vista que, na adolescência, os processos identificatórios não foram finalizados, a eleição de um sintoma, como algo que fornece nomeação ao sujeito, também está em processo formativo.

Do universo que se desvela entre o brincar, em suas possibilidades de criação, para o adolecer como um trabalho psíquico que impele ao segundo nascimento, como uma espécie de despertar da vida pelos caminhos da morte da onipotência e do amor infantil, no próximo tópico, centralizamos a discussão na especificidade das atuações na adolescência, diante do enigma que carrega o devir.

2.2 A adolescência em ato

A adolescência remete à aventura de desbravar solos nunca antes descobertos, devido à primazia da maturação genital, que posiciona o adolescente em uma encruzilhada, entre as pulsões incestuosas da infância, com o ônus do aniquilamento do devir enquanto sujeito, e a incerteza de novas possibilidades de relações objetais, a promessa de um novo mundo, que nem sempre está aberto para acolher as singularidades do adolecer. Nas tonalidades da ousadia do adolecer, o ato está inscrito como uma paleta de cores que comporta diferentes quadros, a depender do pincel do artista e da plateia que o admira. Dentre esse universo de possibilidades, a prática infracional juvenil por vezes é interpretada, no campo psicanalítico, como uma atuação daquilo que remete aos conteúdos inconscientes ou como um agir que desvela a carência simbólica.

Nesse quesito, Laplanche e Pontalis (1982/2004) e Chemama (1993/1995) parecem concordar com a problemática decorrente das traduções da obra freudiana, que implicou em possíveis distorções da conotação original. O termo *agieren*, de origem latina, que significa atuar, foi empregado no caso Dora para abranger uma ação manifestada na díade transferencial, que remetia a fantasias e conteúdos inconscientes recalçados. Freud (1905/2016c) sinalizou que a paciente havia atuado seu desejo vingativo ao pai e ao senhor K. no abandono precipitado da análise. Laplanche e Pontalis (1982/2004) e Chemama

(1993/1995) discorrem que tal expressão foi traduzida pela edição inglesa de Strachey por *acting out* e *passage à l'acte*, em francês. Para Laplanche e Pontalis (1982/2004), o emprego irrestrito desses vocábulos incidiu em distanciamentos da pretensão primeira, principalmente no que tange à ocorrência das atuações na transferência. A compreensão espacial para *out*, obtusa o sentido polissêmico do termo e levou alguns psicanalistas a diferenciar o que seria um *acting out* (atuação fora da transferência) de *acting in* (ocorridas na transferência). Além disso, o verbo *act* refere-se a atuar, no contexto do teatro, o que não abarca a gama de sentidos de *agieren*, por este se referir à volta do conteúdo recalcado pelas ações, ao invés de ocorrer pela reminiscência. Já a problemática da tradução *passage à l'acte* foi questionada por Laplanche e Pontalis (1982/2004) e Chemama (1993/1995), pois esta terminologia, utilizada no contexto psiquiátrico e jurídico, geralmente denota apenas uma ação. Para Chemama (1993/1995), a tradução inglesa é mais próxima da versão original, por carregar a ambivalência do termo latino, pois além de expressar uma atuação teatral, denota o “deixar ver, mostrar, e também agir, tomar medidas” (p. 8). Esses últimos significados tangenciam a compreensão de algo que retorna pela atuação e que possui ligação com o passado.

Diante desses impasses, Chemama (1993/1995) aborda a acepção lacaniana para delimitar a passagem ao ato, um agir impulsivo do qual o sujeito do desejo se abstém e se posiciona como objeto do outro; de *agieren* e *acting out*, que inscrevem o retorno do recalcado por um ato, sendo assim, uma maneira de enunciação do sujeito, tal como no caso das lembranças em análise. Para Capanema e Vorcaro (2012), no *acting out* há uma substituição de um dizer que está endereçado a um outro; já nas passagens ao ato, o não-eu é negado, encontra-se ausente e, portanto, não há direcionamento a ele. Na clínica de adolescentes que transgridem as normas societárias, Rassial (1999) identifica, em algumas histórias de vida, elementos compensatórios no excessivo cuidado materno, seja pela perda precoce do pai, ou pelo nascimento de um irmão, seja pela ocorrência de um aborto anterior. Nesses casos, o autor analisa que a prática delituosa dos adolescentes se inscreve em um agir frente o mundo externo por não prover um substituto desse amor absolutista. Esse entendimento também é identificado nos estudos de Silva (2007a), que compreende a prática infracional como um agir compulsivo. Trata-se de uma ação malograda de compensar a falta constitucional. Nesse contexto, Silva (2007b) argumenta que os adolescentes capturados pela ausência da função castradora, posicionam-se como objeto do amor materno e transferem esse lugar, tornando-se objeto do tráfico.

Benhaim (2008) também analisa as infrações como passagens ao ato, que marcam suas carências de envolvimento com o mundo e suas recusas à castração, trazendo a possibilidade imaginária de viver sem leis. Embora Dolto (1988/2004) não circunscreva as atuações do adolecer como passagens ao ato ou *acting out*, a autora descreve os furtos dos adolescentes como uma tentativa de auto exploração de si e do mundo, que não somente recusa a realidade, mas a testa com veemência, inscrevendo-se no registro de uma ação “suicida” (p. 141), por abster-se de si, da própria vida e do desejo. Já para Benhaim (2008), esses agires remetem ao eixo ilusão-desilusão, relacionado à função materna já nos primeiros anos de vida. O aspecto ilusório situa-se na posição simbiótica de ser objeto fálico da mãe. A falha, nesse efeito, dificulta a constituição da atividade desilusória, atribuída pela frustração de não ser esse objeto amalgamado à figura materna. De acordo com Benhaim (2008), isso instaura um “domínio mortífero” (p. 11) para a emergência do sujeito autônomo. As análises da autora também enlaçam os elementos maternos implicados nessa operação. Como descrito no tópico anterior, toda mãe carrega a culpa de ter lançado o bebê na ordem biológica, demarcada pelo real do fim da vida. Nesse sentido, os cuidados exacerbados e a dificuldade de viabilizar um ambiente transicional para amenizar a dor da separação transvestem sua impotência frente à culpa primordial, a de ter lançado o bebê ao horror da vida. No emaranhado dessa culpa do parir para a morte, há também a negação da feminilidade, da mulher sexualizada que, pelo ato da cópula com um homem que não o seu pai, gerou um filho e se inscreveu na maternidade. Nesse interjogo, a figura paterna também está anulada e sua função castradora permanece inoperável.

Diante da análise de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida³², Xavier, Ferreira e Paravidini (2011) retomam as reflexões de outros autores psicanalíticos, que discorrem sobre a temática e pontuam três grandes aspectos interligados: societários, familiares e da adolescência. A compreensão dos autores é de que a sociedade ocidental é marcada pelo viés da pluralidade e da flexibilização de referenciais identificatórios, que supervalorizam as vias consumistas, como meios de ascensão ao prestígio e ao lócus social. Tais configurações conduzem à depleção das funções paterna e materna, tanto na cultura quanto na família. Para Enriquez (2001), os ideais do consumo atribuem ao dinheiro um caráter de fetiche, pois se transfigurou como um elemento de identificação. Isso se circunscreve em uma regressão dos fatores de simbolização, demarcados pelo restritivo

³² A descrição sobre as medidas socioeducativas imputadas aos adolescentes autores de infração será discutida no capítulo subsequente.

pensar sobre si e o mundo que aliena os sujeitos e ignora alguns valores para a civilização. Dessa forma, os níveis de destrutividade das relações societárias passam despercebidos. Essa conjuntura de carência simbólica efetiva gera uma instabilidade ainda maior para a adolescência, que já não pode confiar nos dispositivos da linguagem.

A análise sobre os arcaicos modos de simbolização societários na interface com o dinheiro também é realizada por Rassial (1999). O furto praticado pelos adolescentes desvela as tentativas de subjetivação atravessadas pelos princípios financeiros e que não encontram vias legítimas de obtenção. Esse contexto aliado à repressão do supereu afasta qualquer forma de representação no plano da linguagem e a compulsão pode se inscrever como defesa do eu diante do objeto e do desejo sem nomeações. De acordo com Capanema e Vorcaro (2012), a tentativa de preencher a falta remete os jovens à reiterada busca por objetos, na pretensão de um prazer pleno, impossível de ser conquistado. Gutierrez (2014) argumenta sobre o trabalho psíquico implicado no processo do adolecer, que remete à entrada no social como sujeito responsável por suas ações, pensamentos e linguagem. Aquele interdito na esfera do amor onipotente e pleno de si; nessa condição de faltante, o desejo é constituído como promotor da vida. Ocorre que a interdição edipiana também promete o encontro a um novo objeto à altura daquele renunciado. É nessa conjuntura que o reino da figura paterna se esfacela e as infrações são cometidas, como uma reparação a essa falha, ou mesmo, segundo sinaliza Gutierrez (2014), como hostilização à lei do pai que o enganou.

De acordo com Xavier et al. (2011), os impactos da sociedade, nas configurações familiares, ocorrem porque os pais também se encontram nesse espaço volátil e muitas vezes suas adolescências também estiveram marcadas pelos mesmos signos, o que acarreta em algumas possíveis direções: mães não marcadas pela falta que impossibilitam a entrada do limite operado pela figura paterna; mães desprovidas de recursos simbólicos ou reais para realizar os primeiros amparos necessários ao desenvolvimento do bebê, e sendo assim, sem elementos para reconhecer a posterior inscrição paterna; ausência ou a pulverização das figuras que possam operar a função paterna. Por admitir as singularidades das famílias e dos adolescentes, Xavier et al. (2011) arrolam alguns desenhos familiares identificados na literatura psicanalítica sobre o universo infracional: famílias monoparentais, marcadas pelo abandono do pai, ou de sua morte precoce; aquelas chefiadas pela mãe, cujos proventos apenas advêm dessa figura, ou mesmo das atividades ilícitas dos adolescentes; pais alcoolistas com dificuldades de operar sua função simbólica; mães jovens desprovidas da vivência da

própria filiação, da adolescência, e mesmo de condições de sobrevivência para amparar seus filhos.

Nesse emaranhado, o adolecer torna-se mais complexo, pois é o tempo em que as figuras materna e paterna são reposicionadas no enigma edipiano, para viabilizar o distanciamento aos pais da infância e a entrada na ordem da linguagem, da cultura e do laço social (Xavier et al., 2011). A experiência transgressora é analisada pelos autores como uma via de “fazer suplência” (p.4) à falha da inscrição no social. Frente ao desamparo, a ação delituosa lhe dá, mesmo que localizada na exterioridade da lei, um nome próprio, uma via de identificação. Nesses casos, para Rassial (1999) há uma procura por um espaço que paradoxalmente se situa fora. Diante da ausência de dispositivos identificatórios e de ritos legitimados pela sociedade para estimular a passagem à vida adulta, os grupos formados por adolescentes que praticam atos infracionais atualizam esse fora de lugar por intermédio de suas atuações. Assim esses grupos conferem identidade ao adolescente, pelos modos peculiares de vestimenta, de estilo musical e pela linguagem que lhes são próprias. Para Enriquez (2001), as gangues juvenis vivenciam uma “clausura identitária” (p. 147), pois as arcaicas vias de simbolização da sociedade não permitem o acesso à sublimação e geram nos adolescentes uma insegurança de se situar nesse mundo. Sem saber, os jovens optam pela permanência no aprisionamento dos grupos que estão à margem do social, como, inclusive, costumeiramente são chamados: os marginais.

Lacadée (2006) baseia-se nas formulações lacanianas sobre os Nomes-do-Pai para sinalizar que a função paterna é inserir o sujeito no mundo da linguagem, da comunicação, sendo assim, o inscreve no campo social. Ocorre que, na sociedade capitalista, engendrada por um discurso universalizante, pautado nas vias consumistas de identificação, há uma “demissão do pai” (p. 37), que manifesta a falha da transmissão da palavra, de dispositivos simbólicos de nomeação e, por conseguinte, do laço social. Nessa conjuntura, os indivíduos tornam-se objetos das leis do mercado, classificados como uteis ou descartáveis. Para o autor, os sujeitos da periferia são aqueles mais atravessados pela classificação de objeto descartável, pois são mantidos no lugar discursivo que está à margem societária, em precárias situações de existência, para que outros possam exercer sua autoridade tirana. Algumas dessas famílias, marcadas pela exclusão, não conseguem estabelecer a guarida simbólica para inscrever o adolescente nessa ordem social. Em outra perspectiva de análise, a de crianças evadidas do seu lar e país pelos contextos de guerrilha, Winnicott (1964/2005) oferece subsídios para a reflexão sobre famílias que viabilizam a inscrição simbólica daquelas que se constituem na

frieza dos laços. O autor sinaliza a diferença abismal entre permanecer em uma casa e a sensação de acolhimento em um lar, onde as pessoas amparam a insegurança perante o mundo externo.

Nas narrativas de um atendimento, Lacadée (2006) identificou a impossibilidade do jovem se identificar com o pai, pois o sentimento que nutria era a vergonha da figura paterna, por suas ausências e por não possuir um trabalho. Trata-se de um pai internalizado, que é incapaz de instaurar a dívida simbólica do objeto perdido e situar o jovem na alteridade. Nesse caso, os atos infracionais inscrevem-se como ataques ao social, pelas vias da contestação da norma e de si mesmo, os ditos fora-da-lei, frente ao abandono vivenciado pelo esgarçamento societário de sua família. Contudo, há também os adolescentes cuja única esperança de serem percebidos pela sociedade é a pela via da ilegalidade, tornando-se criminosos, automeando-se por essa via *sinthomática*³³, como “Nomes-do-Pior” (Lacadée, 2006, p. 43), em suas próprias leis: do tráfico de drogas, das gangues, de suas gírias e apelidos, que marcam sua entrada na criminalidade. Embora o autor sinalize, no decorrer do texto, algumas passagens ao ato presentes na adolescência, a compreensão é de que o *sinthoma* emerge como um ato que substitui um enunciado dirigido ao outro e lhe dá nome, portanto, nesses casos estariam na ordem de *actings out*. É nessa perspectiva que Lacadée (2006) analisa os grafites, músicas e a cultura *hip hop*, que contestam a cultura hegemônica e instauram vias criativas de sobreviver a uma realidade que os condena.

Pelo viés da culpa, Freud (1916/2016j) analisa alguns perfis de pessoas autoras de delitos, há aqueles em que o sentimento de culpa não se faz presente e as ações criminosas se instituem como reações combativas contra a sociedade. E há também aqueles cuja culpa antevem ao ato criminoso, como uma forma de punição pelos desejos incestuosos edipianos. Nessas acepções, embora Freud (1916/2016j) não tenha realizado essa distinção, podemos identificar a diferenciação do ato que obtusa o não-eu, exterior ao indivíduo e, portanto, na ordem de uma passagem ao ato, como no primeiro caso; e como *acting out*, no segundo caso, que remete a uma enunciação dirigida ao outro.

Em uma de suas análises sobre a cultura, Freud (1930/2010b) destacou a função sublimatória dos impulsos, como maneira de acalantar o sofrimento proveniente dos conflitos

³³ De acordo com Julien (2004), Bernardino (2004) e Lacadée (2006), na denominação lacaniana, o *sinthoma*, diferente da terminologia sintoma, remete à palavra grega, que significa o que liga, portanto, o *sinthoma* é um enunciado, um ato, ou um traço que dá nome próprio ao sujeito e o inscreve nas vias do desejo, por intermédio da metáfora do Nome-do-Pai, que interdita ao gozo edipiano e o conduz para a alteridade.

psíquicos e, sobretudo, para amenizar os desprazeres advindos da vida civilizatória e das indomáveis forças naturais. Trata-se de encontrar um substituto para os desejos que não cessam e são reprimidos pela moral civilizatória. Se o compromisso de Édipo não se cumpre, tal como afirma Gutierrez (2014), nesse texto, Freud (1930/2010b) traz à baila o infortúnio destino da vida em sociedade, que não permite aplacar as fontes de sofrimentos narcísicos pela pretensa substituição de suas metas, pela ciência, pela religião e pelas relações entre os homens.

Com o horror das guerras, Freud (1930/2010b) identifica que, onde as sublimações falham, a violência advém como anseio de destruição daqueles compreendidos como objetos cerceadores da satisfação narcísica. Portanto, trata-se da plena manifestação da pulsão mortífera, afastada de Eros. Na contramão dessa intensa força mortífera, Freud (1914/2017a) sinaliza que Eros, quando está a serviço da vida, permite a derrocada do narcisismo tirânico e permite o endereçamento do amor fraternal. Nessa perspectiva, Lacadée (2008) demonstra que o trabalho psíquico da sublimação está vinculado com a separação dos amores primordiais, sendo que, na adolescência, essas operações tornam-se mais dificultosas perante o real de um corpo preparado para a atividade sexual e, portanto, para a realização do sonho edípico. Winnicott (1984/2005) argumenta que, na intensidade das forças internas destrutivas, o sujeito procura um meio de escapar delas pela atuação da própria destrutividade, ao que ele denomina de “fantasia dramatizada” (p. 99). Aqui se identificariam as atuações que carecem de maneiras simbólicas de representação, em contraposição aos *actings out*. A interlocução entre os atos e a sublimação é realizada por Birman (2007), que, pelo interjogo da palavra “ação sublime” (p. 22), caracteriza que o trabalho sublimatório implica em movimentos da ação e do desejo, pelos quais o corpo também está envolvido. O autor alega que muitos psicanalistas se abstiveram diante da relação entre a corporeidade e o psiquismo, o que conduziu para a segregação dos dois aspectos da subjetividade e para a apropriação desse debate por parte da medicina e da psiquiatria.

Pautadas nas construções freudianas, Rosa e Vicentin (2010) questionam as representações, cunhadas pela sociedade e legitimadas por discursos jurídicos e psiquiátricos, sobre os adolescentes autores de ato infracional, que são banidos da ordem social sob o título de “intratáveis” (p. 111). A crítica justifica-se pela indissociação entre o psiquismo e mundo externo, haja vista que as características de uma determinada sociedade incidem nas formações inconscientes dos indivíduos e determinam os formatos das relações sociais. Há também, nas apreciações de alguns profissionais sobre os adolescentes, o desprezo dos

contextos em que estão inseridos no momento do diagnóstico, tais como o aprisionamento em instituições disciplinares, ou em normativas jurídicas. Nessa clausura simbólica, Teixeira (2014) considera que as legislações atuais foram estabelecidas de modo perverso, porque retiram dos sujeitos suas biografias e contextos sociais, para capturá-los em nomenclaturas, tais como adolescentes em conflito com a lei, infratores e delinquentes.

Atribuindo outro caminho de análise para as premissas freudianas sobre as atuações violentas, Marty (2006) argumenta que as ações infracionais dos adolescentes remetem a uma busca por simbolização, um pedido para viver e ser real nessa conjuntura social. Portanto está no registro de um ato que solicita uma simbolização, mais do que pleitear o limite da lei. Trata-se de uma solicitação metafórica à inscrição na lei, frente ao desamparo e à queda do narcisismo. Xavier et al. (2011) também identificaram, em alguns trabalhos psicanalíticos sobre a conduta infracional dos adolescentes, o entendimento de que a infração é uma forma de se encontrar com a lei, não mediada pelo campo da linguagem, na personificação do juiz, que opera o interdito real. Portanto a infração está endereçada ao Outro, no status de um *acting out*.

Winnicott (1984/2005) também argumenta que a tendência antissocial na adolescência é um dispositivo de linguagem que pleiteia uma escuta da privação vivenciada na tenra infância, cujo contexto familiar foi incapaz de propiciar a confiança no mundo externo. Desse modo, o autor sinaliza que os atos delinquentes não devem ser analisados do ponto de vista patológico, por remeter a uma situação típica ao processo do adolecer. Tal ocorrência, caso seja mal compreendida, pode acarretar no adoecimento que retira do mundo externo as vias de satisfação que anulam o não-eu. Nesse mesmo entendimento, Rassial (1999) compreende que, em algumas práticas infracionais, não há uma anulação da função simbólica de castração do pai, tal como ocorre nas psicoses, mas sim uma pulverização desse trabalho em diferentes figuras.

Frente ao questionamento de Benhaim (2008), sobre o lugar limítrofe que a prática infracional instaura com as passagens aos atos que balizam inscrições pautadas na ausência simbólica da lei, concordamos com Capanema e Vorcaro (2012), em que a infração pode conter diversos aspectos, a contar pelas singularidades do sujeito adolescente. Assim sendo, é possível identificar os dois trajetos, a de um agir que carece de simbolização (passagem ao ato) e demarca o excesso de uma vida sem limites, bem como a de um ato que carrega um enunciado destinado ao outro (*acting out*).

Duverger (s.n.) também analisa o agir adolescente por diferentes elementos, agrupados em cinco amplos espectros, que não se circunscrevem apenas na dimensão de uma passagem ao ato: como solução mágica dos conflitos psíquicos; como uma forma de engajamento no mundo exterior, pela convocação de ser visto e reconhecido; como uma reação frente à fragilidade identitária, uma vez que o jovem é chamado a se inscrever na ordem social de maneira mais autônoma e responsável; como um mecanismo de defesa diante da angústia do abandono do narcisismo infantil; como uma passagem ao ato circunscrita nas condutas arriscadas do ilícito, que remetem a um ato de passagem, frente à falta de referenciais identificatórios. Nessa mesma linha de raciocínio, Raoult (2008) argumenta sobre a complexidade da violência juvenil, que pode se direcionar desde um agir que inscreve uma lei peculiar, perpassando pelo *acting out*; como passagem ao ato, originário da privação de um lugar simbólico permeado pelo amor, nessa perspectiva, o agir tem a pretensão de manter uma ilusória unidade narcísica; até na manifestação de um ato que remete à tentativa de existência em um mundo interior desordenado, mediante os conflitos entre as pulsões, os objetos de amor e o eu.

A partir dessas concepções, expostas pelas premissas da diferenciação entre o ato e o agir sem simbolização, compreendemos que a prática infracional não permite uma delimitação nosográfica *a priori*. Desse modo, há que se considerar as singularidades dos adolescentes, de suas famílias e do contexto societário, para que os sujeitos não sejam enclausurados na nomeação de uma patologia.

2.3 O Homicídio Nosso de Cada Dia: As Subjetivações de Adolescentes Que Convivem Com a Morte e a Violência

“Se queres aguentar a vida, prepare-te para a morte”.

(Freud, 1915/2017c, p. 246).

Na ânsia do sujeito tomado pelas mudanças da puberdade e atravessado pelas restrições societárias do mundo capitalista, o ensejo desse tópico é tangenciar o adolecer mediado por relações violentas de aniquilamento do outro e de si mesmo.

Silva (2007b) argumenta que as relações no tráfico de drogas são constituídas por laços ilusórios e mantidas pelo aspecto mortífero da posição objetal do adolescente enclausurado no amor materno. Frente à carência de elementos para referenciar simbolicamente o interdito, o jovem perpetua esse lugar objetal e se coloca como objeto do

tráfico. Para a autora, trata-se de uma substituição sem qualquer ascensão simbólica, pois a expectativa de vida, nessas relações, dificilmente ultrapassa a vida adulta. Assim a interdição pela morte factual parece ser a única maneira de promover a separação do amor materno. A análise sobre o fetichismo, realizada por Freud (1927/2016p), contribui para essa compreensão. O indivíduo elege objetos ou partes corporais como substitutos do falo materno, por recusar a castração, nos casos apontados por Silva (2007b), o jovem elege a si mesmo. Tal como o exílio de Édipo rei, que prefere a própria destruição de suas atividades monárquicas a ascender do amor materno para um novo (Lacadée, 2012).

Benhaim (2008) compreende que algumas práticas delituosas emergem como uma busca intensificada de afastamento dos pais da infância, uma forma de saída maníaca do comando do desejo do outro primordial, que não perpassa pela ação da peculiar linguagem da adolescência. O outro que está fora da díade permanece afastado pelas ações violentas e não é mantido no âmago de seu ser, pois o amor que estabelece o laço social encontra-se anulado. Assim, aniquila-se o outro para evitar o encontro com a alteridade que o posicionaria fora do amor edipiano, uma forma contraditória de se inscrever no campo da linguagem, sem abdicar dos primeiros objetos amorosos. Diferente de se colocar como objeto dos atos infracionais, pronto para ser destruído, como reconhece Lacadée (2012), Benhaim (2008) identifica a destruição do outro com forma de recusar a separação dos pais da infância. Isso envolve posicionamentos subjetivos e inscrições de angústia diferenciadas.

Na acepção de Winnicott (1971/1975), a falta de um ambiente amoroso em tenra idade inviabiliza a ação inventiva do brincar infantil e pode, conseqüentemente, anular as possibilidades de criações autênticas de ser, balizadas pelos laços humanitários. Para o autor, é relevante analisar as concepções relacionadas às fantasias infantis. Caso haja na infância a presença significativa de conteúdos de aniquilamento, é provável a constatação de elementos homicidas na adolescência, uma vez que o adolescer, em sua condição de crescimento, remete à tomada ativa pelo espaço antes ocupado pelos pais. Por isso, nas palavras de Winnicott (1971/1975) “Na fantasia inconsciente, crescer é, inerentemente, um ato agressivo” (p. 228). Nesse contexto, o autor compreende que a adolescência trava uma batalha frente à maturação, que implica na morte simbólica de alguma pessoa, seja dos pais da infância, seja do próprio eu narcísico. Essas fantasias podem conduzir ao ato de um suicídio real, ou do suicídio imaginário, presente nos traços de despersonalização e de apatia diante do mundo. Quando o jovem é convocado antecipadamente à responsabilização e à autonomia da vida adulta, sem estar dotado de uma mínima maturidade, lhe é retirado o potencial criativo da adolescência,

nessa lacuna, a maneira tirânica do ser sobrevém e o posiciona para ser morto pelos seus iguais. Trata-se da transposição da morte na adolescência para a morte da adolescência.

Diante da análise de duas jovens com ideações suicidas, Lacadée (2008) pondera que um mesmo ato pode simbolizar diferentes caminhos inconscientes, sendo a verbalização, do que não se pode nomear, um dos caminhos para a sublimação, a fim de evitar o suicídio, como passagem ao ato. Uma delas expressa pelas vias do desejo pela própria morte, a ira direcionada à figura materna. Com o aborto realizado aos 15 anos, o qual inicialmente a jovem foi indiferente, aumentou a ojeriza pelo seu próprio ser e, após refletir sobre esse ato, ela o vinculou à morte de seu pai na sua infância, pois no período de sua gravidez a ausência paterna se fez sentir como um desamparo.

Já no outro caso, Lacadée (2008) identifica, na tentativa de suicídio, o ódio pelas figuras parentais relacionados à recusa de crescer e de se haver com a própria sexualidade. Tais manifestações suicidas iniciaram quando a jovem estava assistindo um filme e, mediante a ordem de sua mãe para que fosse dormir, ouviu ruídos que julgou serem provenientes do ato sexual protagonizado pela genitora e o namorado dela. Diante dessa ocorrência, a jovem correu para o quarto da irmã mais nova e a avistou de olhos abertos. A interpretação do autor é de que esse olhar atestou a existência da sexualidade da adolescente, que fugiu de casa ao encontro de seu pai. Ao se deparar com o insucesso dessa ação, fez-se real a impossibilidade de recuperar sua infância, fazendo com que a jovem optasse pelo exílio do próprio aniquilamento.

Na divisa entre o desamparo e o desejo, Birman (2007) pontua sobre a criação singular dos modos de existir, que marcam o corpo subjetivado. Em semelhantes trilhas, Lajonquière (2003), perante a análise da infância e da educação, descreve que o subjetivo não está dado a priori, trata-se de um apanhado de vivências constituídas no campo da linguagem, que demarcam o corpo por elementos societários. Na interface com a sociedade atual, Birman (2007) sinaliza que as subjetivações têm sido marcadas pela crescente violência e ascensão do ódio. A cultura do consumismo e do espetáculo tem se estruturado como via identificatória, engendrando a busca frenética pelo prazer narcísico. Nessa operação, o outro se torna apenas um corpo objeto a ser desfrutado ou aniquilado, caso atormente a segurança narcísica. A diferença é repudiada e as formas destrutivas de interação são mais frequentes. Nesse contexto, os assassinatos são assimilados como algo trivial. De acordo com Veras e Soares (2016), até mesmo a morte tem sido comercializada pelas vias do consumismo nos ritos funerários. Assim sendo, as publicidades desse ramo retiraram da morte os seus aspectos de

sofrimento e de putrefação do corpo, bem como inseriram elementos humorísticos para tornar a morte algo aceitável. Trata-se de uma maquiagem da morte.

Se, por um lado, a violência e a morte foram banalizadas na cultura ocidental, por outro, alguns atos violentos e mortíferos simbolizam formas de subversão da ordem societária dominante. Birman (2007) argumenta que a violência manifestada pelas classes populares está intrinsecamente relacionada com o grau de destrutividade, que esse estrato social vivencia pelo poder hegemônico, demarcado pelas raízes escravagistas e do assistencialismo, o qual institui uma relação de subalternidade entre os benfeitores (políticos e outras instituições) e os necessitados (os ditos carentes, pobres, pejorativos que carregam a nuance de seres inferiores). Nesse sentido, Birman (2007) argumenta que os atos violentos impetrados por essa classe carregam o simbolismo de questionamento da realidade cruel instituída.

A partir das experiências com crianças segregadas de suas famílias e países por ocasião da guerra, Winnicott (1984/2005) explora o conceito de privação do ambiente familiar, bem como aquele mais ampliado, que se refere ao contexto societário. A vivência da guerra pode trazer uma sensação de derrota, por se vislumbrar em um enredo destrutivo e de aniquilamento em massa, privado de relações amorosas e potencialmente criativas. Há também a possibilidade das crianças e dos adolescentes encontrarem em si mesmos esses aspectos de destrutividade. Um importante entendimento do autor é a interligação identificada entre amor, ódio e agressividade, presentificados nas relações humanas e nos indivíduos já em tenra idade. Winnicott (1984/2005) sinaliza que há uma diferença entre a agressividade e a agressão. A primeira pode ser encontrada tanto no amor (por exemplo, no apetite voraz do bebê) quanto no ódio (por exemplo, nas brincadeiras de destruição). Já a segunda geralmente está relacionada com o medo, diante da hostilidade ou da insegurança do ambiente.

Lacan (1998/1999) também diferencia a agressividade da agressão (violência). Para ele, a agressividade é dotada de conteúdos ambivalentes que remete ao enunciado do sujeito, por isso estão vinculadas à linguagem, tal como a pulsão de morte. Além disso, Lacan (1966/1998c) sustenta que a agressividade contempla as tendências de uma corporeidade estilhaçada, que remete aos conteúdos castradores, de mutilação e do devorar. Pode-se identificar tais elementos no lúdico dos infantes. Por outro lado, a violência como aspecto elementar das agressões, estaria no nível de uma passagem ao ato, sem representação simbólica. Embora Winnicott (1984/2005) enfatize a problemática de se identificar o ódio em formato puro, a destrutividade, em detrimento dos impulsos amorosos, é comumente observada nas atuações, quando o mundo interno é terrível de se suportar. Segundo o autor,

diante das agressões das crianças e adolescentes é necessária a intervenção do entorno, como apoio e autoridade capaz de estabelecer o limite. Por estas acepções, Ferraril (2006) pontua que a agressividade, constituinte da formação psíquica, difere da violência, sintoma manifestado em ato que denuncia a fragilidade dos laços sociais.

Podemos arguir que as concepções dos dois autores citados acima são fundamentadas nas leituras freudianas sobre o ódio como um impulso primordial, que pode conduzir o psiquismo à atividade e à vida, quando está ligado a Eros; e à agressão e à destruição, quando a atividade da pulsão mortífera se excede. Amor e ódio, lados opostos de uma mesma moeda, que, segundo Freud (1909/2013a), estavam indiferenciados nos estágios pré-genitais, quando o estatuto de amor é indiferente ao objeto. Em outras palavras, a relação mediante o outro é despreocupada, indolente quanto ao aniquilamento. As vicissitudes do ódio aparecem em várias obras, seja na motivação do parricídio no mito da horda primeva (Freud, 1913/2016g), seja no narcisismo que recusa as diferenças (Freud, 1914/2017a), na casualidade das guerras e dos assassinatos do outro opositor (Freud, 1915/2017c), na formação dos grupos que se unem em torno de uma ideia ou de um outro a ser odiado (Freud, 1921/2011a), nos atos masoquistas, nos quais se observa a introjeção do ódio do outro para si mesmo (Freud, 1919/2017e), nas ideações morais dos sintomas obsessivos, que tentam proteger seus objetos de amor do ódio interno e cruel (Freud, 1915/2017c). De acordo com Chemama (1993/1995), o ódio não está somente na morte e no assassinato, ele se encontra transvestido no sentimento de caridade, cunhado nos grupos políticos e na religião. Castro-Arantes (2016) inclusive pontua que o ódio pode ser direcionado a uma pessoa pela qual o indivíduo nutre admiração, odeia-se pela inveja e pela impossibilidade de ser igual a ela.

Nessa mesma linha de entendimento, Winnicott (1984/2005) observou que, nos bebês, há a presença de forças destrutivas, bem como a inibição desses impulsos, com vista a proteger o objeto amado, desde que o ambiente possa ser facilitador dessa emergência. Para o autor, é necessário que a criança pequena possa sentir raiva dos objetos amados, sem que isso signifique o aniquilamento do não-eu, evitando que ela seja tomada, já no início da sua vida, pelo remorso. Diferente do remorso, o sentimento de culpa advém da internalização dos objetos externos em sua integralidade, com seus aspectos bons e maus. Já o envolvimento, para Winnicott (1984/2005), requer um novo trabalho psíquico de conexão com o mundo externo e está vinculado à responsabilização do eu perante o mundo, de se importar com o outro e se posicionar, de fato, na alteridade.

Sento-Sé e Coelho (2014) entrevistaram três grupos de adolescentes para correlacionar os discursos entre eles, acerca das perspectivas de futuro, das relações familiares, percurso escolar, criminalidade e violência. Os coletivos dos jovens foram constituídos a partir dos seguintes critérios: em cumprimento de medidas socioeducativas, frequentadores da escola e sem nenhuma vinculação institucional. No grupo, sem qualquer vínculo institucional, os autores identificaram uma variedade das organizações familiares e transferências contínuas de residência, que resultaram em vínculos afetivos fragilizados e repetição de narrativas sobre a sensação de desamparo. Os elementos mais frequentes das pregressas trajetórias escolares foram o sentimento de não pertença ao ambiente, que levou alguns jovens à desistência, o não incentivo familiar para que permanecessem nos estudos e relatos sobre a exclusão da própria escola, que julgavam as condutas dos adolescentes como violentos. Em outrora, Freud (1910/2013d) já argumentava que as instituições escolares estimulavam os jovens ao suicídio, por não aguçarem o desejo pela vida e por não proporcionarem o amparo necessário ao crescimento. Para o autor, as escolas adquirem valor traumático, frente à imaturidade juvenil. Sento-Sé e Coelho (2014) observaram, em diversas entrevistas, a apropriação dos discursos excludentes da escola pelos adolescentes, encarnam os adjetivos de violentos, de vagabundos e de fracassados. Nesse grupo, os jovens não relataram envolvimento com a criminalidade e os projetos para o futuro direcionaram-se ao retorno escolar e entrada no mundo do trabalho.

Nos grupos de frequentadores da escola e daqueles em cumprimento de medidas socioeducativas, Sento-Sé e Coelho (2014) observaram o vínculo contraditório com a criminalidade, relatos que se contradiziam em relação ao desejo de furtar, bem como da punição policial. A relação com as armas de fogo, símbolos de masculinidade e de poderio, foi diversificada entre os adolescentes. O não uso de armas representava um atenuante e o contrário não foi identificado, ou seja, o porte de armamento não significava o aumento da culpa. De forma recorrente, as armas eram manejadas de forma lúdica. Apenas a experiência da intervenção policial violenta causava o trauma e interrompia o desejo de posse. Entre os adolescentes residentes em comunidades periféricas, sem envolvimento com o crime, os autores identificaram a banalização da morte como algo corriqueiro e a assimilação discursiva de que as práticas infracionais faziam parte dos roteiros de suas existências. As narrativas dos coletivos de não frequentadores de instituição escolar e daqueles em cumprimento de medidas socioeducativas foram menos dialógicas daquelas dos jovens inseridos na escola. Esses também relataram o cotidiano violento, que vivenciam tanto em suas comunidades quanto na

cidade, contudo sem realizar julgamentos negativos quanto ao envolvimento de outros adolescentes no tráfico.

Embora alguns elementos apareçam de forma reiterada nas entrevistas, Sento-Sé e Coelho (2014) argumentam que não foi possível estabelecer regras padronizadas do ponto de vista sociológico. Também sinalizam que a pesquisa pode capturar apenas momentos e não são conclusivas quanto às trajetórias de vida dos adolescentes. Isso foi exemplificado pela entrevista de uma adolescente internada por cometimento infracional, que, em seu discurso, transitou entre o relato de uma atividade escolar e a citação do homicídio por ela praticado. O que demonstrou a impossibilidade da pesquisa em percorrer toda vida dos participantes. A análise do desinteresse por parte dos pesquisadores ao grupo de escolares, como se esse grupo oferecesse poucos conteúdos autênticos, fez com que eles explorassem as possíveis razões para tal conduta. A hipótese de Sento-Sé e Coelho (2014) centraliza a possibilidade de normatização sociológica da pesquisa, que já no método carregava um prévio saber sobre o que encontrariam nos discursos. Diante dessas explorações analíticas, os autores propõem que os campos do conhecimento necessitam colocar em suspensão os pressupostos teóricos para permitir a manifestação das singulares biografias.

Daemon (2016), por sua vez, analisou as comunicações de 3 (três) jovens que cometeram homicídio e/ou suicídio nos contextos escolares, um sul-coreano que residia nos Estados Unidos, outro finlandês e um brasileiro. Para tanto, a pesquisadora partiu dos materiais divulgados pelos próprios jovens nas mídias sociais e, em um dos casos, analisou também o monumento erguido pela universidade atingida pela tragédia. Em todos os casos, a autora observa os atos mortíferos como expressão comunicativa, que subverte a morte para manter viva a existência de si na memória daqueles que ficaram. No episódio norte-americano, datado em 2007, o jovem assassinou 33 pessoas e cometeu o suicídio. Pelo nível de suas comunicações (vídeos gravados em diferentes dias e lugares mediante narrativas poéticas), é possível identificar o planejamento premeditado para que suas ações tanto comunicativas quanto mortíferas fossem plenamente divulgadas. No “Manifesto multimídia” (citado por Daemon, 2016, p. 3), ele preconizou a ideia de um herói mártir e procurou forjar a própria subjetividade imortal pela lembrança dos vivos.

Já o adolescente finlandês cometeu oito homicídios e o autoextermínio em uma escola de ensino médio. Sua comunicação midiática continha os motivos para os crimes, bem como uma composição musical, para que sua memória fosse imortalizada. O que de fato ocorreu, pois, mesmo com a intervenção policial, sua mídia continua disponível na rede mundial de

computadores. A apresentação de fotografias, que incluíam imagens da escola onde o massacre ocorreu, foi sincronizada com a mesma música empregada por um dos jovens que assassinou 13 adolescentes, feriu 24 vítimas e suicidou-se, em 1999, na cidade de Columbine, nos Estados Unidos. De acordo com Daemon (2016), esse sincronismo revela o aspecto comunicativo desses delitos. No estudo psicanalítico dos homicidas em série, de Tendlarz e Garcia (2013), há o destaque para a compreensão dos assassinatos no mais além que o direito penal institui. Para os autores, todo homicídio remete a alguma enunciação, que pertence à singularidade dos sujeitos e suas biografias. Onde o sintoma se cala e a palavra não é passível de representar, o aniquilamento do outro se constitui como a saída mais fatídica: o fim de si e do outro, para com isso, possuir um nome.

Em 2011, um jovem carioca mata 12 alunos e deixa outros feridos em uma escola municipal. Para Daemon (2016), a escolha do local não foi aleatória, o adolescente havia sido vítima de agressões na escola. Da mesma forma que nos casos anteriores, a mensagem exprime as razões para a chacina e se espelha no caso do sul coreano. para convocar os iguais que se sentem da mesma forma. Em sua mensagem, aparece o discurso de alguém que já morreu: “Morri para inspirar vocês, irmãos, a se defenderem e se fortalecerem” (citado por Daemon, 2016, p. 10). Para os autores, as fotos publicadas nos três casos demonstram semelhantes posturas corporais, que revelam a tentativa de inscrição em uma realidade sentida como aterrorizante, onde a única saída para se sentir vivo e presente na ordem societária é a própria morte. A aparente contradição evidenciada no morrer para tornar-se vivo encontra respaldo no axioma freudiano sobre a impossibilidade do inconsciente de absorver a própria morte (Freud, 1915/2017c), além de possivelmente se constituir como uma forma de associações em torno da fantasia da própria morte. Desse modo, torna-se factível a vivência da imortalidade diante da finitude biológica, principalmente nos atos heroicos. Ademais, como pontua Castro-Arantes (2016), morrer é um fato incontestável, mas “os feitos não morrem” (p. 673).

Dionísio (2016) argumenta que os atos mortíferos adquirem esse status de atribuir vida ao sujeito que os pratica, pois, na atualidade, mais do que em outros tempos, a pulsão de morte encontra-se anulada, deixando um oco que é entupido de forma imaginária por outro vácuo. O que ocorre com isso é a impossibilidade de simbolização, pela qual o indivíduo

encontra-se alienado às prerrogativas do grande Outro³⁴ e deixa de ser sujeito do seu desejo. Marcondes Filho (1992) também sustenta semelhante argumentação e sinaliza que o “vazio libidinoso” (p. 92) conduz à frieza e a fragilização dos vínculos interpessoais, uma vez que a sociedade tem se pautado mais em coisas e em ter, para sustentar uma pretensa subjetividade. Dessa forma, Dionísio (2016) compreende que a sociedade capitalista tem convivido cada vez mais com a violência cotidiana e banalizada, pois essa experiência traumática carece de simbolização, promovendo um ciclo repetitivo de atuações violentas, já que não há representação nesse circuito, capaz de retirar os sujeitos desse emaranhado. Nesse sentido, Kehl (2009) sinaliza que, em nosso país, o caráter repetitivo da violência possui raízes no passado escravocrata e no regime ditatorial militar, que, segundo ela, não foram simbolizados pela sociedade, primeiro porque não se reconhece os danos e as vicissitudes da escravidão, e segundo pela impunidade frente aos ditadores, além dos mortos não terem sido simbolicamente enterrados.

Se antes os mitos, as religiões eram as formas predominantes de explicação da vida, atualmente o setor publicitário tem conduzido para a coisificação dos indivíduos e a mídia tem se estabelecido como mecanismo de validação da indiferença. Marcondes Filho (1992) afirma que toda e qualquer cultura é capaz de engendrar tipos neuróticos, mas isso se dá mediante a interlocução com as individualidades e não de forma verticalizada. A normalidade do ódio e dos aniquilamentos em massa dos tempos atuais tem escamoteado o sentimento de culpa, enquanto temor pela perda do amor objetal, e tem se configurado em seu aspecto mais terrível, como poder e dominação totalitária. De acordo com Ceccarelli (2013), na neurose o indivíduo acusa-se por um delito não cometido, devido à presença de um “desejo assassino” (p. 406) destinado àqueles que censuram suas pulsões incestuosas. Já em alguns homicídios, o autor identifica a exacerbação interna do impulso de morte, que é projetado no mundo, como maneira de recuperar o equilíbrio psíquico. Assim, esses atos simbolizam a ira contra o próprio eu, assim como destrói o acordo societário, pois a culpabilidade é atuada. Nos casos em que não há manifestação de culpa, Ceccarelli (2013) supõe uma fragilidade na formação do supereu. Com a falha na inscrição da lei, dificulta-se o trabalho identificatório com o outro.

³⁴ Trata-se de conceito cunhado por Lacan (1994/1995), que pertence ao Esquema Z e remete à relação do sujeito com o outro, bem como a própria formação subjetiva. De forma sumária, o primeiro grande Outro de um indivíduo é a figura materna, depois outros personagens, ou mesmo a sociedade como um todo, podem por deslocamento ocupar esse papel. O grande Outro impõe mensagens ao sujeito sobre o que ele é e o que ele pode ou não fazer, diferente do outro com letra minúscula, esse é o objeto típico, recíproco, seu semelhante. O grande Outro também se dirige ao isso pela via inconsciente.

Como exposto em tópicos anteriores, é válido lembrar que nas concepções freudianas a culpa advém do parricídio do pai tirano e está intimamente ligada ao supereu. Nessa conjuntura, Marcondes Filho (1992) destaca que o adolescer tornou-se uma experiência cada vez mais difícil, pois envolve mortes simbólicas (da infância) e renascimento (para a vida adulta), que dependem do controverso narcisismo desse período³⁵, para sustentar as invenções de si em um novo tempo.

Frente ao enigma sobre a constituição da violência como rompimento ou modelo de laço social, Santos e Teixeira (2006) também sustentam a interlocução do subjetivo com o mundo. Para eles, a atualidade tem-se configurado por uma terra sem o primado da lei simbólica. O que talvez tenha certa proximidade com as concepções de Marcondes Filho (1992), pois nas resoluções edípicas, o simbolismo da lei implica na entrada ao amor objetual, ao campo da alteridade. A fragilização do interdito como norteador das pulsões aguça a brutalidade da violência e, por não encontrar vias sublimatórias, petrifica os sujeitos. Segundo Lacan (1966/1998c), essa inoperância da lei simbólica conduz para a manifestação de um supereu cruel, capaz de imperar pelo totalitarismo e por impulsos narcísicos exaltados. É pela presença pacífica do ideal do eu que se pode imprimir o registro simbólico da lei, como referencial de identificação para os sujeitos na cultura. Portanto, o supereu é uma expressão singular na interface com a civilização. Em outras palavras, não há como generalizar as características dessa instância psíquica, pois ela é ao mesmo tempo constituída na biografia de cada um e pelos dispositivos sociais (Lacan, 1966/1998d).

Nessa linha argumentativa, o autor sustenta a falácia da generalização científica sobre os sujeitos que cometem delitos, cunhada pela criminologia. Na esteira de alguns casos delituosos, Lacan (1966/1998d) tece apontamentos acerca da interface entre o supereu e o sentimento de culpa dos indivíduos, cujos atos demonstram um aprisionamento nas celas do castigo interior, que os impele a busca do limite no mundo externo para fugir da servidão imposta pelo supereu. Assim, o sujeito aniquila-se nas garras do indizível ato violento, que tendem à repetição, devido à carência de representação sublimatória. Tal como na segunda etapa das fantasias inconscientes de surra nas crianças, que recalcam a culpa pelo amor incestuoso e posicionam as agressões dirigidas a elas como advindas do ódio paterno (Freud,

³⁵ A contradição do narcisismo, na adolescência, pode ser observada em diferentes posicionamentos subjetivos. Dentre eles, pode se manifestar entre o significativo investimento libidinal, voltado ao eu, e a desvalorização de si, geralmente intensificada pelas fantasias de abandono e de solidão. Mais aspectos sobre o narcisismo na adolescência foram discutidos no tópico 3.

1919/2016l). Por sua vez, Castro-Arantes (2016) baseia-se no romance shakespeariano para relacionar a morte e o sono. O neurótico procura adormecer para não se deparar com os impulsos recalçados e o mesmo ocorre na morte. Na pesquisa sobre os pacientes terminais, Castro-Arantes (2016) observa a “vida mortificada” (p. 640) de alguns sujeitos, que esperam pelas próprias mortes, como cadáveres em vida. Marcondes Filho (1992) compreende que as toxicomanias também representam uma maneira de morrer perante o fardo da realidade. O êxtase que algumas drogas proporcionam é comparável com o prazer da estimulação nula causada pela morte, extinção de todos os impulsos. O princípio budista do Nirvana.

Nessas trilhas de mortificação, Braunstein (2007) posiciona que a “lei e a ordem simbólica” (p. 104) são, nas suas facetas de interdito e de referencial identificatório, o sustentáculo para a saída da posição objetal fálica alienada à figura materna. Assim, o amor pode advir como energia libidinal atuante contra a violência e os homicídios e que posiciona o sujeito na interface com o outro. Essa compreensão não representa que o amor faz oposição direta ao ódio, Freud (1909/2013a) alerta para essa superficial suposição, haja vista que esses não surgiram da separação de uma única fonte, mas com a ulterior influência da polaridade entre prazer e desprazer. O ódio é mais primitivo que o amor, ele surgiu da primeva hostilidade pelo mundo externo, na tentativa do eu em preservar a si mesmo, sendo assim, ele surge como forma de aplacar o desprazer (Freud, 1909/2013a; 1920/2017g). Por sua vez, o amor remete à capacidade de introjeção dos objetos amados pelo eu, nas pulsões autoeróticas³⁶, e está relacionado com as fontes prazerosas. Segundo Freud (1909/2013a), o amor possui duas interfaces, além de se antagonizar com o ódio. Ele também forma um duplo com o odiar, frente à apatia e à mortalização, os sentimentos ambivalentes são exemplares dessa existência simultânea e alguns grupos são organizados por essa vertente. Além disso, há a oposição entre o amar X ser amado, que está relacionada ao deslocamento da atividade e para a passividade diante das pulsões. Essa dupla de opostos está presente desde as fases mais primevas do desenvolvimento humano, de forma rudimentar na voracidade da pulsão oral, na expulsão e na retenção da fase anal, até a fase genital e quando, nas relações amorosas, por exemplo, busca-se encontrar no outro o preenchimento de uma falta. Para Freud (1909/2013a), quando o amor é suplantado pelo ódio, há um regresso às primevas relações sádicas “de modo

³⁶ Essas acepções são diferentes daquelas cunhadas no ensaio de 1914. Se, em 1909, o autor afirma existir um prelúdio ao autoerotismo, pelo qual já se observa uma arcaica relação com o mundo externo (a hostilidade); no segundo, Freud (1914/2017a) não teoriza sobre essa primeva interlocução hostil, pontua que as pulsões autoeróticas são primordiais, de conservação vital e, nesses impulsos, não se observa as relações objetais, apenas nas fases posteriores.

que o odiar adquire um caráter erótico, o que garante a continuidade de uma relação amorosa” (p. 63).

Nos caminhos do amor para a realidade psíquica, Branco (2014) sinaliza a função do amor como tentativa de nomeação (ainda que incompleta) frente à diversidade do campo dos objetos pulsionais, sempre faltantes, pois são incapazes de satisfazer as pulsões. A melancolia, por exemplo, advém da perda (real ou não) do objeto amado, a energia libidinal, que antes se direcionava ao objeto, retorna ao eu que se identifica com o objeto perdido (Freud, 1917/2016k). Os traços autorecriminatorios dos estados melancólicos estão relacionados à ambivalência dessa libido e exprimem, além do amor, a presença dos impulsos destrutivos. O objeto abandonado ou perdido certas vezes é aniquilado internamente, essa dinâmica é identificada nas manias. De acordo com Freud (1917/2016k), a tendência de aniquilamento ao outro, voltada ao próprio eu, está no âmago de algumas ideações suicidas, que sucumbem diante da impossibilidade de sublimação do ódio.

Se o ódio acompanha os sujeitos, desde os tempos mais remotos, e o extermínio do outro se tornou mais fácil com a tecnologia e a ciência (Freud, 1930/2010b), é válido também sinalizar que o amor se manifesta como força capaz de estabelecer o laço social. De acordo com Freud (1921/2011a), os pressupostos do cristianismo centralizam na ordem do filho-do-Pai que, em diversas passagens bíblicas, institui entre os irmãos o dever de amor mútuo, em semelhança ao dele. Desse modo, a mensagem crística decreta a identificação entre os pares e a ele, o líder legítimo porque promoveu a reconciliação com o pai divino a partir de sua morte.

Mediante o que foi apresentado neste tópico, posicionamos nosso entendimento sobre a impossibilidade de circunscrever o aniquilamento de si e do outro por uma única via de análise, até porque admitimos a importância do sentido que cada singularidade atribui às suas vivências. Contudo, se algo puder ser generalizado é o entendimento de que o homicídio nosso de cada dia pode ser diluído pela intensidade do amor, já que se trata de uma experiência que se funda no encontro com a alteridade. Assim, concorda-se com a declaração de Freud (1915/2017c) sobre as manifestações amorosas se constituírem como resistências às forças destrutivas e de que a tendência amorosa para com o outro é capaz de promover a saída do narcisismo (Freud, 1914/2017a). Em analogia ao último verso da oração principal do catolicismo, se o livramento do mal é possível, mal esse como impulso destrutivo separado da ordem vital, parece que é pela via de sua ligação com Eros que a sublimação poderá abrir caminho para perspectivas menos mortíferas.

3 A PSICANÁLISE E O DIREITO: ENTRE O (IM)POSSÍVEL DIÁLOGO ATÉ O DIÁLOGO DO (IM)POSSÍVEL

Tendo em vista que o tema deste estudo direciona-se às narrativas dos adolescentes autores de infrações, os nomeados sob a insígnia de “foras-da-lei”, consideramos pertinente a discussão sobre as normativas jurídicas, não apenas para delimitar o campo da responsabilização juvenil presente no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), mas também para refletir sobre como esse sujeito é definido pelo direito e quais as possíveis interfaces com a psicanálise.

Orlando (2013) pontua que o sujeito do direito não é um conceito proveniente das normas jurídicas. Trata-se de uma representação teórica da filosofia do direito que, no caso da abordagem positivista, define o indivíduo dotado de consciência e de moralidade. Por assim o ser, é possuidor de deveres e direitos objetivos que garantem seus interesses naturais. O autor demonstra que essa perspectiva conceitual não é unânime entre os pensadores do campo jurídico; muitos sustentam que esta definição é ilusória, pois não contempla as dimensões humanas que escapam à objetividade e aos princípios civilizatórios. Witcker (2015) argumenta que essa discrepância no pensamento jurídico se deu, sobretudo, pelas novas configurações societárias, com a globalização da informática e com a observação da pluralidade de existência dos sujeitos, os quais a tradicional epistemologia jurídica não conseguia abarcar. Ceccarelli (2013), por sua vez, salienta que, desde a década de 50, a criminologia passou por uma reestruturação teórica devido aos subsídios da neurologia, com as acepções sobre o fator genético do criminoso, e da fenomenologia e psicanálise, que reforçaram as interligações entre crime, sociedade e psiquismo. Essas contribuições geraram vertentes diferenciadas para a esfera criminológica.

Embasado nas elaborações construtivistas do direito, Orlando (2013) sinaliza que o conceito natural e biológico sobre o homem é diferente da acepção cunhada pelas ciências sociais e psicológicas, para contemplar o que é da esfera das singularidades. Desse modo, os direitos subjetivos não são anteriores e causadores da letra da lei, como argumentam os pensadores positivistas do direito. As normativas são criadas para sustentar o Estado, suas organizações políticas e econômicas, pelas quais determinadas configurações subjetivas são geradas. Pelas reflexões freudianas presentes no mito da horda primeva, Lacan (1966/1998d) pondera que são as proibições que engendram o crime e os transgressores e não o contrário. Com isso, o autor assegura a necessidade da análise sobre os sujeitos que cometem

transgressões, contextualizada com os parâmetros societários e avança para a discussão da interface do psiquismo e suas instâncias, tal como o supereu e o *id*, nas atuações criminosas, como inscritas em uma determinada lógica linguageira, que atravessa o indivíduo. Tendlarz e Garcia (2013) recuperam algumas reflexões criminológicas, para sustentar que cada sociedade produz os infratores, conforme suas regras sociais. Nas palavras dos autores: “Cada sociedade tem os criminosos que merece” (p. 52).

Na contramão do entendimento objetivo do direito, a psicanálise sustenta que o sujeito se constitui onde a consciência não é capaz de delimitar, guiado por forças inomináveis e que lhe extrapolam. Diante dessa acepção e da forma como o direito tem sido operacionalizado na sociedade, Dunley (2011) questiona-se sobre as possibilidades das normativas jurídicas em considerar os aspectos inconscientes implicados na prática criminal. A autora argumenta que é justamente no ponto em que o direito e a psicanálise se antagonizam, no impossível diálogo entre as definições do sujeito, que uma presumível interface pode ser construída entre essas áreas do conhecimento.

Édipo e sua trajetória funesta, para renunciar ao incesto, o roubo de Prometeu e o castigo eterno dos deuses, Medeia, tomada pela ira e pelo sofrimento, assassina seus próprios filhos; exemplos de alguns crimes presentes nas tragédias que, além de serem formas de explicação do mundo e das relações humanas, forjam pressupostos que são caros ao direito, como os aspectos investigativos e as tipificações penais, a culpa, a composição de um grupo para julgamento dos casos, o castigo e, inclusive, a concepção de justiça passa a ser desenhada como conceito que delimita a liberdade individual e consolida a unidade coletiva. A vida cotidiana, na Grécia Antiga, perpassava pela hierarquia dos tribunais, que julgavam tanto as questões jurídicas quanto as políticas. Assim como é possível notar a ligação entre o trágico e o direito ocidental, Dunley (2011) sustenta que os fundamentos psicanalíticos também possuem algumas de suas origens nas tragédias helênicas. Além de se verificar expressões típicas da Antiguidade Clássica na obra freudiana, o funcionamento psíquico é concebido como um cenário repleto de conflitos entre as forças incontroláveis e desconhecidas.

No que se refere aos conceitos cunhados para abranger as experiências subjetivas, Dunley (2011) pontua que, tanto no direito quanto na psicanálise, as noções são baseadas na arena da linguagem. O mesmo raciocínio é identificado nos constructos de Orlando (2013) sobre a transversalidade do campo linguageiro em todas as instituições, que embasam e são criadas pelos sujeitos, tais como a família, a escola, o mundo do trabalho e a esfera mais

ampla da política. Nos estudos sobre a função da criminologia frente à declaração do crime e a reinserção social do réu, Lacan (1966/1998d) considera que a psicanálise pode contribuir na responsabilização simbólica pelos delitos, por intermédio da relação dialógica entre analista e analisando. Nesse ínterim, o autor questiona o valor das punições impetradas pela criminologia que, certas vezes, alienam os sujeitos em um novo ato: o castigo, sem adentrar nas dimensões sobre a verdade dos sujeitos. Esta, para a psicanálise de referencial lacaniano, refere-se ao sujeito da enunciação, aquele que se constitui no indizível, na falta que escapa ao próprio ser, pela qual nenhum enunciado pode capturar.

Com base no entendimento lacaniano sobre a responsabilização e o castigo, Tendlarz e Garcia (2013) analisam a imputabilidade penal prevista nos casos de grave sofrimento psíquico, durante ou anterior à prática delituosa. Desde o século XVIII, os estudiosos têm estabelecido as condutas típicas dos inimputáveis, são algumas delas: violência sem motivos aparentes, que difere do homicídio praticado por psicóticos, relatos fantasiados sobre o crime e sentimento de indiferença diante da vítima e do ato. De acordo com os autores, o *status* de imputabilidade penal destitui o sujeito infrator de si mesmo e o desumaniza, pois obtusa os atos que lhes são próprios. Desse modo, Tendlarz e Garcia (2013) realizam um trajeto sobre as mudanças das legislações penais de alguns países³⁷, que substituíram a expressão “não há crime” para “não é penalmente imputável” (Tendlarz & Garcia, 2013, p. 66). Embora nessas normativas o indivíduo não seja culpabilizado penalmente, elas não destituem magicamente a existência do crime. O que parece existir, nessas novas normativas legais, é a necessidade de algum modo responsabilizar o transgressor com agravos mentais.

Manasseri (2005) analisa as concepções de culpabilidade para o direito penal moderno e para a psicanálise, por compreender que esse conceito tem função preponderante para ambas as disciplinas. Embora o autor admita a existência de diversos sentidos para a noção de culpa, inclusive em uma mesma área, a argumentação é de que as marcantes divergências epistemológicas entre os dois campos remetem às particularidades das compreensões sobre a subjetividade. O autor elenca que, na ciência jurídica moderna, a pena somente pode ser impetrada quando há consciência da culpa e, mesmo que o dano não seja substancial, o indivíduo que participou no delito pode ser penalizado. A polaridade entre culpado *versus* inocente é norteadora para as análises subjetivas do direito penal, as quais realizam a contiguidade entre culpa, dolo e responsabilização.

³⁷ Essas transformações foram identificadas nos códigos penais da França, Estados Unidos e Brasil.

Já para a psicanálise, a culpa está intimamente vinculada com o inconsciente, portanto ela pode ser vivenciada no mais além da consciência, nos afetos e fantasias e pode contradizer um enunciado, seja ele manifestado pela palavra, pelo sintoma ou pelo ato. Manasseri (2005) salienta que, nos primeiros anos da teoria freudiana, a concepção sobre a culpabilidade esteve relacionada ao desejo de punição por atos factualmente realizados. Quando a função do recalque se tornou determinante para explicar o psiquismo e as ações subjetivas foram concebidas, houve a diferenciação entre a culpa e o remorso consciente atuante nos equívocos e atos criminais. Para o autor, um exemplo do impacto do recalque refere-se à contraditória moralidade dos indivíduos, governada por impulsos inconscientes abdicados. Assim, o neurótico pode se sentir culpado por delitos apenas desejados que sequer cometeu. Essa concepção psicanalítica torna inviável a análise jurídica da responsabilização criminal pela via da culpa.

Diante da complexidade envolvida na determinação da responsabilidade por um delito, Manasseri (2005) questiona-se sobre as atribuições do psicólogo enquanto perito judicial. Para o autor, a prática deve se sustentar na concepção sobre as relações existentes entre delito, lei e punição, além de visualizar as divergências entre as áreas jurídica e psicanalítica, no que tange ao entendimento sobre a responsabilidade criminal e à perspectiva dialógica, pois na psicanálise alguns enigmas do inconsciente não são enunciados objetivamente pelas palavras, há a necessidade de se associar sentidos para esses conteúdos.

No campo das técnicas, Freud (1906/2015a) já apontava caminhos e limitações para o uso da abordagem psicanalítica nos inquéritos criminais. O autor apresenta o método associativo por palavras estímulos, utilizado nos interrogatórios para a certificação da culpa do réu e da veracidade do depoimento para introduzir a associação livre como proposição a ser adotada. Para tanto, ele faz uma comparação entre os conteúdos encobertos pelo neurótico, como fontes sintomáticas e as confidências camufladas pelo sujeito que praticou um crime. A principal divergência entre eles refere-se ao desconhecimento da causa do sofrimento pelo neurótico, enquanto, no sujeito que cometeu um delito, há a busca consciente para livrar-se do que lhe acomete. Já o transgressor conhece e esconde deliberadamente, seus segredos são conscientes e não há intenção de corroborar com a sentença judicial. Diante dessas diferenças, Freud (1906/2015a) argumenta que o processo judicial jamais será igual ao terapêutico, embora sustente que a psicanálise ainda assim pode corroborar com o campo criminológico. Embora essa concepção esteja presente desde os primórdios psicanalíticos, Ceccarelli (2013) sinaliza que os psicanalistas ainda são pouco requisitados para atuarem como peritos judiciais.

Para o autor, isso se deve à distinção que muitos fazem entre as patologias psíquicas e a transgressão; e o entendimento de que psicanálise apenas intervém nos casos de sofrimento psíquico.

Essas considerações freudianas referem-se aos processos penais impetrados aos crimes praticados por adultos. No Brasil, os adolescentes autores de infrações possuem condição jurídica diferenciada. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece as normativas gerais pertinentes à infância e adolescência e norteia os processos judiciais aos adolescentes que praticam infrações. Os adolescentes são penalmente inimputáveis, a eles não se aplicam penas, mas sim medidas socioeducativas que, além de responsabilizá-los pelos atos, possuem aspectos pedagógicos. Do mesmo modo, compreende-se que os adolescentes não cometem crimes, mas atos infracionais, isso porque a doutrina contempla o entendimento da adolescência como uma fase do desenvolvimento humano, no qual não estão formadas todas as características da personalidade e das condutas. Com essa sumária explanação, consideramos pertinente a exposição sobre a clínica psicanalítica de adolescentes, uma vez que essa também possui aspectos peculiares.

Gutierra (2014) realiza um amplo resgate dos posicionamentos dos autores da psicanálise sobre a clínica de adolescentes e afirma haver unicidade entre eles quanto ao manejo clínico diferenciado, sobretudo nos momentos iniciais, nos quais geralmente são repletos de atuações, de angústia e de instabilidade tanto dos jovens, quanto das figuras parentais e de outros espaços de convivência. A autora defende que os posicionamentos de Melanie Klein e de Anna Freud quanto ao tratamento de adolescentes são muito parecidos, a despeito de se antagonizarem, no que se refere à psicanálise infantil. Isso se deve pela constatação de que as divergências entre as duas psicanalistas aludem ao tempo em que os conflitos edipianos emergem na infância, bem como sobre a existência da neurose de transferência na clínica dos infantes. Ainda descreve os fundamentos de Mauricio Knobel, que passa pelas indicações freudianas, quanto ao início da análise; a autora elenca ainda os fundamentos da técnica lacaniana e aprofunda as concepções de autores dessa escola, que discorrem sobre a adolescência.

Das ponderações kleinianas, Gutierrez (2014) destaca que o *setting* analítico visa a elaboração das angústias implicadas na mediação do eu frente os pleitos do *id*, com o ressurgimento da libido dirigida à díade parental, e os consequentes imperativos superegóticos de barrar esse prazer, perante a realidade que se interpõe. Nesse germinar da sexualidade genital, a análise quiçá permita uma reconciliação, a fim de viabilizar a abertura para a

vastidão dos novos amores objetais. Embora a definição de *setting* analítico seja específica da técnica kleiniana, que enfatiza a importância do ambiente físico, do contrato inicial e até da postura do analista no tratamento (Neves, 2007), a argumentação sobre o objetivo da análise com os adolescentes também é identificada por Gutierrez (2014) nos constructos de Anna Freud. Nesses, há a compreensão da análise como uma facilitadora do desenvolvimento sexual adulto, caracterizado pelo amor objetal, além de sinalizar de forma análoga os combates do eu *versus* os imperativos sexuais edipianos, ressignificados pela maturação genital. Ambas em um evidente alinhamento com os pressupostos freudianos sobre a puberdade ser uma fase de reedição dos conflitos edipianos infantis, com a primazia da maturação genital.

De forma sumária, e ainda com base em Gutierrez (2014), a diferença entre as autoras está em uma postura mais pessimista de Anna Freud, no que se refere à transferência e o tratamento como um todo. Por considerar o deslocamento libidinal dos pais que o adolescente faz para novas relações objetais, o vínculo entre a díade transferencial fica muito prejudicado e os comportamentos dos adolescentes tendem a atacar os acordos clínicos, por intermédio das faltas reiteradas, dos atrasos, das resistências à associação livre. Dessa forma, segundo Gutierrez (2014), Anna Freud considera serem mais profícuas as informações psicanalíticas aos pais e os trabalhos psicológicos em grupos. Em sendo a análise do adolescente o único caminho possível, há que se estabelecer uma demanda sintomática para o desenvolvimento do trabalho, o que requer tempo. Já a concepção kleiniana é de que a clínica com adolescentes transita entre os aspectos lúdicos da psicanálise com crianças e o emprego da associação livre, típica na clínica com adultos. Ademais pontua a necessidade de se interpretar as resistências nos primeiros encontros, para facilitar o acesso às angústias do paciente. Contudo, conforme alerta Segal (1973/1975), a interpretação kleiniana é amplificada, pois abarca os relacionamentos atuais, a relação transferencial e aquela outrora estabelecida com os pais da infância.

De acordo com Gutierrez (2014), Mauricio Knobel reforça a necessidade de participação dos pais ou responsáveis nas entrevistas iniciais para que as demandas, que nem são as mesmas dos adolescentes, possam ser compreendidas e a linha diagnóstica seja estabelecida, considerando os diversos contextos de vida dos jovens. Por vislumbrar a importância de abarcar todas essas dimensões vivenciais da adolescência, o autor, citado por Gutierrez (2014), argumenta sobre a necessidade do psicanalista ampliar suas intervenções para além da clínica, como a visita aos ambientes de convívio juvenil. O tratamento para esse

psicanalista deve seguir as mesmas configurações daquelas previstas com os adultos. Winnicott (1971/1975) também considera que em linhas gerais a análise com adultos, crianças e jovens são semelhantes e devem perpassar pelo brincar entre o analista e analisando, para que se possibilite a invenção criativa para novas vivências diante do sofrimento e do mundo externo.

Pela compreensão de que a adolescência pleiteia um lugar na realidade social e que os atos compõem esse pleito, trata-se de uma ocorrência específica ao seu tempo e cultura, Capanema e Vorcaro (2012), tal como Birman (2007), argumentam que a análise não deve ser operada nos moldes da época freudiana, haja vista que as configurações societárias não são as mesmas. Silva (2007a), por sua vez, argumenta que a clínica psicanalítica deve focalizar primeiramente na diferenciação entre o *acting out* e a passagem do ato na singularidade do sujeito que pratica a infração. Quando deparado com um agir sem simbolização, específico das passagens ao ato, o analista precisa prever um espaço transferencial, onde esse enunciado sem palavra possa se transformar em um dito, em uma enunciação que desvele o vazio constitucional necessário para uma inserção do adolescer que considere o outro.

Segundo Lacadée (2008), é pela capacidade simbólica da palavra que o adolescente pode ouvir sua dor transvestida no ato que antes se manifestara sem sentido. Nessa operação, o autor considera a possível emergência da singularidade de cada sujeito, pois o retira das amarras do falo imaginário da mãe. Ceccarelli (2013) argumenta que essa abordagem diante do adolescente e de seu ato remete à ética psicanalítica, por não reduzir a infração e o sujeito em um sintoma, possibilitando assim, a sua humanização. Nesse sentido, Teixeira (2014) acrescenta que a escuta psicanalítica pode subverter a tradicional normatização dos adolescentes, que, muitas vezes, são reduzidos a uma nomenclatura que enclausura o adolescente na exclusão. Em semelhante linha de raciocínio, Green (2004) circunscreve a análise como um percurso para implicar o sujeito diante do outro, tanto aquele que foi internalizado pelas primeiras relações quanto o das relações externas atuais. No enfrentamento do luto pelos objetos primordiais abandonados, quiçá, o sujeito será capaz de amar, sem que isso simbolize o próprio aniquilamento.

Essas pretensões analíticas não significam que o analista deva elencar quais os caminhos possíveis para a autonomia subjetiva de adolescentes. Rosa Junior (2006) sustenta a importância do acolhida e reconhecimento dos saberes do adolescer, para isso o analista deve evitar a posição de detentor do conhecimento e da moralidade em uma hipotética e falida educação de psiquismos. Nas especificidades da clínica dos adolescentes autores de infrações,

com os reiterados questionamentos dos jovens sobre a figura e função do analista, o autor destaca que tal atitude se constitui em um exercício diário. Nos caminhos das pretensões educativas, Lajonquière (2009) destaca a impossibilidade de normatizar os conteúdos e impulsos inconscientes e posiciona que o biologismo psicológico trouxe a condenação dos sujeitos chamados desviantes pelas regras normativas.

Nas trilhas do (im)possível diálogo entre o jurídico e a psicanálise, com seus distanciamentos e intersecções, no que tange aos conceitos de sujeito, culpa e delito vislumbramos no manejo transferencial analítico a possibilidade do diálogo do impossível. Em outras palavras, a enunciação como resgate simbólico do *Das Ding*, o objeto perdido inominável, que institui a falta e posiciona o adolescente na invenção de uma singularidade capaz de aceitar a pluralidade da existência dos outros. O diálogo do impossível.

3.1 As Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

Diante dessas elucubrações sobre a interlocução psicanalítica com o direito e a clínica psicanalítica de adolescentes, nesse tópico serão elencadas as medidas socioeducativas, bem como serão expostas algumas intervenções nessa área que subvertem o modo tradicional, por compreender o potencial da invenção nessas práticas.

Os postulados, presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, chancelam as normativas internacionais, das quais o país foi signatário, além de representar um passado repleto de lutas pela conquista de direitos antes negados. Por essa legislação, o Código de Menores de 1979 foi revogado. Com isso, as chamadas situações irregulares, como a pobreza, a orfandade, ou mesmo a filiação fora do casamento, deixaram de ser condição para segregar a infância e a adolescência regular, branca e burguesa dessas que não seguiam os preceitos preestabelecidos de regularidade. Isso não estava apenas implícito na doutrina, pois a jurisdição às crianças e aos adolescentes “regulares” era estabelecida pelo Código da Família. Dito isso, salientamos que os pressupostos do Estatuto instituem que todas as crianças e adolescentes fruem dos mesmos direitos e são passíveis dos mesmos deveres, considerando seu desenvolvimento, suas realidades e biografias. Portanto, constitui-se em uma normativa ampla, que legisla sobre os sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento. Dentre as diversas normatizações, o estatuto configura as tratativas sobre os processos e intervenções para os adolescentes que cometeram alguma infracionalidade.

As medidas socioeducativas são as sanções passíveis de serem sentenciadas aos adolescentes que praticaram alguma contravenção. Conforme o artigo 112 do Estatuto, há seis maneiras de responsabilizar o adolescente: a advertência, a obrigação de reparar o dano, a liberdade assistida, a prestação de serviço à comunidade; e aquelas que privam a liberdade de ir e vir do jovem: a semiliberdade e a internação em estabelecimento específico. Com o reordenamento da política da assistência social, estabelecida pela Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), os municípios tornaram-se responsáveis pela execução das medidas socioeducativas em meio aberto e os estados pelas medidas de restrição de liberdade. Já a lei federal nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), condiciona o atendimento integral dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Isso significa que as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública e outras afetas ao tema devem atuar conjuntamente aos adolescentes e suas famílias.

No relato da experiência com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Canadá, Gallo (2008) explicita que os serviços relacionados a essa temática também atuam frente a outras demandas da justiça, como apoio à vítima e testemunha. Os atendimentos dos psicólogos clínicos e criminalistas do programa desenvolvem ações conjugadas às escolas e à família. O autor também destaca que os processos judiciais referentes às infrações têm muitas proximidades com o sistema de justiça brasileiro. As diferenças são que, no Canadá, os réus podem defender a si mesmos, e os adolescentes que praticam crimes hediondos, como o assassinato e possuem reincidências em delitos contra a pessoa, podem ser julgados como adultos, inclusive com a pena de prisão perpétua, além de existirem mais duas medidas socioeducativas, a multa e o pedido de escusas à vítima (verbal ou escrita) durante o ajuizamento.

Na esteira da argumentação sobre a responsabilização juvenil, Teixeira (2014) considera a importância da responsabilização de alguns jovens perante a prática de uma transgressão. Não para corresponder a um anseio social de disciplinar os indivíduos, mas porque em alguns casos, o adolescente pleiteia um limite real para conseguir alçar seu lugar na sociedade. Contudo, a autora salienta a necessidade de se atribuir um sentido às medidas socioeducativas, no mais além das nomenclaturas jurídicas e dos serviços padronizados, para que essas possam simbolizar o ato que antes estava no limbo do inominável. Nesse contexto, a autora alega que a prática psicanalítica deve pressupor a escuta da interface com o direito e

com o cenário sociopolítico, para que se possa pensar em atuações, que em certos aspectos divergem da clínica tradicional.

Salum (2011) analisa a intervenção psicanalítica em um espaço disciplinar, onde é executada a medida socioeducativa de internação. Nessa circunstância, os adolescentes internados apresentavam encurvamento da coluna cervical. Com esse sintoma somático, a autora analisa a função do grupo no desenvolvimento identificatório do adolecer. A interpretação é de que as características do aprisionamento, aliadas aos aspectos afetivos do grupo que possuem na sua gênese a relação com o objeto perdido causavam ira, por se sentirem injustiçados e pelo pavor da clausura cerceadora desde os movimentos corporais até suas vivências afetivas. Esse sintoma tinha valor de contágio imaginário, tal como ocorre na histeria, e representava a identificação com outros jovens, que haviam conquistado a liberdade, além de manifestarem pela via corpórea a angústia por uma espera de saída indefinida.

Lajonquière (2009) realiza uma profunda análise sobre as configurações educacionais contemporâneas, algumas de suas críticas referem-se aos formatos dos grupos de reflexão desenvolvidos nas escolas, assim como às regras e punições, porque os considera letra morta por não tocar nas realidades subjetivas dos adolescentes. A compreensão de Lajonquière (2009) é que as instituições escolares estão cada vez mais semelhantes às realidades hospitalares e prisionais, por abarcarem regras totalitárias, sem sentidos simbólicos. A psicanálise nesse contexto não se constitui na clínica, tampouco como uma técnica assistencial da pedagogia, mas como possibilidade de subversão das relações tidas como naturais e dos saberes postos como verdades incontestáveis. Para o autor, é desse modo que “a psicanálise se faz presente, não-estando” (Lajonquière, 2009, p. 109).

Por outro lado, Pichon-Rivière (1924/2005) sustenta que os grupos podem propiciar a análise dos sujeitos em situação mais aproximada de seu cotidiano, como também retroalimentar os conceitos antes instituídos, tendo em vista que a formação subjetiva se interlaça com o externo, sendo assim, não se constitui apenas de maneira endógena, como a narrativa da psiquiatria clássica por anos se embasou. Por tal razão, o autor desenvolve uma abordagem grupal operativa, diferenciada dos coletivos formados aleatoriamente, pois parte de pressupostos psicanalíticos para o seu desenvolvimento. O autor, por exemplo, discute as características do conceito kleiniano de posição esquizo-paranóide (como a ansiedade resultante do retorno ao eu da hostilidade antes dirigida aos maus objetos), para demonstrar a natureza das conexões persecutórias e onipotentes presentes em muitos grupos. Essas últimas

são produtos das primeiras fantasias de indestrutividade do objeto bom internalizado e garantem a onipotência imaginária diante dos outros.

Pichon-Rivière (1924/2005) introduz um posicionamento intermediário entre as posições esquizo-paranóide e a depressiva denominada de posição depressiva esquizoide, na qual, embora não houve a integração dos objetos parciais, ocorre uma espécie de ressentimento pela destrutividade do objeto bom. Desse modo, o autor estabelece algumas funções nos grupos operativos, que são atribuídas aos indivíduos conforme a identificação entre seus pares e com aquilo que exercem nos grupos cotidianos. Podem, por exemplo, se posicionar como líderes, em suas diferentes características: tirania, democracia, ou a demagogia; podem se alocar no grupo operativo com a sensação de pertencimento ou de estrangeiridade; de cooperação ou de isolamento; comunicativo; de aprendizado mútuo ou de sabotagem dos laços. Essas diversas funções no grupo têm por objetivo promover novas possibilidades de funções sociais, a partir da integração dos objetos outrora vivenciados na posição depressiva e do manejo da cooperação entre pares. Nesses grupos, a interpretação pode ser em um enunciado ou em uma interrogação, isso depende das fantasias inconscientes evocadas no coletivo.

Referenciado pela técnica dos grupos operativos, Bleger (1979/1985) salienta que no contexto educacional a liberdade expressiva dos participantes é fundamental, para evitar a formatação tradicional do ensino, pelo qual as relações são verticalizadas e hierarquizadas. Há que se romper também os estigmas alimentados no coletivo estudantil, para se operacionalizar novas formas de interação que possibilitam inclusive a reflexão sobre os processos de aprendizagem. No campo de práticas alternativas no contexto grupal, Fernandes da Costa; Santos; Franco e Brito (2011) relatam experiências de práticas musicais com embasamento reflexivo na internação de adolescentes infratores. Os autores salientam o valor terapêutico que esse grupo pôde instaurar em um ambiente de reclusão, tanto por proporcionar sensações agradáveis, de criação, de protagonismo, quanto por demonstrar novas vivências no mundo pela interação com seus pares e proporcionar outras maneiras de identificação baseadas no afeto, na compreensão do equívoco e na originalidade.

Mais especificamente, quanto à medida de liberdade assistida, objeto desse estudo, Gomes e Conceição (2014) descrevem as técnicas do sociodrama e da história de vida, como perspectivas de atuação nessa área, que são possibilitadoras de momentos reflexivos sobre os projetos para o futuro, as convivências entre familiares e os seus pares para vislumbrar o afastamento da criminalidade para inscrições sociais diferenciadas. Nesse trabalho, as autoras

identificaram três categorias de análise, a saber: a sedução contida na criminalidade, pelas vias da ascensão econômica e social; os modelos identificatórios positivos denominados por “tábuas de salvação” (p. 53), estes se centralizaram na figura materna, sendo o pai marcado pelo signo do abandono e da omissão, na escola como marcador de um projeto de vida e na religião, como maneira de reverter o uso/abuso de drogas; outra categoria discursiva foi “o crime não compensa” (p. 55), balizado por relações não duradouras, nas quais o valor monetário é enfatizado em detrimento dos princípios da amizade e do respeito. Nessa última categoria, os assassinatos também aparecem nas narrativas como expressão da brevidade, que esse mundo proporciona aos indivíduos nele inserido. Diante das histórias de vida dos participantes, Gomes e Conceição (2014) consideram que a medida socioeducativa de liberdade assistida pode se constituir em um espaço de resgate de sentidos, pela reconciliação entre o passado e o presente para que os adolescentes possam vislumbrar projetos futuros diferenciados daqueles que suas trajetórias os implicaram.

Nesta empreitada que se perfaz entre os caminhos do direito e da psicanálise, concordamos com Lajonquière (2009) que o fazer psicanalítico não se inscreve como uma pedagogia do bem viver ou como uma prescrição de alívio do sofrimento. A partir das reflexões de Salum (2011) e com esses exemplos de práticas psicológicas no contexto das medidas socioeducativas, compreendemos que uma escuta psicanaliticamente orientada pode viabilizar invenções criativas pelas quais o desejo do adolescente possa advir com outra roupagem, adquirindo formatos menos avassaladores. Na implicação dos seus atos e na nomeação de conflitos psíquicos a eles relacionados, quiçá o adolescente possa sustentar a sutileza do seu advir, sem desconsiderar a sua história e as condições concretas de sua existência.

4 UMA LEITURA PSICANALÍTICA SOBRE AS NARRATIVAS DO ADOLESCER: A MORTE PARA RENASCER

*“Connaissance de la mort
 Je te salue
 Mon cher petit et vieaux
 Cimetière de la vie
 Ou j’appriis à jouer
 Avec les morts.
 C’est ici ou j’ai voulu
 Me révéler le secret de
 Notre courte existence
 À travers les ouvertures
 D’aciencs circueils solitaires”³⁸.*
 (Pichon-Rivière, 1924/2005, p. 6).

Com essa poesia de Pichon-Rivière (1924/2005), pretendemos situar a trajetória que será percorrida neste capítulo. A intenção é trazer à tona as histórias de vida dos/as adolescentes participantes dessa pesquisa. Tais como as urnas fúnebres abertas que, para o autor supracitado, permitem reconhecer o mistério da vida, essas narrativas possibilitam tangenciar os contextos sociais, familiares e relacionais, que compõem as singularidades dos entrevistados, em uma tentativa de analisar as inscrições da morte na trajetória de vida de adolescentes autores de atos infracionais.

Com base nas acepções de Winnicott (1971/1975), sobre a clínica psicanalítica, diante da amplitude da existência humana e a função do brincar, como espaço intermédio entre o mundo interno e externo, concordamos que, mais do que delimitar as atividades da vida de um sujeito, há que se refletir sobre os sentidos dessas para cada singularidade. Nas palavras do autor:

quero apontar que a literatura psicanalítica, naquilo que expressa, não nos parece abranger tudo o que desejamos conhecer. Por exemplo, o que estamos fazendo enquanto ouvimos uma sinfonia de Beethoven, ao visitar uma galeria de pintura, lendo Troilo e Cressida na cama, ou jogando tênis? Que está fazendo uma criança, quando fica sentada no chão e brinca sob a guarda de sua mãe? Que está fazendo um grupo de adolescentes, quando participa de uma reunião de música popular? Não é apenas: o que estamos fazendo? É necessário também formular a pergunta: onde estamos (se é que estamos em algum lugar)? Já utilizamos os conceitos de interno e externo e desejamos um terceiro conceito. Onde estamos, quando

³⁸ “Conhecimento da morte/ Eu te saúdo/ meu querido, pequeno e velho/ cemitério de minha cidade/ onde aprendi a brincar/ com os mortos./ Foi aqui que eu quis que me fosse revelado o segredo de/ nossa curta existência/ através da abertura/ de antigos caixões solitários”. (Tradução de Velloso e Gonçalves).

fazemos o que, na verdade, fazemos grande parte de nosso tempo, a saber, divertindo-nos? O conceito de sublimação abrange realmente todo o padrão? Podemos auferir algum proveito do exame desse tempo que se refere à possível existência de um lugar para viver, e que não pode ser apropriadamente descrito quer pelo termo “interno”, quer pelo termo “externo”? (Winnicott, 1971/1975, p. 167).

Portanto, admitimos que o posicionamento de Winnicott (1971/1975) converge para o desvelar de sentidos, ou a ausência deles, nos relatos das experiências vivenciadas. Isso também remete à capacidade do analista, nesse caso, da pesquisadora, em viabilizar um espaço que torne a entrevista uma possibilidade lúdica de recontar as próprias histórias, distanciando-se do costumeiro inquérito policial, o qual esses adolescentes estão habituados e que tanto os distancia de suas vidas, muitas vezes, pela necessidade de omissão para evitar punições mais severas³⁹. Em uma releitura da cantiga “bandido que mata, também dança”, trata-se de permitir a emergência do lúdico, da alegria, do prazer, princípio que regula a realidade psíquica.

Temos que considerar também a limitação, no que tange à amplitude, das vidas dos adolescentes participantes. Assim, concordamos com a argumentação realizada por Sento-Sé e Coelho (2014) sobre o caráter momentâneo que uma pesquisa pode abarcar, não sendo possível a leitura das subjetividades por completo. Ogden (2013) também alerta aos psicanalistas acerca da especificidade da linguagem humana e o quanto ela pode adquirir diferentes feições a depender do tempo e ambiente em que ocorrem.

Dessa forma, neste capítulo, serão transcritas as entrevistas com os participantes da pesquisa, no formato mais próximo que elas ocorreram. Ao final de cada caso descrito, serão acrescentadas as impressões da pesquisadora durante a coleta do material e no decorrer da escrita, que se aproximem tanto da experiência contratransferencial quanto das histórias de vida dos(as) adolescentes. Desse modo, optamos por recorrer às figuras mitológicas ou personagens de expressões artísticas para nomear suas histórias, como uma tentativa de atribuir alguns sentidos já no relato destas biografias. Trata-se de tangenciar a perspectiva de Ogden (2013) sobre a escrita psicanalítica, como caminho para as elaborações psíquicas, mediante a invenção criativa do analista diante das experiências vitais. No tópico subsequente, serão realizadas as análises de cada caso, alinhadas à temática da pesquisa e entrelaçadas aos

³⁹ A partir dessas reflexões e das ponderações da coordenação do Programa, a gravação em áudio das entrevistas foi evitada e, na medida do possível, procuramos manter uma atitude de proximidade com os adolescentes, primeiro com a presença em algumas atividades do serviço, para depois iniciar os procedimentos da pesquisa.

personagens, que emergiram como analogia das narrativas. Por último, será desenvolvido o entrelaçamento das análises e hipóteses emergidas em todos os casos, como forma de cotejar as semelhanças e diferenças do material. Foram entrevistados três adolescentes, que não permaneceram no serviço a tempo de concluir a medida socioeducativa.

4.1 Os(as) Adolescentes e Suas Histórias de Vida

Neste tópico, serão apresentados os relatos em forma de histórias de vida, com os(as) adolescentes que se encontravam em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, no município selecionado, a partir dos índices de homicídios de jovens. Ao final de cada descrição, as impressões da pesquisadora serão dispostas em subtópico e as análises em subitem posterior. Como informado antes, a triagem dos participantes, desta pesquisa, partiu dos seguintes critérios: reincidência em atos infracionais, residente no município há pelo menos 3 anos, possuir idade entre 12 e 18 anos.

4.1.1 O relato de J.

O primeiro relato refere-se às entrevistas com J., um adolescente de 17 anos. Preliminarmente foi realizado contato telefônico com a genitora e com o adolescente para descrever a pesquisa e verificar o interesse de sua participação na pesquisa. Com o aceite, foi agendada a primeira sessão.

O adolescente chegou ao programa desacompanhado. Devido às suas faltas injustificadas nas atividades propostas, a coordenação realizou um breve diálogo com ele. Após, o conduziu à sala reservada para as entrevistas e rememorou a breve explicação ofertada no contato telefônico a ele e sua mãe. Já no espaço reservado, realizamos a apresentação da pesquisadora e o objetivo da pesquisa, as razões pelo convite se direcionar a ele e pontuado sobre a liberdade de escolha em aceitar ou não participar, bem como de desistir a qualquer tempo. Com um sorriso no rosto, disse que gostaria de participar. Quando perguntado sobre a possibilidade de realizar uma visita a sua mãe, para uma explicação detalhada da pesquisa e para assinatura do termo de consentimento, J. respondeu afirmativamente.

Como faltava o consentimento da genitora à pesquisa, optamos por realizar algumas perguntas introdutórias, as quais já estavam descritas na ficha cadastral do programa, mas consideramos a importância de ouvi-las a partir do relato do adolescente.

Ele respondeu que nasceu na cidade paranaense do patrono da Marinha, que um dia já havia sido a terra dos índios Tinguis, e passaram a residir na cidade em que foi realizada a pesquisa quando seus pais compraram o apartamento no condomínio, local onde residiam. Não soube responder sobre a história de seu nome, tampouco quem o escolheu. Possui quatro irmãs (duas são casadas, as outras duas, de 20 e de 12, residem com ele, sua mãe e o padrasto); contou que seu pai era falecido.

Não soube precisar a idade que ele tinha quando seu pai morreu, apenas afirmou que era criança na época. Relatou que ele faleceu de meningite, pois não se cuidava, sentia dores de cabeça há anos, mas nunca procurou um médico. Quando foi hospitalizado, a doença já estava avançada, sendo que morreu no hospital, após poucos dias de internamento.

Afirmou não gostar do local onde mora, pois lá tinha assaltos, brigas e já ocorreram dois suicídios na caixa d'água. Lá moram cerca de 240 famílias, muitas delas envolvidas “*com coisas erradas*” (*sic*). Por isso, não costumava sair de casa, mesmo com o chamado de seus parceiros. Descreveu os roubos realizados por dois garotos gêmeos, os quais, quando questionados, culpam um ao outro. Segundo ele, esses adolescentes invejam suas roupas que, com o novo trabalho, havia conseguido adquirir. Diante disso, preferia ficar sozinho.

J. contou que estava no 7º ano do Ensino Fundamental, estudava por matéria no CEBJA e estava cursando matemática e inglês, quando decidiu parar os estudos por conta do trabalho. Sua opinião sobre a escola era de que ele necessitava estudar à noite, mas percebia que havia displicência dos profissionais para matriculá-lo em outro período, afirmando: “*não sei, parece que eles não querem que eu vá*” (*sic*).

Sobre as pessoas de confiança respondeu: “*Ah, nesse mundo do crime ninguém é amigo de ninguém, não dá para confiar porque vai o carinho e te apunhala pelas costas*” (*sic*). Como a pergunta remeteu à criminalidade, foi questionado quando iniciou as infrações, ele respondeu que foi logo após a morte de seu pai, mais ou menos quando ele tinha 10 anos, quando começou com pequenos furtos e depois assaltos à mão armada. Aos 15 anos, experimentou drogas, ele iniciou com cocaína, segundo ele, “*não deu pira*” (*sic*), era usuário de maconha, usava LSD e *ecstasy*, quando frequentava espaços de música eletrônica. Disse que, como não saía mais, descontinuou o uso dessas duas últimas. Quando questionado sobre relacionamentos afetivos, disse que estava namorando há dois meses.

Sobre outras experiências em que vivenciou a morte, J. contou sobre o acidente de carro sofrido por sua irmã de 20 anos (a 3ª em ordem de filiação). Ela e os amigos haviam abusado de drogas e capotaram o veículo. Ela permaneceu por 40 dias internada, teve seu abdômen todo queimado e permaneceu com deformações. Nessa época, a irmã também estava envolvida em infrações. Outra vivência, por ele relatada, foi o assalto que ele e um amigo fizeram. Ele levou um tiro na perna e fraturou a cintura. Apenas saiu vivo, pois procurou abrigo em uma igreja. Seu amigo faleceu nesta ocasião pelos tiros trocados com a polícia. Contou que, a caminho do hospital, foi hostilizado pelos profissionais dessa corporação. Permaneceu 4 meses internado e mais 4 sem poder levantar. Não demonstrou alteração na voz para descrever esses eventos, o fez como alguém que descreve uma situação corriqueira ou algo alheio a sua vida.

Como o tempo da entrevista encerrou e com a afirmativa do adolescente de que já havia relatado tudo que se lembrava, combinamos a próxima data para a segunda entrevista e a visita da pesquisadora na casa da mãe, para explicar o estudo mais detalhadamente e coletar assinatura do termo de consentimento.

No período da tarde do mesmo dia da entrevista, a pesquisadora realizou a visita à casa do adolescente, juntamente com a coordenadora do programa. J. não se encontrava lá, estavam apenas sua mãe e suas irmãs. Sua mãe encontrava-se assustada e muito preocupada. Segundo ela, o adolescente não conseguia se controlar, acabava saindo com os vizinhos e recebeu ameaças dos adolescentes do condomínio que residiam. Também relatou que, na semana anterior, J. levou uma garrafada na testa e foi conduzido ao hospital para suturar o corte, que os outros adolescentes vêm fazendo ameaças constantes à vida dele na janela do apartamento. Em vista disso, o adolescente permaneceu alguns dias na casa da irmã mais velha e evitava sair nas proximidades de sua residência. Enquanto ela falava, sua irmã mais nova estava no celular e não esboçou reações diante do relato da genitora.

Ao ser questionada sobre os possíveis motivos das ameaças, a mãe chamou a irmã mais velha para responder, pois afirmou não saber ao certo as razões. Apenas destacou que os jovens tinham inveja dele por ter adquirido novas roupas, por conta do trabalho. A irmã, por sua vez, relatou em tom de revolta que J. não abandonava as antigas amizades e que, provavelmente, ainda estava envolvido em atos infracionais.

Após a escuta da angústia materna, a coordenadora do programa entrevistou sobre a possibilidade de inserção do adolescente em um programa federal que atende ameaçados, com a viabilização de mudança de residência. A genitora se acalmou um pouco, mas não

identificou alternativas para a saída da família, pois, de acordo com ela, poderiam perder o imóvel que estava alienado a sua permanência no local. Diante dessa questão, a coordenadora do programa agendou um horário com a genitora para maior entendimento da situação e realização de encaminhamentos. Em seguida, com a mãe mais calma, a pesquisa foi explicada e a mãe assinou o termo de consentimento para a participação do adolescente.

Na semana seguinte, a equipe do serviço conversou com J. e sua genitora sobre a ameaça anteriormente relatada e retomou a alternativa de mudança de residência, por meio de um programa federal. O adolescente rejeitou a proposta, com a afirmação de que não estava ameaçado e projetou na sua mãe e irmã a impossibilidade de morar em outra cidade. A segunda entrevista estava marcada para 2 dias depois dessa conversa com a equipe, mas o adolescente não compareceu e tampouco avisou o motivo. Após contato telefônico com o adolescente, foi reagendada a entrevista para a semana posterior.

O adolescente chegou para a entrevista com 30 minutos de atraso. Informou que necessitava de declarações de comparecimento para apresentar ao local de trabalho (inclusive dos dias em que conversara com a equipe do serviço). Quanto a isso, foi informado de que, após a entrevista, seriam requeridas as declarações às profissionais do programa. Cruzou as pernas e permaneceu com o celular na mão, em silêncio. Ao lhe ser perguntado sobre como havia passado essas semanas, ele respondeu com um meio sorriso “*tudo bem*” (*sic*). Diante disso, os combinados sobre a pesquisa foram resgatados, principalmente no que se referia ao sigilo. Ele acenou afirmativamente com a cabeça. Conforme o combinado na sessão anterior, informamos que foi procedida a visita à sua mãe e perguntamos como estava sua relação com os meninos do condomínio. Ele negou a ameaça, disse que o corte no rosto se deu por conta de uma briga na “*baladinha*” (*sic*) que estava acontecendo no condomínio, que não havia sido nada demais, que ele xingou um garoto e este revidou.

Indagamos sobre um acontecimento marcante de sua vida. Ele respondeu que não se recordava e afirmou não pensar sobre os fatos passados. Sobre uma pessoa em quem ele se espelhava, ou que era tomada como um exemplo a ser seguido, argumentou que não possuía, pois, segundo ele, “*cada um nasce de um jeito*” (*sic*) e disse não ser possível encontrar uma pessoa para se referenciar. Não confiava nas pessoas, que “*todas são falsas* (silêncio), *ah, eu aprendi desde pequeno isso*” (*sic*). Contou que sua mãe não saía de casa, por não possuir amigas, já que as antigas amigas apenas queriam se beneficiar dela, solicitavam empréstimo sem devolver e ajuda sem retribuir, mesmo nos momentos em que sua genitora mais necessitou.

Sobre seu relacionamento com o pai, disse não possuir recordações, por duas razões: seu falecimento quando J. era muito novo e o pouco tempo que o genitor permanecia em casa (3 dias no transcorrer de um mês, devido ao trabalho em uma chácara). Avaliou sua relação com o padrasto como “boa” (*sic*). Quando questionado, disse que “*tiveram uma desavença*” (*sic*), quando ele foi morar lá na casa deles, mais ou menos 1 ano após essa convivência. Respondeu que a mãe e o padrasto estavam juntos há 5 anos e que o padrasto trabalhava na construção civil. Sobre o relacionamento com a mãe, respondeu que “*um não respeita o outro*” (*sic*), que ela sempre bateu nele e na irmã mais velha por “*tudo*” (*sic*). Quando solicitado para descrever esse “*tudo*”, ele respondeu que era por conta de faltas na escola e da permanência na rua. Já com a irmã de 12 anos, a mãe era totalmente permissiva, “*dá uma educação totalmente diferente da que nós recebemos*” (*sic*). Segundo ele, ela ficava aprontando na rua, permanecia até 3 horas da madrugada no celular e relatou que sua mãe quebrou o celular da irmã por duas vezes, por conta desse uso excessivo, apontando aí a diferença. Mas considerou essa prática como não resolutive da situação. Contou que a irmã frequentemente o xingava, dava coronhada (mostrou seu braço todo arranhado, devido a uma briga com a irmã) e sua mãe não permitia que ele “*bata nela, porque aí eu já sou o covarde por bater em mulher*” (*sic*). Quando questionado, relatou brevemente sobre a briga que ocasionou os arranhados em seu braço, a qual foi iniciada pela sua repreensão ao uso da blusa da irmã mais velha pela irmã mais nova.

Deu um leve sorriso e permaneceu em silêncio. Solicitamos que descrevesse sobre qualquer relação de amizade, ele contou que passava a semana na casa de um amigo que possuía uma coleção de *videogames* e somente voltava aos finais de semana. Com entusiasmo contou que o menino, hoje com 19/20 anos, “*era meio nerd*” (*sic*) e gostava de ser o mais esperto, que se antecipava nos golpes dos jogos e não reconhecia quando perdia. Respondeu que o garoto morava sozinho próximo ao seu bairro e que o conheceu por intermédio do seu irmão mais novo, que morava no mesmo condomínio.

Sobre a infância, relatou que, antes de residir no condomínio, brincava com um primo na rua, que também estava cumprindo medida socioeducativa em meio aberto. Seu primo, com 15 anos, iniciou o uso de *crack* aos 12, influenciado pelos irmãos mais velhos. Relatou que seus pais decidiram sair do terreno onde todos moravam juntos, por conta disso. Quando sua madrinha faleceu de câncer, seus primos passaram a usar a casa como ponto de tráfico e, mais tarde, a perderam por dívidas. Disse que atualmente apenas o cumprimentava de longe;

se distanciou dele “*porque tem muitas ideias erradas*” (sic). Risos novamente. Sobre o falecimento de sua madrinha, disse que ficou sabendo, mas nem foi ao velório.

Quando questionado sobre o namoro, disse que terminou, pois a moça era muito ciumenta, queria saber os motivos dele mudar o *status* do *WhatsApp* e todos os seus passos. Teve quatro relacionamentos, um de 4 meses aos 15 anos, outro de 1 ano aos 16, outro de 8 meses e o último de 2 meses, mas que “*nem conta*” (sic). Disse que “*foram anos jogados fora*” (sic) e sua decisão era por não mais namorar.

Contou que preferia estar com suas irmãs mais velhas. Uma delas era casada com um homem “*bastante festeiro*” (sic), que fazia churrasco constantemente, não possuía filhos e que estava desempregada. Já com outro cunhado, que possuía uma filha de 1 ano e 8 meses com sua irmã, ele não tinha contato algum. Disse que ele “*é estranho*” (sic), mal cumprimenta ele e sua família. Mas relatou que já se acostumou com o “*jeitão*” (sic) dele e destacou gostar muito de frequentar a casa dela para brincar com a sua sobrinha. Quando perguntado, relatou que as brincadeiras variam conforme o gosto de sua sobrinha, mas que ela “*só fica no youtube*” (sic). Essa irmã não trabalhava e não soube relatar qual era a profissão do cunhado.

Quando solicitado para relatar sobre a tristeza, disse que ela se configura nas situações da vida, “*as coisa errada que a gente faz*” (sic) “*o primeiro roubo*” (sic) e as discussões que já preconizou, mas que ao final acabava esquecendo de boa parte delas. Disse que não sentia tristeza com a morte de entes queridos, pois “*todo mundo vai um dia*” (sic). Sobre o velório de sua tia, disse que nem foi. Apenas ficou sabendo e honestamente não sentiu pesar. Sobre situações que remetessem à alegria, ele contou que sentia quando estava na rua com os amigos. Silêncio.

Ao perguntar se ele teria algo para dizer, respondeu da seguinte forma: “*ah, eu penso que tudo na vida são momentos que não voltam mais*” (sic). Solicitei que detalhasse melhor essa afirmativa. Ele deu o exemplo daquele momento, dizendo que ao conversar comigo perdia a possibilidade de ganhar dinheiro com a panfletagem, um momento que não voltaria mais. Diante dessa fala, retomei o combinado de que ele poderia deixar de participar da pesquisa a qualquer tempo. Ele respondeu que achava melhor interromper as seguintes entrevistas, pois estava atrapalhando suas atividades laborais. Quando fiz o agradecimento pela oportunidade de conhecer sua história de vida, ele respondeu que as informações coletadas até o momento poderiam ser usadas pela pesquisa, mas que realmente não poderia vir na sequência. Agradei e afirmei que estava à disposição, caso ele quisesse conversar sobre algo referente à pesquisa, ou mesmo retomar as entrevistas.

4.1.1.1 Marie, o sepultamento dos mortos e o desolamento de uma terra

As impressões aqui descritas advêm de 2 duas entrevistas com o adolescente J., uma com a sua genitora e de alguns relatos da equipe do programa. Na primeira sessão, o adolescente respondeu com poucas palavras o que lhe era perguntado, não falou livremente, com frequência argumentava não se recordar de sua história de vida. Suas expressões corporais mais marcantes eram o seu sorriso com o movimento de um dos lados da boca e o tremor de seu olho direito em algumas falas. Ele demonstrava estar desconfiado em vários momentos da entrevista, revelou uma certa raiva da sua vizinhança, mas suas razões não ficaram evidenciadas, pois o adolescente optou por respostas evasivas, dissera apenas que se envolvia com poucos garotos que também não gostavam dos gêmeos.

Como seus familiares não frequentavam as atividades do programa, optamos por comparecer em sua casa para que a pesquisa fosse explicada detalhadamente. Na visita, a mãe encontrava-se apreensiva pelas ameaças que o adolescente vinha sofrendo (há duas semanas, os vizinhos haviam quebrado uma garrafa no rosto dele). Com o relato de sua irmã mais velha sobre as desavenças com os demais garotos do condomínio, da equipe acerca da ausência do adolescente nas atividades propostas e com sua fala evasiva durante a primeira entrevista, a hipótese preliminar era de que ele estivesse envolvido em práticas infracionais e evitava circunstâncias que poderiam remeter a possíveis reflexões sobre sua vida. Por outro lado, a inibição presentificada em sua fala remetia ao questionamento sobre a possibilidade da manifestação do sentimento de culpa que sequer poderia ser enunciado por palavras; ou mesmo da possibilidade da vivência do ressentimento⁴⁰ mais alinhado à sensação de inferioridade que foi manifestada em seu relato acerca da exclusão do ambiente escolar. Impressões estas que serviram de aporte para as análises que serão cotejadas em tópico posterior.

Após uma falta injustificada pelo adolescente, na segunda sessão de entrevista, optamos por perguntas mais diretas, com foco em assuntos pré-definidos pelo roteiro, pois J. alegava não se lembrar das situações passadas. A intenção era de que a maior diretividade possibilitasse ao adolescente discorrer sobre a sua história de vida, como também para fornecer elementos sobre as marcas mortíferas em sua trajetória. A reação de J. foi responder

⁴⁰ Conceito será discutido no tópico posterior.

com poucas palavras ao que lhe era perguntado. Ele falou sobre sua desconfiança nas pessoas, vinculou esse fato com a sua educação e revelou que seus laços sociais eram superficiais, seja com a família, com os amigos, seja com as namoradas, cujas relações eram consideradas por ele como “*anos jogados fora*” (*sic*). No mais, além da consideração sobre a inserção no mundo infracional, que poderia levar J. a inibição da fala, hipotetizamos que seus modelos relacionais foram reatualizados na transferência, seja a desconfiança no outro, seja o desinvestimento objetal exemplificado em seu enunciado sobre o desperdício de tempo. Esses fatores ainda pareciam se alinhar à culpa ou ao remorso.

Diante do enunciado do adolescente quanto à perda de tempo, e de que “*tudo na vida são momentos que não voltam mais*” (*sic*), a pesquisadora contextualizou sobre a possibilidade de encerrar as entrevistas, como quem valida o discurso do adolescente sobre a falta de artifícios para se haver consigo mesmo, sem perceber de que talvez o pronunciado emitido pelo adolescente se tratava de outra coisa: a manifestação inquietante de que se estava adentrando em terrenos mais profundos e que, ao se deparar com eles, certificava-se de que apenas se passou pela vida, como uma ampulheta que não poderia ser virada para recomeçar. A hipótese é de que esta construção analítica de encerramento por parte da pesquisadora tenha sido antecipada, pois estabeleceu o corte das narrativas, quando, nesse momento poderia ter feito uma pergunta que tentasse estabelecer o laço transferencial. Aqui, mais uma vez identificamos a diferença de um estudo pautado na psicanálise para a clínica psicanalítica propriamente dita, pois nesta última é possível que uma interpretação pudesse ser apropriada para implicar o adolescente com a sua história.

Depois de finalizar essa sessão, a equipe do programa descreveu o primeiro contato com o adolescente. Segundo as profissionais, J. estava com as roupas rasgadas, sujas e se encontrava em estado de abandono físico. Se por um lado podemos questionar sobre as condições reais de existência dele e de sua família, por outro, essa descrição conduziu à lembrança de como J. descreveu a morte de seu pai, como uma negligência com a própria saúde. Relataram também que o apartamento no condomínio onde residiam, com cerca de 240 famílias, era um lugar conhecido por transgressões das mais diversas, desde roubos, disputas de territórios, até assassinatos. Segundo a equipe municipal, um território em que a polícia não tinha entrada, no qual a lei era gerida pelos moradores. Relato este que remeteu ao questionamento sobre as nuances das relações em ambientes, cujo contrato social é rompido pelas vias da criminalidade e do tráfico de drogas.

Com esse cenário, durante a redação de sua história de vida, a imagem da personagem Marie do poema de Eliot (1922/1956) adveio como uma alegoria passível de tangenciar a narrativa do adolescente em questão. Tal como a protagonista do poema, que não encontrava entusiasmo na vivência da primavera, compreendida como a algoz que irrompe com suas flores a mortalidade e a frieza do inverno, J. parecia relatar experiências como quem resumia um filme que assistiu, com pouca demonstração emotiva, ou mesmo com enunciados de que são anos e tempos jogados fora. A ele restava, tal como Marie, acompanhar aos funerais das pessoas de sua cidade para aplacar a hipocrisia das sementes que teimavam em renascer em um cenário desolador. Com essa imagem passaremos à análise do caso.

4.1.1.2 A análise das inscrições da morte na trajetória de J.

J., aqui nomeado alegoricamente por Marie, personagem do poema de Eliot (1922/1956), parecia viver em uma trama social que estimulava uma certa maneira de engajamento. De acordo com Birman (2007), do ponto de vista metapsicológico, as energias pulsionais regulam a realidade psíquica da mesma forma que a economia política condiciona o espaço social e engendra o registro simbólico da lei no psiquismo.

Antes, é preciso reiterar que a coleta de informações sobre sua história de vida foi restrita, tanto pelo instrumento utilizado, uma vez que se difere da clínica em termos de número de sessões e de aprofundamento nos conteúdos latentes, quanto porque o adolescente respondeu com poucas palavras ao que lhe era perguntado, argumentando ora não se recordar de sua história de vida, ora considerando aquilo uma perda de tempo. Ademais, em diversos momentos da entrevista, o jovem demonstrou estar desconfiado, revelou raiva de sua vizinhança, mas suas razões não ficaram evidenciadas. Apenas foi possível compreender o que se passava, após a conversa com a genitora e, depois disso, quando se questionou ao adolescente sobre sua situação de ameaça de morte, a qual ele negou. A despeito de sentir raiva de seus vizinhos, declarou por duas vezes não desejar a mudança de local de residência. O que aparentemente mostrava-se como uma contradição, parecia desvelar uma angústia tamanha transvestida em cólera ao outro, que não poderia ser nomeada e simbolizada, pois romperia com o modo conhecido de se viver e existir.

A impressão era de que ele estivesse envolvido em infrações e evitava as atividades referenciadas ao programa, para fugir de espaços e vivências que pudessem julgá-lo por suas ações, ou mesmo que estimulariam a descrição e a reflexão sobre sua vida. Também

ponderamos preliminarmente que a desconfiança e o distanciamento poderiam estar relacionados à adolescência, que experiencia os movimentos hostis dirigidos ao seu mundo, manifestados em discursos depreciativos sobre essa fase do desenvolvimento (Aberastury, 1970/1981a); ou mesmo ao que a autora descreve como a compreensão do adolescente acerca de um mundo adulto inseguro e invasivo à integralidade do eu da infância. Nesse quesito, as entrevistas parecem ter sido internalizadas como hostis, já que rompiam com formas conhecidas de obter prazer, ou de aliviar o desprazer: a pesquisadora dava atenção ao que ele conscientemente não desejava se recordar.

Essa insegurança também pode se manifestar porque a linguagem do mundo adulto geralmente é incondizente com os atos que asseguram a entrada na adultidade, o que dificulta a identificação dos adolescentes. Dolto (1988/2004) assevera que a insegurança, mediante ao novo e incerto universo adulto, leva alguns jovens a optar pelo deslocamento imaginário da morte do eu infantil, seja pelas drogas, capazes de manter ilusoriamente a completude egóica; seja pelas vias do suicídio, como forma de não fazer essa escolha, ou de matar o objeto internalizado pelo indivíduo (Freud, 1920/2016m). No caso de J., os assaltos à mão armada, as atitudes que o colocavam em perigo (o primeiro roubo, as trocas de tiros com a polícia, as brigas com os vizinhos, que lhe causavam marcas no corpo), pareciam atualizar as tentativas de adentrar nesse desconhecido mundo adulto pela via da mortalidade concreta do eu, como quem diria: “Já que não posso matar o eu da infância, acabo por provocar a própria destruição do meu corpo”. Há que se pensar também que essas marcas podem ser substitutas da simbolização, pois fazem memória consciente ao carimbar na corporeidade o sinal de uma cisão, ou de uma identificação mortífera: enquanto seu pai sentia fortes dores de cabeça antes de morrer, J. é atingido na testa. É como se ele vivesse da mesma forma que seu pai morreu, como um rito que se repetia para transformar a figura paterna em totem.

Nesse sentido, Levisky (1988) pontua que a adolescência requer a mediação do ambiente frente aos mecanismos de defesa que operam em oposição aos movimentos identificatórios. A compreensão de J. sobre sua relação com a figura materna, em detrimento da educação que sua irmã mais nova tinha recebido, bem como as considerações do jovem quanto à função excludente das professoras e o relato de sua luta diária para manter o trabalho, pareciam demonstrar essa sensação de hostilidade do ambiente, o quanto ele se deparava com baixo investimento libidinal para cumprir o pacto societário, o que possivelmente o levava às práticas infracionais.

Sento-Sé e Coelho (2014) também identificaram essa característica relacional nos adolescentes por eles entrevistados, sendo elemento repetitivo em suas histórias, aliada à volatilidade dos espaços em que residiram no decorrer de suas vidas. A efemeridade nas relações afetivas também é identificada nos adolescentes em cumprimento de L.A., participantes da pesquisa realizada por Gomes e Conceição (2014). De acordo com as autoras, esses atributos voláteis estão relacionados com o mundo do crime, onde é necessário se proteger de vínculos duradouros para não sofrer as dores da separação, tendo em vista os índices de mortalidade que atingem esses jovens.

A resistência em lembrar dos fatos de sua vida, aliada à narrativa da total falta de confiança nas pessoas, parecia revelar que, além dos aspectos reais de existência serem desfavoráveis ao desabrochar desse adolescente, tais como a dificuldade de acesso à educação, ao mercado de trabalho formal, há uma internalização fragmentária da figura materna, intensificada em suas feições desagregadoras. Portanto, se o pai era elevado a totem pelas marcas em seu corpo, os tabus fracassavam por carregar em seu íntimo figuras maternas incapazes de agregar.

Embora não tenhamos elementos suficientes para analisar suas relações mais primevas com a mãe, no que tange aos caminhos do autoerotismo e do narcisismo primário, podemos levantar a hipótese de que sua relação objetal não encontrava escoamento na via de ligação, mas na narcísica (Freud, 1914/2017a), com a introjeção majoritária dos aspectos mortíferos. Assim, para J., o mundo era um lugar onde se perdia tempo, restando os momentos em que ele pode capturar certo proveito financeiro. De acordo com Ogden (2013), a imunidade aos sentimentos humanos (tristeza, amor, ressentimento) configura-se em um mecanismo de defesa, que se constitui na “desvitalização” (p. 37) do sujeito. É justamente nesse aspecto que a analogia com a personagem Marie parecia fazer sentido, as marchas fúnebres eram acompanhadas e admiradas porque, de algum modo, simbolizavam a própria morte do sujeito e de tudo que o circundava.

Dessa forma, o outro parece advir em sua história como um frequente opositor (Freud, 1921/2011a), demarcando seu vir-a-ser com a indiferença e desconfiança. A culpabilidade pela destruição do contrato social, refletida em seus atos infracionais não estava evidentemente manifestada. Poderíamos dizer que, inclusive, era por ele ignorada; mas ainda assim o caráter mortífero presentificava-se na fantasia de um mundo perseguidor, tal como ocorre na posição esquizo-paranóide. Nessa trajetória, a morte real do seu genitor, marcada pela negligência do cuidado de si, parecia ofertar ao adolescente um vislumbre da própria

aniquilação, e do que Teixeira (2014) denomina de “dessubjetivação do outro” (p. 800), por intermédio dos movimentos perversos que ultrapassam os limites de uma determinada estrutura psíquica e se engendram em uma sociedade de características perversas. Portanto, se de uma forma há a cisão do contrato social, por outra há também uma organização societária que estimula a derrocada dos sujeitos e o estímulo dos aspectos mercadológicos nas relações. De acordo com Ogden (2013), essa experiência perversa constitui-se na experiência nuclear da morte psíquica.

Pelas vias da padronização e da universalização no *modus operandis* do consumismo, como experiência perversa, o ódio pode advir em seu aspecto destrutivo e insuportável, como, por exemplo, a violência ao outro e a si mesmo, pois encobre o vazio das existências e determina quem é apenas dejetivo e quem é digno de ser tratado como humano. As roupas pareciam ser para J. e àqueles que o circundavam um marcador para isso. Se, no primeiro encontro com a equipe, o adolescente trajou farrapos, nos demais, é a roupa que ele utilizava que, segundo a mãe, causava inveja nos demais adolescentes e posicionava J. no lugar de objeto do desejo, deixando de ser dejetivo para ser alguém que se almejava ser.

Para Birman (2007), é na intersecção com o social que o sujeito pode vir a ser acordado do repouso narcísico e lançado à possibilidade de sonhar. “Se isso não se apresenta ao sujeito, este não pode então pender para o polo alteritário, ficando, pois, restrito e mortificado no polo narcísico de seu ser” (p. 298). Pautado em acepções lacanianas, Tenório (2016) discorre sobre os sujeitos ditos psicóticos, como aqueles que vagueiam entre a vida e a morte psíquica. Por ocultarem a função estruturante do negativo, da falta do objeto perdido, acabam por se amalgamar a ele, assujeitam-se e declinam do desejo motor da vida. Assim como Marie, de Eliot (1922/1956), J. tornou-se espectador do desolamento de uma terra, a sua própria, perdido na sombra daquilo de que ele não conseguia se separar, do narcisismo negativo remanescente da função de negatividade da pulsão de morte foracluída. O que lhe restava era passear (bem vestido) por entre os jazidos como forma de esvaziar as perdas que não pode nomear ou mesmo como uma maneira de manter o laço que ele repetia em seu discurso pela negação, ou seja, afirmando sua inexistência:

Há um ano me deste jacintos pela primeira vez,
Passaram a chamar-me a moça dos jacintos.
No entanto, quando voltamos, tão tarde, do Jardim dos Jacintos,
Teus braços carregados, molhados os teus cabelos, eu não podia
Falar, meus olhos se toldaram, eu não estava vivo
Nem morto, sem saber de nada,
A olhar no âmago da luz, o silêncio.

Oed' und leer das Meer⁴¹.
(Eliot, 1922/1956, p. 14).

Se, por um lado, Marie fala de um mundo sem graça pela escrita de Eliot (1922/1956), J., sentenciado aos atos infracionais, revelou um mundo em que se perdia tempo, apresentava inibição da linguagem e manifestava a carência de sentimentos, que pareciam estar alinhadas ao que Tomaselli (2007) descreve sobre o ressentimento por descumprir o mandato parental. Trata-se daqueles que vem ao mundo fadados a fracassar sobre o desejo dos pais. Para o autor, na clínica o que diferencia o ressentimento do remorso é que, no primeiro, o sujeito manifesta as tiranias do mundo para consigo e, no segundo, o indivíduo reúne uma coleção de dívidas pelas quais não consegue pagar, permanecendo em um emaranhado masoquista. O adolescente, em questão, demonstrou em vários momentos de sua fala as injustiças por ele vivenciadas, tais como: a educação materna discricionária em relação à irmã mais nova, os policiais que o maltratavam enquanto estava baleado, as professoras que o excluíram da escola. É aqui que a diferença com a figura paterna parece se fazer balizar, se o seu pai morre de negligência com o próprio corpo, quase que em um suicídio deliberado e, portanto, balizado pelo remorso e pelo masoquismo; J. morre metaforicamente pelo maltrato deliberado dos demais.

Ainda que o jovem parecia se diferenciar do pai quanto aos caminhos mortíferos, em um olhar mais acurado, observamos que se tratava de duas faces de uma mesma moeda, em um movimento, que Kancyper (1999) denomina de “pigmaliônico” (p. 17), que ocorre sem o confronto geracional, pois mantém a alienação dos filhos aos pais, com algumas nuances diferenciadoras. Os efeitos dessa alienação também apareciam em sua adição a drogas, sua preferência por substâncias alucinógenas e depressoras, já que as estimuladoras do sistema nervoso central “*não dão pira*” (*sic*), pareciam posicionar J. em uma outra realidade colorida e apaziguadora, diferente daquela que o mantinha na mesmice ou que podia remetê-lo para uma realidade totalmente estimulante. Portanto, isso se configurava em uma escuta daquilo que o adolescente não estava dizendo explicitamente, pois ao mesmo tempo que enunciava a descrença nas relações sociais, era o que ele trazia repetidamente.

Nesses imbricados caminhos mortíferos, entre o masoquismo (todos me maltratam), o sadismo (violência em forma de agressão ao outro e roubos à mão armada, com trocas de tiros, como maneira de aplacar o ódio do outro e ao outro) e a paranoia (desconfiança, rigidez

⁴¹ “Desolado e esvaziado do mar” (Tradução nossa).

corporal e ao falar de si), o adolescente parecia transitar, a culpabilidade edípica possivelmente se perpetuava na severidade de um supereu introjetado que ora abafava o eu na negligência mortal, ora o posicionava em um narcisismo negativo, que tamponava a falta e impedia as vias satisfatórias de prazer pela alteridade. O desolamento de sua própria terra e a marcha fúnebre, com seus requintes de beleza, que não se deixava cessar.

4.1.2 O relato de H.

Foram realizadas duas sessões de entrevistas com H., que na época tinha 16 anos, e duas conversas com sua avó materna, sendo a primeira presencial para explicar a pesquisa e a outra por contato telefônico, tendo em vista a falta do adolescente. Na terceira vez que seria entrevistado, o jovem ligou com antecedência para desmarcar, na próxima não compareceu, quando foi realizado contato com a avó que remarcou o horário e solicitou um momento para conversar também. Contudo, ambos não compareceram a esse quarto agendamento e não atenderam mais os contatos via telefone para remarcar.

O adolescente chegou à primeira sessão acompanhado por sua avó materna, que permaneceu no carro enquanto ele estava nas atividades. Ele adentrou na sala reservada para as entrevistas, após cumprimentar um técnico do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, que estava em visita técnica ao serviço, e a coordenadora do Programa, que retomou a explicação sumária sobre a pesquisa ofertada no contato telefônico. Depois disso, a pesquisadora se apresentou e explicou a pesquisa e também contou quem era o técnico que lá estava no Programa para conhecer as atividades. Ele respondeu que era bom saber que pessoas importantes visitavam o local, pois assim demonstrava que “*eles eram importantes também*” (sic).

Diante da pergunta quanto a sua participação na pesquisa, H. empurrou a caixa de lenço de papel para o lado e disse: “*Ah eu quero sim, porque a gente sempre tá nos lugares que põem a gente pra baixo e agora tem a oportunidade de tá num que joga a gente para cima*” (sic). Quando disse que o tema central da pesquisa era saber sobre a morte para ele⁴², prontamente já quis responder. Mas foi feita uma pequena interrupção para explicar outros combinados, sinalizando os trechos do TCLE, tais como: periodicidade das entrevistas, possíveis desconfortos com as sessões, diferença entre a pesquisa do cumprimento da medida

⁴² Embora esse não seja, de fato, o tema da pesquisa, foi esta a forma mais simples encontrada para falar da temática ao adolescente, sem adentrar em psicologismos que não seriam de fácil compreensão.

e das atividades no programa, período pré-determinado para início e término dos trabalhos, também divergindo de um acompanhamento psicoterápico.

Ditos esses pormenores, o adolescente assinou o TCLE com dificuldades e voltou-se para a questão da morte. H. relatou sobre o tiro que levou na clavícula, em que a bala se encontrava alojada e dificultava suas atividades diárias. Relatou ainda não ir à escola por não conseguir escrever. Não contou o que ocasionou o tiro, mas mostrou suas marcas. Disse que ficou internado por meses no hospital, que até aquele momento não conseguia pegar um copo d'água. Sobre isso, disse que estava com muita vontade de voltar a frequentar as aulas, pois permanecia muito em casa e acabava brigando com a tia e com a avó (ele fez uma pequena interrupção para dizer que a chamava de mãe, pois sempre foi ela quem dispensou o cuidado para ele e a irmã, que sua mãe começou a se drogar quando ele era novo e deixava eles sozinhos). Disse que brigava com a avó, pois, segundo ele, ela era muito agitada e queria a casa rotineiramente limpa, requisitando-o para tais atividades. Em casa, costumava jogar *videogame (Xbox)*, gostava de *Call of duty*, GTA e um outro jogo de *skate*.

Falou com muita tristeza sobre a adoção do seu irmão mais novo, de 1 ano de idade, o qual permaneceu por alguns meses em acolhimento institucional. Que sua avó sentia um descrédito nos equipamentos públicos, pois havia sido honesta em relatar sobre a situação familiar quanto ao uso de drogas de sua mãe. Segundo ele, sendo “*uma boa cristã*” (*sic*) por relatar a verdade, os profissionais distorceram tudo e fizeram com que a família perdesse o filho. Quando perguntado, ele respondeu que o histórico de uso de drogas da mãe se iniciou com o falecimento do pai dele, em uma briga de bar quando ele tinha 2 anos. Falou que sua genitora estava viajando com o atual companheiro, embora as profissionais do programa sinalizarem, antes do atendimento, que a mãe mudou de residência e que, após esse acontecimento, o adolescente parou de frequentar as atividades propostas⁴³. Assim que ele relatou sobre a viagem da mãe, imediatamente disse: “*mas eu falo com ela todos os dias*” (*sic*).

Embora o adolescente tenha relatado que o avô possuía uma oficina de carros e trabalhava em outra de caminhões, havia fortes indícios do envolvimento de toda a família com o tráfico de drogas. O que era de conhecimento da rede de serviços municipais, devido à movimentação na casa da família e de suas posses. O adolescente contou possuir mais ou menos 14 infrações (155, 157, 28; furto, tráfico de drogas e posse para consumo de drogas),

⁴³ Relato ocorrido antes do adolescente chegar ao programa para a primeira sessão de entrevista.

que fazia duas semanas que pegou “*outro papel*” (*sic*), mas não sabia dizer do que se tratava, falou que era a avó quem cuidava de suas sentenças.

Relacionou o cuidado da avó para com ele com o fato dela ter dado comida para ele e à irmã e ter disponibilizado o uso de *videogame*. Relatou também que gostava de grafitar e das atividades do programa. Ao final da sessão, H. perguntou se ele poderia vir duas vezes na semana; falou que se sentia bem em poder conversar e que não tinha ninguém para fazer isso. Disse que ficava muito tempo durante o dia sem fazer nada. Na despedida, o adolescente abriu os braços e abraçou a pesquisadora. Foi encaminhado até o carro, onde sua avó o esperava. Ele apresentou a avó, chamando-a de mãe. A pesquisa foi explicada a ela, sendo que ela consentiu a participação do adolescente.

H. chegou à segunda sessão com antecedência e, ao sentar, relatou que veio a pé, pois a avó materna tinha ido visitar o tio na cadeia. Quando questionado, respondeu que seu tio se encontrava apreendido há 1 ano e que, além do roubo praticado, foi “*pego*” (*sic*) com celular e cocaína na delegacia, aumentando sua pena. Também respondeu que sua semana foi tranquila. Quanto à composição familiar, respondeu que mora com os avós maternos, teve que contar o número de tios, que são quatro homens e quatro mulheres. Falou que possuía quatro irmãos – nesse momento, a pesquisadora considerou que provavelmente ele tivesse contado a si mesmo – L., de 13 anos, que morava com ele; G., de 10 anos, que morava com a avó paterna; e o irmão mais novo, filho de outro pai, que foi adotado por uma família alemã.

Em tom reflexivo e de tristeza, disse que não tinha contato com a família paterna, que eles moravam na mesma cidade, mas ainda assim fazia anos que não conversavam. Considerava que eles não gostavam dele, pois não o parabenizavam no seu aniversário, não davam presentes. O adolescente permaneceu em silêncio.

Retomamos sobre a semana e ele respondeu que jogou futebol com os amigos em um campinho próximo a sua casa. Quando perguntado sobre sua posição em campo, ele respondeu: “*na banheira*” (*sic*) e sorriu. Também foi questionado se ele tinha um time de preferência, falou que era o Atlético Paranaense. Contou que assistia aos jogos com os amigos e que já assistiu jogos no estádio por três vezes, em 2013, quando a mãe era segurança do clube e, por isso, ganhava ingressos. O adolescente disse que era ela quem levava a família. O motivo por terem parado de ir aos jogos foi porque sua genitora parou de trabalhar devido a diabetes, já que ficar muito tempo em pé lhe causava inchaços. Com alegria, descreveu o dia em que assistiu ao jogo de perto e que algumas crianças entraram com o time para cantar o hino.

Quando questionado sobre a pessoa de sua vida que ele considerava como um exemplo a ser seguido, H. respondeu que era seu avô materno, um homem quietão, mas que trabalhava das 7 da manhã até 18 horas na oficina de caminhões e depois ia para sua oficina e chegava a trabalhar até 3 horas da manhã. Ele disse que também gostaria de ser mecânico.

Sobre a viagem da mãe, relatou que a irmã recebeu uma ligação dela e que estava em uma cidade que ele não sabia pronunciar o nome. Disse que já viajou com ela e o padrasto por seis vezes, que ele era caminhoneiro e que carregava contêineres. Contou que conhecia Paranaguá, São Paulo, descreveu uma cidade próxima ao Paraguai, que supostamente era Foz do Iguaçu, e as demais não soube dizer. Relatou também que sua mãe estava com esse companheiro há 7 meses.

Diante de uma pausa nas perguntas, o adolescente perguntou se havia terminado o período eleitoral. Ao saber que somente em outubro terminaria, ele questionou se a pesquisadora poderia ajudá-lo a encontrar um emprego de panfletagem para candidatos, pois soube que os garotos recebiam R\$ 80,00 (oitenta reais) por dia e que, com isso, poderia ajudar sua avó e ficar com um pouco de dinheiro para si. Na resposta, foi novamente dito sobre a diferença da pesquisa para o trabalho do programa, mas se comentou que, se o adolescente autorizasse, a pesquisadora iria conversar com as profissionais sobre a situação. Mediante esta resposta, H. relatou que estava há 2 anos cumprindo L.A. no serviço, que haviam sinalizado sobre a possibilidade de trabalho, o qual não se efetivou. Por outro lado, quando perguntado, não sabia responder quais cursos gostaria de frequentar.

Quando questionado, relatou que trabalhou informalmente na oficina do avô (fazendo a limpeza da oficina), panfletagem para um mercado e em uma loja de confecção de raias, no período da tarde. Disse que, desde os 9 anos, brincava com raia com os amigos da vizinhança e que, por isso, sabia confeccioná-las. Como ele falou dos amigos, a entrevista se encaminhou para o tópico sobre suas relações. Contou que não confiava em nenhuma de suas amigas, que eram apenas parcerias. As únicas pessoas em que confiava eram seus avós e sua mãe, sua família. E que mantinha até hoje os amigos da infância que se chamavam V. (tranquilo, aceitava as brincadeiras), K. (o mais atentado, elegeu como o mais inteligente), G. (polaquinho, chamavam ele de pastel), R. (chamavam ele de fedido por conta do alargador). Eles jogavam bola juntos, empinavam raias. Não jogavam *videogame* com ele, pois a mãe (avó materna) não deixava. Jogava com o tio de 8 anos. Contou que todos estudavam, que já havia avançado ele nos estudos (ele permanecia no 5º ano e estava a mais de 1 ano sem ir para escola).

Sobre a história do nome dele, contou que foi seu pai e sua tia paterna quem escolheram, que era para ser o nome do avô paterno, mas o pai escolheu outro nome por causa de um jogador de um time de futebol (que não era o mesmo que H. torcia). Citou o nome de um jogador que não era o mesmo do seu, disse que a mãe desse jogador morava próximo ao pai, que tinham certo contato, sendo que o pai escolheu seu nome (a relação entre o jogador e a escolha de seu nome não ficou evidente). Contou que ambos os pais eram torcedores do Coritiba Futebol Clube. Quando questionado sobre a escolha dele, disse que este time era muito ruim e tinha sido rebaixado à segunda divisão; que o Atlético fazia gol onde não se esperava e que sua escolha também havia sido motivada pelos amigos. O adolescente emendou dizendo sobre um taco de golfe que era do trabalho do seu pai, ele lembrou que algumas vezes foi até o trabalho dele, que lembrava das bolas de golfe, dos pinos. Disse que possuía o taco até o momento da entrevista e que sempre que o pegava, H. se lembrava de seu pai. Fez o movimento do jogo.

Diante da boa lembrança dele, foi lhe perguntado qual era a pior. Ele contou o momento que seu pai foi alvejado por tiros na frente dele, que eles estavam no bar jogando fliperama e que lembrava do homem falando para o genitor se afastar da mãe dele⁴⁴, atirando em seu pai e ele todo ensanguentado. Abaixou a cabeça e, quando levantou, falou que ele havia solicitado ao pai que fossem a um churrasco e tudo isso aconteceu. Ele chorou, foi oferecido lenço, ele pegou, secou suas lágrimas, fez um tubo com o papel. E continuou o relato, dizendo que aos 10 anos sua tia paterna contou a H. que o antigo companheiro de sua mãe (pai dos seus irmãos, L. de 13 e G. de 10 anos) foi quem assassinou seu pai, falou com muita raiva dessa pessoa, que ele era um bandido e estava preso. Disse também que cobrou sua mãe sobre o ocorrido e que na época foi uma discussão feia. Quando questionado sobre os motivos do irmão estar com a avó paterna de G., ele disse que o pai de G. ameaçou matar sua mãe, caso ele não permanecesse lá. Ficou em silêncio e solicitou para ir ao banheiro.

Demorou aproximadamente 5 minutos ou mais para retornar. Por considerar que esses conteúdos estavam mobilizando demais o adolescente, modificamos o rumo da conversa. Adentramos nas questões pertinentes à escola. Reiterou que estudou até o 5º ano, que reprovou duas vezes no 3º e 4º anos por falta, e que as matérias que mais gostava era Inglês e História. Disse que era muito bagunceiro, que não conseguia permanecer em silêncio na sala, que as professoras não tinham paciência com ele. Diante desse relato, H. pontuou: “*você*

⁴⁴ Seus pais eram separados e sua mãe tinha um outro companheiro.

acredita que não sei ler? Uma pessoa que está no quinto ano não sabe ler, nem escrever; elas (professoras) só me aprovavam porque queriam se ver livres de mim. Tenho dificuldades em entender o som das palavras, sabe (pequena pausa) ler é difícil, as pessoas se esquecem disso. Sabe, eu tenho vontade de aprender a ler, tem uns dias que minha irmã me ajuda” (sic).

Sobre sua opinião quanto à adolescência e quando ele havia sentido essas mudanças, H. respondeu com muita tristeza que não teve adolescência: *“olha, meu corpo é cheio de marcas” (sic), “tem mãe que bate nos filhos por algum motivo, mas a minha mãe, eu apanhava sem saber” (sic).* Nesse momento, mostrou as queimaduras em seus braços e no rosto. Abaixou a cabeça por alguns segundos. Fez um movimento brusco para cima e emendou: *“mas não quero falar do passado, quero falar do futuro” (sic).*

Diante disso, a pergunta se direcionou ao seu futuro, seus amigos, se eles conversavam sobre o futuro e sobre o que desejavam ser. Disse que um dos amigos queria ser bombeiro, e que ele não sabia muito bem o que desejava (embora tivesse falado anteriormente sobre o desejo de ser mecânico), que eles conversavam sobre o que eles seriam no futuro para *“terem o que comer” (sic).* Falou que era difícil conseguir um local para trabalhar como aprendiz pela baixa escolaridade dele, por não ter tantas vagas disponíveis. Abaixou o tom de voz e diz que precisava voltar a estudar.

Ao falar sobre a morte, disse que, quando levou um tiro na clavícula do dono da tabacaria próximo à rua da casa dele, seu amigo também havia sido atingido e faleceu. Ele disse que não sabia porque foram atingidos, já que não estavam cometendo infrações. Ele sobreviveu, pois correu para a igreja, onde chamaram a ambulância. O amigo também correu para um outro local e não conseguiu sobreviver. Disse que a avó dele *“conseguiu fazer uns corres” (sic)* e os donos tiveram que fechar o local. Diante da pergunta sobre o que ele achava que acontecia quando uma pessoa morria, ele respondeu: *“ah difícil saber, ninguém morreu e voltou pra saber, mas acho que ficam vagando pelas ruas. E o que você acha?” (sic).* Quanto a essa questão, a pesquisadora respondeu que certeza ninguém tinha, mas que cada um faz sua criação sobre isso. E que gostaria de saber o que ele pensava sobre. *“Ah, acho que se a pessoa é boa... humn e se a pessoa é má. Ah no final acho que todos ficam vagando, né? E os cachorros consegue ver esses espíritos, pelo menos é o que a minha vó diz quando os cachorros da rua estão latindo pro nada” (sic).*

Sobre as tatuagens que possui, falou que as fez com um amigo aos 13 anos, com máquina caseira. Tem o nome do pai no braço direito e no esquerdo o nome da genitora, uma

flecha no dedo do meio da mão direita e por conta da dor não aguentou fazer o arco no outro dedo. Não soube explicar o motivo da tatuagem.

Para finalizar, foi agradecida a generosidade dele em compartilhar sua história de vida e a continuidade da entrevista foi agendada no mesmo dia e horário da próxima semana.

Na próxima sessão, o adolescente ligou, às 13:20, desmarcando a entrevista. Disse que foi ao dentista pela manhã, que a avó saiu para recuperar um carro que seu tio perdeu e solicitou para reagendar. Pediu desculpas, agradeceu pela possibilidade de reagendar e desejou um bom final de semana para a pesquisadora. Em contato com a avó para lembrá-la do horário da próxima entrevista, ela confirmou a presença do adolescente e pediu para que ela também pudesse conversar, visto que em alguns dias H. não voltava para a casa por conta do uso abusivo de drogas, mostrando-se preocupada. Porém, no dia da entrevista, não compareceu e tampouco atendeu aos demais contatos telefônicos.

4.1.2.1 Oxóssi, o guerreiro que perdeu o arco e as impressões sobre as entrevistas com H.

Na primeira sessão, H. demonstrou-se motivado com a possibilidade de relatar sua história de vida, mesmo que isso implicasse em falar sobre a morte. Atender aos critérios para participação de uma pesquisa parece ter lhe causado a sensação de ser o “escolhido” dentre muitos. Há que se considerar também que os adolescentes se inserem nas atividades do programa pela prática de atos infracionais, que são reprováveis pela sociedade. Já a pesquisa, embora vinculada ao universo infracional, se inscrevia em um contexto de estudos, dimensão que muitos deles não tinham acesso, por diversas razões. Tanto que, ao assinar o TCLE, fez questão de demonstrar que conseguia escrever o próprio nome, apesar da dificuldade na pegada do lápis, devido à bala estar alojada em sua clavícula. Não conseguiu escrever seu último nome, mas também não falou sobre isso. Apenas relatou o desejo de retornar aos estudos. H. parecia ser um adolescente falante que expunha sua vida sem muita censura. Já sua avó se apresentou calada, respondendo apenas ao que lhe era perguntado, não se aproximou do programa. A suposição para sua resistência era a recente adoção de seu neto, o que gerou desconfiança nos serviços públicos, bem como seu possível envolvimento com o tráfico de drogas.

Já na segunda sessão de entrevista, foi possível identificar alguns conteúdos que lhe causavam tristeza, desconforto e resistência ao adolescente, ao mesmo tempo em que parecia romantizar os bons momentos, talvez até ocultando o que não lhe era satisfatório.

Consideramos a possibilidade do adolescente ter fantasiado a diabetes da mãe, em detrimento do uso abusivo de drogas. O irmão, de 10 anos, filho do homem que assassinou seu pai e que residia com a família desse, foi ocultado da sua composição familiar descrita no primeiro encontro. O assassinato do pai foi mencionado como a pior lembrança de sua vida, relatado com detalhes, embora o episódio tenha ocorrido quando o adolescente tinha dois anos de idade. Após chorar diante da lembrança desse episódio, o adolescente solicitou a saída da sala, demonstrando certa resistência com esse conteúdo.

Ao ser perguntado sobre a sua adolescência, H. respondeu que ela não existiu para ele e remeteu às agressões sofridas na infância por parte de sua mãe. O relato dessa situação lhe causou muita tristeza. Quanto a isso, sinalizou que não queria mais falar sobre o assunto, apenas sobre o “futuro”. Esse parecia ter sido trazido com muita incerteza, dificuldade de identificação com algo que lhe fizesse sentido, pois embora sinalizasse o seu avô como referência, quando posteriormente perguntado sobre o futuro, não conseguia elencar o que visualizava para a posterioridade, além do relato de “*ter um trabalho para conseguir comer*” (*sic*).

Consideramos a hipótese de um possível comprometimento cognitivo, no que se refere à dificuldade de escrita, leitura, realização de cálculos e concatenação de ideias/relatos, que parecia estar relacionado com uma necessidade intensa de fuga da realidade hostil que se apresentava. Mas se sabia que esse diagnóstico não seria possível de ser realizado nesse contexto. Ou também que os conteúdos suscitados nas entrevistas levavam a um estado confusional, percebido nas incoerências sobre a escolha do seu nome, no relato do assassinato do pai, dos contextos com sua idade, já que relatava se recordar de coisas ocorridas antes dos dois anos, ou mesmo quando relatou a ausência da fase adolescente, vinculando-a aos momentos vividos com a genitora.

A despeito da afirmação do adolescente, quanto à impossibilidade de ir à terceira sessão, devido à consulta odontológica ocorrida no turno anterior, houve a impressão de uma possível resistência motivada pelos conteúdos suscitados na segunda sessão. De todo modo, consideramos que ainda assim ele mantivera o vínculo pré-estabelecido ao avisar de sua agenda, bem como ao desejar um bom final de semana. Nessa oportunidade, foram elencadas algumas questões a serem abordadas na sessão reagendada, tais como: as relações afetivas, sentimentos pela avó materna, lembranças com a família paterna – já que havia relatado, em tom reflexivo e de tristeza, sobre a ausência dela em sua vida – sobre os formatos de seus atos infracionais, de que forma acontecia, o que sentia quando os praticava e em que idade iniciou.

Mas estas não se efetivaram, pois o adolescente não mais compareceu às entrevistas. Cogitamos a possibilidade de isso estar vinculado à construção narrativa em curso, a qual poderia gerar algum atrito em relação à submissão à dinâmica familiar estabelecida.

No momento da produção da escrita, o mito africano de Oxóssi surgiu como uma alegoria passível de tangenciar a história de H. Tal como o guerreiro do mito que não sabia lutar, não conseguia proteger a tribo da ofensiva dos invasores e foi treinado por seu irmão mais velho (Verger, 1997), H., embora cerceado da convivência com o seu irmão, parecia ter sido treinado pela dureza de alguns acontecimentos de sua vida. A vivência do homicídio da figura paterna, pelo companheiro da mãe, parecia ter sido um divisor de águas para o adolescente, que passou a ser agredido em casa, forjado com o fogo da raiva materna.

Se na alegoria de Oxóssi, o guerreiro conseguia matar um pássaro com apenas uma flechada para garantir o sustento da tribo, o adolescente em questão buscava em seus pares uma nova marca: as tatuagens do arco e da flecha, bem como aquelas que traziam o casal parental em seus braços, em uma presumível tentativa de reparação dessas figuras. Diante da impossibilidade de terminar o arco pela dor física causada, cogitamos uma relação dessa dor com o insuportável sofrimento de carregar o arco para a ascensão à vida adulta. H. se perdia em um emaranhado social que dificultava essa entrada, pois se sentia negado pela estrutura escolar, pelo seu inverso: ser aprovado para ser expulso do ambiente; não adentrou na linguagem escrita; via mínimas chances para o mundo do trabalho e acabou por sucumbir ao abuso de drogas, que o lançava na negligência de si, já que permanecia por dias fora de casa, conforme o relato da avó.

4.1.2.2 A análise das inscrições da morte na trajetória de H.

H., em que alguns aspectos de vida foram comparados ao mito do orixá Oxóssi, relatou que poucas são as lembranças da época em que seus pais moravam juntos. O jovem recordou com carinho de suas brincadeiras e guardava o taco de golfe, as bolas e os pinos do trabalho do pai. Sua pior lembrança aconteceu na infância, quando ele ainda tinha 2 anos de idade. Mesmo que relate com convicção os acontecimentos desse dia, a história tinha lá as suas divergências, havendo um resto que não batia, talvez porque essa dor mantinha algumas cicatrizes abertas até o momento em que relatou sua história. Primeiro, ele contou que o assassinato do genitor ocorreu devido a uma briga em um bar e que, após esse ocorrido, sua mãe passou a abusar das drogas e se tornou agressiva com os filhos, por vezes, deixando-os

sozinhos em casa. A narrativa, na primeira entrevista, demonstrou uma tentativa de preservar o aspecto bom da genitora. Já na segunda vez que contou sobre a morte do pai, lembrou que o assassino ordenou ao seu genitor que se afastasse da mãe dele, rememorou os tiros disparados e que sua tia paterna havia lhe informado, aos 10 anos, que o companheiro da sua genitora era o assassino.

Sua narrativa parecia demonstrar a cumplicidade da mãe no homicídio, primeiro, por ter sido seu companheiro o assassino de seu pai e, segundo, por ter ocultado por anos essa participação. Ademais, preservava um sentimento de culpa por H. ter solicitado o fatídico passeio ao pai. É possível que essas constatações inconscientes da função materna e da sua própria, na destruição do pai, tenham acarretado na resistência em adentrar nesses conteúdos, pois, ao chorar diante dessa rememoração, o adolescente imediatamente solicitou a saída da sala, permanecendo por alguns minutos no banheiro e, posteriormente, não voltou mais as sessões previamente agendadas.

Há que se pensar também no que Freud (1912/2016f) discorre sobre a resistência calcada no dinamismo transferencial. Ora, o adolescente, ao relatar com entusiasmo a presença do pai em sua vida pelas vias do taco e do golfe, parecia atualizar o referencial fálico de sua figura paterna. Diante dessa lembrança, a pesquisadora em movimento contratransferencial estabeleceu o corte, remetendo-o à pior lembrança de sua vida: a morte de seu pai pelas vias do assassinato cometido com a cumplicidade da mãe. No momento que a pesquisadora estabeleceu a barreira em seu discurso de boas lembranças para às piores, fatalmente atualizou o lugar da mãe (genitora, da avó e da tia) na história de vida do adolescente, que aniquila o poder fálico da figura paterna e toma o seu lugar, seja pelas vias da cumplicidade no assassinato, seja pelas vias do controle exercido no ambiente familiar (a avó quem exigia a limpeza da casa, quem poderia jogar *videogame* com ele, quem “fez os *corres*” para fechar a tabacaria onde foi alvejado e assim por diante), seja pela culpabilidade (a tia, ao localizar a mãe na história do assassinato, parecia posicionar H. como seu cúmplice, já que por alguma razão sua família paterna não falava com ele).

Nesse quesito, embora Birman (2007) sustente a importância do analista em manejar os resultados da castração na clínica, é possível que a pergunta tenha sido antecipada ao provocar a emergência de conteúdos que naquele espaço temporal não teriam sustentáculo suficiente para as vias de sublimação. Ademais, essa hipótese, quanto ao manejo insuficiente da castração, também se possa sustentar, porque a pesquisadora operou a castração do pai, (o foracluiu ao não dar vazão aos relatos iniciados) e não pelo pai internalizado. Desse modo,

atualizou as funções das figuras maternas na história de H. e não operou a castração que posiciona o sujeito nas vias da constituição psíquica e da alteridade. Nessa perspectiva, as impressões quanto à falha cognitiva de H. podiam estar mais relacionadas a traços de psicose, uma vez que o jovem esteve impossibilitado de ascender ao mundo da linguagem e do outro, do que de fato ser um déficit biológico, ao mesmo tempo em que parecia ser uma necessidade intensa de fuga da realidade hostil que se apresentava.

H. também pareceu demonstrar uma trajetória de reparação da carência da figura materna, ao amenizar a mudança de residência de sua mãe para uma viagem, ao assegurar a manutenção do vínculo pelo contato telefônico diário com ela, ao falar (ou fantasiar) da doença que a impedia de ficar de pé e trabalhar, bem como ao evitar discorrer sobre a incidência da mãe do assassinato do genitor. Isso contextualizado pelo relato da equipe do programa de suas ausências nas atividades, após a mudança de residência da mãe e pela fala de que a condição abusiva de álcool e outras drogas a impediam de realizar atividades diárias, bem como de proteger seus filhos (ela havia perdido a guarda de todos). Aliado a isso havia uma busca pela integração do eu que afastava a tristeza de ser apenas mau (movimento de empurrar a caixa de lenço de papel quando respondeu afirmativamente à participação na pesquisa) e identificou possibilidades de ser visto e ouvido pela sua história de vida, “*um lugar que me levanta*” (*sic*). O primeiro elemento transferencial manifestou-se pela sensação de ser escolhido, que pareceu demarcar a necessidade de demonstrar seus bons feitos, tais como conseguir escrever, apesar da bala alojada em sua clavícula. Esse movimento do adolescente remeteu a uma possível aproximação com o tema da pesquisa. Mesmo que a morte pudesse tangenciar sua história de vida de modo significativo, com suas marcas no corpo; o adolescente ainda buscava possibilidades de inscrever a sua história, no ato de assinar o seu nome próprio; ou mesmo no de recordar de situações primevas, possivelmente as fantasiando ou as reatualizando a partir de relatos de pessoas de sua família, mas ainda assim escrevendo-as. A busca pelo abraço no término da primeira sessão parecia denotar sua necessidade em vivenciar o acolhimento e de reiterar um espaço no mundo pela corporeidade, era como se dissesse: “Estou aqui, eu existo e posso abraçar o outro”.

A motivação de H. em participar de um espaço afirmativo de sua vida também podia estar vinculada ao que Teixeira (2014) considera sobre o lugar excludente que algumas instituições societárias, tais como a família, a escola e os programas de medidas socioeducativas interpõem ao sujeito autor de infrações, pois essas, quando destituídas do seu real sentido de inclusão, acabam por se tornar cúmplices para a inscrição do adolescente na

posição de fora-da-lei. Nesta perspectiva, o jovem com sua afirmativa em participar da pesquisa, parecia buscar um lugar que o incluísse na ordem majoritariamente aceita para escapar da inscrição que o marginalizava: era um lugar que o colocava para cima. Outro elemento de análise remeteu ao tema da dualidade nas narrativas do adolescente, algumas experiências relatadas com alegria inevitavelmente tinham seu fechamento em situações desagregadoras, tais como as brincadeiras com os amigos, que culminaram com a constatação de H. de que eles haviam ultrapassado ele na escolaridade, ou mesmo o ato de afastar a tristeza (lenço de papel), parar de falar coisas tristes, ser aprovado para ser expulso rapidamente do ambiente escolar. O que certas vezes pareciam se manifestar ora como defesas maníacas, as quais não haviam integralizado o objeto interno, ora como processo de aglutinação das vivências cindidas.

Para H., sua adolescência não existiu, porque foi agredido pela mãe por diversas vezes, sem sequer saber o motivo. Embora as agressões tivessem acontecido em sua infância, a considerar que se mudou para a casa de sua avó devido a elas, quando ele tinha 5 anos de idade, essas foram contextualizadas como impeditivos para a vivência do adolescer, como se tais vivências tivessem ocorrido na mesma época. Quanto a isso, três considerações foram realizadas: a primeira era de que o adolescente desconhecia as fases do desenvolvimento humano; a segunda, que será abordada posteriormente, centralizava-se sobre a atemporalidade para o inconsciente, quando os conteúdos passados são reatualizados e ressignificados no presente, o que podia inclusive ser da ordem de uma fixação, uma paralisação no passado. E a terceira, de que H., ao falar da inexistência da fase em seu desenvolvimento, estivesse falando sobre a sua inexistência como sujeito desejante no mundo, encarcerado em uma trama familiar que negligenciava sua limitação, sua dor na clavícula e suas vontades (não era autorizado, por exemplo, a convidar os amigos para jogar *videogame*).

O relato da violência materna lhe causou muita tristeza, optando por não mais falar sobre o assunto e apenas direcionar sua narrativa para o futuro. Esse parece ser trazido com muita incerteza, dificuldade de identificação com algo que lhe faça sentido e com a expressão de um desejo disperso: “*ter um trabalho para conseguir comer*” (*sic*). A carência de um ambiente amoroso em tenra idade parecia ter inviabilizado a ação inventiva do brincar, que acarretou em escassas possibilidades de criações autênticas de ser, manifestadas pela sua aparente dificuldade cognitiva, pela vinculação do amor ao ato de receber comida e as poucas perspectivas para o futuro. Como descrito em tópico anterior, Winnicott (1971/1975) argumenta sobre a relevância de se analisar as fantasias infantis, uma vez que a presença

significativa de conteúdos de destruição pode acarretar na ocorrência de elementos homicidas na adolescência, já que essa fase do desenvolvimento remete à morte simbólica dos pais da infância e do próprio eu. Essas fantasias podem conduzir a um suicídio real ou ao suicídio imaginário, vivenciado por traços de despersonalização, pelo abuso de drogas e pela apatia. Aspectos que se presentificaram na narrativa do adolescente.

O complexo edípiano apareceu com maior intensidade na segunda sessão: o pai bom, imaculado, com o qual o adolescente está impossibilitado de se identificar, já que não lhe foi outorgado herdar o nome sucessório que também era o de seu avô paterno. Além de denunciar a sensação de não ser amado pela sua família paterna. Seu choro motivado pela fala de que, no dia do assassinato do seu pai, foi ele quem solicitou o passeio, parecia sinalizar uma culpa pelo acontecimento trágico. O real da morte parecia ter conduzido H. a situar o pai na sua função traumática, que diz respeito ao “pai da exceção, o pai mítico, primitivo e irreal” (Silvestre, 1991, p.89). Como os mortos que vagavam pelas ruas e somente os cachorros podiam ver, seu pai permanecia como o fantasma, com o qual H. conseguia tangenciar quando abusava das drogas e permanecia entregue às ruas. Ao adolescente, era negado também um lugar na família paterna, seus aniversários não existiam, já que nem sua família paterna lhe possibilitou ocupar um lugar.

Além disso, diferente do que ocorreu na primeira entrevista, o adolescente retratou uma mãe cúmplice do assassinato paterno e agressora dos filhos (inclusive mostrando as queimaduras em seu corpo). Ainda que a tenha preservado, quando não quis aprofundar nas questões referentes à sua discussão com a mãe na época que descobriu sobre o assassino do pai, ele conseguiu trazer uma faceta que, na primeira sessão, foi amenizada. Chamou a atenção o fato desse retrato da mãe aparecer justamente quando lhe foi perguntado sobre sua adolescência, que ele enunciou não ter existido, quando se sabia que ele passou a morar com a avó materna a partir dos 5 anos de idade, ou seja, ainda na infância. E relacionando isso à necessidade de falar sobre o futuro e não do passado. Aqui nos remete novamente à emergência do traumático na cena analítica e sua relação com a temporalidade (Freud, 1937/2016q), a consideração freudiana sobre unicidade entre o presente, o passado e o futuro nas fantasias que são capazes de atualizar uma reminiscência infantil pela imaginação de uma suposta situação futura (Freud, 1908/2015d), bem como sobre o conceito lacaniano do tempo lógico nos três registros do real, do simbólico e do imaginário, no qual o trauma e alguns conteúdos inconscientes se atualizam e perpetuam na forma de um passado presentificado. O que em H. se manifestava pela lembrança dos fatos traumáticos, alguns deles com a exposição

das marcas em seu corpo; pelo prazer oral, ao relacionar o amor ao receber comida; pela inexistência no seu relato de uma vida sexual; pelos jogos de *videogame* com seu tio de 8 anos, pelos quais parecia viver o saudosismo do pai herói da infância, permanecendo assim, fixado no passado.

Mais do que isso, se relacionarmos à teoria da reedição do complexo de Édipo na adolescência, parece-nos haver uma identificação paterna que lhe foi cerceada, uma ausência materna anterior que sequer permitiu a H. habitar um lugar no seu desejo, posicionando-o num espaço de aniquilamento, com as marcas de um corpo perversamente erogeneizado, que impossibilitava a sua adolescência de existir e aonde o vir-a-ser não passava de um lugar distante, que ele buscava sem personalizar para si, sem desejar, apenas com o intuito de aplacar suas necessidades vitais, um futuro “para ter o que comer”. O simulacro da existência parecia ocorrer de maneira mais visível no abuso de álcool e outras drogas, que leva o adolescente a abandonar o cotidiano por dias, permanecendo entregue a uma gama extensa de narcóticos; ambas as situações pareciam ter valor de um trauma, pelo qual H. atualizava o recalque primário: o tamponamento do primeiro objeto de amor perdido.

Ao sustentar a importância da corporeidade para a psicanálise, Birman (2007) destaca o corpo como espaço da experiência psíquica, cujos limites são inseparáveis. Para o psicanalista, adicção abusiva às drogas também possui raízes nas esferas político-cultural e econômica, ao estarem inscritas em um movimento paradoxal: pelas vias combativas questionáveis do excessivo policiamento e do aniquilamento de vidas, ao mesmo tempo que o consumo é subliminarmente estimulado por intermédio da mídia e da banalização da temática. Apesar disso, segundo o autor, cabe à psicanálise analisar os caminhos da toxicomania na singularidade dos sujeitos. No caso em questão, parecia estar vinculado ao que Birman (2007) denomina de “pacto de morte” (p. 202) o consolo ao horror da existência pela destruição do corpo e das atividades sustentáveis à vida, que em H. refletia na displicência de si, jogado às ruas sem comer, sem contato com os familiares e sem perspectivas para a entrada no mundo adulto.

Ainda que esses simulacros pareciam imperar na existência de H., possivelmente existia também uma esperança nos laços entre seus pares. Apesar de H. afirmar que apenas confiava em sua família, o relato de suas amizades conduzia para momentos em que o lúdico manifestava-se no jogo de bola, no empinar de pipas e nas reflexões sobre a vida adulta. Interessante notar que um amigo de 13 anos, com uma máquina caseira, imprimiu no jovem a possibilidade de reparação das figuras parentais por intermédio de tatuagens, por

possuir o nome do pai tatuado no braço direito, o de sua genitora no braço esquerdo. Contudo, mesmo o amigo não conseguiu inscrever o arco em seu dedo para consolidar a saída da infância e a entrada na adolescência. Afinal de contas, como poderia se demarcar com uma transição da qual está impossibilitado de viver?

No que tange a essa tatuagem, Meneghetti (2018) argumenta que o arco e flecha é costumeira entre as pessoas envolvidas com a criminalidade, por simbolizar o “guardião popular”, dos que sustentam uma casa, assim como ele protege do aprisionamento e das armadilhas, aos que se inscrevem no mundo infracional. No caso de H., a escolha por essa tatuagem parecia simbolizar uma tentativa de ressignificação de sua história, para adentrar ao mundo adulto de uma maneira diferenciada aos pais da infância. Ocorre que a dor do procedimento o impede de tatuar o arco no dedo, permanecendo apenas a flecha. A aflição física, que paralisou, possivelmente representava a intensidade das privações outrora vivenciadas, que não permitiam a inscrição ou a marca do sujeito no mundo da autonomia, do desejo. Tal como seu pai alvejado e morto, H. carregava a marca do feminino devastador: a bala que permanecia em sua clavícula e o impedia de executar as atividades básicas da vida.

O sofrimento causado pelas carências em tenra infância, a evasão escolar motivada pelo abandono das professoras, a dificuldade em prover o próprio sustento, as figuras masculinas barradas (pai morto, avô ausente, tio preso), aliado à tirania das figuras femininas, pareciam acarretar na impossibilidade de adentrar no mundo. Em analogia ao mito africano de Oxóssi, que derrota os inimigos e propicia a caça aos integrantes da tribo por meio de seu arco e flecha, H. parecia demonstrar que sua história, em seus aspectos mortíferos, o inibia de prosseguir e o lançava nas tentativas de sobrevivência, estas, inclusive, demonstradas pela fabulação e pelo pensamento criativo acerca de sua própria trajetória.

4.1.3 O relato de M.

A história de vida a seguir advém de três sessões de entrevistas com M., que na época tinha 16 anos, de relatos com a equipe sobre o caso e uma conversa com sua irmã, que detinha a guarda provisória da adolescente. Poucos dias antes de integralizar o cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto, a adolescente fugiu da casa da irmã e encontrava-se foragida. Não foi possível continuar a escuta de sua intensa narrativa de vida.

A adolescente adentrou na sala de atendimento, após cumprimentar a coordenadora do Programa. A apresentação da pesquisa e da pesquisadora foram realizadas. Após, também foi

efetuada a explicação sobre a temática central do estudo, as razões pelo convite se direcionaram a ela (critérios), sobre o sigilo e quanto à possibilidade de aceitar ou não em participar, bem como a possibilidade de desistência a qualquer tempo.

Durante esta explicação, a adolescente demonstrou-se impaciente, movimentava-se na cadeira rotatória de um lado para o outro. Ela foi instruída sobre a periodicidade das entrevistas, sobre possíveis desconfortos com as sessões, diferenças entre a pesquisa e o cumprimento da medida e das atividades no programa. Também foi explanado acerca do período pré-determinado para início e término dos trabalhos, o que divergia de um acompanhamento psicoterápico.

Diante da elucidação, ela se mostrou interessada, debruçou-se sobre a mesa, perguntou sobre as palavras do TCLE, que não entendia o significado. Respondeu que desejava participar, pois já havia passado por várias psicólogas e destacou gostar dos atendimentos. Considerou ser a melhor forma de aprender a se expressar. E contrapôs essa facilidade em dialogar com os profissionais de psicologia, dizendo sobre a dificuldade em conversar com sua irmã por ela ser bastante rígida. Descreveu que sua irmã não a parabenizou pelo seu aniversário, porque ela descobriu que a adolescente estava gazeando aula, mesmo que essa ocorrência havia acontecido no mês passado, ela disse: “*acho que ela ainda estava muito brava*” (*sic*) e, ao final, contou que sua irmã tinha as razões dela para isso. Contudo, isso a deixou solitária, pois era domingo e nem encontrou com os amigos e amigas. Ao lembrar dessa ocasião, ponderou que foi um dia realmente triste. A única pessoa que a parabenizou foi o pai da irmã dela que residia no mesmo terreno. Ela contou também que sua irmã não costumava expressar carinho, que o jeito dela de manifestar o afeto era “*diferente*” (*sic*): preocupando-se com sua frequência escolar e lhe dando conselhos (mais tarde ela relatou que esses direcionavam-se ao seu antigo relacionamento e a alguns grupos de amigos).

Sobre sua composição familiar, disse que seus pais eram separados, mas viviam na mesma casa, que possuía quatro irmãs mais velhas: de 37 e 34 anos – irmãs por parte de mãe – e duas de 18 anos, gêmeas, uma era casada com um traficante e a outra que já trabalhou para o tráfico. Tinha uma sobrinha, com quem residia e um sobrinho mais novo. A irmã que possuía sua guarda provisória era a de 37 anos, contou seu nome e apelido.

Quando perguntada sobre suas amizades, narrou possuir uma melhor amiga na escola, que também já foi casada e passou pelas mesmas “*coisas*” (*sic*) que ela. Sobre a idade da amiga, respondeu que ela possuía 14 anos. Afirmou ter muitos grupos de amizade, mas nenhum com esse grau de confiança. Falou que saía com eles para gazear aula, fumar, “*tomar*

uns gole” (sic) e conversar. Mas que atualmente não estava mais fazendo isso, porque havia se batizado em uma igreja evangélica (estava com saia comprida, mas não foi perguntada se isso devia-se à religião).

Como havia dito que sua melhor amiga havia passado por uma união estável, tal como ela, foi solicitado a M. que relatasse sobre seu antigo relacionamento. A adolescente contou com riqueza de detalhes. Disse que, na última vez que conversou com o namorado, eles haviam combinado de esperar até a maioridade para se casarem. Contudo, destacou não possuir mais tanta certeza sobre seu desejo, embora sabia que ainda gostava muito dele, por ter sido seu primeiro namorado, o homem com quem havia “*perdido a virgindade*” (sic). Com a pergunta sobre a idade que ela tinha quando iniciaram o relacionamento, ela respondeu 13 (treze) anos e resolveu contar sua história com ele.

“*Foi assim...*” (sic) e, com um sorriso no rosto, passou a descrever o dia em que conheceu L. Como quem relatava algo de inusitado, destacou que conhecia um amigo dele, a irmã e um primo dele, mas não ele. “*Eu conhecia todo mundo, menos o bendito*” (sic). No dia, estava na rua com o amigo, ela estava sem cigarro e ia comprar, mas estava aguardando o tempo do sinal da escola para não ser “*pega*” (sic). Quando ele viu que ela estava aguardando o sinal para comprar, ele ofereceu o cigarro dele dizendo: “*Hei gatinha posso lhe dar um cigarro*” (sic). Ela fumou o cigarro com ele e em seguida ela disse que tinha um “*beg*” (sic) e perguntou se eles eram a fim de “*dar uma bola*” (sic), assim fumaram e ficaram por um bom tempo conversando. Quando ela foi arrumar o batom que estava borrado, (ela interrompeu para dizer que ela adorava maquiagem e que sempre estava muito maquiada), ele passou uma cantada “*vou borrar seu batom de vez*” (sic) e deu um beijo em sua boca.

Depois desse episódio, passaram a conversar rotineiramente. No dia em que foi na casa dele para jogarem *videogame*, viu a amiga dela lá e, ao perguntar soube quem era, descobriu ser a irmã dele. Alguns dias antes de 12 de junho, ele a pediu em namoro para não passarem o dia dos namorados sozinhos. “*Mas acabamos ficando juntos*” (sic), ela declarou. Ela passou a morar com a L. e a irmã dele. Nas férias, foram para outro estado visitar os pais dele e ela não quis mais voltar. Moravam em um mesmo terreno, em casa separadas. Por intermédio de um primo do seu namorado, passaram a usar cocaína (seu namorado não havia usado até então; ela já). No começo, era algo eventual, depois foram gostando da “*pira*” (sic). Junto a isso, as brigas se tornaram mais constantes e cada vez mais agressivas; o motivo geralmente era o ciúme que o namorado tinha dela.

Eles geralmente faziam uso na casa do primo dele. Certo dia em que estavam lá, os namorados brigaram entre si. Com a insistência dele e por estar muito tarde, acabaram dormindo lá. No meio da noite, ela solicitou ao namorado que a acompanhasse ao banheiro, porque tinha medo do escuro (que segundo M. se mantinha até a data da entrevista) e era mais intensificado naquele lugar, pois a “*casa era cabulosa, tinha um corredor sinistro*” (sic). Com a negativa dele em acompanhá-la, resolveu ir sozinha. Quando voltou, ele estava acordado e passou a brigar, perguntando onde ela tinha ido. Ela tentou ir embora, mas, como não conseguiu, trancou-se no banheiro, pegou uma faca e cortou ambos os braços. Então relatou que tinha o costume de automutilação e mostrou suas marcas. O namorado precisou arrombar a porta. Ela relatou que, nesse momento, escondeu os braços. Quando ele viu que ela estava escondendo algo, gritou para que mostrasse. Ao perceber suas marcas, ele disse: “*Se você quer se matar passa logo a faca no pescoço*” (sic). Segundo M., ela imediatamente tentou fazê-lo, sendo que o namorado arrancou a faca de sua mão. O relato dessa ocasião foi feito com voz de agitação, mais alta e com a respiração mais ofegante que nos demais relatos.

Na sequência, disse que houve muitas brigas entre eles. Quando voltaram para o Paraná, em uma das separações, o encontrou em uma balada flertando com uma garota. Ela estava acompanhada de suas irmãs gêmeas. Descreveu que, até aquele momento, estava sem beber e sem usar drogas. Contudo, diante do episódio, “*o sangue dela ferveu*” (sic), pediu um “*raio*” para o dono do estabelecimento, que era seu conhecido. Mediante sua insistência, o dono acabou lhe dando a droga e ela contou: “*fiquei louca, saí do corpo, quando ele beijou a menina, peguei uma garrafa de uísque e quebrei na cara da vagabunda*” (sic). A garota ficou toda ensanguentada; ela agrediu o namorado também. Falou que nem sabia mais da garota e tampouco como ela ficou ou como estava, não demonstrando arrependimento pelo ato.

Após o ocorrido, gritou para o namorado sair com ela imediatamente dali. Os dois foram acompanhados da irmã dele, que segurou o irmão para não bater nela, enquanto M. continuava dando socos nele. Disse que, quando chegou na casa dos pais dele, o sogro estava bebendo cerveja, sendo que ela solicitou uma latinha. Bebeu e resolveu ir embora, porque, caso contrário, iria matá-lo. Sua cunhada, que antes do seu relacionamento já era sua amiga, acompanhou e dormiu na casa dela. No outro dia, o namorado e o pai dele foram na casa dela com um carro de telemensagens e uma aliança banhada a ouro. No começo ela não queria sair para ouvir a mensagem, mas sua amiga insistiu. Nesse dia, o pai dela respondeu que eles podiam se relacionar, mas com limites de horários de saída e não na mesma casa. Ele queria casar com ela, mas ela sinalizou pelo namoro.

Aos 14 anos, teve um aborto espontâneo. Inicialmente sentiu uma dor na região do abdômen, depois um sangramento, sua menstruação estava atrasada e quando foi ao “*postinho*” (*sic*), o médico avisou que havia perdido um bebê. Fez a curetagem lá mesmo e concluiu: “*Graças a Deus não sou mãe, sou muito nova*” (*sic*). M. afirmou ser o uso abusivo de drogas o motivo das brigas entre eles. Contou que certa vez ele alucinou que a adolescente estava com um homem. Mediante isso, cortou o cabelo dela bem curtinho, bateu nela. Nessa ocasião, esfaqueou o namorado na cintura. Ele foi preso e, devido ao desacato ao promotor, sua condição foi agravada, permanecendo 5 dias preso, ao invés das 48 horas previstas em lei. Na saída dele da delegacia, eles voltaram a se relacionar e brigaram outras vezes.

Foi necessário interrompê-la, pois sua fala era contínua, sem paralisações e o nosso tempo havia chegado ao fim. Apontei que iríamos retomar na próxima sessão esse assunto.

M. chegou ao programa com 20 (vinte) minutos de antecedência, sinalizou que gostava muito das atividades propostas pelas profissionais e relatou também sua relutância em aceitar o término do cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida⁴⁵. Logo após a última sessão, pensou que deveria contar sobre sua vida, pois havia focado demais no seu relacionamento. Então iniciou o relato da sua infância. Contou que sua mãe estava grávida de quadrigêmeos e teve um aborto espontâneo e, por um milagre, o médico descobriu que ela ainda estava lá, mesmo depois da curetagem. No relato, não ficou evidente se a mãe ficou grávida logo após esse aborto, ou se ela era o quinto bebê, dos quatro meninos. Mesmo quando questionada, ela não soube precisar. Como seus pais já tinham quatro filhas (duas delas gêmeas) e não possuíam condições financeiras de cuidar dela, aos três meses de vida passou a viver com sua avó materna. Foi também a sua avó quem sugeriu seu nome aos seus pais: “*uma união do nome das minhas irmãs gêmeas; A., segundo nome*”⁴⁶, *porque é nome de santa*” (*sic*).

Considerou ser uma época de muita felicidade, alegria e união familiar. Disse que sua avó brincava com ela, que era muito companheira, que a mimava muito e todas as suas roupas e calçados eram iguais aos dela. Recordou-se de uma ocasião em uma loja de calçados, quando M. fez questão de comprar uma sandália igual ao da avó e, por não haver uma igual,

⁴⁵ A coordenadora disse, em uma conversa informal, que se a adolescente pudesse “*viveria no programa*” (*sic*). Também discorreu que M. era pró-ativa nas ações do programa, que costumeiramente buscava leituras para compreender sobre o cumprimento de medida socioeducativa.

⁴⁶ Comentário nosso.

mas de tamanho menor, sua avó procurou em vários outros locais para adquirir para as duas. E assim se fez. *“Eu era uma miniatura da minha avó” (sic).*

Contou sobre um tio materno que morreu de cirrose aos 37 anos. Descreveu que ele era muito brincalhão e divertido (brincava de cavalinho com ela). Na época de seu falecimento, M. estava com 5 (cinco) anos. Disse que sua avó também bebia e, devido à hipertensão, a adolescente cuidava dos medicamentos de sua avó. Discorreu que as festividades (natal, páscoa) eram realizadas com ambas as famílias (de sua mãe e de seu pai) e a casa da sua avó se enchia de primos(as), configurando-se em momentos de muita alegria. Relatou o nome de seus amigos de infância, que gostavam de brincar na rua, de pique esconde; lembrou de uma ocasião que caiu em cima de um tijolo e machucou a testa (mostrou a cicatriz). Emendou dizendo que não tinha mais notícias dos amigos.

A partir dos 7 anos, ela passou a visitar os pais aos finais de semana. Eles já eram separados, mas moravam na mesma casa. *“É, sempre foi assim, até parece meio estranho, separados na mesma casa, mas é que eles são amigos” (sic).* Mas era impossível ficar lá, pois era agredida, por uma de suas irmãs gêmeas, com chutes no rosto. Mostrou o supercílio esquerdo, onde tinha cicatrizes e a pele era mais escura, dizendo que os hematomas nunca saíram. Até que um dia, após uma briga com sua irmã, resolveu fugir de lá, andou um longo percurso a pé até chegar à casa de sua avó. Quando lá chegou, sua avó a recebeu com um susto: *“O que você está fazendo aqui” (sic)*, recordou-se ela. Na sequência, sua mãe ligou, perguntando por ela, que implorou a sua avó que não contasse sobre seu retorno para a casa. Ela supôs que sua avó contou, pois a viu falando baixo ao telefone e colocando a mão em frente à boca. Depois desse dia, não visitou mais os pais.

Aos 9 anos, ela começou a *“aprontar” (sic)*; não obedecia os horários de retorno para casa, voltava às 22 horas, quando sua avó havia estipulado às 20. Certo dia, sua avó, que tinha contato com os traficantes da vila, solicitou que eles dessem *“um gelo” (sic)* em M. Assim, eles chegaram nela e disseram: *“E aê guria o que cê tá fazendo aqui nessas horas? Volte já pra casa senão vamos pegar a sua família” (sic).* Com risos, relatou que, depois deste episódio, entrou na linha e nunca mais chegou atrasada em casa.

Ela disse que não chegou a conhecer seu avô biológico, mas que sua avó manteve um relacionamento por alguns anos com uma pessoa que ela gostava muito e o chamava de vô. Ele passou a ficar doente, mas M. não soube relatar qual era a doença. Apenas sinalizou que era ela quem fazia a troca das fraldas dele e que ele sofria de amnésia. E, em um certo dia, ele foi pagar uma conta e jamais voltou; disse que ninguém mais ouviu falar dele. A partir

daquele momento, quando M. tinha 9 anos, sua avó, que já havia se mudado de casa (porque antes moravam em uma favela muito perigosa), convidou uma família para morar com as duas. A família não pagava aluguel, apenas auxiliava nas despesas de alimentação, luz e água. Era um casal, mais duas filhas pequenas (6 e 1 ano). Quando isso aconteceu, ela contou que sua vida “*virou um inferno*” (sic). Ela detestava dividir sua avó, suas coisas, seu iogurte e, de acordo com M., as meninas eram muito folgadas e a mãe delas não dava limites. Disse que a menina maior roubava a mamadeira e a chupeta dela; que ainda se fosse a menorzinha ela poderia aceitar. Já emendou relatando que largou a chupeta aos 9 anos e a mamadeira aos 10.

Com muita raiva relatou que “*aquela*” (sic) mulher passou a ministrar a medicação da avó e dava errado. Logo sua avó foi para o hospital com trombose e de lá não mais voltou. Relatou que não a deixavam entrar, porque era muito nova, mas que ela se escondia, entrava de toda forma na UTI. [Sua fala tornou-se menos pausada e mais alta]. “*Eu queria minha avó*” (sic). Em menos de um mês sua avó faleceu. M. contou que estava na casa da irmã mais velha, quando ouviu o telefone tocar e sua irmã falar a respeito da sua avó, interrompeu a ligação e logo descobriu que ela havia morrido. Em prantos, relatou que ela chorava, gritava, dizendo que queria ver a vó. Disse que, durante o velório e o sepultamento, permaneceu sem dormir e sem comer: “*eu abracei o caixão dela e de lá não saí mais*” (sic). Ao avistar a mulher que vivia com elas, disse que “*urrava*” (sic), dizendo que ela a havia matado e mandou ela se retirar. Seu pai tentou fazer M. sair, mas não conseguiu. Quando foram sepultar a avó, M. disse a todos que queria ir junto e tiveram que arrancá-la do caixão.

Passou um mês sem se alimentar e sem dormir direito, custava a acreditar que sua avó não estava mais ali. Acordava de noite chamando pela avó. E, aos 11 anos, passou a frequentar as ruas, não voltava pra casa, largou a escola, iniciou o uso de maconha e logo depois cocaína (iniciou o uso com o filho de uma madrinha). Segundo ela, o cigarro só foi depois, para “*se bancar de bacana*” (sic), pois somente fumava cigarros caros. Soluçando e chorando, disse ter certeza que a vida dela seria diferente se a avó fosse viva e emendou: “*Nós tínhamos sonhos, ela queria fazer uma festa de 15 anos para mim, nós já havíamos combinado que ela entraria comigo no altar. Ela morta, não fazia mais sentido nada*” (sic).

Lembrou que, no aniversário de 11 anos, ganhou um celular da sua mãe e, no de 12, sua mãe fez uma festa surpresa, mas ela não compareceu, pois sua irmã ligou ameaçando que iria bater nela se não voltasse para casa. Sendo assim, preferiu dormir na casa do namorado. Quando voltou, viu a casa cheia de balões rosa. Ela se espantou, quando a mãe disse que foi feita uma festa, mas a pessoa principal não havia ido. Ela conta esse episódio, como se não

fosse ela a aniversariante. A pesquisadora perguntou se ela havia sentido algo com isso. M. respondeu negativamente, pois já estava cansada do jeito rude da irmã.

Ela relatou novamente sobre o início do relacionamento com o L. Dessa vez, com uma maior brevidade, pois optou-se por direcionar o diálogo com algumas perguntas. Em outro estado, morou 3 meses com os sogros; depois alugaram uma casa para eles, pois ela “*mandou*” (*sic*) o namorado escolher entre ela ou eles. Não suportava limpar a casa para depois os pais dele bagunçarem. Ademais eles também não gostavam dela, pois M. se drogava constantemente e era “*porra loca*” (*sic*). L., com 16 anos, trabalhava em uma peixaria, no carregamento dos peixes, assim como seus pais. Ela tentou trabalhar lá, mas não suportou o cheiro, o qual lhe dava náuseas. Nessa época, começou a ficar “*neurótica*” (*sic*) com a casa, gostava de tudo no lugar e o namorado era um “*porcão*” (*sic*). Muitas brigas aconteceram por isso, mas ele foi mudando. Ela considerou que mantinha esse comportamento de limpeza até o momento da entrevista.

Quando questionada, respondeu que voltaram ao Paraná, pois ela deveria cumprir uma medida de prestação de serviço à comunidade, em função de que havia agredido uma menina na balada, não sendo a mesma da situação relatada na primeira sessão. A garota desse fato era sua amiga, que havia contado a sua mãe que M. permanecia em um ponto de tráfico, além de ter dito que seu namorado a havia acariciado em outra ocasião, sem que M. percebesse. A adolescente foi tirar satisfação e agrediu a menina na rua. Disse que esfolou o rosto dela no chão, arrancando sua pele. Avaliou sua conduta como uma benfeitoria para a garota aprender a não mentir. Nunca mais falou com ela.

Assim que retornaram para o Paraná, foram morar com a avó paterna de L., que, segundo ela, fez um pacto cigano com o marido e ameaçou M. dizendo que havia feito macumba para ela em uma tumba de cemitério, para que o casal se separasse. Nesse dia, iniciou-se uma briga entre as duas, sendo que o namorado interviu em favor da avó. Seus sogros retornaram, pois a mãe de L. voltara a beber muito, sendo que os pais de L. foram morar com eles. Nessa ocasião, separaram-se duas vezes: uma foi ele quem mandou M. embora de casa e a outra antecedeu a agressão na balada relatada na primeira sessão.

Apenas saíram da casa dos sogros quando as atividades com o tráfico se intensificaram e ficava muito difícil armazenar a droga na casa. Assim, decidiram mudar para uma casa próxima à “*biqueira*” (*sic*). Suas vendas aumentaram e eles usavam muita droga. Nessa ocasião, separou-se uma vez do namorado, permaneceu sozinha na casa e relatou mais um episódio envolvendo brigas com o namorado em uma balada, quando ela quebrou uma garrafa

na cabeça dele. No outro dia, foi conversar com a sogra que a aconselhou, dizendo para ela: “*Vá viver sua vida, pois com ele você já sabe como será*” (sic).

No dia 22 de outubro de 2016, em um dia chuvoso, disse se lembrar “*como se fosse hoje*” (sic), os traficantes acusaram seu amigo D. (aquele que a apresentou para L.) de ter colocado algo diferente na droga deles com a pretensão de os matar; por isso decidiram “*arrumar a casinha dele*” (sic). Quando ela avistou seu amigo descendo o morro, foi conversar com ele, ajoelhou-se, chorou aos seus pés, implorando que não fosse na casa. Mas seu amigo não acreditou nela, falou que tudo estava bem com os meninos. Seu namorado puxou ela para casa e, em cerca de alguns minutos, ouviu três tiros. Correu para o local onde seu amigo havia entrado e viu D. ensanguentado. Pegou ele no colo, agonizando (ele havia sido atingido na testa, no braço e na perna). Ela gritou para seu namorado ligar para a mãe de D., mas a polícia chegou antes. Devido às digitais dela na cena do crime, ela foi intimada para testemunhar. Nada mais disse sobre isso. Apenas relatou que se mudaram para a casa de um traficante e que, depois dessa triste ocorrência com seu amigo, passou a traficar de verdade, usava drogas todos os dias e os dois “*viraram bruxos*” (sic).

Foi nesse período, janeiro de 2017, que o ciúme do namorado aumentou e o episódio relatado na primeira sessão ocorreu. Acordou com as agressões do namorado, foi até a cozinha, pegou uma faca “*peixeira*” (sic) e esfaqueou-o próximo ao pulmão (segundo ela a 2 centímetros de distância). A partir desse dia, suas famílias começaram a rivalizar. Apenas a mãe dele tomou partido dela, pois conhecia a índole do filho. Ele permaneceu um mês internado e ela foi até o hospital lhe pedir perdão pelo ocorrido. Depois disso, eles voltaram a conviver. Na oitiva sobre o episódio, eles combinaram de falar que tudo estava bem entre eles. Mas L. desafiou o promotor e permaneceu por 5 dias na delegacia, no feriado da páscoa.

Lembrou que ela e sua sogra fizeram uma cesta de chocolates para o namorado, mas que ele apenas recebeu um bombom, concluindo desse modo o quanto os “*porcos*” (sic) eram injustos. Após a saída de seu namorado, ele cumpriu a medida de liberdade assistida pelo ocorrido. M. permaneceu na casa dos pais por um tempo. Com a denúncia que havia voltado a morar com o namorado, foi acolhida em uma instituição para se afastar dele e sua mãe perdeu a guarda. Lá passava noites acordada e, por isso, foi medicada com lítio e risperidona. Após um mês de acolhimento, ela fugiu do local e foi até a casa dele. Quando lá chegou, a irmã dele não a reconheceu, pois ela estava diferente, de cabelo pintado, não estava mais com roupa de skatista. Ficou um final de semana lá. Como haviam se passado mais de 90 minutos, interrompemos a sessão para continuar na próxima semana.

Na terceira sessão, M. adentrou à sala reservada para as entrevistas levemente agitada e, quando questionada sobre sua semana, disse que estava muito irritada com uma garota de sua sala. A discussão entre elas foi motivada por fofocas. A colega achava que M. estava atrapalhando sua paquera com um menino da classe. Nunca foi amiga da garota, mas já a orientou em várias ocasiões, pois G. começou a usar drogas no ano da entrevista e em um dia “*chapou na balada e transou com vários caras na mesma noite*” (sic). Segundo ela, inclusive conversou com os pais de G., que queriam colocá-la em um internato, dizendo: “*não vai adiantar isso, só vai causar revolta nela*” (sic). Por diversas ocasiões, segurou-se para não agredir a menina e tinha se reportado à coordenação da escola sobre os ocorridos. Quanto a isso, ela julgou que amadureceu, pois anteriormente era impulsiva e não conseguia se segurar. Em uma das discussões, a garota verbalizou que a culpa era de M. por sua mãe não desejar permanecer com ela. Isso porque ela falou alto e usou alguns palavrões. Ao escutar isso, chorou muito, esmurrou a parede para não agredir a colega e solicitou às amigas que tirassem a garota da sala para não a agredir. Foi ao banheiro, a “*tia da copa*” (sic) lhe deu um copo d’água com açúcar para lhe acalmar. Disse que a escola lhe apoiava muito nessa situação, mas quando contou para sua irmã, essa imediatamente considerou que “*alguma coisa de errado você fez*” (sic).

Quanto aos estudos, a adolescente possuía ensino fundamental incompleto (7º ano), havia sido reprovada por baixo desempenho escolar. Mas nas sessões das entrevistas, bem como nas atividades do programa, demonstrou-se motivada a prosseguir com os estudos e foi convidada para ser estagiária nesse local. O que, de algum modo, reiterava sua autoimpressão de melhora. Também destacou que estava com um novo “paquera”, um “*menino de família certinha*” (sic), cujos pais trabalhavam e eram muito divertidos. Relatou dois episódios de jantares na casa do garoto e disse que os pais dele a “*adoravam*” (sic).

Com esse relato, M. continuou dizendo com tristeza que não tinha a confiança da sua irmã, que não se sentia em casa e sequer comia os alimentos disponíveis na geladeira, pois certa vez foi repreendida pela irmã por comer algo destinado à sobrinha. “*Parece que ela sente ódio de mim, nunca fomos próximas*” (sic). Destacou que sua irmã não acreditava em sua mudança e somente repetia sobre seu passado, dizendo que ela voltaria a ser como era antes. Mas M. sentia confiança em sua transformação. Disse se alegrar com tudo que conquistou, por frequentar a escola, possuir novos amigos, parar com o uso das drogas, embora tenha usado cocaína e maconha algumas vezes na escola. De acordo com ela, a família nem percebeu, pois ela não ficava mais alterada, “*chapada*” (sic).

Quanto a isso, salientou que a pesquisadora era a única pessoa adulta a que ela havia contado e que, de algum modo, sentia uma confiança diferente, que ela não sabia explicar. Ela remeteu a interrupção do abuso de drogas ao fato de ter passado a acreditar em Deus verdadeiramente, no impacto positivo de algo superior na vida dela. Recordou-se de uma revelação na igreja, quando uma mulher lhe disse que Deus mandou dizer que parasse de debochar dele, que ela não acreditava nele, sendo que tal pessoa, sem conhecer seu passado, relatou muitos episódios de sua vida pregressa. Esse momento foi um divisor de águas na vida dela, pois não havia possibilidades dessa pessoa saber anteriormente sobre sua vida. Assim ela considerou que realmente se tratava de algo divino.

Sua preferência era morar com a mãe e considerou isso uma possibilidade, já que sua genitora estava mais estabilizada financeiramente (7 meses com um trabalho), era acompanhada em termos de saúde e adquiriu uma nova casinha. Relembrou que considerava sua família como “lixo” (*sic*), que respondia a sua mãe e já a agrediu, “*saía para o mundo e não estava nem aí*” (*sic*). Começou a chorar, relatou sentir remorso e considerou que, se pudesse voltar e recuperar o tempo perdido, ela faria, porque não sabia quanto tempo de vida sua mãe ainda tinha, pois esta tinha uma doença desconhecida, desmaiava com frequência e usava remédios controlados. Disse que foram 6 anos sem aproveitar a vida com ela.

Aos 12/13 anos, quando já namorava o L., permaneceram por um mês com sua mãe, pois ela estava com depressão severa, não saía de casa, não tomava banho, não limpava a casa e não se alimentava, apenas permanecia no sofá. Também se recordou dos momentos em que a família toda passou muita fome por conta da depressão de sua mãe, pois ela abandonou a vida, havia deixado de trabalhar. Lembrou de quando não tinham nada para comer e que precisaram tomar polentina com água fria, pois não tinham gás para fazer comida. Na outra manhã, seu namorado decidiu traficar por 2 dias para trazer comida para casa e assim o fez. Ela destacou que sua mãe não soube disso à época, tampouco soube que ela se envolveu com o tráfico. M. contava que trabalhava como babá da filha da traficante, pois anteriormente a genitora foi obrigada a vender a casa que residiam, pois suas irmãs gêmeas foram ameaçadas de morte pelos líderes do tráfico e sua mãe tinha muito medo que isso acontecesse com ela também.

Mesmo diante de tanta carência, M. considerou que esse período foi o único em que tiveram um momento de mãe e filha, passeavam, tiravam fotos juntas, pois durante toda a sua vida suas irmãs eram o centro das atenções. Seu pai era alcoolista e agredia a todas e nesse período residia em outra casa. Sempre foi distante dele. Concluiu que sentia medo de se sentir

culpada de não conviver com os pais, assim como se sentia culpada pela morte da avó. Nesse momento, recordou-se de uma separação entre ela e o namorado, ocasião em que “*chapou o globo*” (*sic*) com o amigo I. Quando a mãe foi atrás dela, desmaiou no caminho. Chorou novamente e sentia-se culpada por isso até o momento da entrevista.

Sobre a casa de acolhimento, onde permaneceu por 1 mês, ela relatou que era “*como uma mãe para ela*”. Participava das atividades na cozinha, estudava, mas ainda fumava maconha no fundo do quintal, usava cocaína no banheiro e cortava os braços. Disse que não conseguia dormir e lá necessitou tomar medicamento para isso. Certo dia, uma menina acolhida brincou sobre o seu namorado, dizendo que ele estava com outra pessoa. M. lembrou que ele transitava pela frente da casa, pois cumpria medida por perto. Assim que a menina falou isso, que ela sabia ser uma mentira, M. esmurrou a garota a ponto de deixá-la inconsciente. As demais, que permaneciam no quarto, chamaram as funcionárias para acudi-la, mas mentiram sobre o real acontecimento, pois o “*b.o. também iria sobrar para elas que não ajudaram a parar a briga*” (*sic*). Contaram à funcionária que havia sido uma queda da cama. Somente, quando foi embora, revelou a verdade às funcionárias da casa. Não apresentou sentir arrependimento do fato e, em alguns momentos do seu relato, deu risada da situação, principalmente quando relatou que as outras meninas acharam divertida a agressão.

Na sequência, ela relatou sua ida para a casa da irmã, que possuía a guarda provisória e contou sobre sua fuga de lá. Na primeira entrevista, contou que sua evasão havia ocorrido da casa de acolhimento. Foi-lhe perguntado novamente de onde fugiu e ela reafirmou que foi da casa da irmã, devido a uma discussão dela com seu namorado. M. então relatou que sua irmã concordou que eles namorassem, desde que respeitasse algumas condições, tais como: não dormissem juntos e se verem apenas aos finais de semana com horários determinados. Diante disso, L. não aceitou, “*porque queria ser a mulher dele por inteiro*” (*sic*). Ela permaneceu com ele um final de semana, depois voltou para casa, por considerar que estava prejudicando o próprio futuro ao estar lá.

Como o tempo da entrevista havia se esgotado, interrompemos a sessão e combinamos que, na próxima semana, não teríamos nosso encontro devido ao feriado. Após, M. evadiu-se novamente da casa da irmã e, por se encontrar foragida do sistema socioeducativo, não mais retornou ao programa. Segundo informações da equipe, M. se encontrava na casa de L.

4.1.3.1 A sobrevivente Alceste: algumas impressões da narrativa de M.

As primeiras impressões, observadas na narrativa de M., foram a sua motivação em dialogar, sua fala organizada, minuciosa e expressiva, concatenada aos relatos que desenvolvia. Ora apresentava um discurso mais agitado, quando relatava as agressões vivenciadas, ora trazia uma fala mais pausada sobre descrições de sua vida, tais como: a composição familiar, onde morava, local de estudo. Mantivera-se nas recordações mais recentes de sua vida. Também foi identificada uma leve agitação, nos momentos em que ouviu as explicações da pesquisa, e uma dificuldade de gerir sentimentos de raiva, que a conduzia a atos impulsivos e pouco arrependimento. Também foi identificada a tristeza que a adolescente sentia com a desconfiança de sua irmã, que detinha sua guarda provisória, e chamou a atenção o modo adulto com que se vestia, que parecia revelar uma certa contenção do seu corpo e de sua adolescência.

Logo após a primeira entrevista com M., a irmã foi convidada a entrar na sala de entrevistas, momento em que foi explicada a pesquisa para a responsável. Ela se mostrou reticente e, após a explicação, disse que o maior problema era que M. mentia demais. Relatou sobre a denúncia de violência física feita pelo programa ao Conselho Tutelar, na ocasião da ausência de M. na escola. Afirmou que bateu na adolescente “*para o bem dela*” (*sic*) e destacou não se arrepender do ato, pois sabia que M. necessitava de pulso firme para não se desviar novamente e que o programa “*não sabe das mentiras que ela conta, acha que ela só faz coisas boas*” (*sic*). Mediante o seu relato, as diferenças entre o trabalho do programa e a pesquisa foram realizadas, sendo que a irmã solicitou à pesquisadora que sinalizasse sobre as presenças e/ou ausências da adolescente nas entrevistas. Após, a irmã assinou o termo de consentimento. Diante dessa conversa com a irmã da adolescente, evidenciou-se que a impressão de M. era convalidada, pois de fato sua irmã expressou descrença na possível evolução da adolescente.

Diferente da primeira sessão, em que estava vestida com roupas típicas de frequentadoras de igrejas evangélicas, na segunda, a adolescente estava vestida de calça jeans, moletom e tênis. Nessa oportunidade, M. sinalizou que este estilo era o mais próximo do que vestia anteriormente. Tal atitude pareceu simbolizar que a adolescente se sentiu acolhida em apresentar-se tal como ela é, sem a necessidade de exhibir-se dentro dos padrões pré-estabelecidos. Essa liberdade expressiva também foi observada em seu relato. Demonstrou-se bem-humorada, disposta ao diálogo. A adolescente também se permitiu discorrer sobre episódios passados que causaram intensa tristeza, tais como o falecimento da avó e o pesar pelo assassinato do seu amigo. Na segunda sessão, a adolescente demonstrou dificuldade em

desligar-se do programa, verbalizou a sensação de vazio que sentia ao pensar no término da medida. Também revelava isso na entrevista, quando não conseguia encerrar a sessão no tempo previsto.

Na terceira entrevista, a adolescente, ao mesmo tempo em que narrou os acontecimentos com agitação, também discorreu sobre suas atitudes diante de fatos que a aborreciam e salientou sua mudança de agir diante delas. Fatos que geraram satisfação consigo mesma e uma tristeza por não receber o apoio e a aceitação da irmã frente aos seus atos mais comedidos que evitaram a violência. Diante disso, revelou o desejo de voltar à casa dos pais para aplacar uma possível culpa futura por não ter vivido com eles, assim como revelou a sensação de ser culpada pela morte da avó que, tal como sua genitora, sofria de uma doença incurável, que a levou ao falecimento. Não queria mais passar por isso. Sua fala causou preocupação na pesquisadora, pois embora houvesse discorrido sobre temas cotidianos, o pano de fundo parecia desvelar sua dificuldade em aceitar o fim de alguns ciclos: a morte dos pais sem ter convivido com eles, o encerramento da medida socioeducativa, o prelúdio do fim das entrevistas e a possibilidade de término da relação com o antigo namorado com o início de uma nova relação. Após duas semanas da terceira sessão, a pesquisadora recebeu a notícia de que M. havia empreendido fuga da casa da irmã, não estava mais frequentando as atividades do programa e, por essa razão, havia descumprido a medida socioeducativa.

A história de M. parecia se entrelaçar, em alguns pontos, ao mito grego de Alceste, a bela jovem que se sacrificou por Admeto, seu marido, para que ele pudesse sobreviver a uma doença incurável. Com a tristeza que assolava a morte de Alceste, Hércules optou por salvá-la do reino dos mortos. M. também parecia ser uma sobrevivente. Sua mãe estava grávida de quadrigêmeos meninos e sofreu um aborto espontâneo e, “*por um milagre*” (*sic*), o médico descobriu que M. ainda estava lá, mesmo depois da curetagem. M. passou a viver com a avó materna a partir dos 3 meses de vida, pois seus pais não tinham condições de cuidar dela, por já terem outras filhas. Assim como Hércules, o médico e a avó pareciam ter salvado a adolescente da morte. Para ela, a época com sua avó foi muito feliz e de união, sua avó brincava e a mimava, eram muito companheiras e até suas roupas eram iguais. Nesse quesito, parecia que M. não pôde empreender o rito de desligar-se da avó da infância, mantivera-se como objeto do desejo. M. era “*uma miniatura da avó*” (*sic*), permaneceu com a chupeta até os 9 anos e com a mamadeira até os 10. Foi somente anos após a morte de sua avó que uma nova salvação apareceu no relato de M.: com a adesão a uma religião que, de algum modo, cerceou a adolescente em seu modo de vestir e no abuso de drogas. Chama a atenção que esta

salvação foi legitimada, porque uma mulher descreveu seus atos passados sem a conhecer e solicitou para M. interromper seu deboche a um ser superior. Ao que tudo indica, a relação com essa desconhecida, mesmo que momentânea, funcionou como uma atualização de outras figuras, as quais, repetidamente, foram salvando M. dos seus fatos passados.

Embora haja equivalência entre Alceste e M., quanto à aceitação do destino rumo ao sacrifício, há que se considerar algumas diferenças. Alceste aceita morrer no lugar de Admeto por amor, M. supostamente aceitou o seu destino por culpa, por se sentir causadora dos males que assombram sua família e sua história. Na terceira sessão, M. parecia preferir o sacrifício de permanecer com os pais, mesmo que esses a tenham abandonado no passado, para evitar a terrível sensação de culpa por suas mortes, falecimento da avó, do amigo e quiçá, inconscientemente, até dos irmãos quadrigêmeos mortos.

4.1.3.2 A análise das inscrições da morte na trajetória de M.

Diante da narrativa de M. nas três sessões de entrevista, um dos enigmas que fizeram questão centralizava-se na pergunta: Qual lugar a adolescente ocupa na trama familiar? Na perspectiva de Taguchi e Pio (2014), toda gravidez carrega uma aceitação e a rejeição ao novo bebê. E no caso de M., qual foi o investimento de desejo dos pais para uma menina que nasceu em meio a quatro homens mortos? Válido lembrar ainda que eram quatro irmãs mais velhas, coincidência ou fantasia de haver sepultado o desejo dos pais por um filho homem com o próprio nascimento? Não se sabe. Seu enunciado era de que ela foi um milagre, pois os indícios para a gravidez naquelas circunstâncias eram mínimos. Quem sabe uma sobrevivente ao desejo dos pais por um menino, que, mesmo com a curetagem, encontrou vida em um lugar de morte. Ou seja, sobreviveu no lugar de um túmulo, tal como Alceste que se entregou para ser morta no lugar do esposo Admeto e foi resgatada pelo herói Hercules? De acordo com Stellin et. al. (2011), “O não dito sobre o não nascido tem um implícito de ‘mau-agouro’ porque há uma possibilidade, e talvez uma fantasia, da não sobrevivência, o que aponta indubitavelmente a ambivalência sobre a maternagem” (p. 179). Esse duplo vínculo com o feto pareceu revelar que, antes da afeição ser elaborada na díade mãe-bebê, há na origem da maternidade um sentimento de rancor, que, na narrativa da adolescente, incidiu na sua sobrevivência, a despeito do desejo dos pais.

Além do ódio, Taguchi e Pio (2014) pontuam que as fantasias maternas podem estar vinculadas ao sentimento de culpa da grávida em ter furtado o bebê de sua mãe e ao medo da

represália materna por ter ocupado seu espaço. Na história de M., parece que a saída de sua genitora para essas angústias, conforme apontam Taguchi e Pio (2014), foi a de entregar seu bebê, que sobreviveu à morte prematura de quatro homens, para sua mãe, obtendo certo conforto dessas possíveis perseguições. M. encontrou amparo e salvação na figura da avó materna, tanto que foi ela quem lhe atribuiu um nome e a retirou do sepulcro dos irmãos mortos. A adolescente, por sua vez, direcionou sua energia libidinal a ela e parecia internalizá-la como objeto imaculado e bom, em detrimento da mãe, que a entregou à própria sorte e não a protegeu dos ataques constantes de suas irmãs. Ao mesmo tempo em que M. se mantivera unida simbioticamente à avó, com a infância estendida pelo uso prolongado da chupeta e da mamadeira, a adolescente possivelmente se posicionou como objeto do desejo da avó, tornando-se a sua miniatura. Ocorre que a morte de sua avó provavelmente promoveu um corte real nessa relação simbiótica, o qual M. não conseguiu aceitar e, a partir daquele momento, decidiu permanecer agarrada no caixão e descer ao mundo dos mortos. Tratava-se de novamente uma morta-viva, para não se separar de seu objeto de amor, não conseguia se alimentar e tampouco sentir motivação de vida. Isso tudo justamente em uma época em que a própria condição biológica e psíquica levava a uma necessidade por cisão das figuras parentais, para assim, adentrar na adolescência.

Em suas narrativas, apareceram outras figuras/situações que cumpriram a função de Hércules na história de nossa Alceste. Além do médico e da avó, as psicólogas que permitiram reflexões sobre sua vida; o tráfico de drogas que, embora tivesse colocado as irmãs em maus lençóis, permitiu matar a fome da família, quando a matriarca estava entregue à depressão, e fez com que M. e L. ascendessem ao *status* de “bruxos”, que na gíria das relações no tráfico significa o maior grau de poder entre os jovens. A mulher da igreja que funcionou como um oráculo de suas ações pregressas, mesmo sem a conhecer e ordenou que M. parasse de debochar de Deus, também parece ter cumprido uma forma de redenção, de renascimento. Essa ocasião provavelmente funcionou como uma pontuação da lei simbólica para M., fez com que ela parasse o uso abusivo de drogas, mudasse sua relação com L., inclusive, de sua forma de vestimenta. É válido também recordar que esse vínculo com a religião foi estimulado pela irmã que detinha sua guarda provisória, a mesma que não confiava nos progressos de M. Por essa razão, é possível que essa vivência para a adolescente tinha ainda um cunho de instabilidade, de desamparo, porque não se sentia acolhida pela irmã e sua família, não se sentia parte daquela casa. Era como estar abandonada em meio de um espaço, que supostamente deveria fazer a função de um lar e de proteção.

O temor de um novo abandono também parecia estar relacionado a sua última fuga, poucos dias antes de integralizar o cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto. Crises que supostamente já ocorreram no plano psíquico, mas que ainda não haviam sido vivenciados nas situações factuais (Ogden, 2013). Assim, o sujeito opta por conservar seus últimos resquícios de sobrevivência para não se deparar com o completo aniquilamento, diante do terror de uma nova separação. Ele opta por antecipar-se diante de um suposto sofrimento do qual ele já conhece. Para Dolto (1988/2004), “As crianças que foram separadas dos pais no nascimento são terrivelmente provocadoras. Elas repetem a agressão que foi o momento da separação. Atravessam um deserto e procuram a recordação desse amor ‘despedaçado’.” (p. 110). Nas palavras de Freud (1907/2015c), “mediante a fuga a pessoa reencontra aquilo de que foge (p. 41). No caso de M., a evasão, em seu aspecto antecipatório de evitação do abandono, parecia também funcionar como um aparato de redenção (o retorno do recalçado), ela se afasta do lugar para sobreviver, tal como a curetagem que a retirou do lugar de um túmulo, assim como a limpeza que ela excessivamente fazia para livrar-se do “lixo”, adjetivo a que ela recorreu para dizer com tristeza sobre seus sentimentos pregressos acerca das figuras parentais, do qual ela igualmente sentia remorso e gostaria de evitar pelo resgate de uma possível relação com os pais.

Freud (1917/2016k) argumenta que os estados melancólicos encobertam em seu âmago a introjeção do objeto perdido, devido à energia libidinal desvinculada ante a ausência real ou fantasiada, do que outrora significou uma relação afetuosa. Os aspectos autoacusatórios desvelavam os sentimentos ambíguos direcionados ao objeto internalizado que, no caso de M., transpareciam em suas mutilações, as quais também possivelmente se configuravam como um atestado de sobrevivência perante a morte simbólica; em seu encontro com uma espiritualidade cerceadora de seu estilo de vida, fomentada pela revelação de suas atitudes pregressas por uma mulher desconhecida; bem como são enunciados no seu relato sobre a perda da sua avó, com sua posterior recusa em se alimentar e em viver depois disso: “*eu queria ser enterrada com ela*” (sic). Tal como as lágrimas de Alceste se fundem às de Admeto, as recriminações contra si apareciam nas narrativas de M., no modo que as pessoas de sua convivência interagiam com ela, a colega de classe que enunciava a culpa de M. por não conviver com a mãe, a irmã que detinha sua guarda provisória e não acreditava em sua mudança, como também não a felicitara em seu aniversário.

Ainda que o empobrecimento do eu não seja tão evidenciado em M., haja vista sua busca em se manter viva mesmo diante das mortes tão recorrentes, transvestida no

protagonismo que desenvolveu junto ao cumprimento da medida, no resgate do seu modo de vestimenta, na narrativa de sua história; os traços maníacos pareciam transcorrer essas tentativas de sobrevivência. Interessante notar que Freud (1917/2016k), no ensaio sobre a melancolia, discute sobre o seu aparente oposto, a mania:

Por fim, tem de nos chamar a atenção o fato de que a conduta do melancólico não é bem a de alguém com sentimento de culpa [*Zerknirschter*] que normalmente faz contrição de arrependimento e autorrecriação. Falta a vergonha diante dos outros, que caracterizaria sobretudo este último estado, ou então pelo menos ela não aparece de maneira chamativa. No melancólico, quase se poderia destacar o traço oposto, de uma premente comunicabilidade, que encontra certo apaziguamento [*Befriedigung*] na exposição de si mesmo. O essencial não é, portanto, que o melancólico tenha razão por causa de sua dolorosa autodepreciação, no sentido de essa crítica coincidir com o julgamento dos outros. Importa muito mais que ele descreva corretamente a sua situação psicológica. Ele perdeu o respeito por si mesmo e deve ter um bom motivo para isso. Estamos, então, na verdade, diante de uma contradição que nos coloca um enigma de difícil solução: segundo a analogia do luto, tivemos de concluir que ele sofreu uma perda no objeto; a partir de suas afirmações surge uma perda em seu Eu. (Freud, 1917/2016k, p. 104)

Nossa Alceste parecia transitar pela melancolia e a mania, para evitar a barca dos mortos. Com isso, pagava o preço de uma vida de mortos-vivos que a assombravam, a mãe em seu profundo desfalecimento, incapaz de gerenciar uma profissão, a feminilidade e a maternagem; o pai vivo em certas regras impostas, mas ausente no amor e cuidado; a amada vó morta pelo veneno (medicação ministrada equivocadamente), dado pela estrangeira mulher que adentrou a sua casa; as amigas que sempre estavam prestes a roubar o seu objeto de amor substituto (namorado) e a irmã com os constantes ataques à parte boa do seu eu. Nesse emaranhado psíquico, o sentimento de culpa como herdeiro edípiano e, portanto, de um eu integralizado entre a moralidade e os seus desejos mais intrínsecos, tinha pouco espaço para advir, e acabava por ceder espaço à vergonha de si, aos atos impulsivos que a faziam “*sair do corpo*” (*sic*), à fuga de um espaço que podia ofertar uma reconciliação com sua história.

Ainda, com base na diferença conceitual entre passagem ao ato – que remete a uma ocorrência impulsiva sem simbolização, pela qual o sujeito está ocultado – e *acting out* ou *agieren* que, de acordo com Laplanche e Pontalis (1982/2004), denota um ato dirigido por pulsões, de origem desconhecida pelo sujeito, mas que demonstra o retorno do recaiado, e, sendo assim, uma forma de enunciação subjetiva; à primeira vista, as atuações impulsivas de M. pareciam carecer de simbolização, pelas quais ela se excluiu. Suas ações violentas impetradas contra si (automutilações) e contra o outro (uso de facas, quebra de garrafas) pareciam revelar uma dificuldade de representação pela palavra, pois muitas vezes careciam

de arrependimento. Mas ainda assim, de algum modo desvelavam o retorno do recalcado, pois pelas automutilações M. parecia localizar a lei, um corte que atestasse sua sobrevivência mediante os desejos mortíferos dos pais. O que podia parecer paradoxal em um primeiro momento, haja vista sua maneira expressiva de se comunicar, bem como sua revelação pela busca do afeto da irmã, na ocasião do seu aniversário. Ocorre que seu discurso, ao concatenar rapidamente diversas situações, inviabilizou uma abordagem mais dialógica e imersiva, permanecendo no formato de um monólogo. Em alguns momentos, ao excluir o receptor de sua mensagem, M. também se excluía. Desse modo, embora *a priori* M. se diferencie da sobrevivente Alceste que volta do mundo dos mortos muda, podemos interpretar que sua verborragia nas entrevistas era uma maneira de evitar tangenciar as dores que lhe acometiam, a adolescente atualizava pelo excesso da fala a busca de uma lei, que não passava por simbolização, ou quando internalizada era tão cruel e aniquiladora que era preciso burlá-la, seja pelo tráfico que a redimiu da fome e da morte, seja pela negação do arrependimento pelos atos violentos, tal como ocorria a abnegação pela morte dos irmãos quadrigêmeos pela fantasia do milagre.

Desse modo, M. parecia aceitar o dolo de sobreviver em uma família que não a desejou. Como uma morta-viva, confrontava a retirada do sujeito da lei pela fuga, seja de lugares onde a concretude da lei se instaurava, seja pela fala exacerbada, seja pela repetição de atos agressivos sem remissão, seja pelos ritos que sua avó desejava para ela, mas que não se concretizaram pela morte real. O que acabou lançando a adolescente aos reinos dos mortos, do qual ela algumas vezes renascia, sem se autorizar a viver e prosseguir como sujeito do seu próprio desejo.

4.2 A Análise das Marcas da Morte Nas Trajetórias de Vida Dos(as) Adolescentes Entrevistados: O Que as Histórias nos Contaram?

Neste tópico, entrelaçaremos alguns trechos significativos das histórias de vidas, suas análises e sistematizaremos algumas semelhanças e diferenças entre os discursos, para compor um arranjo, a fim de abarcar o objetivo proposto por esta investigação acerca das inscrições da morte na trajetória de vida dos adolescentes entrevistados. Para tanto, pinçaremos alguns assuntos para discorrer a partir deles. Em vista disso, precisamos sinalizar que se tratam de recortes das narrativas, que foram delineadas diante da temporalidade em que as entrevistas ocorreram e da singularidade da pesquisa.

4.2.1 O real da morte e suas vicissitudes nas histórias de vida dos adolescentes entrevistados

A finitude da vida está presente em toda e qualquer vivência humana. Isso é um fato, como bem destaca o ditado popular “Para morrer, basta estar vivo”, sendo que esta constatação geralmente é um componente para o sofrimento humano. Contudo, o que buscamos discorrer aqui é que, de algum modo, os três adolescentes entrevistados tiveram suas experiências balizadas pela concretude da morte biológica. Antes, precisamos advertir sobre a possibilidade dessa evidência nas histórias de vida dos adolescentes estar relacionada com a própria pesquisa, uma vez que nosso enfoque de estudo foi esse. Em outras palavras, já no roteiro das entrevistas e na condução tivemos como um dos motes essa averiguação, o que pode ter tornado mais evidenciado esse aspecto nas narrativas.

A despeito disso, observamos, em analogia ao que discorremos em tópico anterior, a concretude da morte biológica como cimento (sustentáculo) para as maneiras de ser e estar no mundo.

J. e a morte de seu pai por meningite, com o acréscimo de que as dores de cabeça do genitor foram por anos negligenciadas. O que parecia encontrar eco na vivência pontual da agressão vivenciada pelo adolescente (garrafada na testa) e sua tentativa de amenizar o ocorrido, que inclusive culminava em uma suposta ameaça de morte. Essa indiferença do pai para com a sua saúde se parecia também à postura do adolescente para com sua própria vida, seja pela consideração de que seus laços afetivos eram uma perda de tempo, seja pela manifestação de apatia em seu relato, ou mesmo pelo descaso com a sua própria imagem. H. também vivenciou a morte de seu genitor na infância, resultado de um homicídio provocado pelo então companheiro de sua mãe. Poderíamos dizer que esse episódio em muito se assemelha ao de Édipo Rei, pelo qual H. se deparou com o assassinato de seu genitor, após lhe ter solicitado um passeio. Além de carregar a culpa pela tragédia, H. vivenciava a impossibilidade de suceder o pai em seus feitos, não lhe sendo outorgada sequer a possibilidade de se vincular à família paterna, ou mesmo de comemorar sua existência. Desse modo, parecia vagar pela vida, tal como ele supõe que os fantasmas o fazem, em uma possível identificação com o pai morto. Já a adolescente M. experienciou a morte de sua avó, aquela quem simbolizou o amparo, concedeu-lhe um nome e a salvação do sepulcro dos irmãos mortos. Como dito antes, essa morte provavelmente promoveu um corte real na relação simbiótica entre avó e a adolescente, o que levou esta última novamente à condição de morta-

viva, pela impossibilidade de identificação com outras figuras que pudessem mediar sua relação com o mundo.

Nos três adolescentes entrevistados, observamos semelhanças quanto à introjeção dos aspectos mortíferos da finitude da vida de figuras que ocuparam espaço significativo em suas histórias. O que é diferente de vivenciar o processo do luto pela perda de um objeto amado, pelo qual a falta que a perda traz é mediada por algum tipo de representação que ainda mantém a inscrição do sujeito. Com isso queremos dizer que cada um ao seu modo e com diversas nuances, parecia carregar traços melancólicos, com possíveis regressões para os estágios primevos do narcisismo, nos quais o eu, como instância psíquica, encontrava-se amalgamado ao *id*, por não haver abnegado parte do prazer dos primeiros objetos pulsionais. Desse modo, a impressão era de que os adolescentes, identificados com os objetos amados mortos, posicionavam-se frente ao mundo como mortos-vivos, espectadores dos acontecimentos da própria vida, ou como fantasmas que vagavam, ou mesmo como sobreviventes do reino dos mortos, que precisavam constantemente atestar sua existência.

Do ponto de vista das mortes vivenciadas nas histórias de vida dos adolescentes e suas possíveis vicissitudes, observamos mais nitidamente a ausência de uma posição calcada na alteridade em J. e em H. Em M., notamos uma interação com o mundo externo mais centralizada na culpabilidade pela perda dos objetos amados. Nesses dois últimos casos (H. e M.), o supereu parecia se constituir como um agente opressor e cruel que subjogava o eu e que, em um movimento de introjeção, se expressava nas autorrecriminações pelas mortes, na automutilação e na escolha por voltar a morar com os pais, no caso de M., e no abuso de drogas de H., que o remetia a um entorpecimento de si. Em J., possivelmente as autorrecriminações pela morte do objeto amado eram projetadas no mundo externo, transvestidas por manifestações persecutórias, de desconfiança no outro. A não evidência das autorrecriminações, em sua narrativa, pareciam estar mais vinculadas com o impossível de ser representado, sendo que, nesse caso, cogitamos em tópico anterior a possibilidade da função estruturante do negativo ter sido rejeitada, típico das formações do narcisismo negativo. J. parecia não sentir a falta do objeto perdido, assim como não encontrava elementos para protagonizar sua história; a ele restava o vazio inominável, que o tornava espectador do desolamento de sua própria terra.

Precisamos também sinalizar que as manifestações aqui citadas não foram uníssonas, pois, ao mesmo tempo que identificamos rudimentos de culpa na interação com o mundo, também percebemos em certas ocasiões a ausência de responsabilização dos atos agressivos

perpetrados. Nesse emaranhado, o sentimento de culpa, como herdeiro de um eu integralizado entre a moralidade e os seus desejos mais intrínsecos, tinha pouco espaço para advir e acabava por ceder espaço aos atos impulsivos, à vergonha de si e à recusa em participar de um espaço, onde pudessem refletir sobre suas histórias.

4.2.2 Atos infracionais e a inscrição mortífera

Neste tópico, buscaremos sistematizar as narrativas sobre as infrações dos adolescentes entrevistados e de que forma estas práticas poderiam ser consideradas ou não como vias de inscrição da morte em suas trajetórias.

Nas narrativas de J., as práticas infracionais foram pontuadas em dois momentos: primeiro, quando indagado sobre as pessoas de sua confiança e, segundo, ao lhe ser requisitado para discorrer sobre a tristeza. Para o adolescente, no mundo do crime não se estabelecem relações de amizade, pois há um risco iminente de ser apunhalado pelas costas. E os seus momentos de tristeza são demarcados pelas ações que ele julgava serem erradas, tais como o primeiro roubo. A despeito da nossa sinalização ulterior sobre a ausência de J. em protagonizar a sua história, vemos, nesses trechos descritos, a marca de uma inscrição mortífera em um mundo específico: o do crime, do qual não se podia esperar laços que sustentassem a alteridade, restando apenas a rivalidade entre os pares. Precisamos também sinalizar que o marcador por ele elencado para a inserção neste mundo foi a morte de seu pai, aproximadamente quando ele tinha 10 anos, quando iniciou com pequenos furtos e depois assaltos à mão armada. Como exposto antes, suas práticas infracionais pareciam possuir interlocuções com o drama edípico que se inscreviam no retorno de um recalco impossível de ser representado. J. parecia atualizar, com as suas infrações, as tentativas de adentrar nesse desconhecido mundo adulto, pela identificação mortífera com o pai morto, já que carecia de figuras maternas capazes de promover relações objetais de ligação. Na clausura do narcisismo, ele vivia como seu pai morreu, nos ritos infracionais de imposição fálica, que se repetiam para transformar a figura paterna em totem.

No relato de H., o universo infracional foi apenas tangenciado pela enumeração de infrações, suas tipificações e pela rápida descrição de que sua avó materna havia visitado o tio que estava preso. Com isso, o adolescente expôs também que não possuía gerência sobre suas sentenças e que estas ficavam a cargo de sua avó. Não nos apareceu elementos suficientes para analisar se estas atuações carregavam um mote simbólico de enunciação de um sujeito ou

se configuravam em agires impulsivos. A pista para a tendência em considerarmos que, pelos seus atos infracionais, H. se abstinha de si e de qualquer inscrição vinculava-se mais à breve sinalização de que ele sequer se responsabilizava pelas suas sentenças e, ao contexto global de suas entrevistas, que denunciavam o traumático advindo das violências vivenciadas em tenra infância, da castração das figuras masculinas (pai morto, avô ausente, tio preso), aliada à tirania das figuras femininas que pareciam acarretar em uma paralisação que o impedia de se inscrever.

M., por sua vez, permeou suas narrativas com relatos referentes ao tráfico de drogas e, sobretudo, pelas ações violentas que impetrou a si mesma e a outros (namorado e garotas), sendo que uma delas foi motivo para seu primeiro cumprimento de medida socioeducativa. Ela descreveu que duas irmãs mais velhas foram envolvidas com o tráfico de drogas e que, inclusive, perderam a moradia da família por dívidas. Em vista disso, sua genitora temia que M. seguisse o mesmo caminho. Não obstante, na ocasião em que sua genitora esteve entregue à depressão, seu namorado à época decidiu traficar por 2 dias para que a família tivesse comida em casa. Segundo a adolescente, sua mãe não soube disso, achava que M. trabalhava como babá na casa da dona da biqueira. Diante dessas narrativas, pareceu-nos legítimo hipotetizar que o envolvimento com o tráfico estava mais relacionado ao abuso de drogas⁴⁷ e como reação às condições reais de existência, sendo que essa atividade atribuía para eles uma possibilidade de ascensão econômica e social, nas palavras dela: “*se tornaram bruxos*” (*sic*). No que tange às agressões impetradas aos outros, observamos que elas pareciam se constituir como agires impulsivos que careciam de simbolização e de senso de arrependimento. O que, à primeira vista, parecia paradoxal, haja vista que a adolescente as representava na linguagem, com o argumento de que os outros mereciam ser alvos dessa violência, seja por contestarem uma opinião dela, seja por mentir a respeito do namorado, seja por contarem algo sobre ela. Ocorre que, em seu discurso, a adolescente parecia inviabilizar uma abordagem mais dialógica e imersiva. Com isso, ela parecia excluir o receptor de sua mensagem, colocava o outro como objeto de uma ira justificável e assim se excluía como sujeito, ou como ela mesmo verbalizou: “*saía do corpo*” (*sic*). Já nas agressões infringidas a si mesma, consideramos a hipótese delas transvestirem o retorno do recalcado, pois possivelmente eram tentativas de marcar na corporeidade um atestado de sua sobrevivência mediante os desejos mortíferos dos pais.

⁴⁷ Assunto que será abordado em tópico específico.

De forma sumária, podemos delinear que, em J., as práticas infracionais pareciam se constituir em formas de inscrições mortíferas, que denotavam o retorno de um recalcado irrepresentável, mas que sustentavam a existência de um sujeito, ainda que enclausurado em seu narcisismo. Já em H. e em M., os atos infracionais destituíam o sujeito e o seu interlocutor, com exceção das automutilações em M., as quais, em via de regra jurídica, não se constituem como práticas infracionais.

4.2.3 Há enunciação mortífera no abuso de drogas?

O abuso de drogas é analisado sob diferentes prismas na psicanálise. Há que se ponderar que, em uma mesma vertente epistemológica, o entendimento sobre a temática não é uníssono. Naparstek (2015), baseado em uma leitura lacaniana, discorreu sobre quatro tipos de abordagem da toxicomania em nosso tempo. A primeira é balizada pelo debate entre o objeto X o sujeito, que se questiona se o problema é a droga ou aquele que a utiliza. Para o autor, esse tipo de abordagem presente desde a Antiguidade Clássica incorreu, por exemplo, na política de redução de danos que, dentre seus diversos posicionamentos, estabeleceu a substituição de uma droga por outra por centralizar a minimização dos danos no objeto e não no sujeito. O segundo tipo procura explicar o “toxicômano como aquele que tem um gozo desordenado que vai levá-lo à morte” (Naparstek, 2015, p. 38). Nessa abordagem, todo e qualquer sofrimento advindo do abuso de drogas é tratado da mesma forma. Segundo o autor, esse método balizou o surgimento das comunidades terapêuticas após a Segunda Guerra Mundial, que buscavam curar a toxicomania por meio de uma horizontalização dos saberes. No terceiro tipo, há uma estratificação do saber mestre, na qual uma autoridade transvestida de um conhecimento divino poderia determinar os caminhos para a cura. Esse tipo demarcou o aparecimento dos alcoólicos anônimos. O quarto tipo, no qual se localiza a psicanálise, perfaz-se pela centralização na singularidade de cada sujeito, o qual somente pode advir no encontro com um outro que não possui todo o saber. Sendo assim, a busca não está por remover o sintoma e desaparecer com o consumo, mas a de compreender que ali está um sujeito, com todas as suas particularidades que também remontam a uma determinada cultura, sociedade e tempo.

Isso posto, queremos sinalizar que, neste tópico, serão demarcadas as relações entre as narrativas dos adolescentes quanto ao abuso de drogas e suas possíveis interfaces com inscrições mortíferas. Com isso, estabelecemos também o limite deste estudo, pois não se

trata de abarcar todas as dimensões do sujeito e tampouco de trabalhar as relações com as drogas em sua totalidade.

J. sinalizou, em suas narrativas, que iniciou o uso de drogas 5 anos após adentrar no universo infracional. A primeira droga que experimentou foi a cocaína que teve seu uso descontinuado porque, segundo ele, “*não deu pira*” (*sic*). Afirmou ser usuário de maconha, de LSD e de *ecstasy*; essas duas últimas apenas quando frequentava espaços de música eletrônica. *Grosso modo*, sua vinculação com substâncias alucinógenas no contexto em que ele fazia o uso nos pareceu possuir características mais lúdicas, como uma tentativa de vivenciar uma outra realidade, diferente daquela que o mantinha na mesmice ou que podia remetê-lo para uma realidade muito estimulante. Tal observação nos remeteu ao discorrido por Dolto (1988/2004), no que tange ao uso de álcool e outras drogas estar relacionado ao deslocamento imaginário da morte do narcisismo da infância, como uma maneira de assegurar ilusoriamente a completude egóica desse tempo.

Já em H., a via mortífera das drogas apareceu de forma mais nítida em seus relatos, pois estava atrelada ao abandono de si, à negação do corpo e de sua rotina, uma vez que o adolescente permanecia entregue a uma amplitude maior de narcóticos, vagando pelas ruas. Há que se considerar também que o abuso de drogas de H. parecia transvestir um imperativo de fuga da realidade hostil, muitas vezes marcada por um feminino devastador, que não foi barrado/mediado pela função paterna, seja pela figura da genitora agressiva e cúmplice do assassinato do pai, seja pela avó cerceadora. Freud (1912/2016e), ao discorrer sobre as formas do sofrimento neurótico, argumenta que em alguns pacientes, as privações advindas da realidade externa são de tal modo represadas pelo eu que ocorre uma “inibição de desenvolvimento” (p. 76), uma paralização que captura o sujeito na infância e o impede de amadurecer. Ocorre que, diferente de J., a dependência às drogas de H. parecia desvelar uma regressão a estágios ainda mais primevos do desenvolvimento, que posicionava o adolescente na escuridão da vida uterina. Com isso, recorreremos ao estudo de Kalina (1986) sobre a clínica de adolescentes psicóticos, no que tange às regressões aos estágios fetais manifestadas pela dependência às drogas, quando atrelada à recusa em crescer, à negação do próprio corpo e dos conflitos identitários da adolescência, como, por exemplo, a renúncia da sexualidade genital. Essas elucubrações alinhadas à dificuldade de aprendizagem, à desorganização do pensamento e da fala em alguns momentos da entrevista, ao vazio da referência sexual, conduziram-nos à possibilidade de pensar a relação de H. com as drogas como um dos elementos de sua história, que tangenciava uma inscrição mortífera no âmbito da psicose.

Parecia tratar-se, então, de uma forma de morrer mediante a carga irrepresentável que a realidade o impunha, pela qual H. parecia tangenciar o Nirvana.

Em suas narrativas sobre o uso e o abuso de drogas, M. relatou que começou a fumar maconha aos 11 anos, 1 mês após a morte de sua avó materna. Disse que, nessa época, estava sem se alimentar e sem dormir, que passou a frequentar as ruas, largou a escola, pois não conseguia acreditar que sua avó havia morrido. Logo na sequência experimentou cocaína, o uso de cigarro aconteceu mais tarde e tinha mais a função de atribuir *status* no grupo que participava. Esse relato foi acompanhado de tristeza e lágrimas, ao constatar que sua vida seria diferente se a avó estivesse viva, uma vez que juntas elas tinham planos para M. A intensificação do uso da cocaína ocorreu pela convivência com o namorado, quando passaram a gostar da sensação que a droga proporcionava. A adolescente também considerou que a partir disso, as brigas entre eles se tornaram mais constantes e cada vez mais agressivas. O abuso de drogas também apareceu em seus relatos sobre as agressões impetradas contra outras adolescentes e ao discorrer sobre o tráfico de drogas, que, segundo ela, contribuiu para a exacerbação do uso. De acordo com a adolescente, sua redenção das drogas adveio pela interferência de uma senhora religiosa, que soube dizer sobre a vida pregressa de M., sem nem mesmo a conhecer. Se antes cogitamos que M. transitava pelos mundos dos vivos e dos mortos, em uma frequente tentativa de atestar sua sobrevivência; ao que tudo indica, a dependência às drogas funcionava para ela como um dos elementos que delimitavam a interrupção de sua vida simbiótica, que a lançava em um “*mundão*” (*sic*), onde a ética da irresponsabilidade com o outro imperava, repleto de “*porras locas*”, “*lixos*” e “*bruxos*” (*sic*). Essa hipótese nos remeteu ao conceito de Nomes-do-Pior de Lacadée (2006). Se a metáfora paterna Nomes-do-Pai⁴⁸ imprime a marca da castração, capaz de inserir o sujeito na ordem da alteridade, o Nomes-do-Pior, em época de “*demissão paterna*” (p. 36), opera em substituição a essa metáfora, lançando o indivíduo ao campo de um gozo que inviabiliza o outro, pois o torna objetificado. Desse modo, compreendemos o abuso de drogas, em M., como uma via *sinthomática*, que enuncia a busca da adolescente por escapar da clausura do amor materno mortificado, ao mesmo tempo em que a posiciona em um mundo de relações ilusórias, que mortificam o outro como objeto.

4.2.4 Sobre o brincar como função para o devir no mundo

⁴⁸ Descrita no tópico 2.1 do presente estudo.

Na interface entre o rap trazido no prólogo deste trabalho, na qualidade de representante das experiências singulares dos adolescentes entrevistados, e o brincar, tal como tangenciado pelo pensamento winnicottiano, propomos este tópico para analisar a ludicidade, em seus aspectos de troca afetiva com as pessoas e de invenção criativa frente às realidades sociais de escasso investimento libidinal, ou mesmo onde a morte parece ser a única via passível de experienciar. Nesse ínterim, compreendemos o brincar no mais além da atividade recreativa, ele está implicado na realidade psíquica, pois oferece subsídios para a aquisição da linguagem, para a capacidade de simbolizar e de fantasiar, e é importante elemento para o desenvolvimento cognitivo e das criações artísticas.

O lúdico foi explicitado por J. na breve alusão às brincadeiras com a sobrinha e no relato sobre suas saídas de casa para jogar *videogame* com os amigos. Esses relatos ocorreram sem descrições sobre o tipo de brincadeiras envolvidas, ou mesmo quando elas aconteciam. No sentido mais amplificado da temática, hipotetizamos que a relação de J. com as drogas possuía um caráter lúdico, pois parecia transvestir uma tentativa de tamponar o vazio e a indiferença que o atravessavam, para se deparar com uma realidade mais prazerosa e de certa socialização entre pares. Se pensarmos o lúdico como potencial criativo, implicado na formação do eu em sua interação com o mundo, nos parece que, em J., ele se constituiu balizado pela inibição da fala, pela baixa demonstração emotiva, pela superficialidade de seus laços sociais e até mesmo em suas fantasias persecutórias subjacentes. Ao retornarmos aos estudos winnicottianos sobre o desenvolvimento do brincar, mediado pela díade mãe e filho e construído criativamente pela criança frente à possibilidade de se tolerar a ausência materna, parece-nos que J. vivenciou a força da internalização de uma figura materna desagregadora, a qual abriu caminhos para uma modalidade relacional, baseada na perseguição de um mundo hostil que constantemente se impunha ao adolescente. Como exposto antes, o adolescente possivelmente foi sentenciado ao ressentimento por descumprir o mandato parental, manifestado em seus relatos sobre as frequentes injustiças do mundo para com ele, identificou-se projetivamente com o pai morto, pelas vias da mortificação do outro e dos traços persecutórios, e acabou por se deparar com escassos espaços de invenção criativa para cumprir o pacto societário.

H. também fez menções à ludicidade em seu relato. Contou do futebol que costumeiramente jogava com seus amigos, dos jogos de *videogame* com o tio mais novo, dos momentos em que fabricava e empinava pipas nas ruas. Interessante notar também que as

lembranças positivas que mantinha de seu pai eram aquelas vinculadas às brincadeiras que faziam juntos, e considerou o cuidado da avó materna para com ele pelas vias da autorização ao brincar, pois permitia a ele acessar os jogos de *videogame*. Salvaguardo as diferentes nuances da relação com a figura materna, também observamos em H., tal como em J., a carência de um ambiente amoroso em tenra infância parece ter inviabilizado as possibilidades de criações autênticas de ser, expressadas pelo abandono de si, pela dificuldade de concatenar pensamentos e de planejar o futuro. Contudo, diferente de J., observamos, em H., elementos do lúdico e do prazer, que possibilitaram certa crença nos laços afetivos, os quais pareciam ter funcionado como espaços transicionais, para reconciliar o jovem com a sua história; seja pelas vias das tatuagens do casal parental e do arco, ou mesmo da escolha por torcer pelo time favorito de seus amigos, em contraposição ao de seus pais; seja na busca pelo abraço no final da entrevista, como forma de gratidão pela escuta de seus bons feitos.

Na narrativa de M., os elementos do lúdico apareceram em três ocasiões. Na citação de que brincava com a avó materna, tempo considerado pela adolescente como repleto de felicidade e unificador dos laços familiares; no relato de que brincava com o tio materno de cavalinho, figura considerada por ela como brincalhão e divertido, que faleceu quando a adolescente tinha apenas 5 anos; e ao relatar sobre as amizades da infância, quando brincava nas ruas de pique esconde. Como exposto em tópico anterior, as entrevistas de M. pareciam revelar uma cisão demarcada pela morte da avó materna, que separou a vida da adolescente em dois tempos: um antes tangenciado pelo resgate do túmulo dos irmãos, pelo amor, pela felicidade, pelo brincar e pela união e um outro balizado pela desilusão em viver, pelas escassas condições reais de existência (fome, ausência de moradia e privação protetiva dos responsáveis legais que ocasionou o acolhimento institucional da adolescente), pela inserção em um “*mundão*” (*sic*), onde o tráfico de drogas e as agressões dominavam as vivências do adolescer. Ainda que a adolescente parecesse transitar entre esses dois mundos cindidos, o da vida e outro da mortificação, o que, à primeira vista, parecia denotar certa insuficiência dos processos inventivos; M. demonstrou uma oralidade expressiva, capaz de representar suas experiências e sensações, e disposição para ressignificar algumas vivências, por intermédio da participação ativa nas proposições do programa, de novas interações com seus pares e do vínculo afetivo com a instituição de acolhimento, com as psicólogas que lhe atenderam, inclusive com a pesquisadora. Isso nos sugere que os aspectos do brincar se fizeram presentes na história de vida da adolescente, de modo a possibilitar vias de inscrição para se haver com os limites da própria existência e, portanto, de estabelecer um elo entre os dois mundos.

5 À GUIZA DE CONCLUSÃO

A trajetória percorrida pela presente pesquisa permitiu refletir sobre os modos em que a morte se presentifica e demarca a realidade psíquica de adolescentes autores de atos infracionais. Optamos em estabelecer um recorte, dentre os jovens inseridos no universo infracional, àqueles que residiam em áreas de alta incidência de homicídios no estado do Paraná, por considerar a hipótese de que a concretude da morte violenta e reiterada em seus contextos sociais poderia implicar de forma substancial nos seus devires como sujeitos.

Precisamos sinalizar que o rap *Brinquedo Assassino* funcionou como uma espécie de pano de fundo deste estudo, por denotar aspectos fundamentais, que balizaram permanentemente a sua produção. Antes mesmo da realização desta pesquisa, essa música, repetidamente tocada em uma rádio de um Centro de Socioeducação, confluía para as primeiras indagações clínicas advindas da escuta psicanaliticamente orientada de adolescentes internados por medida socioeducativa. Pairava o enigma sobre qual “paraíso” era possível para esses jovens, quando a vida lhes oferecia sempre a morte “pra brindar”. Nesse cenário, o conceito de pulsão de morte, engendrado no pensamento freudiano pelas vias da compulsão à repetição, foi trazido à baila para pensar no mais além do brinquedo assassino, balizado pelo homicídio e pela subjugação do outro, em que a inscrição mortífera poderia se fazer presente, como castração da completude narcísica para marcar os sujeitos em seus devires.

Pela compreensão de que a música compõe a cultura juvenil como produção inventiva, mediante um mundo que os faz questão, pensamos no rap, da epígrafe, como marcador do que gostaríamos de imprimir neste trabalho, a da centralidade das narrativas dos(as) adolescentes entrevistados(as), no que tange às suas temporalidades, singularidades e limites, pressupondo que esses aspectos estão correlacionados com o encontro estabelecido entre a pesquisadora e os participantes da pesquisa.

Nesse sentido, o percurso teórico empreendido, neste trabalho, teve por pretensão tramitar em torno daquilo que supostamente adviria nas histórias de vida dos jovens. Buscamos, então, transitar pelo conceito do sujeito psicanalítico e a função da morte como elemento constituinte da realidade psíquica e da civilização. Nesta interlocução, a noção de morte foi trabalhada como uma metáfora daquilo que estabelece o corte e inaugura o sujeito descentrado de si. Para tanto, perpassamos por alguns conceitos da metapsicologia freudiana, para estabelecer esses enlaces com o que chamamos de inscrições mortíferas no psiquismo. Em outras palavras, sustentamos a tese de que podemos mobilizar algumas concepções de

morte para pensar os processos psíquicos que não são a morte em si. Desse modo, neste percurso teórico mobilizamos as inscrições mortíferas como ruptura, limite, vazio, algo que escapa à explicação consciente e à própria nomeação, cujas nuances podem ser tangenciadas pelos conceitos psicanalíticos de inconsciente, pulsões, recalque originário, castração, homicídio primordial e de angústia de aniquilamento.

Adentramos nos postulados psicanalíticos, principalmente os pós-freudianos, acerca do adolescer circunscrito em um dado tempo e sociedade. Nesse ínterim, tensionamos o interjogo entre a realidade psíquica e o mundo externo pela função do lúdico, o que, de algum modo, coloca em suspensão o entendimento de que são duas realidades separadas entre si. Neste tópico, tangenciamos a morte como signo das perdas implicadas no processo de desenvolvimento humano, do que é preciso deixar morrer simbolicamente para a semente do novo germinar. Elegemos as discussões referentes ao estatuto do ato, para subsidiar as análises sobre as atuações presentes no adolescer, que vivenciam o real da morte, sendo que algumas delas inscrevem uma designação identitária dirigida ao outro. Desse modo sustentamos que alguns atos infracionais podem ser compreendidos no mais além de uma ação impulsiva ou mesmo por uma delimitação nosográfica, mas pelo viés da enunciação mortífera de um sujeito frente a um mundo que falha no amparo das singularidades. Seguimos a trajetória teórica com alguns recortes sobre a interlocução entre a psicanálise e o direito, para abarcar como o sujeito é pensado por esses dois campos do saber. Mediante essas considerações e da exposição sobre a clínica psicanalítica de adolescentes, foram apresentadas algumas práticas psicológicas no âmbito socioeducativo, que subvertem o modelo tradicional de intervenção, por trazerem, em seu bojo, a arte como potencial inventivo para outras maneiras de inscrição no mundo. Sobretudo por considerarmos que essas práxis podem inaugurar alguns caminhos para a superação dos processos de mortificação dos jovens que são impetrados pela sociedade capitalista, cujos valores ainda se sustentam no consumismo como modo de nomeação daquilo que é digno ou não de ser tratado como sujeito.

Após esse apanhado, adentramos nos relatos e nas análises de três entrevistas, pelo viés do objetivo proposto por essa pesquisa.

J., e sua aparente indiferença para com a vida, nos fez lembrar de Marie, do poema de Eliot (1922/1956), a espectadora de marchas fúnebres, que não encontrava ânimo no florescer da primavera. A hipótese que levantamos era de que as inscrições mortíferas na formação do eu desse adolescente manifestaram-se pela identificação com o pai morto, nos caminhos do masoquismo, da negligência consigo mesmo e do ressentimento (o mundo me maltrata), e

pelas projeções de traços pulsionais disruptivos, presentes nas agressões impetradas, nos assaltos à mão armada e nos contornos persecutórios. Dessa forma, o adolescente parecia se posicionar em um narcisismo negativo, perpetuado pela recusa em se haver com a castração e seus vazios, que inscrevia em J. um simulacro de existência, por estar impedido de vivenciar o prazer advindo do encontro com o outro.

Nas narrativas de H. identificamos as marcas mortíferas da privação afetiva em tenra infância, da anulação da função simbólica das figuras paternas, aliada ao poderio tirânico de figuras femininas de sua história, que pareciam ter inibido o desenvolvimento do adolescente, fixando-o na solidão da vida uterina, em que a realidade é constituída de maneira peculiar, em uma outra lógica de interação com o mundo. Ao que tudo indica, o abuso de drogas operava como um enunciado igualmente mortífero, que posicionava o adolescente nos domínios do abandono de si e de perda de noção da realidade. A despeito disso, os laços estabelecidos por H. com seus pares e com a pesquisadora pareciam carregar, em seu bojo, a ação do lúdico, enquanto espaço potencial para a troca afetiva, perfazendo-se como uma experiência de vitalização frente ao horror do mundo.

A história de M. nos remeteu ao mito grego de Alceste, aquela que foi lançada ao mundo dos mortos e que depois retorna pela bravura de Hércules. Isso porque a adolescente também parecia ser uma sobrevivente do destino cruel que a assolou: a de não ser desejada pelos pais. Se, por um lado, Alceste entrega-se ao destino mortífero por amor, M. parecia aceitar o sacrifício, por se sentir responsável pelas mortes que a assombravam. A avó materna, a instituição de acolhimento, considerada pela adolescente como uma mãe, e as psicólogas que a atenderam supostamente operaram, na história de M., o mesmo ato heroico de Hércules. Anos mais tarde, a adesão a uma religião, por intermédio do discurso de uma desconhecida, mesmo que cerceadora em muitos aspectos, parecia ter funcionado como uma reatualização dessas figuras salvadoras, que resgataram M. do que ela considerava sombrio em seu passado. A adolescente parecia transitar entre a melancolia e a mania, como quem percorria pelos mundos dos vivos e dos mortos, em reiteradas proposições de atestar sua sobrevivência. A transferência construída com a pesquisadora, sua oralidade expressiva e os vínculos afetivos estabelecidos pela adolescente pareciam simbolizar a emergência de conteúdos lúdicos, no tocante à reinvenção criativa, como elemento potencial para reconciliar a jovem com sua história.

Na segunda parte do último capítulo, buscamos mobilizar alguns conteúdos que apareceram de forma reiterada nas histórias, com as nuances que cada caso apresentou. Desse

modo, sistematizamos as análises em torno de quatro tópicos que nos pareceram tocar de alguma maneira as inscrições mortíferas dos adolescentes entrevistados.

O primeiro refere-se à concretude da morte nas histórias de vida dos participantes, a qual possivelmente se constituiu como parâmetro de identificação para o adolescer desses jovens. Isto inundado por narrativas sobre o horror da morte violenta de entes queridos, como no caso do assassinato do pai de H. e dos amigos de J. e M., todos ocorridos na presença dos adolescentes; ou mesmo nas narrações sobre as mortes por doenças evitáveis, como a morte do pai de J. por uma doença negligenciada e a morte da avó de M. pela administração equivocada de medicamentos. Neste quesito identificamos equivalências nos três adolescentes entrevistados quanto à introjeção dos aspectos mortíferos da finitude da vida, o que parece ter adquirido valor traumático, para além da vivência do enlutamento pela perda de um objeto amado. Mesmo com as particularidades de cada caso, os adolescentes pareciam carregar traços melancólicos e demonstravam certa identificação com os objetos amados mortos, com maior ou menor grau fusional, a depender das situações de vida por eles relatados. J., identificado com o pai morto, posicionava-se como espectador da própria vida; M. parecia necessitar constantemente de um atestado de sua existência, já que em muitos momentos permanecia agarrada ao caixão de sua avó; H. vagava pelas ruas tais como ele julgava que os fantasmas faziam.

No segundo tópico, os atos infracionais foram considerados como possíveis vias de enunciações mortíferas. Nossa discussão tramitou pelas diferenças cunhadas pela escola lacaniana acerca do agir impulsivo, pelo qual o sujeito se abstém de si ou por se posicionar como objeto do outro ou por tornar o outro objetificado pelo seu desejo, e do *agieren/acting out* que traz à tona o enunciado do sujeito do desejo pelo retorno do recalcado por intermédio de um ato. As práticas infracionais de J. foram tratadas como inscrição mortífera a partir da metáfora com o conceito de narcisismo negativo. Seus atos pareciam denotar o retorno de um recalcado impossível de ser representado, mas que sustentavam a existência de um sujeito, ainda que enclausurado na indiferença para com o outro e no ressentimento frente a um mundo que não o reconhecia e o excluía. Nas narrativas de H. sobre as infrações por ele cometidas não apareceram senso de responsabilização e tampouco como aconteceram ou o que seriam. O adolescente apenas citou os artigos do código penal, sendo que era a sua avó quem cuidava das sentenças e quem conduzia o adolescente ao cumprimento das medidas socioeducativas. Diante disso, interpretamos que a inscrição mortífera neste caso exprimia o traumático das vivências violentas da infância que fixavam o adolescente em uma

impossibilidade de se inscrever como sujeito, ele se anulava na mediação com o outro. Nos relatos de M. identificamos os atos infracionais como agires impulsivos, dos quais a adolescente não se arrependia e encontrava justificativa para as suas ocorrências. A diferença com H. é que a adolescente conseguia relatar seu universo infracional com minúcia e nas automutilações apareciam componentes para pensá-las como enunciados de um sujeito, ou seja, como *acting out*. Nesta história de vida interpretamos as vias mortíferas de inscrição por intermédio da metáfora com os processos de desligamento com o mundo, como a adolescente relatou: ela “saía do corpo”, neste interjogo, ela acabava por objetificar a figura do outro e se perdia em um emaranhado verborrágico.

Na esteira da compreensão dos universos infracionais desses jovens é possível pensar também nas enunciações mortíferas presentes nesta sociedade, quando as vias de inscrições subjetivas dão-se pelo consumismo. Muitos desses jovens permanecem à margem desse mundo, por não possuírem uma mercadoria suficientemente “digna” para se identificar, vemos isso explícito nos relatos da mãe de J. sobre a violência ocorrida contra ele no local onde moram, ou mesmo, no relato de M. que encontrava no tráfico meios de subsistência e de ascensão social. Se por um lado identificamos a noção de mortificação pela via simbólica, quando a eles é negada a possibilidade de subjetivação em uma sociedade que privilegia o consumo como aspecto identificatório, por outro também visualizamos o real da morte violenta que a juventude brasileira presentifica cotidianamente.

O terceiro assunto mobilizado como inscrição mortífera foram as narrativas dos participantes frente ao uso e ao abuso de drogas. Importante destacar que a ideia não foi a de criminalizar o uso e tampouco de analisar a dimensão subjetiva na interface com as drogas. Em J. analisamos a enunciação mortífera das drogas do ponto de vista da ilusão de completude narcísica da infância, uma vez que em seu relato apareciam componentes lúdicos que as drogas lhe proporcionavam. A via mortífera das drogas foi analisada nos relatos de H. na interlocução com o abandono de si, da negação do corpo e da sexualidade, em um imperativo mortal de evasão da realidade hostil, muitas vezes impetradas pela tirania das figuras maternas. Como mencionado anteriormente, com isso H. parecia regredir a estágios fetais do desenvolvimento, uma maneira simbólica de morrer, de atingir a energia nula dos estados de meditação do Nirvana mediante a carga irrepresentável da realidade. No caso de M., compreendemos o abuso de drogas como uma resposta simbólica de ruptura com o amor materno mortificado, ao mesmo tempo em que a posicionava em um mundo de relações que mortificavam o outro como objeto de violência.

As nuances do lúdico nas narrativas dos adolescentes foram analisadas como elementos preponderantes para os devires no mundo, pois está intimamente relacionado com a realidade psíquica, na capacidade de fantasiar mediante a ausência materna e de representar o mundo. Além disso, aspectos do brincar aparecem nas relações afetivas e viabilizam a aquisição da linguagem, elemento constituinte para a saída do mundo simbiótico da tenra infância. Por representar essa função de distanciamento da unicidade mãe e bebê implicado na entrada em um outro mundo, aproximamos a ludicidade com a noção de morte como cissura que permite a ascensão do sujeito.

Como mencionado antes, em J. supomos que a relação com as drogas possuía um caráter lúdico, no que tange à tentativa de se encontrar com uma realidade mais prazerosa e de socialização, uma maneira de preencher o vazio e a indiferença que o atravessavam. Por outro lado, a inibição da fala nas entrevistas, a baixa demonstração emotiva, a superficialidade de suas relações sociais foram questões consideradas para supor que o lúdico, como potencial inventivo, se configurava de modo escasso em J. Isso possivelmente estava relacionado com a introjeção de traços desagregadores da figura materna, o que abriu a fenda para modelos relacionais persecutórios. No relato de H. o lúdico apareceu nas relações com os amigos que inclusive possibilitaram certa reconciliação com sua história, nas lembranças do pai, no cuidado da avó materna que lhe viabilizava e autorizava o brincar. Se por um lado, identificamos poucas possibilidades de criações autênticas nas manifestações do abandono de si, da dificuldade de concatenar pensamentos e de planejar o futuro; é inegável que o adolescente demonstrou possuir recursos inventivos quando buscou constituir uma narrativa de si menos pautada pelas marcas de violência, como se ele tentasse vislumbrar sua própria importância e para dar destinos não tão fatalistas às suas vivências ruins. Em M. os elementos da ludicidade aparecem nas narrativas sobre a avó materna, tempo considerado pela adolescente como repleto de felicidade e unificador dos laços familiares; nas brincadeiras com o tio materno e no relatar sobre as amigas da infância. Apesar da adolescente parecer transitar entre dois mundos cindidos, o da vida (balizado pela libertação do túmulo dos irmãos, pelo amor e pela felicidade) e outro da mortificação (marcado pela desilusão em viver, pelas fome, pela privação protetiva dos responsáveis legais e pela entrada num “mundão” repleto de agressões), o que poderia sugerir certa carência de processos inventivos, identificamos em M. uma disposição para ressignificar algumas experiências, por meio da participação ativa nas atividades do programa, de novas interações com outros jovens e do vínculo afetivo que

estabelecia. Desse modo, compreendemos que elementos do lúdico se inscreveram em sua história de modo a possibilitar certo elo entre esses dois mundos.

A partir dessa trajetória de pesquisa, sustentamos que, em última análise, as histórias de vida, apresentadas pelo recorte da inscrição mortífera, falam-nos de desamparo, daquilo que resta mediante o encontro malogrado com o outro e que demarca a falta no sujeito, pela impossibilidade da plena satisfação pulsional. Se, no pensamento freudiano, o desamparo é estruturante, advindo em uma corporeidade, que é ameaçada pelos infortúnios da natureza e das relações, há que se pensar nas maneiras singulares com que os sujeitos lidam com ele. Nesse ínterim, consideramos que os jovens residentes em áreas marcadas pela morte violenta tem muito a nos ensinar, tanto do ponto de vista acadêmico quanto relacional, não no sentido de estabelecer padrões de vida, regras do bem-viver, mas como aqueles que, mesmo diante do crivo cruel de uma sociedade mortífera, são capazes de insurgir criativamente, cada um ao seu modo. Talvez, de maneira implícita, foi esse o percurso que buscamos empreender nesta pesquisa.

E como algo sempre deixa vestígios, a (in)conclusão, que permanece, remete às direções de uma escuta que possa viabilizar a separação do indivíduo de uma designação identitária do campo social que, por exemplo, o aliena nos significantes brinquedo assassino, marginais, infratores e tantos outros. Como sustentar um espaço analítico para a emergência da invenção criativa, a partir da recordação e do acolhimento de outras partes de si, para permitir a inscrição do sujeito do desejo, com seus sonhos, projetos e com alguma nomeação diante do sofrimento e do vazio que sempre espreita? Como dimensionar estudos e experiências que sejam propositivos para o enfrentamento da perversidade capitalista que mata os corpos juvenis, tanto simbolicamente, como também de fato? É possível que as pistas para essas reflexões estejam justamente na própria noção de desamparo e seus desígnios frente a posição do analista. Parece-nos que é também nessa dobradura que se maneja o fim de uma pesquisa, superando a ilusão da completude das respostas finalísticas e se havendo com os vazios que, porventura, possam imprimir um novo tempo.

REFERÊNCIAS⁴⁹

- Aberastury, A. (1981a). O adolescente e a liberdade. In Aberastury, A., & Knobel, M. (Orgs.), *Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico*. (S. M. G. Bailve, trad., pp. 8-19). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1970). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://www.passeidireto.com/arquivo/35802744/adolescencia-normal-um-enfoque-psicanalitico>
- Aberastury, A. (1981b). O adolescente e o mundo atual. In Aberastury, A., & Knobel, M. (Orgs.), *Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico*. (S. M. G. Bailve, trad., pp. 93-95). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1970). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://www.passeidireto.com/arquivo/35802744/adolescencia-normal-um-enfoque-psicanalitico>
- Abramovay, M., Calaf, P. P., Carvalho, L. F., Castro, M. G., Cunha, A. L., Feffermann, M., et al. (2010). *Gangues, gênero e juventudes: Donas de rocha e sujeitos cabulosos*. Brasília, DF: Kaco Gráfica e Editora.
- Adão, C. R. (2017). *Territórios de morte: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Arendt, H. (2014). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1963).
- Ariès, P. (1986). *História social da infância e da família*. (2a ed., D. Flaskman, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara. (Trabalho original publicado em 1973). [Versão Digital]. Recuperado de <http://files.grupo-educacional-vanguard8.webnode.com/200000024-07a9b08a40/Livro%20PHILIPPE-ARIES-Historia-social-da-crianca-e-da-familia.pdf>
- Ariès, P. (2017). *História da morte no Ocidente. Da idade média aos nossos tempos*. (P. V. Siqueira, trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Original publicado em 1977).

⁴⁹ De acordo com o estilo APA – American Psychological Association.

- Athayde, C., Bill, M. V., & Soares, L. E. (2005). *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Objetiva.
- Benhaim, M. (2008). O materno e a delinquência. *Ágora*, (1), 9-16. Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982008000100001
- Bernardino, L. M. F. (2004). *As psicoses não decididas na infância: Um estudo psicanalítico*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Bettelheim, B. (2001). *A psicanálise dos contos de fada*. (A. Caetano, trad., 15a ed.). São Paulo, SP: Paz e Terra Editora.
- Birman, J. (2007). *O mal estar na atualidade. A psicanálise e as novas formas de subjetivação*. (6a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Bleger, J. (1985). *Temas de Psicologia. Entrevista e Grupos*. (2a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1979).
- Blos, P. (1962). *Adolescência. Uma interpretação psicanalítica*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1985).
- Boarini, M. L.; Yamamoto O. H. (2004). Higienismo e eugenia: discursos que não envelhecem. *Psicologia Revista*, 13, 59-71. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/150976597/BOARINI-M-L-YAMAMOTO-O-H-Higienismo-e-Eugenia-discursos-que-nao-envelhecem-digitado>
- Bock, A. (2004). A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: A adolescência em questão. *Caderno CEDES*, 24(62), 26-43. Campinas, SP. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20090.pdf>

- Branco, F. C. (2014). Sobre o amor e suas falhas: uma leitura da melancolia em psicanálise. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 17(1), 85-98. <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982014000100006>
- Braunstein, N. (2007). *Gozo*. (M. Seineman, trad.). São Paulo, SP: Escuta. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de https://docgo.net/viewdoc.html?utm_source=braunstein-nestor-gozo&utm_campaign=download
- Calligaris, C. (2000a). Elementos de definição: a adolescência como moratória. In A. Nestravski (Ed.), *A adolescência* (pp. 11-22). São Paulo, SP: Publifolha.
- Calligaris, C. (2000b). A adolescência como ideal cultural. In A. Nestravski (Ed.), *A adolescência* (pp. 55-74). São Paulo, SP: Publifolha.
- Campista, V. R. (2004). Adolescentes fora-da-Lei: O desejo e(m) cena. *Vértices*, 6(2), 118-130.
- Campos, E.B.V. (2013). Considerações sobre a morte e o luto na psicanálise. *Revista de Psicologia da Unesp*, 12(1), 13-24.
- Capanema, C. A. & Vorcaro A. (2012). Modalidades do ato na particularidade da adolescência. *Ágora*, (15)1, 151-163.
- Cardita, A. (2011). Pensando a morte desde a religião – para pensar a cultura desde a morte. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Porto*, 22, 39 -53.
- Castro-Arantes, J. (2016). Os feitos não morrem: psicanálise e cuidados ao fim da vida. *Ágora*, 19(3), 637-648.
- Ceccarelli, P. R. (2013). Psicanálise na cena do crime. *Tempo psicanalítico*, 45(I), 401-418.
- Cerqueira, D., Lima, R. S., Bueno, S., Neme, C., Ferreira, H., Coelho, D., Alves, P., Pinheiro, M., Astolfi, R., Marques, D., Reis, M. & Merian, F. (2018). *Atlas da violência 2018*. Rio de Janeiro, RJ: Ipea e FBSP. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf

Chatelard, D. S. (2007). Do determinismo psíquico à escolha subjetiva. *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, 19(2), 339-344. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v19n2/05.pdf>

Chemama, R. (Org.). (1995). *Dicionário de Psicanálise*. (F. F. Settineri, trad.) Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1993). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de https://drive.google.com/file/d/11dDSL5dA5epT7a_8NIVK1MieFpMOVJlq/view

Coelho Junior, N. E. (2015). Figuras da terceiridade na psicanálise contemporânea: suas origens e seus destinos. *Caderno de Psicanálise*, 37(32), 175-195, Rio de Janeiro, RJ. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cadpsi/v37n32/v37n32a10.pdf>

Corso, D. (1998). A invenção da criança da psicanálise: de Sigmund Freud a Melanie Klein. *Estilos da Clínica. Revista Sobre a Infância Com Problemas*, 3(5), 104-114. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v3i5p104-114>

Cunha, A. G. (2015). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. (4a ed. rev.). Rio de Janeiro, RJ: Lexikon. (Trabalho original publicado em 2010).

Cruz e Souza, J. (1882). A ideia ao infinito. In *A poesia interminável de Cruz e Souza*. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Recuperado de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000089.pdf>

Cunha, N. V. & Feltran, G. (2013). Novos conflitos nas margens da cidade. In N.V. Cunha & G. Feltran (Orgs.), *Sobre periferia: novos conflitos no Brasil Contemporâneo* (pp. 9-16). Rio de Janeiro, RJ: Lamparina & Fapesp.

- Daemon, F. (2016). “Morri para inspirar vocês”: uma análise das narrativas em disputa perpetradas por jovens homicidas/suicidas em ambientes escolares. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 10(4), 1-15. Recuperado de <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/16995>.
- David-Ménard, M. (2015). Como ler “Além do Princípio do Prazer”? *Reverso*, 37(69), 99-112.
- Didier-Weill. (1998). A escansão. In *Lacan e a clínica psicanalítica*. (L. Elia, trad., pp. 11-40). Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://psiligapsicanalise.files.wordpress.com/2014/09/alain-didier-weill-inconsciente-freudiano-e-transmissc3a3o-da-psicanc3a1lise.pdf>
- Dionísio, G. H. (2016). A carne é fraca? Violência e ironia, psicanálise e arte contemporânea. *Psicologia Argumento*, 34(86), 202-217.
- Dolto, F. (2004). *A causa dos adolescentes*. (2a ed., O. Reis, trad.). Aparecida, SP: Idéias & Letras. (Trabalho original publicado em 1988).
- Dolto, F. (2013). *Seminário de psicanálise de crianças*. (M. V. M. Aguiar trad.). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1982). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/352266321/Seminario-de-Psicanalise-de-Crianças-Francoise-Dolto-pdf>
- Dunley, G. P. (2011). Psicanálise e Direito: um diálogo possível? *Tempo psicanalítico*, 43(1), 131-154, Rio de Janeiro, RJ.
- Duverger, P. (s.n). *Passages à l'acte et violence a l'adolescence*. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <http://psyfontevraud.free.fr/pedopsychiatrie/Publications2/Article%20passage%20a%20l%20acte%20et%20violences.pdf>

- Eliot, T. S. (1956). O entêrro dos mortos. In *A terra inútil*. (P. M. Campos, trad., 3a ed., pp. 12 - 18). Rio de Janeiro, RJ: Philoblibion Editôra. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or289659/or289659.pdf
- Enriquez, E. (1990). O mal-estar na civilização. Da ilusão necessária à culpa estruturante e à destruição como horizonte da civilização. In *Da horda ao Estado*. (T. C. Carreteiro & J. Nasciutti, trads., pp. 96 - 120). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor.
- Enriquez, E. (2001). A perversão generalizada da sociedade. [Entrevistado por Norma Takeuti]. *Cronos*, (2)1 141-149. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/11323/pdf>
- Erickson, E. (1976). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1968).
- Fernandes da Costa, C. R. B. S.; Santos, M. M.; Franco, K. S. & Brito, A. O. (2011). Música e transformação no contexto da medida socioeducativa de internação. *Psicologia: ciência e profissão*, 31(4), 840-855.
- Ferrari, I. F. (2006). Agressividade e violência. *Psicologia clínica*, 18(2), 49-62. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pc/v18n2/a05v18n2.pdf>.
- Figueiredo, L. C. (1998). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Trabalho original publicado em 1989).
- Figueiredo, L. C. (2006). A clínica psicanalítica a partir de Melanie Klein: O que isto pode significar? *Jornal de Psicanálise*, 39(71), 125-150. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000200008&lng=pt&tlng=pt
- Figueiredo, L. C & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. *Jornal de psicanálise* [online], 39(70), 257-278.

- Finger, L. M & Cremasco, M. V. F. (2012). *O adolescente e a medida socioeducativa de internação: um encontro com a psicanálise*. Curitiba: CRV.
- França Neto, O. (2012). Considerações sobre violência e verdade no mundo contemporâneo. *Revista Psicologia Clínica*, 24(11), 15-25.
- Freud, S. (1996a). Projeto para uma Psicologia Científica. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (Vol. 2: Estudos sobre a Histeria, J. Salomão, trad., pp. 335-454). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (1996b). A interpretação dos sonhos. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (Vol. 4 e 5: A interpretação dos sonhos, J. Salomão, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (1996c). A psicopatologia da vida cotidiana. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (Vol. 6: A psicopatologia da vida cotidiana, J. Salomão, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1901).
- Freud, S. (2010a). O futuro de uma ilusão. In *O futuro de uma ilusão & O mal-estar na cultura*. (Renato Zwick, trad., pp. 15-89). Rio de Janeiro, RJ: L&PM Editores. (Trabalho original publicado em 1927).
- Freud, S. (2010b). O mal-estar na civilização. In *O futuro de uma ilusão & O mal-estar na cultura*. (Renato Zwick, trad., pp. 105-206). Rio de Janeiro, RJ: L&PM Editores. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2010c). Novas conferências introdutórias à psicanálise. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 90-188). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1933). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2013/10/freud-obras-completas-vol-18-1930-1936.pdf>

Freud, S. (2011a). Psicologia das massas e análise do eu e Outros Textos. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 15: Psicologia das massas e análise do eu e Outros Textos, P. C. de Souza, trad., pp. 9-100). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://psiligapsicanalise.files.wordpress.com/2014/09/freud-sigmund-obras-completas-cia-das-letras-vol-15-1920-1923.pdf>

Freud, S. (2011b). O eu e o id. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 16: O eu e o id, Autobiografia e Outros Textos, P. C. de Souza, trad., pp. 9-64). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://psiligapsicanalise.files.wordpress.com/2014/09/freud-sigmund-obras-completas-cia-das-letras-vol-16-1923-1925.pdf>

Freud, S. (2013a). As pulsões e seus destinos. In S. Freud, *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (As pulsões e seus destinos. [Edição Bilíngue], P. Tavares, trad., pp. 13-69). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1909).

Freud, S. (2013b). Uma recordação da infância de Leonardo da Vinci. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 9: Observação sobre um caso de neurose obsessiva [O homem dos ratos], Uma recordação da infância de Leonardo da Vinci e Outros Textos, P. C. de Souza, trad., pp. 86-165). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1910). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/226048367/Sigmund-Freud-Observacoes-Sobre-Um-Caso-de-Neurose-Obsessiva-O-Homem-Dos-Ratos-Uma-Recordacao-de-Infancia-de-Leonardo-Da-Vince-e-Outros-Textos>

Freud, S. (2013c). Cinco lições de psicanálise. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 9: Observação sobre um caso de neurose obsessiva [O homem dos ratos], Uma recordação da infância de Leonardo da Vinci e Outros Textos, P. C. de Souza, trad., pp. 166-218). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1910). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/226048367/Sigmund-Freud-Observacoes-Sobre-Um-Caso-de-Neurose-Obsessiva-O-Homem-Dos-Ratos-Uma-Recordacao-de-Infancia-de-Leonardo-Da-Vince-e-Outros-Textos>

Freud, S. (2013d). Introdução e conclusão de um debate sobre o suicídio. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 9: Observação sobre um caso de neurose obsessiva [O homem dos ratos], Uma recordação da infância de Leonardo da Vinci e Outros Textos, P. C. de Souza, trad., pp. 305-306). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1910). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/226048367/Sigmund-Freud-Observacoes-Sobre-Um-Caso-de-Neurose-Obsessiva-O-Homem-Dos-Ratos-Uma-Recordacao-de-Infancia-de-Leonardo-Da-Vince-e-Outros-Textos>

Freud, S. (2015a). A instrução judicial e a psicanálise. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 8: O delírio e os sonhos de Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e Outros textos, P. C. Souza, trad., pp. 197-208). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1906). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/365371021/Companhia-das-Letras-Freud-Vol-08-O-Deli-rio-e-os-Sonhos-na-Gradiva-Ana-lise-da-Fobia-de-um-Garoto-de-Cindo-Anos-e-Outros-Textos-1906-1909>

Freud, S. (2015b). Esclarecimentos sexual das crianças. (Carta aberta ao Dr. M Fürst). In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 8: O delírio e os sonhos de Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e Outros textos, P. C. Souza, trad., pp. 219-225). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1907). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/365371021/Companhia-das-Letras-Freud-Vol-08-O-Deli-rio-e-os-Sonhos-na-Gradiva-Ana-lise-da-Fobia-de-um-Garoto-de-Cindo-Anos-e-Outros-Textos-1906-1909>

Freud, S. (2015c). O delírio e os sonhos de Gradiva de W. Jensen. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 8: O delírio e os sonhos de Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e Outros textos, P. C. Souza, trad., pp. 9-85). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1907). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/365371021/Companhia-das-Letras-Freud-Vol-08-O-Deli-rio-e-os-Sonhos-na-Gradiva-Ana-lise-da-Fobia-de-um-Garoto-de-Cindo-Anos-e-Outros-Textos-1906-1909>

Freud, S. (2015d). O poeta e o fantasiar. In S. Freud, *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (Arte, Literatura e os Artistas, E. Chaves, trad., pp. 53-66). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1908).

Freud, S. (2015e). O Moisés, de Michelangelo. In S. Freud, *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (Arte, Literatura e os Artistas, E. Chaves, trad., pp. 183-219). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1914).

Freud, S. (2015f). Dostoiévski e o parricídio. In S. Freud, *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (Arte, Literatura e os Artistas, E. Chaves, trad., pp. 283-305). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1928).

Freud, S. (2016a). Estudos sobre a histeria. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 2: Estudos sobre a histeria, L. Barreto, trad., pp. 11-304). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1895). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://mega.nz/#F!pBkRBJoC!c9R7e-1gKFUcPFKeABEkNg!BB11naxa>

Freud, S. (2016b). Sobre psicoterapia. In S. Freud, *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (Fundamentos da clínica psicanalítica, C. Dornbusch, trad., pp. 63-79). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1905).

Freud, S. (2016c). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, (Vol. 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria [“Caso Dora”] e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 13-172). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://mega.nz/#F!pBkRBJoC!c9R7e-1gKFUcPFKeABEkNg!BB11naxa>

Freud, S. (2016d). Análise fragmentária de uma histeria (O “Caso Dora”). In S. Freud, (Vol. 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria [“Caso Dora”] e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 173-320). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://mega.nz/#F!pBkRBJoC!c9R7e-1gKFUcPFKeABEkNg!BB11naxa>

- Freud, S. (2016e). Sobre tipos neuróticos de adoecimento. In S. Freud, *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (Neurose, Psicose, Perversão, M. R. S Moraes, trad., pp. 71-81). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1912).
- Freud, S. (2016f). Sobre a dinâmica da transferência. In S. Freud, *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (Fundamentos da clínica psicanalítica, C. Dornbusch, trad., pp. 107-120). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1912).
- Freud, S. (2016g). Totem e tabu. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 11: Totem e tabu e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 13-244). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913).
- Freud, S. (2016h). O interesse da psicanálise. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 11: Totem e tabu e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 328 - 363). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913).
- Freud, S. (2016i). Contribuição à história do movimento psicanalítico. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 11: Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e Outros Textos, P. C. de Souza, trad., pp. 245 - 327). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (2016j). Alguns tipos de caráter encontrados na prática psicanalítica. In S. Freud, *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (Neurose, Psicose, Perversão, M. R. S Moraes, trad., pp. 227-257). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1916).
- Freud, S. (2016k). Luto e Melancolia. In S. Freud, *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (Neurose, Psicose, Perversão, M. R. S Moraes, trad., pp. 99 - 121). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1917).
- Freud, S. (2016l). “Bate-se numa criança”: contribuição para o estudo da origem das perversões infantis. In S. Freud, *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (Neurose, Psicose, Perversão, M.

R. S Moraes, trad., pp. 123-156). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1919).

Freud, S. (2016m). Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina. In S. Freud, *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (Neurose, Psicose, Perversão, M. R. S Moraes, trad., pp. 157 - 192). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1920).

Freud, S. (2016n). O declínio do Complexo de Édipo. In S. Freud, *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (Neurose, Psicose, Perversão, M. R. S Moraes, trad., pp. 259 - 269). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1924).

Freud, S. (2016o). O problema econômico do masoquismo. In S. Freud, *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (Neurose, Psicose, Perversão, M. R. S Moraes, trad., pp. 287 - 304). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1924).

Freud, S. (2016p). Fetichismo. In S. Freud, *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (Neurose, Psicose, Perversão, M. R. S Moraes, trad., pp. 315 - 325). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1927).

Freud, S. (2016q). Construções na análise. In S. Freud, *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. (Fundamentos da clínica psicanalítica, C. Dornbusch, trad., pp. 365- 381). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1937).

Freud, S. (2017a). Introdução ao narcisismo. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 12: Introdução ao narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos, P. C. de Souza, trad., pp. 13-50). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914).

Freud, S. (2017b). O inconsciente. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 12: Introdução ao narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos, P. C. de Souza, trad., pp. 99-150). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915).

- Freud, S. (2017c). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 12: Introdução ao narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos, P. C. de Souza, trad., pp. 209-246). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (2017d). Uma dificuldade para a psicanálise. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 14: História de uma neurose infantil (O homem dos lobos), Além do princípio do prazer e outros textos. P. C. de Souza, trad., pp. 240-251). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917).
- Freud, S. (2017e). O inquietante. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 14: História de uma neurose infantil [O homem dos lobos], Além do princípio do prazer e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 328 - 376). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1919).
- Freud, S. (2017f). Deve-se ensinar a psicanálise nas universidades? In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 14: História de uma neurose infantil [O homem dos lobos], Além do princípio do prazer e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 377-381). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1919).
- Freud, S. (2017g). Além do Princípio do Prazer. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 14: História de uma neurose infantil [O homem dos lobos], Além do princípio do prazer e outros textos, P. C. de Souza, trad., pp. 161-239). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920).
- Fuks, B. B; Basualdo, C. & Braunstein, N. A. (2013). Por amor a Totem e Tabu. In. Betty B. Fuks, Carina Basualdo & Néstor A. Braunstein (Orgs.), *100 anos de Totem e tabu*. 256 p. Recuperado de http://www.contracapa.com.br/100_anos_de_Totem_e_tabu.pdf
- Gallo, A. E. (2008). Atuação do psicólogo com adolescentes em conflito com a lei: a experiência do Canadá. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 327-334.

- Gerez-Ambertín, M. P. (2003). *As vozes do supereu na clínica psicanalítica e no mal-estar na civilização*. Caxias do Sul, RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul.
- Gomes, C. C. & Conceição, M. I. G. (2014). Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida socioeducativa de liberdade assistida. *Psicologia em Estudo*, 19(1), 47-58.
- Graña, R. B. (2012). O declínio da interpretação e a contemporaneidade da psicanálise. *Alter – Revista de Estudos Psicanalíticos*, 30 (2) 67-83. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de http://www.spbsb.org.br/site/images/Novo_Alter/2012_2/06Grana.pdf
- Green, A. (1988). *Narcisismo de vida. Narcisismo de morte*. São Paulo, SP: Escuta.
- Green, A. (2004). L'idéalisation du processus et as problématique véritable. *Revue française de psychanalyse*, (68), 2004/5, 1865-1875. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-psychanalyse-2004-5-page-1865.html>
- Gutierra, B. C. C. (2014). *Inícios na psicanálise com adolescentes: clínica e supervisão*. Curitiba, PR: Editora CRV.
- Gutiérrez-Terrazas, J. (2002). O conceito de pulsão de morte na obra de Freud. *Ágora*, 5(1), 91-100.
- Hawthorne, N. (2011). *A letra escarlata*. (C. Schwartz, trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1850).
- Honda, H. (2013). O estatuto conceitual do inconsciente em Freud e algumas de suas implicações para a prática psicanalítica. *Ágora*, 16(n.spe), 41-57.
- Julien, P. (2004). *Psicose, perversão, neurose. A leitura de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Junqueira, C. (2018). Enactment, reverie e figurabilidade. Articulações a partir de uma experiência clínica. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 52(1), 113-127.

- Kalina, E. (1986). *Tratamento de adolescentes psicóticos*. (R. Guarany trad.). Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves.
- Kancyper, L. (1999). *Confrontação de Gerações: Estudo Psicanalítico*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de https://books.google.com.br/books?id=hNHw4rI6ue0C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão. A atualidade das depressões*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial. Recuperado de <https://epdf.tips/o-tempo-e-o-cao.html>.
- Kehl, M. R. (2015). O espetáculo como meio de subjetivação. *Concinnitas*, 1(26), 71-85. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/viewFile/20102/14422>
- Klein, M. (1991). As origens da transferência. In M. Klein, *Obras Completas de Melanie Klein*. (Vol. 3: Inveja e gratidão e outros trabalhos. L. P. Chaves trad., pp. 70-79). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1952). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://docero.com.br/doc/s0c8c>
- Knijnik, L. (2013). A criança, o artista e o analisando: a psicanálise e a invenção do mundo. *Estudos de Psicanálise*, (40), 79–84. Belo Horizonte: MG. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n40/n40a09.pdf>
- Knobel, M. (1981). A síndrome normal da adolescência. In Aberastury, A., & Knobel, M. *Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico*. (S. M. G. Bailve, trad., pp.20-63). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1970). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://www.passeidireto.com/arquivo/35802744/adolescencia-normal-um-enfoque-psicanalitico>

- Kovács, M. J. (2005). Educação para a morte. *Revista Psicologia: ciência e profissão*, 25 (3), 484-497. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n3/v25n3a12.pdf>
- Kon, N. M. (2011). Experiência estética e experiência psicanalítica: reflexibilidade, transitividade e cumplicidade, *Ide*, (34) 53, 123-139. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062011000200012&lng=pt&tlng=pt
- Lacadée, P. (2006). A modernidade irônica e a Cidade de Deus. *Curinga*, (23), 34-54. (Conferência proferida em Belo Horizonte em 24 de junho de 2006, por ocasião do XII Jornada da EBP MG.) Recuperado de <https://vdocuments.site/lacadee-modernidade-ironica-e-a-cidade-de-deus.html>
- Lacadée, P. (2008). O púbere que circula o sangue do exílio de um Pai. *Revista Estudos Psicanalíticos*, 1(2), 229-238. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rel/v1n2/v1n2a04.pdf>
- Lacadée, P. (2012). A clínica da língua e do ato nos adolescentes. *Reponsabilidades*, (1) 2, 253-268. Belo Horizonte, MG. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai_pj/revista/edicao02/7.pdf
- Lacan, J. (1967). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola A comissão da garantia. Recuperado de https://www.wapol.org/pt/las_escuelas/TemplateImpresion.asp?intPublicacion=10&intEdicion=4&intIdiomaPublicacion=9&intArticulo=183&intIdiomaArticulo=9
- Lacan, J. (1981) *A família*. (B. C. de Cunha; A. P. Santos; G. L. G. Lama, trads.). Lisboa, PT: Assirio e Alvim. (Trabalho original publicado em 1978). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://psiligapsicanalise.files.wordpress.com/2014/09/jacques-lacan-a-famc3adlia.pdf>

- Lacan, J. (1987). Sósia. In *Seminário, Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, (M. C. L. Penot, trad., pp. 325-342). Rio de Janeiro, RJ: Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1978). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://psiligapsicanalise.files.wordpress.com/2014/09/jacques-lacan-o-seminario-livro-2-o-eu-na-teoria-de-freud-e-na-tecnica-da-psicanalise.pdf>.
- Lacan, J. (1995). Sobre o complexo de Édipo. In *Seminário, Livro 4: A Relação de Objeto*, (D. D. Estrada, trad., pp. 203-219). Rio de Janeiro, RJ: Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1994). Recuperado de <https://psiligapsicanalise.files.wordpress.com/2014/09/jacques-lacan-o-seminario-livro-4-a-relacao-de-objeto.pdf>
- Lacan, J. (1996). Da interpretação à transferência. In *Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, (M. D. Magno, trad., pp. 230-245). Rio de Janeiro, RJ: Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1964). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://psiligapsicanalise.files.wordpress.com/2014/09/jacques-lacan-o-seminario-livro-11-os-quatro-conceitos-fundamentais-da-psicanalise.pdf>
- Lacan, J. (1998a). O estádio do espelho como formador da função do eu. In *Escritos*, (V. Ribeiro, trad., pp. 96-103). Rio de Janeiro, RJ: Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1966).
- Lacan, J. (1998b). Kant com Sade. In *Escritos*, (V. Ribeiro, trad., pp. 776-803). Rio de Janeiro, RJ: Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1966).
- Lacan, J. (1998c). A agressividade em psicanálise. In *Escritos*, (V. Ribeiro, trad., pp. 104-126). Rio de Janeiro, RJ: Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1966).
- Lacan, J. (1998d). Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In *Escritos*, (V. Ribeiro, trad., pp. 127-151). Rio de Janeiro, RJ: Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1966).
- Lacan, J. (1999). A metáfora paterna. In *Seminário, Livro 5: As formações do inconsciente (1957-1958)*. (V. Ribeiro, trad., pp. 166-184). Rio de Janeiro, RJ: Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1998). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de

<https://psiligapsicanalise.files.wordpress.com/2014/09/jacques-lacan-o-seminacc81rio-livro-5-as-formaccca7occ83es-do-inconsciente.pdf>

Lacan, J. (2005). Introdução aos Nomes-do-Pai. *Nomes-do-Pai*. (A. Telles, trad., pp.55-87). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed.

Lajonquière, L. (2003). A infância que inventamos e as escolas de ontem e de hoje. *Estilos da clínica*, (8)15, 140-159. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282003000200011

Lajonquière, L. (2009). Infância e ilusão (psico) pedagógico: escritos de psicanálise e educação. (4a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Laplanche, J. (1985). *Vida e morte em Psicanálise*. (C. P. B. Mourão e C. F. Santiago, trads.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://onedrive.live.com/?authkey=%21AJJI0tc-IGC76GI&cid=78B1775F085215A7&id=78B1775F085215A7%21526&parId=78B1775F085215A7%21415&o=OneUp>

Laplanche, J. (1992a). A psicanálise extramuros. In *Novos fundamentos para a psicanálise*. (C. Berliner, trad., pp. 11-12). (Trabalho original publicado em 1987). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <http://www.verlaine.pro.br/txt/laplanche-novos-fund.pdf>

Laplanche, J. (1992b). A teoria como experiência. In *Novos fundamentos para a psicanálise*. (C. Berliner, trad., pp. 13-14). (Trabalho original publicado em 1987). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <http://www.verlaine.pro.br/txt/laplanche-novos-fund.pdf>

Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1990). *Fantasia originária, fantasias da origem e origens da fantasia*. (A. Cabral, trad., 2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1985). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://psiligapsicanalise.files.wordpress.com/2014/09/jean-laplanche-e-j-b-pontalis-fantasia-originc3a1ria-fantasias-das-origens-origens-da-fantasia.pdf>

Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (2004). *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1982).

Leclaire, S. (1977). Pierre-Marie ou sobre a criança. In *Mata-se uma criança: um estudo sobre o narcisismo primário e a pulsão de morte*. (A. S. Styzei, trad., pp. 7-23). Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores. (Trabalho original publicado em 1975). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://onedrive.live.com/?authkey=%21AJJI0tc-IGC76GI&cid=78B1775F085215A7&id=78B1775F085215A7%21600&parId=78B1775F085215A7%21415&o=OneUp>

Levisky, D. L. (1998). O processo de identificação do adolescente à luz da psicanálise contemporânea. In D. L. Levisky (Org.), *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. (3a ed., pp. 85-143). São Paulo: Casa do Psicólogo. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <http://www.davidleolevisky.com.br/livros/livros/adolesc%EAncia%20-20reflex%F5es%20psicanal%EDticas%20-%20segunda%20edi%E7%E3o/capitulo%20III%20-%20O%20Processo%20de%20Identifica%E7%E3o%20do%20Adolescente%20%E0%20Luz%20da%20Psican%Elise.pdf>

Levisky, D. L. (2004). Adolescência: psicanálise e história. In R.B., Graña; A.B.S., Piva (Orgs.), *A Atualidade da Psicanálise de Adolescentes – formas do mal-estar na juventude contemporânea*. (pp. 11-21). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Lucas, E. (2002). Evangelho segundo Lucas. In *Bíblia sagrada*. São Paulo, SP: Editora Ave Maria.

Manasseri, A. R. (2005, 4, 5 y 6 de agosto). La culpabilidade em Derecho y Psicoanálisis. In *Avances, nuevos desarrollos e integración regional. Memorias XII Jornadas de Investigación*, (pp. 372-376.) Facultad de Psicología, Universidad de Buenos Aires. Recuperado de http://23118.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/informacion_adicional/practicas_de_investigacion/775/textos_y_articulos/culpabilidad_Derecho_Psicoanálisis.pdf

- Marcondes Filho, C. (1992). A produção social da neurose. In *A construção social da inconsciência: Teoria psicanalítica, comunicação e sociedade*. (pp. 9-52). São Paulo, SP: Papyrus.
- Marty, F. (2006). Adolescência, violência e sociedade. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 9(1). Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000100009
- Matteo, V. (2002). A problemática do sujeito na segunda tópica freudiana. *Perspectiva filosófica*, 9(18), 13-26.
- Melmann, C. (2000). O que é um adolescente? *O adolescente e a modernidade: Congresso Internacional de Psicanálise e suas conexões*. (Tomo II, pp. 21-36). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Meneghetti, D. (2018). O que significam as principais tatuagens de presidiário? *Super Interessante*. [Versão digital]. Recuperado de <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-significam-as-principais-tatuagens-de-presidiario/>
- Mezan, R. (1987). O ritual da circuncisão. In *Psicanálise, Judaísmo: ressonâncias*. (pp. 28-31). Campinas, SP: Editora Escuta. Trabalho original publicado em 1986. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://onedrive.live.com/?authkey=%21AJJI0tc-IGC76GI&cid=78B1775F085215A7&id=78B1775F085215A7%21591&parId=78B1775F085215A7%21415&o=OneUp>
- Mohr, A. M. (2018). Abertura: morte, simplesmente. In A. M. Mohr; L. F. D. Iório (Orgs.), *Átropos: escritos sobre a morte, vida e pulsão*. (pp. 17- 41). Curitiba, PR: Editora CRV.
- Monteiro, M. P. (2012). Novos desafios para a psicanálise. *Cogito*. 13, 27-31.
- Naparstek, F. (2015). O sujeito do direito e do inconsciente nas toxicomanias. In R. M. M de Barros; V. A. Darriba (Orgs.) *Psicanálise e Saúde: entre o Estado e o Sujeito*. (pp. 29- 43). Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.

- Neves, F. J. L. (2007). A psicanálise kleiniana. *Reverso*, 29(54), 21-28. Belo Horizonte, MG. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v29n54/v29n54a04.pdf>
- Ogden, T. H. (2013). *Reverie e Interpretação*. São Paulo, SP: Escuta.
- Pichon-Rivière, E. (2005). *O processo grupal*. (7a ed.) São Paulo, SP: Martins Fontes. Trabalho original publicado em 1924. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://www.passeidireto.com/arquivo/26349168/0-processo-grupal-pichon-riviere>
- Pucci, B. (2012). A dialética negativa enquanto metodologia de pesquisa em educação: atualidades. *Revista e-curriculum*, 8(1), 1-24, 2 São Paulo, SP. Recuperado de <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>
- Orlando, C. (2013). Sujeto de los discursos normativos y psicoanálisis. In *V Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XX Jornadas de Investigación Noveno Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR*. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://www.academica.org/000-054/674.pdf>
- Quintana, M. (2006). A cor do invisível. In T. F. Carvalhal (Org.), *Mário Quintana. Poesia Completa*, (pp. 853 – 874.) Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca Luso-Brasileira. (Trabalho original publicado em 1989).
- Raoult, P-A. (2008). Violence et passage a l'acte. *Le Journal des psychologues*, 263, 18-22. Recuperado de <https://doi.org/10.3917/jdp.263.0018>
- Rassial, J. J. (1999). *O adolescente e o psicanalista*. (L. M. F. Bernardino, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Raulet, G. (2002). As duas faces da morte. Sobre o estatuto da agressividade e da pulsão de morte em Mal estar na civilização. In J. L. Rider, M. Plon, G. Raulet, H. Rey-Flaud (Orgs.), *Em torno de O mal-estar na cultura, de Freud*, (pp 5- 68). São Paulo, SP: Escuta.

- Rey-Flaud, H. (2002). Os fundamentos metapsicológicos de O mal-estar na cultura. In J. L. Rider, M. Plon, G. Raulet, H. Rey-Flaud (Orgs.), *Em torno de O mal-estar na cultura, de Freud* (pp 5- 68). São Paulo, SP: Escuta.
- Rezende, A. M. (2000). *O paradoxo da psicanálise. Uma ciência pós-paradigmática*. São Paulo, SP: Via Lettera Editora e Livraria.
- Ribeiro, W. A. (1999). Deméter e Perséfone. *Portal Graecia Antiqua*, São Carlos, SP: Recuperado de <http://greeciantiga.org/arquivo.asp?num=0198>
- Rosa, M. D. & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 180-188.
- Rosa, M. D. & Vicentin, M. C. (2010). Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Psicologia Política*, 10(19),107-124. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a10.pdf>
- Rosa Junior, N. C. F. (2006). *Adolescência e violência: direção do tratamento psicanalítico com adolescentes em conflito com a lei* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8710>
- Ruffino, R. (2000). Adolescência e Modernidade. *O adolescente e a modernidade: Congresso Internacional de Psicanálise e suas conexões*. (Tomo II, 37-52). Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Ruffino, R. (2005). Mundo moderno e cena juvenil. *Anais do I Simpósio Internacional do Adolescente*. Recuperado de http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000082005000200070&script=sci_arttext

- Sales, M. A. (2007). *Invisibilidade perversa: Adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo, SP: Cortez.
- Salum, M. J. G. (2011). O grupo como estratégia de (des)internação em adolescentes institucionalizados. *Revista aSEPHallus*, 6(11), 1-7. Recuperado de www.nucleosephora.com/asephallus
- Santos, T. C & Teixeira, M. A. (2006). Violência na teoria psicanalítica: ruptura ou modalidade de laço social? *Psicologia em Revista*, 12(20), 165-180. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682006000200005&lng=pt&tlng=pt
- Schopenhauer, A. (2000). *Da metafísica do amor e Metafísica da Morte*. (J. Barbosa, trad.) São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1844).
- Segal, H. (1975). *Introdução à obra de Melanie Klein*. (J. C. Guimarães, trad.) Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1973).
- Seixas, R. & Coelho, P. (1976). Canto para a minha morte. In *Há dez mil anos atrás* [Disco]. São Paulo: Gravadora Philips/Universal Music, faixa 1, tempo 4:05.
- Seligmann-Silva, M. (2010). Prefácio: A cultura ou a sublime guerra entre Amor e Morte. In *O futuro de uma ilusão & O mal-estar na cultura*. (Renato Zwick, trad., pp. 93-104). Rio de Janeiro, RJ: L&PM Editores.
- Sento-Sé, J. T & Coelho, M. C. (2014). Sobre errâncias, imprecisões e ambivalências: notas sobre as trajetórias de jovens cariocas e sua relação com o mundo do crime. *Horizontes Antropológicos*, 20(42), 327-357. Porto Alegre, RG.
- Severino, A. J. (2000). *Metodologia do trabalho científico*. (21a ed). São Paulo, SP: Editora Cortez.

- Silva, R. A. (2007a). Sujeito e objeto na delinquência juvenil. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 20(189), 72-80, São Paulo.
- Silva, R. A. (2007b). As múltiplas faces da violência. *Latin American Journal of Fundamental Psychopathology On Line*, 4(2), 219-228. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-03582007000200008&lng=pt&tlng=pt
- Souza, P. C. (2010) *As palavras de Freud: o vocabulário freudiano e suas versões*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Souza, P. C. (2011). Notas do Tradutor. In S. Freud, *Obras Completas*. (Vol. 16: O eu e o id, Autobiografia e Outros Textos, P. C. de Souza, trad., pp. 57-64). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923). [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://psiligapsicanalise.files.wordpress.com/2014/09/freud-sigmund-obras-completas-cia-das-letras-vol-16-1923-1925.pdf>
- Sófocles (trad.2009). *Édipo Rei*. (P. Neves, trad.). Porto Alegre, RS: L&PM Editores.
- Stellin, R. M. R., Monteiro, C. F. A., Albuquerque, R. A., & Marques, C. M. X. C. (2011) Processos de construção de maternagem. Feminilidade e maternagem: recursos psíquicos para o exercício da maternagem em suas singularidades. *Estilos da Clínica*, 16 (1), 170-185.
- Taguchi, M. C. M e Pio, D. A. M. (2014). Uma leitura psicanalítica da vivência da maternidade nos casos de aborto e prematuridade. *Revista Psicologia e Saúde*, 6(2), 56-61. [Versão digital em Adobe Reader]. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v6n2/v6n2a08.pdf>
- Teixeira, L. C. (2014). O sujeito adolescente e a intervenção psicanalítica: notas a partir de um caso clínico. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17 (3-Suppl.), 797-804.
- Tendlarz, S. E. & Garcia, C. D. (2013). *A quem o assassino mata? O serial killer à luz da criminologia e da psicanálise*. (R. C. Junior, trad.) São Paulo, SP: Editora Atheneu.

- Tinoco, R. (2007). Histórias de Vida: um método qualitativo de investigação. *O portal dos psicólogos*. [Versão Digital em Adobe Reader]. Recuperado de <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0349.pdf>
- Tenório, F. (2016). Morte do sujeito: representação e limite real na clínica das Psicoses. *Ágora*, 19(3), 533-548.
- Tomaselli, T. (2007, 13 de março). O Fenômeno do Remorso: Considerações teórico-clínicas. [Plataforma online]. Recuperado de <http://www.redepsi.com.br/2007/03/13/o-fen-meno-do-remorso-considera-es-te-rico-cl-nicas/>
- Veras, L. & Soares, J. C. (2016). Aqui se jaz, aqui se paga: a mercantilização da morte. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 226-236.
- Verger, P. F. *Lendas africanas dos Orixás*. (4a ed., M. A. Nobrega, trad.) Salvador, BA: Corrupio.
- Vorcaro, A. (1997). *A criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Xavier, R. B. T., Ferreira, L. C. V. L., & Paravidini, J. L. L. (2011). Adolescentes em conflito com a lei: função materna e a transmissão do nome do pai. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 11(1), 41-64. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000100003&lng=pt&tlng=pt
- Waiselfisz, J. J. (2015a). *Mapa da Violência 2015: Mortes matadas por armas de fogo*. Brasília, DF: UNESCO. [Versão Digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>
- Waiselfisz, J. J. (2015b). *Mapa da Violência 2015: Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil*. Versão Preliminar. Rio de Janeiro, RJ: FLACSO/CEBELA. [Versão Digital em Adobe Reader]. Recuperado de https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf

- Waiselfisz, J. J. (2016). *Mapa da Violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: FLACSO/CEBELA. [Versão Digital em Adobe Reader]. Recuperado de https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. (J. O.A. Abreu e V. Nobre trads.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1971). [Versão Digital em Adobe Reader]. Recuperado de <https://docero.com.br/doc/sens5s>
- Winnicott, D. W. (1982). O desmame. In *A criança e seu mundo*. (6a ed., A. Cabral, trad., pp. 89-94). Rio de Janeiro, RJ: LTC Editora. (Trabalho original publicado em 1964).
- Winnicott, D. W. (2000a). O apetite e os problemas emocionais. In *Da pediatria à Psicanálise*. (D. Bogomoletz, trad., pp. 91 – 111). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1958) [Versão Digital em Adobe Reader]. Recuperado de https://drive.google.com/file/d/11dDSL5dA5epT7a_8NIVK1MieFpMOVJlq/view
- Winnicott, D. W. (2000b). A posição depressiva no desenvolvimento emocional normal. In *Da pediatria à Psicanálise*. (D. Bogomoletz, trad., pp. 355 – 373). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1958) [Versão Digital em Adobe Reader]. Recuperado de https://drive.google.com/file/d/11dDSL5dA5epT7a_8NIVK1MieFpMOVJlq/view
- Winnicott, D. W. (2005). *Privação e delinquência*. (Á. Cabral, trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1984).
- Witker, J. (2015). Las ciencias sociales y el derecho. *Boletín mexicano de derecho comparado*, 48(142), 339-358. Recuperado de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0041-86332015000100010&lng=es&tlng=es
- Zimerman, D. E. (2008). *Bion: da teoria à prática - uma leitura didática*. (2a ed. ampl.). Porto Alegre, RS: ArtMed. Recuperado de https://docgo.net/doc-detail.html?utm_source=bion-da-teoria-a-pratica-uma-leitura-didatica-david-zimmermann&utm_campaign=download

Zugueib Neto, J. (2005). Os druzos na Guerra do Líbano. Resistência psíquica e afirmação identitária em situação de crise social extrema. In: *Identidades e Crises Sociais na Contemporaneidade*. Curitiba, PR: UFPR.

ANEXO

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Adolescentes

Você (a) foi convidado (a) a participar, como voluntário (a), de um estudo intitulado: “A CONCEPÇÃO DE MORTE EM ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL”. Para a sua participação, é necessário que leia este documento com atenção. Por favor, peça a responsável pelo estudo para explicar qualquer palavra ou procedimento que você não entenda claramente. O objetivo principal desse estudo é analisar os discursos sobre a morte, o que pensam e o que sentem sobre essa temática.

Para participar desse estudo, serão selecionados **adolescentes** em cumprimento de **Medida Socioeducativa em Meio Aberto** atendidos no **Programa de Prestação de Serviço à Comunidade e/ou Liberdade Assistida**. É necessário que tenham idades entre 12 a 18 anos e sejam residentes no município de _____ há 3 (três) anos. Aceitando participar do estudo e com a anuência dos seus responsáveis legais, os dados serão coletados por meio de entrevistas individuais a ser realizadas no Programa, com duração de aproximadamente 60 minutos, ou ainda, se necessário, através de grupos temáticos nos quais os adolescentes desenvolverão atividades por meio de técnicas expressivas. O risco dessa pesquisa é a ocorrência de algum desconforto emocional, caso no decorrer da entrevista você sinta algum desconforto para responder as questões, poderá ser interrompida a entrevista quando desejar, comunicando sua vontade à pesquisadora. A pesquisadora também oferecerá informações sobre os serviços que o município dispõe para o seu atendimento.

Fica estabelecido que você, adolescente terá a total liberdade de recusar ou retirar o consentimento, sem que haja qualquer prejuízo moral ou no atendimento prestado no Programa de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida. Caso você não queira participar ou queira desistir terá a liberdade de sair a qualquer momento do estudo. Não haverá custo relacionado aos procedimentos previstos. Assim, você ou seu responsável legal não serão pagos pela participação neste estudo.

Todos os dados coletados serão gravados e mantidos de forma confidencial, apenas serão usados em publicações científicas sobre o assunto pesquisado, onde o nome e outros dados que possam lhe identificar nunca serão citados.

Esse estudo será realizado durante o curso de Pós-graduação em Psicologia – DOUTORADO, sob a orientação do **Prof. Dr. Paulo José da Costa**, que pode ser contatado

através do e-mail pjcosta@uem.br, ou do telefone (44) 30317007. A psicóloga **Luciana Mara Finger** é responsável pela pesquisa, e em caso de dúvidas poderá ser contatada através dos telefones (41) 3210-2587, de segunda a sexta-feira em horário comercial.

Eu, _____, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com a psicóloga Luciana Mara Finger CRP nº 08/10956 CONCORDO VOLUNTARIAMENTE em participar da referida pesquisa.

Assinatura do(a) Adolescente

Data ___/___/___.

Eu, Luciana Mara Finger, psicóloga e doutoranda do Programa de Pós-graduação Doutorado em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, declaro que forneci todas as informações referentes à pesquisa em questão.

Assinatura do(a) Responsável pelo estudo

Data ___/___/___.

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM
Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. UEM-PPG-sala 4.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel.: (44) 3011-4444

E-mail: copep@uem.br

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais

Seu filho (a) foi convidado (a) a participar, como voluntário (a), de um estudo intitulado: “A CONCEPÇÃO DE MORTE EM ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL”. Para a participação do adolescente, é necessário que você leia este documento com atenção. Por favor, peça a responsável pelo estudo para explicar qualquer palavra ou procedimento que você não entenda claramente. O objetivo principal desse estudo é analisar os discursos desses adolescentes sobre a morte, o que pensam e o que sentem sobre essa temática.

Para participar desse estudo, serão selecionados **adolescentes** em cumprimento de **Medida Socioeducativa em Meio Aberto** atendidos no **Programa de Prestação de Serviço à Comunidade e/ou Liberdade Assistida**. É necessário que tenham idades entre 12 a 18 anos e sejam residentes no município de _____ há 3 (três) anos. Aceitando participar do estudo e com a anuência dos responsáveis legais, os dados serão coletados por meio de entrevistas individuais a ser realizadas no Programa, com duração de aproximadamente 60 minutos, ou ainda, se necessário, através de grupos temáticos nos quais os adolescentes desenvolverão atividades por meio de técnicas expressivas. O risco dessa pesquisa é a ocorrência de algum desconforto emocional, caso no decorrer da entrevista o adolescente sinta algum desconforto para responder as questões, poderá ser interrompida a entrevista quando desejar, comunicando sua vontade à pesquisadora. A pesquisadora também oferecerá informações sobre os serviços que o município dispõe para atendimento de adolescentes.

Fica estabelecido aos pais, ou responsáveis pelo adolescente, a total liberdade de recusar ou retirar o consentimento, sem que haja qualquer prejuízo moral ou no atendimento prestado no Programa de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida. Caso o adolescente não queira participar ou queira desistir, ele terá a liberdade de sair a qualquer momento do estudo. Não haverá custo relacionado aos procedimentos previstos. Assim, você ou seu filho não serão pagos pela participação neste estudo.

Todos os dados coletados serão gravados e mantidos de forma confidencial, apenas serão usados em publicações científicas sobre o assunto pesquisado, onde o nome e outros dados que possam identificar o adolescente nunca serão citados.

Esse estudo será realizado durante o curso de Pós-graduação em Psicologia – DOUTORADO, sob a orientação do **Prof. Dr. Paulo José da Costa**, que pode ser contatado através do e-mail pjcosta@uem.br, ou do telefone (44) 30317007. A psicóloga **Luciana Mara**

Finger é responsável pela pesquisa, e em caso de dúvidas poderá ser contatada através dos telefones (41) 3210-2587, de segunda a sexta-feira em horário comercial.

Eu, _____, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com a psicóloga Luciana Mara Finger CRP nº 08/10956 CONCORDO VOLUNTARIAMENTE que meu (minha) filho (a) _____ participe do mesmo.

Assinatura do Pai ou Responsável Legal pelo Adolescente

Data___/___/___.

Eu, Luciana Mara Finger, psicóloga e doutoranda do Programa de Pós-graduação Doutorado em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, declaro que forneci todas as informações referentes à pesquisa em questão.

Assinatura do Responsável pelo estudo

Data___/___/___.

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. UEM-PPG-sala 4.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel.: (44) 3011-4444

E-mail: copep@uem.br

1. Origem do entrevistado
 - Local de Nascimento
 - História do Próprio Nome
 - Filiação/Família (pais, irmãos e demais familiares)
 - Infância

2. Vizinhança
 - Características dos vizinhos
 - Atividades que faz com eles ou não

3. Escola
 - Escolaridade
 - Opinião sobre a escola
 - Atividades exercidas nesse local

4. Figuras de Identificação
 - Características e quem são
 - Pessoas de confiança
 - Pessoas que não confia

5. Adolescência
 - Opinião sobre a adolescência

6. Amizades
 - Amizades na infância
 - Características dos/as amigos/as
 - Atividades que faz com eles/elas
 - Aspecto que os liga entre si
 - Descrição de outras formas de relacionamento com outros/as adolescentes

7. Boas Lembranças
8. Más Lembranças
10. Infrações

- Quando iniciou
- Qual a sensação quando as cometia

11. Futuro

- Perspectivas

12. Vida e Morte

- Significação da vida e morte
- Satisfação com a própria vida
- Primeira experiência com a morte
- Outras vivências com a morte

PROTOCOLO DE COLETA DE DADOS - POR MEIO DAS FICHAS CADASTRAIS

1 DADOS PESSOAIS

- a) Nome: _____
- b) Data de Nascimento ___/___/___ Idade: _____ anos
- c) Naturalidade _____ Residente no município há _____ anos
- d) Estado civil: () casado () solteiro () divorciado () viúvo
- e) Endereço _____
- f) Religião: () católico () evangélico () judeu () espírita
() outra religião _____
- g) Escolaridade: () Analfabeto
() Educação Infantil
() Educação Fundamental Incompleto: _____ ano
() Educação Fundamental Completo
() Ensino Médio Incompleto
- Começou na escola com _____ anos. Reprovações ____ Desempenho escolar era _____
- h) Atividades Laborais/Aprendizagem _____
- i) Saúde Geral _____
- j) Mora com _____

2 DADOS JURÍDICOS-INSTITUCIONAIS

- a) Ato infracional _____

- c) Histórico de Infrações _____
- d) Medidas Socioeducativas aplicadas _____
- e) Medidas Socioeducativas cumpridas _____
- f) Frequentou outras instituições (de acolhimento, comunidades terapêuticas e outros) _____
-

3 ANTECEDENTES FAMILIARES

Composição Familiar _____

Idade dos pais e/ou responsáveis _____

São separados? Há quanto tempo? _____ Motivo da separação _____

Quem ficou com os filhos _____

Relacionamento entre eles _____

Relacionamento com a mãe _____

Relacionamento com o pai _____

Idade dos irmãos _____

Relacionamento com os irmãos _____

Alguém da família já foi apreendido? _____

Trabalho dos pais e/ou responsáveis _____

Trabalho dos irmãos _____

Alguém da família já foi apreendido? _____

Alguém da família já foi hospitalizado? Alcoolista? Doenças Psiquiátricas? Toxicomanias?

Histórico de mortes em familiares _____